

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Anderson Vargas Torres

Os vereadores do PTB em Canoas/RS: radicalização e disputa política (1961-1964)

Porto Alegre, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Anderson Vargas Torres

Os vereadores do PTB em Canoas/RS: radicalização e disputa política (1961-1964)

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção de título de Mestre em  
História no Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul

Orientadora: Profa. Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre, 2017

### CIP - Catalogação na Publicação

Torres, Anderson Vargas

Os vereadores do PTB em Canoas/RS: radicalização e disputa política (1961-1964) / Anderson Vargas

Torres. -- 2017.

216 f.

Orientadora: Carla Brandalise.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Partido Trabalhista Brasileiro. 2. Radicalização política. 3. Golpe Civil-militar de 1964. 4. Canoas/RS. I. Brandalise, Carla, orient. II. Título.

Anderson Vargas Torres

Os vereadores do PTB em Canoas/RS: radicalização e disputa política (1961-1964)

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção de título de Mestre em  
História no Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul

Orientadora: Profa. Dra. Carla Brandalise

Aprovada em 7 de junho de 2017

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Carla Brandalise - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dra. Marluza Marques Harres - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

---

Prof. Dr. Charles Sidarta Machado Domingos - Instituto de Educação, Ciência e  
Tecnologia Sul-rio-grandense

---

Prof. Dr. Alessandro Batistella - Universidade de Passo Fundo

## AGRADECIMENTOS

Uma trajetória longa como essa não se faz sozinho. Sem o apoio, o suporte e/ou a paciência dos outros talvez eu não tivesse chegado ao fim dessa etapa. Dessa forma, cabe lembrar a minha orientadora, professora Doutora Carla Brandalise, a quem sempre serei grato pela oportunidade dada lá em 2011 para ser BIC, mesmo sem ter noção nenhuma de quem eu era. Graças a aquela oportunidade, pude chegar aqui, obrigado!

Aos membros da banca arguidora, prof. Dr<sup>a</sup>. Marluza Marques Harres, prof. Dr. Charles Sidarta Domingos e prof. Dr. Alessandro Batistella, pela a contribuição valiosa através das suas críticas e sugestões.

Ao PPG de História da UFRGS — colegas, funcionários e professores —, sempre dispostos para sanar dúvidas.

Agradeço também à Câmara de Vereadores de Canoas através de seus servidores, bem como ao Museu e Arquivo Histórico de Canoas, pelo acesso aos materiais fundamentais para a elaboração dessa dissertação. Cabe aqui, também, um agradecimento especial a Graziane Ortiz Righi, pelo trabalho realizado em um momento de extremo aperto, valeu mesmo!

Em meio à elaboração desse trabalho, me dividi, também, com o trabalho de professor, e agradeço o apoio dado pelo Colégio Japão, em que leciono, aos colegas professores e à direção da escola pelo convívio e, claro, a aqueles que são a razão de ser de um professor: os alunos e as alunas. A maioria sabia da realização do mestrado e sempre desejaram o melhor para o meu trabalho. Muito obrigado!

E, por fim, agradeço à minha família — pais/irmãs/sobrinhos/tios/primos/cunhados/sogros —, pela (muita) paciência com o filho/irmão/tio/primo/sobrinho/cunhado/genro que tiveram nesses últimos três anos. Às vezes — quase sempre — mal-humorado, enfiado em meio aos livros e papéis, recluso no quarto, mas por uma boa causa, obrigado pela paciência e pelo apoio! E a uma pessoa em especial, pelo apoio incondicional e pelo suporte (e por me suportar): o meu amor, Kamila.

Obrigado!

## RESUMO

O período compreendido entre a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, a eclosão do Movimento da Legalidade em 1961, passando pelo golpe civil-militar de março/abril de 1964 foi marcado por acirrados conflitos entre diferentes grupos sociais no cenário político e social brasileiro. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) atuou nesse contexto, principalmente na defesa das *Reformas de Base* e do *nacionalismo*, fomentando movimentos sociais reformistas que interpelavam ou eram promovidos por camponeses, sindicatos, estudantes e subalternos militares. No Rio Grande do Sul, sob a liderança de Leonel Brizola, grande parte dessas organizações aglutinou uma série de projetos e ideias e passaram a defendê-las de forma cada vez mais radicalizada, confrontando-se na arena política com as oposições conservadoras. A partir desse contexto, o presente trabalho visa analisar as recepções e reações dessa crise política junto às lideranças político-partidárias no município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Canoas era, naquele momento, uma cidade com significativo contingente de operários entre seus moradores, público-alvo do PTB. A radicalização aqui será entendida como uma forma de luta política. Pretende-se entender como a radicalização foi recebida, apropriada e utilizada pelos setores políticos daquela localidade. A metodologia aqui utilizada é a leitura e análise qualitativa da documentação legislativa da Câmara Municipal de Canoas entre 1961 e 1964. Além da fonte legislativa, serão igualmente empregadas na pesquisa as atas do Diretório Municipal do PTB em Canoas, entre 1962 e 1964; periódicos da época de Canoas, Porto Alegre e Rio de Janeiro; publicações que trazem informações, relatos e notícias relacionadas à cidade naquele período histórico e entrevistas realizadas com testemunhos da época. Ainda, será usada a prosopografia como método de análise da elite política local, a partir das fontes já citadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Partido Trabalhista Brasileiro. Radicalização Política. Golpe Civil-Militar de 1964. Leonel Brizola. Canoas. Governo João Goulart (1961-1964).

## ABSTRACT

The period between the renounce of Jânio Quadros to the presidency of the Republic, the outbreak of the Legality Movement in 1961, followed by the civil-military coup, which occurred in March / April 1964 was marked by fierce conflicts among different social groups in the Brazilian political and social scenario. The Brazilian Labor Party (PTB) acted in this context, primarily in defense of the *Basis Reform* and the *Nationalism*, encouraging social reform movements that were erupted or promoted by peasants, trade unions, students and military subordinates. In Rio Grande do Sul, under the leadership of Leonel Brizola, a large part of these organizations agglutinated a series of projects and ideas and began to defend them in an increasingly radicalized way, confronting themselves in the political arena with conservative oppositions. From this context, the present work intent to analyze the receptions and reactions of this political crisis together with political-party leaderships in the municipality of Canoas, in the Metropolitan Region of Porto Alegre. Canoas was, at that moment, a city with a significant contingent of workers amid its residents, the PTB's target public. The radicalization here will be understood as a form of political struggle. The propose is to understand how radicalization was received, appropriated and used by the political sectors of that locality. The methodology used here is the reading and qualitative analysis of the legislative documentation from the Municipal Council of Canoas between 1961 and 1964. Additionally to the legislative source, the minutes of the Municipal Directory of PTB in Canoas between 1962 and 1964, will equally be inserted in the research; Newspapers from Canoas, Porto Alegre and Rio de Janeiro; Publications that bring information, reports and news related to the city in that historical period and interviews conducted with testimonies of the time. Still, prosopography will be used as a method of analysis of the local political elite, from the sources already mentioned.

**KEYWORDS:** Brazilian Labor Party. Political Radicalization. Civil-Military Coup of 1964. Leonel Brizola. Canoas. Government João Goulart (1961-1964).

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

3º RAv – Terceiro Regimento de Aviação do Exército

ABC – Associação Beneficente de Canoas

ADP – Ação Democrática Popular

AI – Ato Institucional

ALERS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

AMNFB - Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

Amforp - American Foreign Power

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ARS – Aliança Republicana Socialista

ASMC – Associação dos Servidores Municipais de Canoas

CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica

CEERG - Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CTN - Companhia Telefônica Nacional

CRT - Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DOPS – Departamento de Ordem Pública e Social

EC – Emenda Constitucional

EUA – Estados Unidos da América

FAB – Força Aérea Brasileira

FCC – Fundação Cultural de Canoas

FD – Frente Democrática

FEURGS – Federação dos Estudantes Universitários do Rio Grande do Sul

FMP – Frente de Mobilização Popular

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

FRIGOSUL – Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros Ltda.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IBESP - Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

IT & T - International Telephone & Telegraph Corporation

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

NUPERGS – Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PEI - Política Externa Independente  
Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.  
PL – Partido Libertador  
PM - Prefeitura Municipal  
PRP – Partido da Representação Popular  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDA - Partido Social Democrático Autonomista  
PSP – Partido Social Progressista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
REFAP – Refinaria Alberto Pasqualini  
RS – Rio Grande do Sul  
SABETRAN – Sociedade de Amigos e Beneficente dos Trabalhadores de Niterói  
SAVIN – Sociedade dos Amigos da Vila Industrial  
STF – Superior Tribunal Federal  
SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária  
TRE/RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul  
UCE – União Canoense dos Estudantes  
UEE – União Estadual dos Estudantes  
UDN – União Democrática Nacional  
UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UNISINOS – Universidade do Vale dos Sinos  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UPHAM/AHC – Unidade de Patrimônio Histórico do Arquivo e Museu/ Arquivo Histórico de Canoas  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
USB – União Social Brasileira

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O prefeito Cel. José João de Medeiros ao lado de Brizola e João Goulart na inauguração da pedra fundamental da REFAP, em 21/12/1961.....	33
Figura 2: Apoio de canoenses à Brizola durante visita na cidade em 1962. ....	45
Figura 3: Anúncio de campanha do PTB nas eleições de 1959.....	50
Figura 4: 4º legislatura (1960-1963) da Câmara Municipal de Canoas. ....	89
Figura 5: Leonel Brizola recebe das mãos do prefeito Cel. Medeiros o título de cidadão honorário de Canoas.....	104
Figura 6: Brizola, prefeito Cel. Medeiros e outras autoridades durante evento de recebimento do título de cidadão honorário de Canoas, em janeiro de 1962.....	104
Figura 7: Manifestação em frente à prefeitura de Canoas, onde Brizola iria discursar, em 1962.....	109
Figura 8: Enchente atingindo a Vila Rio Branco, em 1963. ....	163
Figura 9: Meneghetti e Lagranha na prefeitura de Canoas, em 1965 .....	169
Figura 10: 5º legislatura (1964-1968) da Câmara Municipal de Canoas. ....	172

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1947.....	42
Tabela 2 - Eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1950.....	43
Tabela 3- Eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1954.....	43
Tabela 4- Eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1958.....	44
Tabela 5 - Eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1962.....	45
Tabela 6 - Número de votos por legenda nas eleições proporcionais de Canoas nas eleições municipais de 1959 e 1963.....	47
Tabela 7 - Eleição para a prefeitura de Canoas (1951).....	48
Tabela 8 - Eleição para a prefeitura de Canoas (1955).....	48
Tabela 9 - Eleição para a prefeitura de Canoas (1959).....	49
Tabela 10 - Eleição para a prefeitura de Canoas (1963).....	51
Tabela 11- Relação de votos na eleição para a Câmara de Vereadores de Canoas por coligação (1963).....	51
Tabela 12 - Profissões dos membros do Diretório Municipal do PTB/Canoas.....	59
Tabela 13 - Local de nascimento dos vereadores canoenses (1959-1968).....	64
Tabela 14 - Profissão dos vereadores canoenses (1959-1968).....	65
Tabela 15 - Atuação dos vereadores canoenses em atividades extrapolíticas (1959-1968).....	67
Tabela 16 - Atividades e relações políticas.....	72
Tabela 17 - Votação dos candidatos a deputado estadual ligados a Canoas nas eleições de 1962.....	118
Tabela 18 - Vereadores eleitos para a 5º legislatura (1964-1968).....	164

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - 4º legislatura da Câmara de Vereadores de Canoas (1960-1963).....	62
Quadro 2 - 5º legislatura da Câmara de Vereadores de Canoas (1964-1968).....	63

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1. A CIDADE NOS ANOS 60: INDUSTRIALIZAÇÃO E VIDA POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE CANOAS .....	29
1.1. Industrialização e urbanização de Canoas .....	29
1.2. Vida política de Canoas: o PTB, os eleitores e as eleições .....	36
1.3. Vida política de Canoas: os vereadores canoenses entre 1961 e 1964.....	60
1.3.1. Local de nascimento .....	63
1.3.2. Profissão.....	65
1.3.3. Atividades extrapolíticas.....	67
1.3.4. Atividades políticas .....	71
2. ATUAÇÃO DOS VEREADORES CANOENSES ENTRE A CRISE DA LEGALIDADE E AS ELEIÇÕES DE 1962.....	76
2.1. A crise da Legalidade na Câmara canoense.....	77
2.2. As disputas na Câmara em torno do papel de Brizola no Movimento da Legalidade. ....	89
2.3. O ano de 1962 sob a perspectiva da elite política canoense: o governo Brizola, a crise do parlamentarismo e as eleições. ....	104
3. A CÂMARA CANOENSE E O ANO QUE NÃO ACABOU: A ELITE LOCAL E O ACIRRAMENTO DA RADICALIZAÇÃO EM 1963.....	120
3.1. O nacional-reformismo nos embates entre os vereadores canoenses.....	121
3.2. A visita de Carlos Lacerda a Porto Alegre e a Rebelião dos Sargentos .....	132
3.3. Os debates sobre a Reforma Agrária .....	141
3.4. As eleições de 1963 em Canoas .....	157
4. CANOAS E OS MOMENTOS FINAIS DO REGIME DEMOCRÁTICO: A ADMINISTRAÇÃO LAGRANHA, A OPOSIÇÃO PETEBISTA E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.....	168
4.1. A "pequena revolução" de Lagranha: a articulação entre a administração municipal e os movimentos de conspiração no Rio Grande do Sul.....	168
4.2. A Câmara de Canoas e os movimentos da radicalização até o "desfecho" .....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	195
FONTES CONSULTADAS.....	199
BIBLIOGRAFIA .....	204

## INTRODUÇÃO

A conjuntura política e social brasileira na década de 1960 — com ênfase no período entre 1961, ano em que o presidente da República Jânio Quadros renunciou ao cargo, e 1964, quando ocorreu e se consolidou o golpe civil-militar — foi consideravelmente marcado pelas disputas e pelos conflitos entre os mais diversos setores sociais nacionais e seus diferentes projetos políticos para o Brasil. O que estava em contenda, portanto, não era apenas o poder sobre a administração estatal, mas qual o programa a ser por ela seguido: se uma concepção de Estado mais progressista e reformista, com uma administração ligada às esquerdas, ou um projeto mais conservador, vinculado aos políticos das direitas, sendo esse último restritivo com relação aos atores sociais que surgiam com força no Brasil daquela época, como os trabalhadores urbanos e camponeses, entre outros. A partir deste contexto, este trabalho pretende compreender os debates e as análises do processo de polarização política junto aos líderes político-partidários trabalhistas e conservadores no município de Canoas, na atual Região Metropolitana de Porto Alegre/RS a partir das seguintes problematizações.

Como o processo de radicalização política e os seus efeitos posteriores, enquanto mecanismo de disputa no jogo político brasileiro, inseriam-se na política local? Como os partidos e as lideranças locais agiram frente aos embates políticos da época? Como se apropriaram de tais debates? Quem eram os atores políticos locais e quais eram as suas trajetórias? Tendo como ênfase o Partido Trabalhista Brasileiro, procura-se entender as tomadas de posições dessas lideranças e compreender como a influência da crise política nacional era apropriada pela elite local. Entende-se que, assim, se contribui para os estudos sobre o período entre 1961 e 1964, e sobre o PTB, a partir de uma análise mais localizada do fenômeno, permitindo notar situações não perceptíveis no jogo político mais amplo. Em outras palavras, auxilia a perceber o microcosmo político canoense e suas especificidades em relação ao macrocosmo nacional e estadual.

No jogo político internacional, vivia-se naquele momento a chamada Guerra Fria — duelo ideológico entre as duas grandes potências vencedoras da II Guerra Mundial (1939-1945), Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).<sup>1</sup> Tal confronto, sob distintas formas, influenciava os embates no plano nacional. No campo das esquerdas, mesmo as não comunistas, era notável o

---

<sup>1</sup> Hobsbawm (1995).

esforço no sentido de construir uma alternativa reformista e nacionalista frente aos modelos políticos e econômicos dos Estados Unidos e da União Soviética, especialmente com relação ao primeiro, devido à proximidade geográfica e a sua influência econômica na América Latina. O nacionalismo — entendido aqui na perspectiva de Hobsbawm (1990), ou seja, como um fenômeno político e construído historicamente, que sofreu transformações ao longo do tempo — era, naquele contexto, uma bandeira das esquerdas. A luta antifascista durante a 2ª Guerra Mundial uniu socialistas e liberais, o que foi identificado por Hobsbawm como uma aproximação entre "a revolução social e o sentimento patriótico" (HOBSBAWM, 1990, p. 174). Tal união consolidou-se após o fim do conflito, em 1945:

Daí em diante, o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subsequentemente pela experiência de luta anti-imperialista nos países coloniais (HOBSBAWM, 1990, p. 176).

Todavia, o uso de um discurso próximo às esquerdas nacionalistas, tais como a luta anti-imperialista e pela libertação nacional, faria sentido em países independentes como o Brasil e as outras nações latino-americanas? Sim, pois a libertação que se buscava era referente à influência econômica e política dos Estados Unidos da América na região. A interferência estadunidense influenciou para que manifestações nacionalistas prosperassem entre as esquerdas brasileiras e latino-americanas. O episódio da Revolução Cubana, em 1959, e a declaração do país caribenho como República socialista, aliada aos soviéticos e, conseqüentemente, adversária da ordem capitalista liderada pelos Estados Unidos, auxiliou na difusão do discurso nacionalista e reformista entre as esquerdas brasileiras. Libertação e emancipação nacional eram as palavras de ordem não apenas entre os comunistas, mas também entre os trabalhistas e os diversos movimentos sociais que buscavam, a partir dessas ideias, lutar por reformas que modificassem a estrutura social brasileira. Ao passo que esses movimentos cresciam, intensificava-se também a resistência de grupos mais conservadores presentes na sociedade, apoiados em manifestações favoráveis à ordem social vigente e de conteúdo anticomunista. (MOTTA, 2002).

Ao lado de vários movimentos sociais como os dos estudantes, dos camponeses, dos operários, dos militares subalternos e dos sindicatos, o PTB foi a agremiação política que mais soube dialogar e canalizar as demandas advindas dos grupos

populares. Os trabalhistas eram, naquele período, uma das principais forças da esquerda brasileira, em que pese haver suas divergências internas quanto à forma de se levar a cabo tais mudanças e como negociar ou — no caso do grupo brizolista — enfrentar os setores conservadores da sociedade. Alguns destes estavam dispostos a ceder em algumas condições e outros decididos a resistir a qualquer iniciativa em favor das reformas sociais.

Naquele momento, Leonel de Moura Brizola, importante liderança trabalhista, ganhou destaque por suas ações cada vez mais radicais: sua atuação no Movimento da Legalidade<sup>2</sup> o alçou ao papel de líder nacionalista e reformista do período, adotando uma postura de confronto com as oposições, em favor das *Reformas de Base*.<sup>3</sup> Tal posição de Brizola influenciou inúmeras lideranças políticas reformistas, que aderiram à “estratégia de confronto” (FERREIRA, 2007). Foi Brizola que, no início do ano de 1963, ao lado de setores consideráveis das esquerdas, como os trabalhistas, comunistas, estudantes, operários, camponeses, entre outros, fundou a Frente de Mobilização Popular (FMP), que buscava pressionar o Presidente da República, o também petebista João Goulart, a instituir as Reformas de Base, independentemente das críticas e das posições dos grupos mais conservadores (DELGADO, 1989). Por outro lado, sua postura enfrentou resistências não somente entre seus opositores, como também em setores do PTB e das esquerdas, a começar pelo próprio Goulart, temeroso de que as atitudes de Brizola impedissem suas tentativas de negociações em prol das reformas com os agrupamentos políticos de centro e centro-direita.

Ao fim, entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, consolidou-se a vitória daqueles que viam com desconfiança e que acusavam as esquerdas e o governo Goulart de tomar medidas “comunizantes” com os esforços em favor das reformas sociais. Principalmente a partir dos meios militares, mas também — como já destacaram muitos pesquisadores (FICO, 2014b; REIS, 2014 e FERREIRA; GOMES, 2014) — com o

---

<sup>2</sup> Movimento iniciado no Rio Grande do Sul, que visava garantir a posse do vice-presidente da República João Goulart após a renúncia do titular, Jânio Quadros, em 24 de agosto de 1961. Leonel Brizola, então governador do estado gaúcho, declarou-se abertamente contrário à tentativa dos ministros militares de impedir a investidura de Goulart e canalizou a resistência contra a mesma (BRANDALISE, 2011).

<sup>3</sup> De acordo com Ferreira (2011), as reformas de base eram, segundo as lideranças à esquerda do período, “um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento de justiça social. Entre as principais reformas, constava a bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas” (2011, p. 351-352). Já para Fico (2014b), estas propostas alteraram-se quando assumidas pelo trabalhismo, tornando-se menos revolucionárias e mais nacionalistas. Mas a luta por estas reformas alterou e acelerou o processo de luta política daquele período.

apoio de diversos setores da sociedade civil, como o empresarial e o político, e com a anuência dos norte-americanos,<sup>4</sup> o golpe concretizou-se após longa campanha de desestabilização e de conspiração contra o governo trabalhista (FICO, 2014b, p. 30-37). A ruptura institucional tinha, portanto, a intenção de encerrar a prática política dos trabalhistas. O golpe fora, sobretudo, contra o PTB e suas medidas populares, especialmente após Goulart tomar decidida posição em favor das reformas de acordo com as ideias dos grupos mais à esquerda do trabalhismo e seus aliados (D'ARAÚJO, 1996).

Nesse período, Canoas buscava tornar-se um município industrializado, embora ainda fosse caracterizada como uma cidade “dormitório”.<sup>5</sup> De qualquer forma, era bastante claro que a maioria da população canoense era composta de operários (VIEGAS, 2011). Logo, estes seriam eleitores em potencial do projeto petebista. A escolha, portanto, por esta localidade deveu-se à presença maciça de operários vivendo no município. Trabalhadores, como já dito aqui, propensos a aderirem ao projeto trabalhista. No entanto, em que pesem as votações expressivas que os trabalhistas obtinham no município em níveis estadual e nacional, os resultados eleitorais nos pleitos locais eram mais equilibrados. Em outras palavras, a concorrência com os partidos de oposição tornava-se mais acirrada quando a disputa era pelos cargos executivos e legislativos do município canoense.<sup>6</sup> Apesar da possível tendência ao trabalhismo da maioria da população daquela cidade, a transferência de votos aos candidatos do PTB não era natural: ao contrário, outros fatores influenciavam as escolhas daquele eleitorado.

Para compreender estas questões, será oportuno o uso do método prosopográfico para examinar as trajetórias dessa elite local. Tal metodologia possibilitará conhecer melhor estes indivíduos e perceber, dessa forma, suas origens e suas posições na sociedade, e permitirá entender, para além das posições ideológico-partidárias,

---

<sup>4</sup> De acordo com Fico (2014b), a operação militar *Brother Sam* era parte do apoio que os Estados Unidos da América dariam às lideranças civis e militares que conspiravam contra o governo Goulart. A operação tratava-se do envio de navios com armas para a costa brasileira, a serem usados caso houvesse resistência das forças do governo ao golpe civil-militar.

<sup>5</sup> Utiliza-se aqui a tipologia adotada no trabalho de Viegas (2011) quanto às imagens e representações de Canoas ao longo do seu processo de urbanização: *cidade-veraneio*, ou seja, uma cidade que serviria de refúgio aos porto-alegrenses; *cidade-dormitório*, local em que os trabalhadores da Capital habitam pela proximidade; *cidade industrial*, quando se desenvolvem indústrias no próprio município, não havendo necessidade de os trabalhadores irem até Porto Alegre.

<sup>6</sup> Um exemplo disso foi o pleito de 1963, no qual o candidato da Ação Democrática Popular (ADP), Hugo Lagranha, elegeu-se prefeito, derrotando o PTB, partido que havia eleito a administração anterior, de José João de Medeiros (1960-1963). (FCC, 2005, p.73).

manifestas na documentação escrita, alguns dos seus atos e as suas peculiaridades na interlocução com os níveis macros da política.

Este trabalho busca recuperar as trajetórias político-partidárias de vários atores políticos que, devido às suas atuações localizadas, não tiveram tanta voz nos estudos anteriores. Ao se buscar compreender as ações desses líderes políticos no município de Canoas, frente à instabilidade política vivida no Brasil pré-golpe, será possível também trazer as experiências destes enquanto militantes e participantes da vida política nacional, ainda que agindo dentro do âmbito local. Mais do que vereadores, estavam naquela instituição parlamentar jornalistas, médicos e operários. É muito interessante escutá-los e analisarmos as suas perspectivas e seus posicionamentos para termos mais mecanismos de entendimento daquele período.

Esses políticos estavam inseridos em um contexto maior e suas ações não podem ser negligenciadas. Tais personagens também lutaram pelas (ou se posicionaram contra) Reformas de Base, interpretaram e ressignificaram as ideias até então em voga. Enfim, tomaram decisões e participaram ativamente das grandes mobilizações sociais ocorridas naquela época. Pertenciam a uma elite local. A recuperação das suas trajetórias, de suas ações e experiências, torna-se fundamental para o entendimento da crise política entre 1961 e 1964, não só em Canoas, mas também no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Como já referido, estas lideranças eram uma elite política e, quando se cita este termo, é necessário deixar manifesto o que se compreende aqui como elite. Uma definição inicial é a de Bobbio (1992):

Por teoria das Elites ou elitista (...) se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (...), a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha que recorrer à força, em última instância. (BOBBIO, 1992, p.385).

Tal perspectiva é relevante para este estudo, dado que, para autor, as elites são uma minoria existente dentro de uma sociedade e que, por múltiplos motivos, torna-se detentora de algum tipo de poder (político, econômico, social etc.), contrapondo-se à maioria privada do mesmo. No caso das elites políticas, a situação torna-se mais

evidente, uma vez que as escolhas e decisões com relação a toda a sociedade estão, em geral, nas mãos desta minoria.

No entanto, Dahl (1970) ressalta a existência das elites dirigentes — políticas — como um grupo de controle menor do que uma maioria, mas escolhida por essa. Logo, Dahl dá conta da existência de competição entre elites pelo poder, na qual uma acaba saindo vencedora e, por um determinado período, exercerá influência e buscará atender os interesses da maioria que os escolheu. Todavia, o fato de ser uma elite não significa que necessariamente exercerá um poder absoluto, uma vez que existem diferenças de ideias e de interesses.

De acordo com esta perspectiva, pode-se notar que os vereadores canoenses são, dentro daquela localidade, uma elite política: uma minoria local, ou seja, definida segundo a sua área de atuação — neste caso, um espaço restrito e que conta com suas singularidades — e que, a partir daquele território, age politicamente, comportando-se como grupo detentor do poder naquele espaço, escolhido pela maioria da população em eleições. Caberá, nesta investigação, compreender as origens dessa elite e como ela pode ter definido suas atitudes quanto aos fatos ocorridos numa escala maior — estadual e nacional —, partindo das suas posições como elite política local. Como se buscará tal resultado, será discutido mais adiante; no momento, o que se deve ressaltar é que este estudo procurará apresentar essa elite e suas especificidades.

Justamente por trazer à tona estes traços locais, esta investigação se insere como uma contribuição aos estudos referentes à radicalização política e ao golpe civil-militar de 1964 vividos no Brasil a partir de casos específicos, mais localizados. Em outras palavras, procura-se não apenas olhar o papel das grandes lideranças, como já referido aqui, ou a atuação dos movimentos sociais ou dos sindicatos ou dos próprios partidos políticos nos grandes centros nacionais ou regionais, mas analisá-los também a partir de locais ou regiões até então negligenciados em termos historiográficos, ao menos no Rio Grande do Sul.

As contribuições<sup>7</sup> da teoria do campo político, desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989; 2011), apresentam valor significativo para a compreensão dos problemas aqui propostos. De acordo com Bourdieu, o campo político trata-se, como os outros campos sociais, de um espaço de disputas entre agentes sociais

---

<sup>7</sup> Diz-se contribuições, pois não se pretende aqui testar a viabilidade do conceito de campo político para o caso brasileiro. A proposta é buscar elementos desta teoria que possam auxiliar no entendimento da radicalização política daquele momento histórico.

que, inseridos naquele microcosmo, agem buscando produzir e impor visões do mundo social — representações do macrocosmo para aqueles que estão fora do campo político, ou seja, os cidadãos comuns —, e almejando que estas mesmas representações se legitimem entre estes preteridos do espaço político. Logo, só é possível estar dentro do campo aqueles que são profissionais da política: são estes que, devido a determinadas conjunturas, se legitimam como representantes dos excluídos e produzem a ação política dentro do campo. Dessa forma, o espaço de luta política se torna autônomo, criando suas próprias leis e regras, seguidas pelos profissionais de forma implícita e que permitem a esses jogar o jogo político, produzir e disputar representações de mundo e transformar interesses específicos da luta política e dos seus agentes em interesses gerais da sociedade. Para entender o político, portanto, deve-se atentar não apenas para suas origens sociais ou sua base eleitoral: é preciso notar também a sua posição dentro daquele espaço de luta, seus interesses próprios (BOURDIEU, 2011, p.199).

Todavia, alerta Bourdieu, o campo político não pode se autonomizar completamente, o jogo político não pode ser disputado apenas entre os pares: diferentemente de outros espaços sociais, o mundo político necessita da sua legitimação junto ao que o autor chama de “profanos” (BOURDIEU, 2011). Embora estejam em disputa interesses específicos, eles precisam parecer do interesse de todos os cidadãos, ou ao menos daqueles grupos sociais que o agente político diz representar:

Por razões evidentes, o campo político não pode chegar a esses extremos: os que estão envolvidos nesse jogo não podem jogar entre si sem fazer referência àqueles em nome de quem se expressam e perante os quais devem prestar contas, mais ou menos ficticiamente, de tempos em tempos. Os jogos internos encontram aí seu limite (BOURDIEU, p. 201, 2011).

Portanto, a ação política é uma luta simbólica pela transformação ou conservação do mundo social e dos seus princípios de visão e divisão.<sup>8</sup> Ainda que os discursos dos agentes estejam ligados ao jogo interno, às disputas pelo poder dentro do campo, eles não podem desconsiderar aqueles que estão fora do jogo. Suas posições na disputa pelo poder devem levar em conta os “profanos”, impondo a estas ideias e representações para que possam aderir e que sirvam também para o agente dentro da luta política. Neste ponto, o autor destaca o papel dos partidos políticos na produção de representações: constroem-se como representantes de um determinado setor da

---

<sup>8</sup> Os princípios de visão e divisão são os produtos da luta política. São estes princípios que são impostos ou combatidos pelos agentes e que podem ser mantidos ou transformados em outros princípios devido às lutas dentro do espaço social (BOURDIEU, 2011).

sociedade, conquistam a adesão deste setor, mas também se servem desta relação para as disputas dentro do campo (BOURDIEU, 1989, p. 173-177).

Deste modo, os profissionais lutam com as armas que possibilitem angariar adeptos. Para tal, fabricam as *ideias-força*: é a partir destas que os atores políticos buscam mobilizar adeptos para as suas ideias, para que conquistem os cidadãos ao impor crenças e representações sociais. A força destas ideias propostas não está na sua veracidade, mas na sua capacidade de mobilizar os grupos sociais, construindo representações legitimadas por estes. É o “fazer ver e fazer crer” (BOURDIEU, 1989, p. 174) que são impostos aos atores sociais fora do campo. De qualquer forma, é ao profano que o ator político deve prestar contas, sendo ele que garante a legitimidade do campo e das suas lutas internas.

Para ascender no espaço político, os atores necessitam de *capital político*. Este capital é adquirido fora do campo, seja através do acúmulo de notoriedade pessoal em outros campos sociais, seja como produto de um vazio institucional e que adquire força a partir do carisma do agente, seja através de uma investidura de capital por parte de uma organização política, constituindo um capital, em geral, limitado e provisório. A organização que fornece tal capital é o partido político, devido aos serviços prestados dentro dele pelo agente, o que marca a burocratização do espaço político. O partido garante ao investido de capital os espaços para adquirir mais capitais, ainda que o controle seja da organização partidária (BOURDIEU, 1989).

Atenta-se, aqui, para os necessários cuidados teórico-metodológicos da apropriação das ideias defendidas por Bourdieu, destacados por Pinto (1996):<sup>9</sup> longe de pretender “enquadrar” a teoria do campo político para o caso aqui estudado, o que se objetiva é buscar nela elementos para o entendimento do funcionamento do sistema político brasileiro daquele período. Além disso, busca-se entender a crise política vivida na sociedade brasileira como uma luta política por ideias e por poder, e que diversos elementos do jogo político são postos em prática pelos atores políticos e sociais daquele contexto. Ainda que os partidos políticos como o PTB não tivessem uma

---

<sup>9</sup> “A teoria dos campos em Bourdieu (...) é construída com rigor, o que torna a identificação de campos um trabalho que envolve grande cuidado metodológico. É evidente que em sociedades mais estratificadas e com sistemas políticos mais estáveis como a francesa a identificação de campos, de seus limites, de seu funcionamento é mais clara que em sociedades menos organizadas como o Brasil. Ao mesmo tempo não se pode assumir a quantidade de formalismo como a prova ou não de existência de campos e de interesses irredutíveis. Talvez o reconhecimento e a análise da promiscuidade dos campos em sociedades como a brasileira permita romper quando da análise de sociedades desenvolvidas, com uma pretensa pureza na conceituação de Bourdieu.” (PINTO, 1996, p.222).

institucionalização nos termos de Bourdieu e dependessem de relações imediatas e pouco institucionalizadas com os eleitores, a partir de práticas como o clientelismo, conseguiam construir, também, diferentes percepções e expressões da sociedade brasileira para os cidadãos comuns. Buscavam impor projetos de sociedade para serem consumidos entre os “profanos”. A radicalização, portanto, será vista aqui como um espaço de luta política — mesmo que dentro de um espaço carente de maior institucionalização e autonomia —, em que os atores buscavam impor suas visões da sociedade brasileira e impô-las aos cidadãos, tendo duas perspectivas: vender tais ideias como interesse geral e utilizá-las dentro do jogo político.

As ideias-força são um bom exemplo de um elemento teórico útil nesta análise, pois políticos de diferentes posições buscavam elaborar percepções da sociedade brasileira e procuravam construir programas e ideias capazes de atrair parcelas da população em favor dos seus projetos e se opondo às propostas dos concorrentes. Tais programas visam, portanto, legitimar perante o corpo social os agentes políticos, mobilizando e levando a população a aderir às suas ideias e a resistir às dos opositores. A capacidade mobilizatória das lideranças do PTB, de produzir uma ideia de trabalhismo mais aproximada da população em geral, utilizando-se de bandeiras como as reformas de base e o nacionalismo-reformista característico do período, era notória. O que demonstra o potencial que o partido e outros movimentos aliados aos trabalhistas tinham para validar tais ideias-força perante os seus adeptos. Nos discursos em instituições político-partidárias, na imprensa escrita ou em organizações sociais como os sindicatos, os petebistas produziram uma ideologia que propunha determinado programa reformista que levava em conta uma série de interpelações existentes na sociedade brasileira. Mas, como lembra Bourdieu, tal situação era duplamente determinada: levava em conta não só os profanos, mas também os adversários dentro do jogo político.

Essa possibilidade de legitimação das ideias petebistas é mais compreensível ainda quando estudada a partir da noção de capital político: há lideranças que conseguem adquirir o capital político, principalmente o capital pessoal. Este é obtido e acumulado a partir da atuação de determinado representante dentro ou fora do espaço de luta política, o que o populariza perante a sociedade, ou a partir do carisma e da ação do líder frente a uma situação de crise institucional (BOURDIEU, 1989, p.190-194). Leonel Brizola fora um caso de liderança acumulada a partir do segundo caso. Seu comportamento no episódio da Legalidade, em que liderou a resistência à tentativa de

golpe dos militares contra João Goulart, alçou-o a uma posição de destaque, tornando mais legítimas as suas ações em defesa das reformas de base e de crítica às oposições conservadoras.

Assim, a partir destes elementos teóricos, intenta-se, neste trabalho, articulá-los com os acontecimentos em nível estadual e municipal. De que forma a luta política manifesta-se e como interfere junto às lideranças político-partidárias gaúchas e canoenses? Busca-se refletir como a crise política e a radicalização — vistas aqui como formas de disputa política — são colocadas pelos petebistas locais; como as ideias-força apresentam-se a estes representantes políticos e de que forma; de que maneira se inserem na crise política e como, a partir daí, produzem seus próprios capitais políticos e geram embates dentro do próprio município. Em suma, os aportes teóricos de Bourdieu permitem analisar as situações existentes dentro das fontes aqui utilizadas, como a adesão de trabalhistas canoenses ao comando de Leonel Brizola — adotando, em muitos casos, discursos tão combativos e agressivos quanto aos deste líder político —, os motivos de disputas internas no PTB municipal, o papel da oposição buscando legitimar-se ao fazer uso de falas críticas contra o PTB e o trabalhismo.

Com relação à metodologia, a documentação legislativa se constitui em fonte riquíssima por apresentar as divergências e as diferenças de posições entre os atores político-partidários. Conforme Bacellar (2010):

O mais interessante (...) é consultar as atas das sessões, em que se podem acompanhar as discussões dos mais variados projetos legislativos, com os vereadores, deputados e senadores defendendo seus pontos de vista (BACELLAR, 2010, p.34).

Todavia, são necessários muitos cuidados com relação à leitura dessas fontes: como sugere Le Goff (1990), todo documento — escrito ou não escrito — tem uma intencionalidade, não sendo apenas um simples resquício aleatório do passado. O documento tem sua própria história, foi construído enquanto testemunho do passado, manifestando em sua elaboração e trajetória as relações de forças sociais existentes no momento em que fora concebido. Todas essas características devem estar bem definidas para o pesquisador quando este for analisá-lo. Os documentos são, portanto, produtos da

sua época, do seu contexto, e o que eles irão manifestar ao historiador dependerá, antes, das perguntas que este lhes colocará. São, nas palavras de Le Goff, monumentos:<sup>10</sup>

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1990, p.548).

Assim, a análise documental deve sempre ser cuidadosa. É preciso considerar que, embora as atas e os documentos aqui utilizados passassem por mediações, uma vez que se tratam de registros resumidos das falas dos vereadores e dos representantes políticos locais, não os mostrando na íntegra, são registros dos discursos daquelas pessoas.

Discurso será aqui entendido conforme Albuquerque Jr. (2012). Conforme esse autor, o discurso pode ser entendido como “uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida por um dado público. (...) uma fala ou oração feita para dada audiência, podendo ser escrita previamente ou dita de improviso, tendo ficado registrada de alguma forma (...). Também interessa ao historiador o discurso que, uma vez escrito, nunca chegou a ser lido ou que já foi escrito destinado a um público leitor e não ouvinte. (...) pressupõe sempre estar falando para uma dada audiência, expor e se expor para uma determinada plateia, cuja opinião procurará cativar e convencer” (ALBUQUERQUE JR., 2012, p. 223-224). Desta maneira, os discursos e as falas daqueles dirigentes inserem-se como um monumento, conforme proposto por Le Goff: mais do que pensarmos naquelas como um documento comprobatório, deve-se refletir sobre o contexto de produção daquelas manifestações. Os enunciados dos vereadores locais estão inseridos em um contexto de disputas políticas e sociais, e encontram correspondência com outros enunciados daquele período. Em outras palavras, não é suficiente apenas analisar estes testemunhos externamente, o que, evidentemente, tem importância, ao analisarmos quem proferiu o discurso e a que relações políticas e sociais estava ligado, mas se deve, também, pesquisá-los internamente, atentando para as estruturas que dão sustentação àquelas falas: as palavras utilizadas, os conceitos

---

<sup>10</sup> De acordo com Le Goff (1990), os monumentos são uma das formas de apresentação da memória coletiva. Sob formas materiais como construções arquitetônicas, apresentam uma intencionalidade, buscando perpetuar na memória das sociedades determinadas imagens. Para o historiador francês, os documentos históricos devem ser vistos da mesma forma, ou seja, como monumentos, uma vez que também são construções intencionais das coletividades. Tais construções, segundo Le Goff, devem ser desmontadas para que seja possível analisá-las a partir da sua produção, e não apenas do que elas expõem.

enunciados, os temas debatidos, as repercussões, etc. Uma manifestação não surge de um vazio, está presente em uma conjuntura, em um lugar social,<sup>11</sup> e sofre constrangimentos na sua elaboração devido à estrutura em que está estabelecido o produtor daquela oração, em função das relações existentes dentro daquele meio.

Cabe ao pesquisador, portanto, atentar para as intenções do documento, seu contexto de produção, pensar em *por que* e *para quem* foi produzido, enfim, refletir sobre a construção do documento e não apenas sobre o que ele está mostrando em sua aparência. Com relação aos documentos da Câmara canoense, é inconteste a sua contribuição, pois traz à tona debates e discussões que estavam na ordem do dia, tanto no país como no estado gaúcho. Já as atas do PTB, os documentos do poder legislativo, tais como projetos de lei, requerimentos, entre outros, e as fontes impressas, servirão para a complementação desta análise, auxiliando no cruzamento de informações com a documentação legislativa e problematizando-as.

Outra fonte pertinente nesta pesquisa é a fonte oral,<sup>12</sup> a partir da realização de entrevistas com ex-políticos canoenses atuantes naquele período — dentro ou fora da Câmara Municipal —, bem como a utilização de depoimentos já publicados com outros personagens importantes daquele município naquele momento histórico. Serão utilizadas entrevistas realizadas com ex-vereadores canoenses entre os anos de 1959 e 1968 e que atuaram em diferentes partidos políticos: Edson de Medeiros, Antônio Canabarro Três Filho, Luiz Pereira de Souza. Estas entrevistas foram feitas visando este trabalho. Já os depoimentos de Melton Inácio Both, Lina Plentz Alves, Nilton Leal Maria, Paulo da Silva, Nilo César Del Cueto Reis, Brasil da Fontoura Cabral, Dinarte Andrade Araújo e Armando Würth encontravam-se anteriormente publicados<sup>13</sup>.

Autores como François (2006) e Voldman (2006) ressaltam que o potencial deste método para produzir novas questões é, de fato, relevante. Tal fecundidade deve-se ao perfil renovador do método oral, ao atentar para as falas daqueles que não tinham deixado registros escritos. Mais do que renovar as questões, as fontes orais modificam também as possibilidades de temas e objetos que pareciam já encerrados.

---

<sup>11</sup> Lugar Social é aqui compreendido a partir do entendimento de Certeau (1982): o lugar em que se produz e que influencia a produção intelectual.

<sup>12</sup> Utiliza-se, neste trabalho, o termo fonte oral, a partir do pressuposto de Joutard (2006), em vez de história oral. O autor justifica essa posição por se tratar de uma metodologia de trabalho e não uma proposta teórica, como alguns autores defendiam.

<sup>13</sup> Tais entrevistas foram realizadas por Ranincheski (1998) e publicadas em seu trabalho sobre a Câmara de Canoas.

Todavia, os relatos não saem naturalmente da voz dos depoentes. Ao contrário, a metodologia oral apresenta características complexas, diferentes daquelas que o historiador tem em relação a outras fontes. O pesquisador encontra-se, segundo Voldman (2006), em um “jogo de esconde-esconde”<sup>14</sup> com o entrevistado. Buscam-se determinadas respostas que, muitas vezes, não são encontradas ao se esbarrar com a memória do entrevistado. A memória é seletiva, o entrevistado a reconstrói e o resultado pode gerar armadilhas ao pesquisador. O relato, portanto, não pode ser visto literalmente, é preciso considerar que a análise deve ter em conta os esquecimentos, as hesitações, os silêncios do entrevistado, além da variedade dos testemunhos: um entrevistado pode responder de forma diferente algo que outro entrevistado, falando sobre o mesmo assunto, respondeu. Em suma, as singularidades e a diversidade dos depoentes também devem ser observadas. Um relato, nota Bourdieu (2006), sempre busca construir uma história individual linear, coerente e orientada, e é contra esse risco que o historiador deve trabalhar ao fazer uso do método oral.

Este procedimento permite ao pesquisador, a partir de um roteiro de entrevistas a ser realizado, buscar, através dos depoimentos, informações que não ficaram claras na documentação escrita, ou mesmo permite entender, com a fala de uma testemunha, por que determinadas decisões foram tomadas e outras não, uma vez que tais posições não costumam deixar registros escritos. Logicamente, é sempre preciso manter o cuidado quanto à fala do entrevistado: como já dito aqui, os depoimentos são produtos, são vestígios construídos a partir da intervenção do pesquisador e das memórias (ou esquecimentos) do depoente, e como tal, devem ser analisados e criticados.

Além das fontes já citadas, também se fará uso de periódicos do próprio município de Canoas, como a *Gazeta de Notícias*, *O Momento*, *O Gaúcho* e *Canoas em Marcha*, bem como de notícias relacionadas à cidade na imprensa da capital, Porto Alegre, em especial nos periódicos *Correio do Povo*, *Ultima Hora* e *Diário de Notícias*. Muitas dessas notícias estão presentes em publicações cujo conteúdo traz desde compilações de notícias jornalísticas com relação a Canoas nos meios de comunicação já citados,<sup>15</sup> assim como entrevistas e dados biográficos de personagens locais.<sup>16</sup> Neste ponto, cabe salientar o emprego do método prosopográfico como forma de aproveitar

---

<sup>14</sup> Voldman (2006).

<sup>15</sup> Entre os anos de 1998 e 2006, a Prefeitura Municipal de Canoas, em conjunto com a Fundação Cultural de Canoas (FCC), organizou e publicou uma coleção intitulada *História dos Nossos Prefeitos*. Cada volume refere-se a uma administração municipal, trazendo uma série de notícias de jornais de Canoas e de Porto Alegre, relacionadas aos governos municipais correspondentes a cada volume.

<sup>16</sup> Ranincheski (1998).

esses dados e as informações das fontes já citadas desta pesquisa. Stone (2011),<sup>17</sup> em texto fundador sobre o tema, define a prosopografia como:

...a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes — a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas, quanto correlações com outras formas de comportamento e ação (STONE, 2011, p. 115).

Assim, tal metodologia busca, através dos diversos indícios e vestígios deixados por determinados grupos sociais, investigar uma série de fatores que, analisados em conjunto e organizadamente, podem trazer à luz diversas informações não perceptíveis quando os indícios são apreendidos de modo disperso.

Aqui, será útil analisar aquelas lideranças com o recurso prosopográfico, sem esquecer as ideias e as ações políticas dos agentes aqui estudados. Todavia, devem-se cuidar as formas como essa elite se relacionava com a sociedade e entre si para entender muito de suas ações e posições, e o método prosopográfico é, neste ponto, bastante relevante. Concorde-se, aqui, com Heinz (2006): busca-se compreender essa elite na perspectiva de uma microanálise desse grupo social, das suas relações e suas trajetórias naquele meio. Mas ela não responde todas as questões: se a prosopografia é produtiva ao permitir a visualização das origens e posições sociais, não é adequada para buscar informações quanto aos fluxos de opinião, etc. (HEINZ, 2006, p. 11). Portanto, o uso da biografia coletiva não pressupõe o afastamento de outras metodologias. Entender os agentes políticos locais através deste método facilitará, também, compreender determinadas atitudes e ações políticas desses líderes, bem como suas ideias e seus posicionamentos ideológicos perante os acontecimentos entre 1961 e 1964 em nível nacional e estadual.

Sem dúvida, existem riscos e limites ao servir-se deste recurso: como já posto aqui, a prosopografia é parte do processo de construção do trabalho, e não o todo. No entanto, apresenta-se como um método importante e rico, ao trazer informações até então negligenciadas. De alguma forma, a prosopografia realiza uma busca através dos

---

<sup>17</sup> O texto original fora publicado em 1971, sendo a versão aqui utilizada a tradução para a língua portuguesa na Revista de Sociologia e Política (STONE, 2011, p. 115).

indícios, das pistas deixadas pelos materiais pesquisados, enfim, aproxima-se do paradigma indiciário de Ginzburg (1989): por meio de pistas, levantar realidades profundas que não estão nítidas a olho nu. A junção de dados até então sem grande relevância pode produzir conhecimentos importantes. As fontes destacadas nesta pesquisa possibilitaram esta análise.

Por fim, cabe evidenciar de que forma o trabalho será exposto. No primeiro capítulo, será apresentado o contexto da cidade de Canoas no início da década de 1960. Intentamos descrever o município em seus aspectos sociais, econômicos e políticos, com ênfase neste último. Será também destacada a atuação dos partidos políticos naquela localidade, com especial atenção ao PTB, bem como, a partir da já citada metodologia prosopográfica, procurar-se-á reconstruir as trajetórias da elite política local no período aqui estudado, apresentando quais os recursos e estratégias políticas foram utilizados por essa elite para alcançar posições de notoriedade no jogo político canoense.

No segundo capítulo, a discussão focará a crise da posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, os debates na Casa Legislativa canoense em torno da atuação de Leonel Brizola no movimento da Legalidade e o ano de 1962. A partir daquele momento, sua figura ganhou projeção nacional como líder nacionalista e reformista, e o capítulo buscará compreender a leitura feita pela elite local quanto a sua atuação nesse sentido e a influência do então governador do Rio Grande do Sul junto aos trabalhistas canoenses. Ademais, se buscará compreender o entendimento dos vereadores canoenses, assim como suas ações quanto aos eventos do segundo ano do mandato de Goulart, sob o regime parlamentarista. Ano importante, também, pelas eleições estaduais, que contaram com a participação de vários líderes locais.

No terceiro capítulo, pretende-se, a partir da análise da documentação legislativa e dos depoimentos de políticos daquela época, estudar como o processo de radicalização política foi apropriado pelas lideranças locais, e como o debate com relação às reformas sociais e aos embates políticos, vivenciados no país entre 1962 e fins de 1963, foi realizado entre os vereadores canoenses. Também, buscar-se-á compreender como essa crise interferiu nas disputas políticas locais e como ela se refletiu em meio à cena política da cidade de Canoas.

O quarto e último capítulo enfatizará o ápice da polarização política, entre os fins de 1963 e o golpe de 31 de março/1º de abril de 1964. Serão analisados, aqui, os efeitos da vitória de Hugo Simões Lagranha (PSD) para a prefeitura da cidade nas

eleições municipais de 1963, bem como os debates em torno da situação nacional, cada vez mais agravada devido aos eventos de março de 1964, que acabaram culminando com a queda de Goulart.

## **1. A CIDADE NOS ANOS 60: INDUSTRIALIZAÇÃO E VIDA POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE CANOAS**

Este capítulo pretende apresentar o município de Canoas no contexto aqui estudado, iniciando-se com uma descrição do desenvolvimento desta cidade até os anos 60, quando começa a se desenhar como um centro industrial importante no estado do Rio Grande do Sul, com incentivo das administrações locais para que empresas e indústrias abrissem negócios. Por consequência, tais empreendimentos necessitavam de vasta mão de obra, o que possibilitou o surgimento de uma população operária considerável em Canoas.

Em seguida, destaca-se o desenvolvimento político-partidário do município, com ênfase no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do qual se dispõe de mais documentação. Em que pese a escassez de dados para os demais casos, é possível entender, a partir dos dados eleitorais entre 1945 e 1963, e também dos depoimentos orais, algumas questões relacionadas aos partidos opositores ao trabalhismo, tais como o PSD e o PRP naquele município.

O capítulo encerra-se com um estudo prosopográfico dos atores políticos locais. Terão destaque aqui os vereadores eleitos na 4<sup>o</sup> legislatura (1960-1963) e na 5<sup>o</sup> legislatura (1964-1969), devido ao fato de que serão esses os representantes políticos estudados ao longo deste trabalho. Procura-se, a partir da noção de *capital* de Bourdieu (1989; 2011), reconstruir as trajetórias desta elite política e entender como alcançaram suas posições naquele momento. Buscar-se-á as origens sociais e geográficas desses atores, e também as ações e estratégias de atuação no município que os permitiram alcançar suas posições na política local. Desta forma, intenta-se recuperar tais trajetórias, além de, a partir destas, compreender determinadas falas e posicionamentos perante os acontecimentos em nível nacional. Em suma, entender o que estes agentes são e como se postam naquela cidade para também apreender seus discursos e suas posições frente à radicalização política no país.

### **1.1. Industrialização e urbanização de Canoas**

Canoas emancipou-se do município de Gravataí em 1939. Dois anos antes, já havia sido instalado no território do então 4<sup>o</sup> distrito de Gravataí o 3<sup>o</sup> Regimento de Aviação do Exército (3<sup>o</sup> RAv) —, que viria a se tornar a Base Aérea de Canoas, em

1944.<sup>18</sup> Viegas (2011),<sup>19</sup> em importante estudo sobre o desenvolvimento urbano de Canoas entre 1929 e 1959, destaca que a presença dos militares naquele distrito impulsionou os movimentos favoráveis a melhorias. Todavia, não era apenas a chegada de soldados e oficiais que alavancaria as mudanças direcionadas à emancipação local. Fora também decisiva a participação de diversos setores da região, que se organizavam no sentido de requerer tais melhorias devido ao crescimento experimentado ali, especialmente com a chegada de moradores advindos de Porto Alegre, que encontravam, naquela região, espaços para moradia que já não eram possíveis na capital.

Portanto, com a expansão urbana de Porto Alegre, muitos trabalhadores desta passaram a encontrar lotes mais baratos e acessíveis em regiões próximas, como Canoas. A cidade era visada por esta população e, já nos anos 30, antes mesmo da emancipação, regiões como a Vila (atual bairro) Niterói eram alvos destes trabalhadores porto-alegrenses. Canoas constituía-se como uma “cidade-dormitório”. Tal aumento populacional levava os moradores a buscar soluções para problemas de infraestrutura junto às autoridades de Gravataí, o que acelerou o processo de emancipação, concretizado em 1939.

Viegas acentua, no entanto, que a cidade-dormitório convivia com a cidade-industrial: neste ponto, a Vila Rio Branco teve uma ocupação diferente em relação a Niterói, devido à presença dos Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros (FRIGOSUL).<sup>20</sup> Aqui, o que ocorria, além da ocupação habitacional, era a migração de trabalhadores de diversas regiões do estado e até mesmo estrangeiros que chegavam atrás de oportunidades de trabalho. De acordo com Penna (2004c):

A cidade de Canoas não tinha habitantes em número suficiente para suprir a necessidade de mais de mil trabalhadores, entre efetivos e temporários, para

---

<sup>18</sup> Conforme Gayeski, Saballa e Corbellini (2005, p. 132-133), o 3º RAv transferiu-se de Santa Maria para Canoas em 1937. Em 1941, foi fundado o Ministério da Aeronáutica, que incorporou os recursos humanos e materiais da aviação do exército. Naquele mesmo ano, o 3º RAv transforma-se na Base Aérea de Porto Alegre. Em 1944, mudou-se o nome para Base Aérea de Canoas, retornando à nomenclatura anterior em 1949. Em 1961, voltou a chamar-se Base Aérea de Canoas, nome mantido até os dias atuais.

<sup>19</sup> Ressalta-se, aqui, que a bibliografia existente sobre o município ainda é bastante restrita. Os estudos de Viegas (2011), Penna (2004a, 2004b, 2004c) e Angeli (2014; 2015) são as principais referências bibliográficas sobre Canoas.

<sup>20</sup> Sobre a FRIGOSUL: “A instituição encontra sua origem ainda em 1908, quando foi inaugurada como um entreposto comercial na localidade pela família Oderich (...). Já na década de 1930, mais precisamente em 1936, os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros foram criados oficialmente, como um desdobramento da Sociedade da Banha Sul-Riograndense Ltda. (...). Em 1938, os Frigoríficos passaram ao comando do Estado, que desejava produzir a própria carne com o objetivo de cessar o monopólio dos frigoríficos estrangeiros”. (VIEGAS, 2011, p.50).

abater diariamente de oitocentos a mil bois, três mil a três mil e oitocentos suínos e a produzir quase oito mil latas de derivados. Restava atrair gente de outras regiões, como Livramento, Lagoa Vermelha, Vacaria e por aí a fora. (PENNA, 2004c, p. 19).

Os Frigoríficos foram importantes, como é possível observar, na atração de migrantes para Canoas, especificamente na região das vilas Rio Branco e Niterói.

A presença operária tornava-se, portanto, notável no município após a emancipação da cidade na década de 1940. Todavia, ainda era um operariado que vivia em Canoas, mas que ocupava postos de trabalho na capital gaúcha — à exceção, como já visto, da Vila Rio Branco. Vivia-se um processo de migração e de crescimento urbano, mas sem enraizamento por parte dos moradores ao local. Tal situação levou as administrações canoenses, na década de 1950, a investir mais fortemente na industrialização local. A intenção, de acordo com Viegas, era que a cidade procurasse se libertar da imagem de “cidade-dormitório” e se tornasse uma “cidade industrial”, para que os moradores adquirissem maior identidade com o município e dependessem menos de Porto Alegre para trabalhar, podendo fazê-lo na sua própria localidade. É nesse momento que surgem novos lotes à venda em outras regiões da cidade, distantes das “operárias” vilas Niterói e Rio Branco, e com mais condições materiais que estas. As medidas tomadas foram uma série de benefícios oferecidos pela prefeitura aos empresários para que aproveitassem a cidade como local para a instalação de indústrias. Foi na administração de Sezefredo Azambuja Vieira<sup>21</sup> (1956-1959) que tais incentivos foram propostos como um projeto para a cidade, embora a preocupação com a industrialização fosse mais antiga<sup>22</sup>. Em um texto intitulado “Ao povo canoense”, que tinha como função prestar contas da primeira metade da administração, Vieira declarou:

Inquestionavelmente o destino do nosso município está traçado: é tornar-se num dos maiores centros industriais do Estado. Dentro de algum tempo poucas comunas rio-grandenses poderão rivalizar com Canoas em importância e produção industrial. Agora mesmo verifica-se um surto de industrialização tão vertiginoso que não tem paralelo na história da economia gaúcha. (...) Além das ímpares condições de localização, é de justiça proclamar que o aceleramento desse surto de progresso se deve também às

<sup>21</sup> Sezefredo Azambuja Vieira (1916-1993) administrou o município entre 1956 e 1959. Natural de São Francisco de Assis/RS. Fixou moradia em Canoas em 1942, para exercer a advocacia. Antes, havia sido militante integralista, chegando a ser preso durante o Estado Novo. Passou a se envolver com a sociedade local, adquirindo o capital político que o levou à suplência de deputado estadual, nas eleições de 1947. Foi derrotado como candidato a prefeito em 1951, elegendo-se em 1955. Nas eleições de 1959, candidatou-se a vereador e foi eleito com a segunda maior votação. No entanto, renunciou ao mandato em 1960, abandonando a vida político-partidária. Era filiado ao PRP. (FCC, 2004).

<sup>22</sup> O prefeito Sady Fontoura Schivitz (1952-1955), antecessor de Vieira, já destacava a importância da industrialização para a cidade em entrevista para o Diário de Notícias, citada em FCC. (2003, p.46).

medidas tomadas pela administração do município, desde a isenção de impostos de iniciativa do ilustre vereador Armando Würth, até às (sic) facilidades e assistência de toda a ordem que o Executivo vem dispensando aos senhores industrialistas. (FCC, 2004, p. 56).

Isenções de impostos e apoio da prefeitura visando retirar a alcunha de cidade-dormitório eram algumas medidas da prefeitura municipal sob o comando de Vieira para Canoas na década de 1950. Tal política teve continuidade na administração seguinte, do trabalhista Cel. José João de Medeiros<sup>23</sup> (1960-1963). Este fora um dos artífices da vinda da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP),<sup>24</sup> um investimento da Petrobrás, cuja obra iniciou-se nas presenças do governador do Rio Grande do Sul naquele momento, Leonel Brizola, e do Presidente da República, João Goulart, em 21 de dezembro de 1961.

Graças aos incentivos oferecidos em sua administração (de José João de Medeiros), através de leis e decretos, instalaram-se no município neste período importantes indústrias pesadas, como a Micheletto, a Coemsa, a Springer, a Forjasul e o maior de todos os empreendimentos: a Refinaria Alberto Pasqualini (FCC, 2005, p. 46).

---

<sup>23</sup> José João de Medeiros (1906-1992) foi prefeito de Canoas em duas ocasiões: a primeira entre março e novembro de 1951, nomeado pelo governador Ernesto Dornelles — sendo o último nomeado, já que, naquele mesmo ano, houve as primeiras eleições para prefeito de Canoas —, e a segunda eleito em 1959 e exercendo o mandato entre 1960 e 1963. Medeiros nasceu em São Pedro do Sul/RS e ingressou na vida militar em 1923. Participou, como militar, do governo de Getúlio Vargas a partir de 1930, período em que foi transferido para Minas Gerais. Retornou ao Rio Grande do Sul como oficial em 1935, no 3º RAv de Santa Maria, que depois se mudou para Canoas, sendo embrião da Base Aérea de Canoas. Desde 1937 vivia em Canoas, e ajudou a fundar o PTB local, em 1947. Candidatou-se a prefeito em 1955 pelo PSP e perdeu para Sezefredo Azambuja Vieira. Em 1959, elegeu-se pelo PTB, exercendo mandato até 1963. Ainda tentou, em 1968, candidatar-se a deputado estadual pelo MDB, sem sucesso. (FCC, 2005).

<sup>24</sup> A Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), localizada no Bairro São José, foi inaugurada em 1968. Todavia, suas obras iniciaram-se em dezembro de 1961, com o lançamento da pedra fundamental. (FCC, 2005, p. 24). Em entrevista ao jornal *O Timoneiro*, em 1987, o Cel. Medeiros relatou que a sua relação com o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, também do PTB, facilitou a chegada de investimentos para Canoas. Definiu seu poder de barganha junto a Brizola como "sem burocracia e embaraço". Lembrou que sancionou lei de julho de 1962 que oferecia vantagens para os estabelecimentos industriais se instalarem na cidade, medida que permitiu o seu desenvolvimento industrial. A lei e a relação com Brizola tiveram papel fundamental na chegada da REFAP para a cidade: "o governador Brizola é um homem audacioso, bem intencionado e com muita vontade de realizar e com muita vontade de realizar grandes projetos; isto impulsionava a gente pra frente." (*O Timoneiro*, Canoas, 05 de junho de 1987, p.7).



**Figura 1:** O prefeito Cel. José João de Medeiros ao lado de Brizola (ao centro) e João Goulart (à direita) na inauguração da pedra fundamental da REFAP, em 21/12/1961. Fonte: UPHAM/AHC

Tais projetos de isenção tinham que passar pela aprovação dos vereadores locais, o que levava muitos empresários a procurar esses políticos para os sensibilizar quanto à necessidade desses benefícios fiscais, como está relatado na ata 36, de 25 de junho de 1963, em que representantes da Springer compareceram à Câmara Municipal com essa intenção:<sup>25</sup>

Manifestou o industrialista José Morais de Lima, a vontade da Springer e Tele-Springer radicar-se neste município (...). Declarou o representante dos industrialistas presente que já tinham em vistas diversas áreas disponíveis aqui em Canoas, e que se ainda não tomaram qualquer decisão à êste respeito, foi porque esperavam um pronunciamento favorável à reivindicação que óra estavam fazendo à êsta Câmara (...) que apesar do Município de Sapucaia lhes proporcionar muitas vantagens, o desejo da Springer era vir para Canoas, bastando tão somente que este município lhe proporcionasse a devolução do retorno dos impostos pelo prazo de 3 anos.<sup>26</sup>

Deste modo, Canoas experimentava um crescimento significativo em pouco tempo: notícias de jornais destacavam a rápida industrialização do município e, conseqüentemente, a urbanização também avançava. Conforme lembram Cardoso e Novais (1998), Esse movimento de industrialização e urbanização, acompanhado de migrações internas, foi comum no Brasil daquele período, e visto com otimismo pelos canoenses, como fica claro na imprensa local: o jornal *O Gaúcho*, de 12 a 18 de janeiro

<sup>25</sup> Optou-se, neste trabalho, por manter a grafia da mesma forma que consta na documentação pesquisada.

<sup>26</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 36/63, Canoas, 25/06/1963.

de 1963, apresentava Canoas como um dos municípios que mais crescia no Estado. Apontava que os empresários procuravam Canoas por sua localização próxima a Porto Alegre, pela Estrada Federal que a atravessava, facilitando o transporte dos produtos para outras regiões do país, pelo acesso marítimo através dos rios dos Sinos e Gravataí, e resumia: “Canoas cresce todos os dias e com ela suas indústrias, por ser sua localização, sem favor, a melhor do Estado. Nenhum outro município oferece tantas vantagens”.<sup>27</sup> Em seguida, mostrava-se uma lista com algumas indústrias e comércios — 45 ao todo — que estavam instalados em Canoas, desde fábricas de móveis, vidrarias, metalúrgicas até empreendimentos maiores e tradicionais como a REFAP e a FRIGOSUL.

Em suma, Canoas constituiu-se em um importante centro urbano na década de 60. Mais do que uma cidade que recebia os trabalhadores de Porto Alegre, era também um município em expansão industrial e que atraía imigrantes de outras regiões do estado em busca de oportunidades de trabalho. Sendo assim, a cidade experimentou um crescimento populacional intenso: de acordo com dados obtidos por Angeli (2014), a população de Canoas era de 17.630 habitantes em 1940, passando para 39.826 em 1950 e para 103.503 no início da década de 1960. Ou seja, entre 1940 e 1960 — 20 anos —, a população teve um crescimento de mais de 85 mil pessoas. Uma população majoritariamente operária, que vivia principalmente nas regiões periféricas, como as já citadas vilas Rio Branco e Niterói.

Evidentemente, eram regiões precárias em termos de moradia e infraestrutura, algo que não passou despercebido por aqueles que procuraram essas zonas para viver: ausência de condições básicas de saneamento, como água potável; moradias de palafitas; problemas de enchentes devido à proximidade com o Rio dos Sinos, como bem lembrou o ex-vereador Antônio Canabarro Tróis Filho:<sup>28</sup>

... eu cheguei aqui em 41, este lado leste era desabitado, a enchente do Rio dos Sinos vinha até (...) e houve um êxodo rural muito forte e loteadores gananciosos — especulação imobiliária — fizeram loteamentos em Canoas sem fazer o saneamento básico prévio, então vendiam terreno no banhado,

---

<sup>27</sup> *O Gaúcho*, Canoas, 12 a 18 de janeiro de 1963, citada em FCC. (2005, p. 75).

<sup>28</sup> Tróis Filho foi vereador entre 1964 e 1969, eleito pelo PDC. Teve destacada atuação no campo cultural da cidade, participando como colunista em jornais locais. Seu pai pertenceu ao PTB e à UDN. Embora apoiador de Lagranha na Câmara, costumava tomar posições em defesa das Reformas de Base. TRÓIS Fº, Antônio Canabarro. *Depoimento* (julho/2012). Entrevistador: Anderson V. Torres. Canoas: (s.l.), 2012.

em zona inabitável, em zona que se caçava marrecão. Então eles vendiam muito barato...<sup>29</sup>

Para os que chegavam e se alojavam nesses espaços, havia a necessidade de se unir e pleitear, junto ao poder público, por demandas caras àquela comunidade e aos seus moradores. Foi o caso da formação dos movimentos comunitários, como a Sociedade dos Amigos da Vila Industrial (SAVIN) e a Sociedade de Amigos e Beneficente dos Trabalhadores de Niterói (SABETRAN).<sup>30</sup> Ambos possuíam cunho reivindicatório, embora, de acordo com a pesquisa de Penna (2004b), a SABETRAN tivesse vinculações partidárias, uma vez que sua origem estava vinculada ao “Comando João Goulart”.<sup>31</sup> Não só as regiões como Niterói tiveram seus movimentos comunitários: o mesmo ocorria em outras vilas da cidade, como a Estância Velha,<sup>32</sup> Vila Flórida<sup>33</sup> e Vila Fernandes.<sup>34</sup> Provavelmente, em muitas outras regiões de Canoas, também houvesse movimentos de moradores, mas não foram encontrados indícios. De qualquer forma, nota-se a presença bastante ativa desses movimentos na vida da cidade, o que se refletirá também nas questões políticas. Ainda teve importância o movimento sindical, mais precisamente o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Carne e Derivados, ligado aos trabalhadores da FRIGOSUL, e que fazia exigências objetivando melhorias para a comunidade da Vila Rio Branco, como é mencionado nas atas 32, 33, 34 e 36 de 1962 da Câmara de Vereadores<sup>35</sup>.

<sup>29</sup> TRÓIS Fº, Antônio Canabarro. *Depoimento* (julho/2012). Entrevistador: Anderson V. Torres. Canoas: (s.l.), 2012.

<sup>30</sup> Através da utilização da metodologia da História Oral, Penna (2004b) reconstituiu, em um dos capítulos de sua obra, as origens e a atuação destes movimentos comunitários da Vila Niterói. Ver Penna. (2004b).

<sup>31</sup> Em entrevista realizada por Sônia Ranincheski, o ex-militante do PTB e ex-vereador do MDB Nilton Leal Maria citou uma organização parecida em Niterói, da qual havia feito parte: “Nós fundamos a ala moça, um grupo de jovens do PTB sob o comando de João Goulart. Naquela época, em Niterói, não tinha assistência médica, e fundamos essa entidade, para sustentação política do PTB. Fizemos quermesses, equipamentos médicos”. (RANINCHESKI, 1998, p. 122).

<sup>32</sup> Notícia de *O Gaúcho* em 30 de março de 1963, dando conta da posse da nova diretoria da Sociedade Estância Velha. (FCC, 2005, p. 69).

<sup>33</sup> A Sociedade dos Amigos da Vila Flórida foi fundada em 1959. (MONTEAVARO, 2009). A Vila Flórida hoje corresponde ao Bairro Fátima. (GRAEBIN, 2009).

<sup>34</sup> A Sociedade Amigos da Vila Fernandes foi fundada em 1956 (FCC, 2004, p.121). Essa Vila atualmente é parte integrante do Bairro Nossa Senhora das Graças.

<sup>35</sup> Entre os dias 24 e 30 de maio de 1962, houve uma série de discussões na Câmara relacionadas à forma como alguns vereadores de oposição — naquele momento, Canoas era administrada por José João de Medeiros (PTB) — foram recebidos pelos sindicalistas da FRIGOSUL. Estes acusavam tais políticos de ser contra a instalação da hidráulica da Vila Rio Branco, que solucionaria os problemas das enchentes do local. Por sua vez, os vereadores Melton Both (PRP) e Dinarte Araújo (PL) apontavam que tal denúncia teria sido fomentada pelo vereador Alcides Nascimento (PTB), sindicalista e operário do Frigorífico e que visava prejudicá-los perante os trabalhadores e a comunidade da Vila. (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Atas 32, 33, 34 e 36/62, Canoas, Maio de 1962).

Enfim, Canoas, desde sua emancipação até o início da década de 60, caracterizou-se como um lugar predominantemente operário, com um aumento populacional evidente e uma expansão urbana e industrial desigual. Além disso, era reduto de forças militares em função da sua base aérea. Logo, um local com uma população propensa a ser interpelada e a se apropriar do pensamento trabalhista em voga naquele período. O que discutiremos a seguir é se houve, de fato, a interpelação dessa população pelas forças trabalhistas a partir da análise das disputas político-partidárias naquela cidade entre 1945 e 1964.

## 1.2. Vida política de Canoas: o PTB, os eleitores e as eleições

Canoas emergia, na década de 60, como uma cidade em processo acelerado de urbanização e industrialização, receptiva a populações vindas do interior, que procuravam possibilidades de trabalho na cidade, mas também aos trabalhadores de Porto Alegre, atendendo à demanda por moradias destes, que exerciam suas profissões na capital. Canoas, portanto, era uma localidade com maioria da população de trabalhadores, os quais, necessitando ser atendidos pelo poder público, buscavam algum agrupamento político que articulasse suas reivindicações. Neste ponto compreendemos a força do PTB junto à maioria dos canoenses, exercendo o papel de mediação política,<sup>36</sup> conforme o termo utilizado por Serge Berstein (2003). Além disso, o PTB correspondia — como nos diz Ferreira (2005) — a uma série de crenças e tradições vinculadas ao trabalhismo que já circulavam na sociedade brasileira, que eram ainda mais fortes em um município em pleno processo de desenvolvimento urbano e econômico.

O PTB surgira, enquanto agremiação partidária, ao final do regime do Estado Novo (1937-1945),<sup>37</sup> segundo Gomes (2007), como uma forma de manutenção do ideário trabalhista iniciado por Getúlio Vargas durante os seus 15 anos no poder. Este

---

<sup>36</sup> Conforme Berstein, o partido político exerce o papel de mediador entre as demandas e as pressões da sociedade e a formação do discurso e do programa partidário, ou seja, o segundo sofrerá interferências do primeiro e o partido é que articulará tais relações. Nas palavras de Berstein: “É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas da população”. (BERSTEIN, 2003, p. 61).

<sup>37</sup> Sobre o período do Estado Novo, ver os trabalhos de FERREIRA, J.; DELGADO, L. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a política na era Vargas*. Brasília: Editora UnB, 1993; CARONE, Edgar. *Estado Novo*. Rio de Janeiro: Difel, 1976 e GOMES, Ângela C.. *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ideário caracterizava-se por introduzir algo que já estava em pauta entre os diversos movimentos sociais, mas que fora capitalizado por Vargas ao longo do período em que este esteve no poder (1930-1945): os direitos sociais. De acordo com Gomes (2005),<sup>38</sup> ao apropriar-se da “palavra operária”, ou seja, do processo construtivo da identidade trabalhadora a partir dos próprios trabalhadores, o que vinha acontecendo desde o final do século XIX, o Estado — o governo Vargas — reconfigura estas imagens e as transforma em benefícios materiais e simbólicos com a legislação trabalhista e o papel do Estado em sua constituição:

Assim, o projeto estatal que constitui a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores (GOMES, 2005, p. 24-25).

Assim, o PTB surgia na redemocratização de 1945 como o partido defensor da bandeira do trabalhismo getulista, que fazia a mediação política entre a sua estrutura e o seu programa e o eleitorado por ele interpelado, neste caso, os trabalhadores e suas organizações, como os sindicatos. Ainda que se possa discutir se a intenção dos fundadores do PTB — e do próprio Vargas, portanto — fosse frear o avanço do Partido Comunista Brasileiro (PCB) junto ao eleitorado operário ou fosse fruto do contexto do período, com a formação de uma grande frente antigetulista — A União Democrática Nacional (UDN) —, o que ocorreu, de fato, é que o PTB buscou consolidar-se junto às classes trabalhadoras urbanas, o que conseguiu com considerável sucesso.

Logo, o PTB desenhava-se como um partido trabalhista — voltado aos trabalhadores urbanos beneficiados pela legislação social getulista —, desenhado nas entranhas do regime estadonovista e dos sindicatos vinculados ao governo e conectado ao carisma e à personalidade de seu líder, Getúlio Vargas, a quem são associadas tais conquistas, conforme lembram Gomes e D’Araújo (1989): “A pregação estadonovista fundará, como sua ideologia, o trabalhismo, e criará um movimento de opinião pública favorável, até mítico, a figura de Getúlio Vargas: o getulismo”. (GOMES; D’ARAÚJO,

---

<sup>38</sup> A obra de Gomes propõe um papel ativo das classes trabalhadoras na construção das leis sociais. Ou seja, ainda que o Estado tenha se apropriado dos projetos dos trabalhadores e os transformado no Trabalhismo, estes eram construídos pela própria classe e não por uma imposição a partir do Estado. Desta forma, o trabalho critica o conceito de populismo, em que a ideologia trabalhista era analisada como uma imposição estatal que retirava a autonomia das classes populares. Sobre o tema, ver Ferreira (2013).

1989, p.8). O PTB e o trabalhismo confundiam-se com o getulismo.<sup>39</sup> E tal relação seguirá até o ano de 1954: nesse período, Vargas centralizou praticamente todas as ações do partido em torno de si. Como lembrou D'Araújo (1996), a presença de Vargas na estrutura partidária era a de um líder carismático, e como tal, as regras internas e as tomadas de decisões acabavam legitimadas quando estivessem de acordo com o líder.

A morte de Vargas, em 1954, representou um ponto de virada no projeto petebista: a nova conjuntura, sem seu chefe e com a ascensão de novas lideranças como João Goulart, Leonel Brizola, Fernando Ferrari e San Tiago Dantas renovou o PTB, fez o partido se aproximar cada vez mais de suas bases, atuando lado a lado com os movimentos sociais e reformistas que começavam a surgir no período, tornando-se um interlocutor direto de seus seguidores junto às instituições políticas nacionais, como bem lembra Neves (2013):

(...) o trabalhismo só alcançou a dimensão e a projeção que marcaram sua história nos anos 50 e 60, por não apresentar um discurso descolado da realidade, mas sim, por ter incorporado à prática política de seus adeptos as proposições que constituíam o suporte de seu programa (NEVES, 2013, p. 194).

O nacionalismo e as reformas de base, portanto, faziam parte dessa mediação entre os adeptos — não só o operariado, mas também outros grupos sociais como os militares e as classes médias — e o partido, seguindo o modelo de Bernstein: o programa que o PTB assumiu, a partir dos anos 50, estava ligado aos desejos e às aspirações daqueles que o acompanhavam e acreditavam nele como um porta-voz da luta pelas mudanças sociais, esforço esse que era compartilhado entre diversos setores da sociedade como os trabalhadores, os camponeses, os militares subalternos, entre outros. Tratava-se de um projeto que vinculava o trabalhismo getulista e as novas demandas como o nacionalismo e o desenvolvimentismo, temas caros naquele período à sociedade brasileira:

Portanto, a conjuntura delimitada pelos anos 40 e início dos anos 60 foi caracterizada pela crença de expressivos segmentos da sociedade civil brasileira de que a modernidade só seria alcançada se apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização, por políticas

---

<sup>39</sup> O Getulismo é aqui entendido nos termos de Ferreira (2005, p. 11-12): expressava a defesa da conquista dos direitos trabalhistas vinculada à figura de Getúlio Vargas; este, por sua vez, estabelecia uma relação sem mediação com os grupos sociais beneficiários das suas políticas.

sociais distributivas e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país (NEVES, 2013, p.172).

Estava em questão, também, *de que forma* o PTB levaria adiante esse projeto. Torna-se aqui importante distinguir os diversos "trabalhismos" que surgiram no PTB. Por um lado, a figura de Goulart, vista como "herdeiro" da liderança de Vargas após a sua morte. Papel esse ampliado pela sua passagem no Ministério do Trabalho, durante o ano de 1953.<sup>40</sup> Após a morte de Vargas, Goulart passou a liderar o partido. Ainda que na presidência do partido agisse de forma centralizadora, nas relações com os atores políticos externos primava pela negociação. Ao seu lado, estava San Tiago Dantas, reconhecido como um importante teórico dentro do partido e, do mesmo modo, detentor de uma postura conciliatória. Por outro lado, começava a afirmar-se, a partir de sua eleição ao governo do Rio Grande do Sul e de suas ações nacionalistas, a figura de Leonel de Moura Brizola. Esse, cada vez mais, adotava um discurso nacionalista e reformista radical, próximo dos movimentos sociais reformistas do período.

As bandeiras e a ideologia, portanto, não são diferentes. Tanto Dantas como Brizola, além do próprio Goulart buscaram reconstruir o PTB pós-Vargas a partir do legado deixado pelo líder, acrescentando temas demandados pelo eleitorado naquele período, como o nacionalismo e o reformismo. A diferença era a prática de cada um ao usar o trabalhismo como recurso de poder, uma vez que não havia mais a referência getulista que mantinha a unidade partidária. De acordo com Gomes:

Na conjuntura política de fins dos anos 50 e início dos 60, quando o PTB cresce eleitoralmente e consegue chegar ao poder, duas lideranças se destacavam com projetos políticos que, embora convergissem em pontos substantivos, divergiam profundamente na definição das estratégias e do alcance das políticas a serem implementadas. Se San Tiago Dantas pode e deve ser caracterizado como um ideólogo do trabalhismo e Leonel Brizola não preenche *stricto sensu* os requisitos para tanto, o sentido da proposta doutrinária de San Tiago não pode ser plenamente entendida sem as referências à conjuntura e à presença específica de Brizola (GOMES, 1994, p. 142-143).

---

<sup>40</sup> A passagem de Goulart pelo Ministério do Trabalho deu-se entre junho de 1953 e fevereiro de 1954. À época, ocupava já, também, o cargo de presidente nacional do PTB. De acordo com D'Araújo (1996) e Ferreira (2005), Goulart assumiu a presidência do partido com o intuito de unificá-lo em torno das bandeiras trabalhistas e nacionalistas, e, para isso, estabeleceu canais de diálogos com os sindicatos e com o PCB, para que os trabalhistas tivessem acesso à estrutura sindical. Com tal política, Goulart fora chamado a assumir a pasta do Trabalho, e adotou políticas de negociação e conciliação com os movimentos sindicais referentes às suas reivindicações e que aproximaram ainda mais o partido e os sindicatos. Essa postura de conciliação foi vista pelas oposições a Vargas como uma forma de "manipulação" e uma tentativa de organizar um golpe "sindicalista-peronista" (TOLEDO, 1983, p.12).

Tal posição do partido em termos ideológicos foi adotada também por sua seção gaúcha. Karnikowski (1999) entende que o PTB representou, no Rio Grande do Sul, um novo segmento social: a classe operária nascente a partir da industrialização empregada por Vargas durante o Estado Novo, constituindo novos atores, que representavam novas forças de pressão por demandas, como a participação política e as melhorias de cunho social. No Estado, assim como nacionalmente, o PTB surgira nos meios sindicalistas, identificada por Bodea (1992) como a corrente fundadora do partido no território gaúcho. Essa facção, oriunda da ala trabalhista do PSD gaúcho,<sup>41</sup> foi inicialmente a base do partido, ao que depois se somou a União Social Brasileira (USB),<sup>42</sup> grupo político liderado por Alberto Pasqualini e que apresentava um programa próximo ao trabalhismo inglês, e o grupo pragmático-getulista, este de políticos profissionais advindos do PSD e que, sob influência de Vargas, aderiram ao partido trabalhista. Cruz (2010) ressalta, todavia, que a classificação de Bodea refere-se à fundação do partido, e que essa configuração se alteraria até as primeiras eleições estaduais, em 1947.

Em que pesem suas especificidades, o PTB gaúcho apresentava, portanto, características próximas ao núcleo central: voltado para as classes trabalhadoras urbanas, oriundo da influência de Getúlio Vargas e defensor do projeto trabalhista getulista, embora tivesse uma postura mais progressista do que a cúpula nacional.

A atuação do PTB em Canoas inseria-se neste contexto: exercia o papel de mediação política entre grupos sociais significativos, tais como o operariado, o funcionalismo público e, especificadamente no caso de Canoas, os militares instalados na cidade. Desse jeito, relacionava-se também com os setores subalternos das Forças Armadas. Um local em transformação urbana e em processo de industrialização não poderia deixar de ser um local propenso às ideias petebistas daquele momento.

Indícios desse papel exercido pelo PTB no município podem ser encontrados nas atas das reuniões da executiva do partido em Canoas, entre 1962 e 1965, documentação rica para entender o funcionamento deste grupo partidário na localidade. Na ata 1, de 25

---

<sup>41</sup> Devido a este rompimento, ocorreu aquilo que Bodea chamou de “desgetulização” do PSD: diferentemente da escala nacional, em que frequentemente PTB e PSD eram aliados, devido à origem getulista de ambos, no Rio Grande do Sul, houve o afastamento destes dois partidos. A saída de lideranças getulistas do PSD em direção ao PTB, passando antes pelo PSD Autonomista, em 1950, marcou definitivamente a sua separação e a aproximação do PSD regional aos partidos antigetulistas: PL e UDN. Em Canoas, como veremos, PTB e PSD eram os grandes rivais locais, sendo este último aliado de PRP e PL.

<sup>42</sup> A USB destacava-se pela liderança e as ideias de Pasqualini, inspiradas no trabalhismo inglês, na social-democracia europeia e na ideia do capitalismo solidário e da justiça social. Esse programa acabará absorvido pelo PTB, juntamente com a USB. (CRUZ, 2010).

de fevereiro de 1962, foram convocados os filiados do partido na cidade para a eleição do novo diretório: foram eleitos 53 membros, sendo 50 da Executiva e três do Conselho Fiscal. A ata registrou a presença de 384 filiados ao partido; entretanto, segundo a mesma ata:

... o número de inscritos no Partido Trabalhista Brasileiro, no município de Canoas, é da ordem de um mil e quinhentos (1.500) conforme consta de seu fichário até este momento...<sup>43</sup>

Esse é um dado bastante relevante, se lembrarmos de que a população de Canoas nesse período já superava 100 mil habitantes. Levando-se em consideração os dados eleitorais do ano de 1962,<sup>44</sup> havia em torno de 25.000 eleitores na cidade. Em outras palavras, em torno de 5% do eleitorado local possivelmente tinha vínculos diretos com o partido. Um número significativo de indivíduos diretamente envolvidos com este grupo partidário, seu programa e suas propostas.

Entre as lideranças partidárias locais, estavam também presentes os temas das reformas sociais. Na ata 1 do Diretório petebista do Centro de Canoas, é relatada a fala do membro do partido Carlos José de Almeida. Nela, Almeida dizia que era necessário manter a linha ideológica do partido e elogiava as posturas reformistas de Goulart na presidência da República e de Brizola no governo do Rio Grande do Sul:

Atualmente (...) o Partido Trabalhista Brasileiro encontrava-se num campo de profundas e grandes lutas (...) de grandes reformas que se avizinhavam. Tais reformas são para exemplificar todas aquelas o que se propõem o presidente da República, digníssimo presidente do nosso Partido, como o Sr. Governador do Estado, o Engenheiro Leonel Brizola, no caso a Reforma Agrária, que tem sido tão combatida pelos grupos de pressão e forças reacionárias.<sup>45</sup>

O Diretório do Centro de Canoas ainda apresentou uma lista de ideias ligadas às reformas de Base defendidas pelos membros, tais como a lei antitruste, um plano de escolarização das massas, Reforma Agrária e fiscalização do capital estrangeiro e da remessa de lucros.<sup>46</sup>

Deve-se levar em conta também os simpatizantes do partido que não tinham filiação direta, o que é demonstrado pela votação do PTB ao longo da experiência democrática na cidade. A partir dos resultados dos pleitos majoritários estaduais em

<sup>43</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB/CANOAS, Ata 1, 25/02/1962.

<sup>44</sup> Segundo o levantamento de dados de Noll e Trindade (2004), o número de votantes em Canoas fora de 25.343 pessoas nas eleições de 1962.

<sup>45</sup> DIRETÓRIO COMANDANTE GUSTAVO KRAMER - PTB/CANOAS, Ata 1, 10/02/1962

<sup>46</sup> DIRETÓRIO COMANDANTE GUSTAVO KRAMER - PTB/CANOAS, Ata 1, 10/02/1962

Canoas, é possível encontrar indícios do crescimento eleitoral do PTB no município: nas eleições de 1947 para o governo estadual, Walter Jobim (PSD-PRP) vencera Alberto Pasqualini (PTB), obtendo 42,17% dos votos contra 38,4% do candidato petebista. Nesta eleição, os votos de Canoas foram contados em uma junta que reunia ainda Porto Alegre, Guaíba e Gravataí.<sup>47</sup> Nesta junta, cujo número de votantes foi de 10.772, Jobim obtivera a maior votação: 37,71%. No entanto, Pasqualini ficou atrás com uma pequena diferença: 37,54%. Deve-se considerar que os votos de Canoas estavam misturados com os de outras três cidades, mas, de qualquer forma, demonstrava que havia já um eleitorado trabalhista consistente, ainda que equilibrado em relação às outras forças políticas. Se considerarmos que o terceiro colocado, Décio Martins (PL-UDN), obteve, na mesma junta, 24,75% dos votos, nota-se que o trabalhismo tinha força, mas ainda era minoritário em Canoas e nas cidades próximas.

**Tabela 1-** Eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1947

Candidato	Coligação	Votação geral (%)	Votação Junta 06 (%)
Walter Só Jobim	PSD-PRP	42,17	37,71
Alberto Pasqualini	PTB	38,4	37,54
Décio Martins Costa	PL-UDN	19,34	24,74
Branco e Nulos	-	2,22	Não Consta

**Fonte:** NOLL; TRINDADE, 2004.

Nas eleições de 1950 para o governo estadual, a balança já tendia favoravelmente ao PTB na junta correspondente a Canoas, Gravataí e parte de Porto Alegre — alterada para o número 7 naquela ocasião. O vencedor foi o trabalhista Ernesto Dornelles, que obteve 45,85% dos votos contra 39,47% do seu principal concorrente, o pessedista Cylon Rosa. Na junta 07, a vitória do petebista fora maior: 51,20% contra 32,06% do candidato do PSD, em um universo de 11.774 eleitores.

<sup>47</sup> A Junta 06 reunia os votos de Canoas, Guaíba, Gravataí e uma parte de Porto Alegre, já que as juntas 01, 02, 03, 04 e 05 reuniam votos apenas da capital gaúcha. Possivelmente, cada junta representava uma região da cidade (NOLL, TRINDADE, 2004).

**Tabela 2** - Eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1950

Candidato	Coligação	Votação geral (%)	Votação Junta 07 (%)
Ernesto Dornelles	PTB-PSDA-PSP	45,85	51,20
Cylon Rosa	PSD-UDN-PRP	39,47	32,06
Edgar Schneider	PL	11,23	13,18
Mendonça Lima	PSB	0,11	0,04
Branços e Nulos	-	3,32	3,52

**Fonte:** Livro Eleições de 1950 — 1º volume — Arquivo TRE/RS

Nas eleições de 1954 a balança já tendia favoravelmente para o trabalhismo: nos resultados gerais, o governador eleito fora Ildo Meneghetti (PSD), com 47,08%. Pasqualini era novamente o candidato petebista e obteve 43,35%. Notava-se uma polarização entre PSD e PTB, já que as outras três candidaturas não somaram sequer 10%.<sup>48</sup> Em Canoas, Pasqualini sagrou-se vencedor com votação expressiva: dos 7.223 eleitores, 63,41% votaram no petebista, contra 29,21% que escolheram Meneghetti. Em 1958, a diferença tornou-se mais patente. Leonel Brizola (PTB-PRP) elegeu-se governador com 55,18% contra 41,26% de Walter Perachi Barcellos (PSD-UDN-PL). Em Canoas, a vitória foi ainda mais consagrada: Brizola fez 75,36% dos 21.307 eleitores canoenses — nota-se, aqui, que praticamente triplicou, em quatro anos, o número de votantes, um vestígio do crescimento da cidade —, enquanto Barcellos atingiu apenas 18,99%.

**Tabela 3**- Eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1954

Candidato	Coligação	Votação geral (%)	Votação Canoas (%)
Ildo Meneghetti	PSD	47,08	29,21
Alberto Pasqualini	PTB	43,35	63,41
Wolfram Metzler	PRP	8,66	5,32
José Diogo Brochado da Rocha	PSP	0,9	2,05
João Ferreira Sampaio	PSB	0,01	0,01
Branços e Nulos	-	1,99	Não Consta

**Fonte:** NOLL; TRINDADE, 2004.

<sup>48</sup> Além de Meneghetti e Pasqualini, também se candidataram Wolfram Metzler (PRP), José Diogo Brochado da Rocha (PSP) e João Ferreira Sampaio (PSB) (NOLL; TRINDADE, 2004).

**Tabela 4-** Eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1958

Candidato	Coligação	Votação geral (%)	Votação Canoas (%)
Leonel Brizola	PTB-PRP	55,18	75,36
Walter Peracchi Barcellos	PSD-UDN-PL	41,26	18,99
Branços e Nulos	-	3,56	5,66

**Fonte:** NOLL; TRINDADE, 2004.

Nas eleições de 1962, houve um elemento novo: a candidatura de Fernando Ferrari pelo seu partido, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), dissidência do PTB.<sup>49</sup> O fator Ferrari acabou dividindo os votos trabalhistas naquela eleição. Ao fim, a eleição fora vencida por Meneghetti (ADP), que trouxe para sua coligação outras forças conservadoras do estado como o PL, a UDN, o PRP e o PDC, além do PSD, partido do candidato. O pessedista fez 37,10%, contra 35,46% do candidato do PTB, Egydio Michaelson, e 21,45% para Ferrari. Em Canoas, sentiram-se os efeitos do fator Ferrari; todavia, ainda assim Michaelson fez 40,34% junto aos 25.343 votantes. A queda entre 58 e 62 seria surpreendente, não fosse a votação de Ferrari: em Canoas, o dissidente trabalhista fez 31%, enquanto o governador eleito foi apenas o terceiro na cidade, com 20,68%.

---

<sup>49</sup> O Movimento Trabalhista Renovador surgiu, segundo D'Araújo (1996), das disputas internas entre João Goulart e Fernando Ferrari. Este último optou por romper com o partido e formar a sua agremiação partidária. Para a autora, longe de representar um “trabalhismo autêntico”, Ferrari saiu por não conseguir acessar a liderança do PTB. D'Araújo defende que Ferrari não sustentava ideias diferentes daquelas que o PTB apregoava e que sua saída se deveu mesmo por fatores político-partidários.



**Figura 2:** Apoio de canoenses à Brizola durante visita na cidade em 1962. Fonte: UPHAM/AHC

**Tabela 5 -** Eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1962

Candidato	Coligação	Votação geral (%)	Votação Canoas (%)
Ildo Meneghetti	PSD-PL-PRP- PDC-UDN	37,06	20,68
Egydio Michaelsen	PTB	35,42	40,34
Fernando Ferrari	MTR	21,57	31
Branco e Nulos	-	5,96	7,97

**Fonte:** NOLL; TRINDADE, 2004.

Estes dados indicam, portanto, a força e o crescimento que o trabalhismo experimentou junto ao eleitorado de Canoas. Ainda que em 1962 tenha havido uma queda de votos para o candidato trabalhista, boa parte deles foram direcionados para uma candidatura que também se proclamava como trabalhista. Se, como ressalta Cánepa (2005), não houvesse o rompimento entre Ferrari e o PTB, a vitória seria da candidatura petebista e o mesmo valeria para a votação em Canoas: sem a divisão de votos, o partido possivelmente teria um resultado mais expressivo ainda do que já tivera naquela eleição. Logicamente, existem outros condicionantes que podem ajudar a explicar a queda de votos dos trabalhistas no município, como a fragilidade do nome de Michaelsen em relação aos concorrentes e mesmo dentro do PTB e até uma possível omissão do diretório petebista local na campanha de Michaelsen. Uma ata de 1962 apresenta queixas do presidente regional do partido, João Caruso, ao andamento da propaganda para o candidato ao governo estadual pelo PTB na cidade: em visita ao

diretório canoense, ele reclama da “inexistência de propaganda do Sr. Egydio Michaelsen, assim como a frieza com que vem sendo tratada, não só pelos candidatos a deputação como pela maior parte dos companheiros, à candidatura a sucessão do Eng<sup>o</sup> Leonel Brizola”.<sup>50</sup>

De qualquer forma, o trabalhismo demonstrava ter a preferência do eleitorado local, possivelmente pelo seu programa reformista e atento às demandas das populações urbanas e trabalhadoras, características essas presentes no município de Canoas após 1945.

Nas eleições municipais, o PTB também demonstrava evolução em termos eleitorais, embora este fato nem sempre significasse vitórias. Entre 1945 e 1964, houve cinco eleições: 1947 — em que se escolheu apenas os representantes legislativos<sup>51</sup> —, 1951, 1955, 1959 e 1963. Na primeira eleição, em 1947, o partido vencedor foi o PSD, que elegeu 5 vereadores, contra 2 eleitos do PTB, 1 da coligação PRP-PL e 1 da UDN. Angeli (2014) a enfatiza como a única legislatura em que a maior bancada não fora trabalhista: em 1951, o PTB já obtinha maioria, com 4 eleitos, contra 2 da coligação PSD-UDN e 2 do PRP, além de 1 eleito pelo PSP; em 1955, PTB e PSD dividem a maior bancada com 3 vereadores cada, PL, PSP e PRP elege cada um 2 vereadores e a UDN conquista 1 cadeira; 1959 marcou o predomínio trabalhista: 6 vereadores eleitos, contra 3 do PSD, 2 do PL e 2 do PRP; em 1963, o PTB permanecia majoritário, com 5 vereadores, contra 2 de cada um destes partidos: PSD, PL e PDC, além de um eleito pelo PRP. Se olharmos os números dessas eleições, especialmente os anos de 1959 e 1963, das quais dispomos de dados, torna-se mais evidente a preferência pelo PTB em relação aos outros grupos partidários.

---

<sup>50</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB/CANOAS. Ata 11, 25/07/1962.

<sup>51</sup> A primeira eleição majoritária em Canoas ocorreu em 1951. Até então, os prefeitos eram nomeados pelo governo estadual.

**Tabela 6** - Número de votos por legenda nas eleições proporcionais de Canoas nas eleições municipais de 1959 e 1963

Legendas \ Ano	1959	1963
PTB	6.995	7.056
PSD	3.898	3.679
PL	2.463	3.035
PDC	937	2.731
MTR	-	2.619
PRP	3.202	2.548
PSB	-	1.664
PSP	1.533	1.344
UDN	-	621
PR	933	-
Total de votantes	21.576	27.489

**Fontes:** Arquivo do TRE/RS. Disponível em: [http://www.tre-rs.gov.br/upload/26/Municipais\\_Canoas1959.PDF](http://www.tre-rs.gov.br/upload/26/Municipais_Canoas1959.PDF). Acervo Partidos/eleições. UPHAM/AHC.

A partir destes números, torna-se perceptível a força do trabalhismo junto ao eleitorado canoense. Todavia, há outra forma de estudar esses dados, que acaba mitigando essa predominância trabalhista. Se analisarmos as eleições municipais para prefeito, notamos, primeiro, que houve uma alternância de poder ao longo do período entre o PTB e o grupo anti-PTB, utilizando os termos de Trindade e Noll (2004). Em 1951, na primeira eleição para prefeito de Canoas, o vitorioso foi o petebista Sady Fontoura Schvitz,<sup>52</sup> que superou Hugo Simões Lagranha<sup>53</sup> (PSD-UDN-PL-PSP) e Sezefredo Azambuja Vieira (PRP). Os números foram os seguintes:

<sup>52</sup> De acordo com a FCC, Sady Fontoura Schvitz (1904-?) nasceu em Rio Grande/RS. Foi eleito prefeito pelo PTB, era 2º sargento da reserva no exército e trabalhava no Cais do Porto como conferencista. Morava na Vila Fernandes e tinha atuação junto aos movimentos comunitários da vila e da cidade (FCC, 2003).

<sup>53</sup> Hugo Simões Lagranha (1918-2005) era natural de Alegrete/RS. Foi fiscal de impostos da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul entre 1942 e 1968, quando se aposentou. Iniciou a carreira política em 1955, quando se elegeu vice-prefeito de Canoas, ficando no cargo até 1959. Neste ano, tentou eleger-se prefeito, mas fora derrotado pelo Cel. Medeiros. Venceu em 1963 e exerceu até 1968 o primeiro dos cinco mandatos que teve na prefeitura de Canoas. Entre 1968 e 1971, exerceu o segundo mandato, desta vez nomeado, já que Canoas foi incluída como Área de Segurança Nacional pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985). O terceiro, também nomeado pelo governo estadual, aconteceu durante os anos de 1983 e 1984. É eleito para o quarto mandato em 1988, exercendo-o entre 1989 e 1992. Foi eleito também em 1996 e cumpriu novo mandato entre 1997 e 2000. Afora a prefeitura, foi vereador na cidade por dois mandatos, entre 1973 e 1982, e deputado federal, entre 1994 e 1996. Também trabalhou como assessor do governo de Ildo Meneghetti durante o ano de 1963. (FCC, 2006; DE PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

**Tabela 7** - Eleição para a prefeitura de Canoas (1951)

Candidato	Partido/Coligação	Votos
Sady Fontoura Schvitz	PTB	1897
Hugo Simões Lagranha	PSD-UDN-PL-PSP	1512
Sezefredo Azambuja Vieira	PRP	1498

**Fonte:** FCC, 2003, p. 7.

Para algumas análises, a vitória trabalhista teria ocorrido, portanto, devido à proletarização do eleitorado e também devido à divisão entre as forças anti-PTB canoenses (FCC, 2003). De qualquer forma, este foi um período em que o trabalhismo ainda estava desenvolvendo-se na cidade, o que se consolidaria nas eleições seguintes. Entretanto, as eleições de 1955 marcaram a vitória de um candidato conservador: Sezefredo Azambuja Vieira, derrotado em 1951:

**Tabela 8** - Eleição para a prefeitura de Canoas (1955)

Candidato	Partido/Coligação	Votos
Sezefredo Azambuja Vieira	PSD-PRP-PL	4609
Major José João de Medeiros	PSP	3503
Maurício Muller	PTB	2302
Antônio Canabarro Tróis <sup>54</sup>	UDN	464

**Fonte:** FCC, 2004, p.31.

O resultado, no entanto, não era uma surpresa: o Major — depois Coronel — Medeiros era membro do PTB e, em função de divergências internas, candidatou-se pelo PSP,<sup>55</sup> enquanto o PTB lançou Maurício Muller<sup>56</sup> como candidato oficial. De acordo com o jornal *O Momento*, assim explicava-se a derrota trabalhista:

Quanto à votação propriamente dita, temos que se não tivesse o Partido Trabalhista Brasileiro se subdividido com o lançamento da candidatura extremamente vazia, com (sic) a do Sr. Maurício Muller, sem base popular, e a inexplicável dissidência do major José João de Medeiros, teria sido bem outro o veredito das urnas. A vitória dos trabalhistas seria inapelável se tivesse havido coalizão em torno a um nome prestigioso, o que se pode facilmente concluir somando a votação de Muller e Medeiros: 5.805.<sup>57</sup>

<sup>54</sup> Coletor federal do município. Consta sua participação em partidos como o PTB, PRP e UDN. (FCC, 2003, 2004; RANINCHESKI, 1998). Mais informações sobre Tróis, ver nota 88.

<sup>55</sup> Curiosamente, um ano antes, nas eleições estaduais, José Diogo Brochado da Rocha, preterido por Alberto Pasqualini como candidato do PTB à sucessão de Ernesto Dornelles, candidatou-se pelo PSP ao governo estadual. (BODEA, 1992).

<sup>56</sup> Foi secretário municipal durante a administração Schvitz. (FCC, 2003).

<sup>57</sup> *O Momento*, 15/10/1955. Citado em FCC. (2004, p.30).

Segundo Bourdieu (1989), as lutas políticas acontecem dentro dos mais diversos espaços do campo político, incluindo-se os partidos. Em 1955, podem ter existido conflitos internos no partido que levaram à deserção de Medeiros e seus apoiadores e à consequente candidatura dissidente. Não podemos afirmar com certeza as motivações. Seriam ideológicas ou disputa de posições de poder dentro do partido? O que se pode afirmar é que, embora tal disputa intestina tenha prejudicado as forças trabalhistas da cidade e levado à sua derrota na competição eleitoral, os resultados expressavam que, somadas, estas forças tinham o apoio da população.

O confronto seguinte, em 1959, dera-se entre apenas duas candidaturas: o então Coronel José João de Medeiros, desta vez pelo PTB, e o então vice-prefeito Hugo Simões Lagranha (PSD). Ainda com a vitória trabalhista, a votação foi apertada:

**Tabela 9** - Eleição para a prefeitura de Canoas (1959)

Candidato	Partido	Votos
Cel. José João de Medeiros	PTB	9697
Hugo Simões Lagranha	PSD	9610

**Fonte:** Arquivo TRE/RS. Disponível em: [http://www.tre-rs.gov.br/upload/26/Municipais\\_Canoas1959.PDF](http://www.tre-rs.gov.br/upload/26/Municipais_Canoas1959.PDF)



**Figura 3:** Anúncio de campanha do PTB nas eleições de 1959. Em destaque, a foto do candidato a prefeito Cel. Medeiros ao lado do então governador Brizola. Fonte: UPHAM/AHC.

A despeito da vitória petebista, só ocorrera uma diferença de 87 votos. Além disso, informações da imprensa local davam conta de que, em zonas tradicionalmente operárias, tais como a Vila Niterói, a disputa havia sido voto a voto. O jornal *Gazeta de Notícias*, ao trazer uma reportagem sobre o pleito, informa que:

A cada minuto aumentava a expectativa (sic) de vez que, ora vencia Medeiros, ora Lagranha, tendo entretanto o candidato trabalhista conseguido relativa colocação quando da abertura das urnas de Mathias Velho, Harmonia, Chácara Barreto e outras zonas. Esperavam os correligionários do candidato “frentista” que o mesmo conseguisse eliminar a diferença existente com a votação obtida em Niterói. Tal não se deu, uma vez que as vitórias de Lagranha naquele distrito não foram suficientes para cobrir o resultado parcial favorável a Medeiros.<sup>58</sup>

Curiosamente, a expectativa de Lagranha era reverter o resultado na Vila Niterói, vila esta tradicionalmente operária. Local, como já referido aqui, que fora

<sup>58</sup> *Gazeta de Notícias*, Canoas, ano I, edição extra, 1959.

rapidamente habitado por trabalhadores de Porto Alegre e mesmo de Canoas, uma população que, teoricamente, não cogitaria votar em um concorrente ligado a forças anti-PTB, mais conservadoras. O que levava Lagranha a crer nesta possibilidade? Retomando os dados sobre as eleições para a Câmara de Vereadores, notamos que o número de votos do PTB é expressamente maior frente aos outros partidos. Todavia, devemos conjecturar que a soma dos votos do PTB, em oposição aos partidos tradicionalmente anti-PTB, equilibra estes dois polos políticos no município. Nas eleições de 1963, torna-se mais manifesta tal situação, pois sabemos as coligações que apoiaram cada um dos candidatos:<sup>59</sup>

**Tabela 10** - Eleição para a prefeitura de Canoas (1963)

Candidato	Partido/Coligação	Votos
Hugo Simões Lagranha	PSD-PRP-MTR-PDC-PL	13420
David Lanner	PTB-PSP-PSB	9324

**Fonte:** UPHAM/AHC, Acervo Política/Eleições/Câmara, Caixa 25, Pasta 5, Material do PDC

Ora, o primeiro dado é a derrota trabalhista por uma diferença grande de votos: 4.096. Olhando os números de votos por partido para o legislativo e os somando de acordo com as coligações, temos a seguinte definição:

**Tabela 11**- Relação de votos na eleição para a Câmara de Vereadores de Canoas por coligação (1963)

Coligação	Votos
PSD-PRP-MTR-PDC-PL	14612
PTB-PSP-PSB	10064

**Fontes:** UPHAM/AHC, Acervo Política/Eleições/Câmara, Caixa 25, Pasta 5, Material do PDC

Em número de vereadores eleitos, foram oito para a coligação vencedora, contra cinco da derrotada, todos do PTB. Mesmo em 1959, Medeiros teve de administrar a cidade com uma maioria oposicionista no legislativo: eram 6 trabalhistas contra 7 oposicionistas, divididos entre PSD, PRP e PL. Concorda-se aqui com Angeli (2015)

<sup>59</sup> O *Correio do Povo* noticiou, em 23/07/1963, os andamentos das negociações partidárias em Canoas para as eleições previstas para novembro do mesmo ano. Naquele momento, UDN, PSB e PSP não tinham definido suas posições. A aliança do PTB com o PSP fora selada, de acordo com as atas do PTB, em 28 de julho, cinco dias após a notícia do jornal porto-alegrense. (DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB, ata 34, 28/07/1963). Em 29 de agosto do mesmo ano, o PSB comunicou ao diretório petebista que apoiaria o candidato trabalhista David Lanner (DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB, ata 37, 29/08/1963).

quanto à formação de blocos partidários nos pleitos canoenses entre 1947 e 1963: um bloco trabalhista, com apoios de PSP e PSB — à exceção da eleição de 1955 —, e um bloco conservador, encabeçado ora por PSD e ora por PRP, também contando com uma ressalva, nesse caso, as eleições de 1951. Em 1963 o bloco conservador teve mais força, ainda que isoladamente o PTB houvesse eleito mais vereadores.

A partir desses dados, é possível observar que o trabalhismo era um elemento importante nas decisões políticas dos eleitores canoenses daquele momento. Sem dúvida, o PTB local era um partido sólido e com substancial apelo, obtendo grandes votações. Todavia, mesmo sendo uma cidade com características urbanas e, conseqüentemente, propensa a ter uma população devota ao trabalhismo e ao seu programa social e reformista, outras variáveis pesavam na escolha dos indivíduos, mais ainda quando se tratava das disputas locais. Um fator neste sentido eram os conflitos internos existentes dentro da agremiação trabalhista. Como já referido, as eleições locais de 1955 foram marcadas por uma divisão entre os filiados, o que levou a ter duas candidaturas: uma oficial e outra dissidente, esta sendo representada pela sigla do PSP.

Outro exemplo neste sentido foram as disputas internas por influência e poder no seio do partido no município. Não eram novidades os conflitos por poder dentro do partido em nível nacional: D'Araújo (1996) lembra que, a partir da institucionalização do partido após a morte de Vargas, o PTB abriu-se para as lutas internas, visando à conquista do poder para agir em nome do “líder”. É o que a autora chamou de rotinização do carisma. Tal fato ocorrera com o PTB após Vargas, levando a conflitos entre aqueles que se proclamavam herdeiros do fundador da agremiação. Assim, o partido dividiu-se entre várias lideranças, com diferentes visões ideológicas, mas também de organização partidária. O caso mais extremo foi a disputa entre João Goulart e Fernando Ferrari, que acabou ocasionando a saída do segundo para formar o seu próprio partido, o MTR. Em Canoas, as lutas também tinham caráter de disputas por interesses e por poder: o ano de 1962 apresentou um duro embate entre os vereadores Edson de Medeiros e Antônio Soares Flores,<sup>60</sup> ambos do PTB. O primeiro havia sido indicado para a disputa por uma vaga na Assembleia Legislativa naquele ano;<sup>61</sup> além disso, era filho do prefeito da cidade, Cel. José João de Medeiros. O segundo era

---

<sup>60</sup> Antônio Soares Flores era comerciante. Teve filiação inicial no PSD, mas depois passou para o PTB. Segundo Souza, o irmão de Flores, Coralino Soares Flores, fora um dos fundadores do MTR em Canoas. SOUZA, Luís Pereira de. *Depoimento* (setembro/2012). Entrevistador: Anderson V. Torres. Canoas: (s.l.), 2012.

<sup>61</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB/CANOAS. Ata 4, 10 de maio de 1962, Canoas.

apoiador do então candidato a deputado estadual e Secretário Estadual da Saúde, Lamaison Porto. Edson, antes mesmo da indicação oficial, fez uma declaração surpreendente na Câmara de Vereadores:

(...) formulou o vereador Edson Medeiros o seu ponto de vista sobre a sua campanha eleitoral, bem como fazendo uma formulação para que todos os canoenses, que por quaisquer questões porventura não votarem em seu nome para Deputado Estadual, então que votem em candidatos próprios de Canoas, pois não concebe sua Senhoria que candidatos a Deputados só se lembrem de Canoas em época de eleições.<sup>62</sup>

Canoas teve naquela eleição ainda mais dois vereadores candidatos: Armando Würth (PSD) e Orestes Ferla (PRP) — sendo que este tinha saído do PTB para poder concorrer nas fileiras do PRP. Já em setembro, Flores fez algumas críticas a Edson por este supostamente estar se utilizando da máquina pública e do seu prestígio pessoal em favor de sua campanha:

(...) falou o vereador Antônio Soares Flores, dizendo que estava revoltado com a atuação de um candidato à Deputação Estadual, por este Município, que transformou a sala de sessões desta Câmara, num verdadeiro Comitê Político, tendo até Secretário particular a sua disposição. (...) formulou o vereador Antônio Soares Flores, um apêlo à presidência, para que coibisse a atitude do Vereador Edson Medeiros, porquanto esta Casa não é lugar para formação de Comitê.<sup>63</sup>

Entre denúncias feitas por Flores de que a prefeitura havia nomeado funcionários udenistas e a incriminação de que seriam desviados recursos da Câmara,<sup>64</sup> tal situação evidenciava que o partido não era homogêneo. Embora partilhassem de um discurso ideológico semelhante — o trabalhismo —, a lógica da conquista de poder por parte de ambos, representando aquilo que Sartori (1982, p. 99) chama de facções — ou seja, grupos dentro das unidades partidárias que disputam posições de poder, interessadas em cargos e/ou vantagens dele decorrentes —, está presente no diretório municipal do partido. Uma luta por poder dentro da instituição partidária. Contudo, o componente ideológico não deixou de existir. Ao contrário, as acusações de ambos os lados buscavam justamente desconstruir a imagem do adversário enquanto liderança positiva

<sup>62</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 25/62, Canoas, 3/05/1962.

<sup>63</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 77/62, Canoas, 13/09/1962.

<sup>64</sup> Na ata do PTB municipal de seis de junho de 1962, Flores fez uma série de acusações contra o prefeito Medeiros: a principal é de que este estaria colocando em um cargo municipal um familiar que seria da UDN e que estaria expulsando da prefeitura membros do PTB. Na Câmara, Flores foi acusado de desviar parte da verba recebida da Casa para a campanha a deputado estadual de Lamaison Porto. (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 61/62, Canoas, 3/08/1962).

e ideológica dentro do partido. Ao fim, Edson Medeiros não conseguira se eleger, embora tenha ficado com a vaga de suplente e tenha sido o candidato a deputado estadual mais votado em Canoas.<sup>65</sup> As disputas internas sobressaíam-se em relação à união partidária na cidade e este elemento também pesou para as derrotas dentro da localidade.

Outro fator que nos propicia apreender porque, embora o PTB fosse um partido potente em Canoas e que angariava simpatias por seu programa voltado aos trabalhadores, nem sempre lograva bons resultados eleitorais é que o voto não necessariamente era direcionado em função do programa ou da ideologia de um partido. Como alegado anteriormente, nas eleições de 1959, o candidato mais conservador, Hugo Lagranha, tinha esperanças de reverter a sua derrota na Vila Niterói, vila consagrada, segundo a historiografia local, como majoritariamente operária. Neste ponto, busca-se aqui apoio no trabalho de Heredia e Palmeira (2005): para esses pesquisadores, o voto não se trata de uma escolha individual, predefinida e precisa do eleitor. Esta visão idealizada do ato de votar é uma construção social. Longe de ser uma realização impessoal, é um ato que está ligado aos mais diferentes laços e interações sociais do indivíduo votante. Os autores definem a existência de dois tempos. Em primeiro lugar, o tempo da política, que é o tempo das eleições, em que os partidos estão em luta e buscam o maior número de pessoas além daqueles diretamente ligados à política para apoiá-los e demonstrar força. Não são apenas votos em jogo, mas uma apresentação pública de força dos partidos. Em segundo lugar, o tempo fora da política, em que a luta se resume aos líderes e aos seus seguidores. É no tempo da política, portanto, que se busca o voto, ou mais do que isso, que as forças políticas se enfrentam pela adesão dos cidadãos. O voto é adesão e ela compromete os eleitores aderentes com aqueles para quem deram seu voto. O ato de votar impõe uma relação de reciprocidade entre eleitor e candidato que passa do tempo da política.

Logo, a adesão significa compromisso: o político vai formando um capital pessoal interessante para ser utilizado no jogo político. Um acordo é estabelecido tacitamente entre o político e o aderente. Se o político cumpriu com o seu compromisso, o aderente trabalhará para ele na sua eleição. Ao receber algo, o aderente sente-se

---

<sup>65</sup> De acordo com dados obtidos no NUPERGS/UFRGS, Edson de Medeiros obteve 3597 votos em Canoas e alcançou a vaga de suplente, Armando Würth (PSD) fora o segundo mais votado, 3232 votos, mas não conseguiu a suplência. Lamaison Porto atingiu a quinta maior votação na cidade, com 1102 votos, e fora eleito na eleição geral.

compromissado com o doador. Esses aderentes são disputados no período eleitoral por aqueles que têm os capitais para distribuir junto a eles.

A partir destas contribuições, é possível compreender porque o trabalhismo — ao menos na luta política municipal, em que tais fatores como o recebimento de recursos materiais e simbólicos e o consequente estabelecimento de relações de adesão entre candidatos e eleitores eram importantes —, tendo peso maior do que as questões programáticas e ideológicas, nem sempre era bem-sucedido: a adesão da comunidade era direcionada para aqueles que tinham mais recursos para resolver seus problemas mais imediatos. A vila Niterói torna-se um exemplo, com um dos seus movimentos comunitários, a SAVIN: um dos fundadores da entidade, Olímpio Rodrigues Henriques, afirmou que ela não tinha caráter eleitoreiro, mas sim, reivindicatório, embora deixasse transparecer que havia alguma relação política estabelecida entre a associação e os políticos:

Na nossa época fizemos muita campanha. O primeiro prefeito que fizemos campanha foi para o Sezefredo, isso antes da fundação da sociedade. Desde que fundamos a sociedade já éramos eleitores dele (...). Ele nos ajudou muito (...). Mas foi graças a ele que essa rua foi ligada à rua Iraí. Foi através dele que indenizou-se uma parte para abrir a Iraí. (...) Como prefeito o único que se destaca como milagre é o Lagranha. Ele fez miséria para nós (...). E o asfaltamento de Niterói então, onde o senhor vai tem asfalto (...). Teve prefeito que eu gostava como o Coronel Medeiros. São pessoas que a gente gostou porque me dava bem com eles. Eles eram políticos, então engambelavam. O Lagranha não. O Lagranha sambou aqui. Acho que prefeito igual a ele não tem. Vai 40 km daqui, em Berto Círio, vai por essa zona aí, tudo é asfalto. Isso imortalizou o Lagranha (PENNA, 2004b, p.62-63).

Nota-se na fala de Henriques que as relações entre a sua entidade e os prefeitos citados iam ao encontro da ideia de adesão: há um compromisso entre o movimento e estas lideranças, uma vez que estes acabavam auxiliando a região com a resolução de alguns problemas imediatos, como asfaltamento e ligação de ruas. Ao contrário de Medeiros, na percepção do depoente, Lagranha e Vieira obtiveram sucesso ao angariar a adesão daquela comunidade: ofereciam os recursos e tacitamente recebiam em troca o apoio daqueles. Uma vez que faltassem com esse compromisso, poderia haver a troca de lado por parte da entidade. Tudo passava pela lealdade do político com o eleitor/aderente. É possível que muitos dos que votavam em Lagranha por este compromisso, em escala estadual e nacional, fossem eleitores do PTB. O que se conclui é que o fator ideológico-partidário não vinculava diretamente o voto no município.

Como ressaltam Heredia e Palmeira (2005), o voto está inscrito no contexto social e cultural e nas relações neles estabelecidas.

Outros depoentes, de distintas regiões canoenses, também expressam em suas falas a relação destes dois ex-prefeitos com a sua comunidade. Nas vilas São Luiz e São José, isto é lembrado por um morador:

Na época o Dr. Sezefredo Azambuja Vieira foi um grande prefeito. Deu muito para Canoas. Lagranha, na época era vice dele. Os prefeitos, de modo geral, acho que fomos bem servidos em Canoas. O Lagranha sempre se destacou mais pela ambição dele, de abrir ruas, asfaltar, iluminação (PENNA, 2001, p.46).

No bairro Nossa Senhora das Graças, à época dividido em duas localidades — Chácara Barreto e Vila Fernandes —, igualmente há memórias de moradores com relação à atuação dos políticos já citados nas melhorias materiais da região, tais como asfaltamento de ruas e iluminação:

Os moradores mais antigos consideram que a administração do prefeito Lagranha foi definitiva para as melhorias implantadas na cidade e no bairro Nossa Senhora das Graças. É recorrente a citação de seus feitos e concordância de opiniões a seu respeito. Ibanor Bagatini (...) é um dos que associa o nome do ex-prefeito a melhoramentos no asfalto e iluminação, por exemplo. Sobre de quem seria a responsabilidade de tantos benefícios, prontamente responde: “Com certeza para mim foi o Lagranha (...), foi um homem sério. Ele ia por tudo, onde tinha um serviço, de vez em quando, mandava uma turma trabalhar, depois ele ia conferir, ia confirmar, se alguém estava sentado se dava mal”. (GAYESKI; SABALLA; CORBELLINI, 2005, p.44).

Tais exaltações vão ao encontro da proposta de entender as relações destes políticos e seus eleitores como adesão. Na luta política, estas autoridades — que, em termos programáticos, eram mais conservadoras do que as trabalhistas — tinham maior capacidade de agir e conquistar as adesões. No confronto local, esta capacidade de construir vínculos de reciprocidade com o eleitor acaba tendo um peso maior do que as questões programáticas, já que o eleitor se sente comprometido com a liderança política que lhes deu uma rua asfaltada ou iluminada, enfim, ofereceu-lhes melhorias na vida cotidiana. Possivelmente, muitos canoenses votavam em João Goulart e Leonel Brizola em escala estadual ou nacional, da mesma forma que votavam em Hugo Lagranha e Sezefredo Vieira no nível municipal. O ex-vereador Antônio Canabarro Três Filho cita qual seria o modo de operar destes dois políticos em comparação com os petebistas locais:

É que o discurso do Lagranha, do Sezefredo, embora não fossem trabalhistas, tinham um discurso... A relação deles com o eleitor era até mais eficaz que a do PTB. Arregaçavam as calças para entrar no banhado para conversar com o..., tinham familiaridade com o povo, o povo da vila. E eles conseguiram ganhar. O Sezefredo quando se elegeu primeiro, com o Lagranha de vice, com esse discurso meio populista, de amizade mesmo, beber cachaça junto com os caras, ir aos bailes. A relação no nível horizontal, não tinha nenhuma... O Sezefredo era sinceramente assim, o Lagranha já era menos espontânea a coisa.<sup>66</sup>

Este relato apresenta um detalhe interessante: embora não fossem trabalhistas, a relação destes dois ex-prefeitos com os eleitores era mais eficaz que a do PTB. Em outras palavras, parte-se da imagem de que este tipo de articulação, em que havia troca de favores, era exclusivamente petebista, devido a sua política mais voltada para os trabalhadores, mas que, nesta circunstância, era usada por indivíduos mais conservadores. Todavia, não se tratava de algo específico ao PTB. A questão é que este tipo de ação — relações de reciprocidade — é marcadamente utilizada por aqueles que querem manter sua dominação de forma tácita, vista como uma relação que beneficia também o dominado (BOURDIEU, 2002). De qualquer forma, o que ocorreu é a maior eficácia daqueles em conquistar a adesão do eleitorado e receber, em troca, o apoio destes.

Em suma, o PTB era um partido forte e consistente na cidade de Canoas, o que não significava garantia de vitórias, nem o apoio incondicional da população local, ainda que esta se tratasse de habitantes majoritariamente operários, público-alvo do trabalhismo getulista. Apesar destas questões, o PTB era bem organizado no município, o que pode ser constatado nos diversos indícios, tais como notícias de jornais e as atas do diretório local trabalhista. Nota-se, por exemplo, a presença de lideranças estaduais junto a esta seção do partido. Em 1962, quem deixava a presidência do diretório canoense era o deputado estadual Domingos Spolidoro.<sup>67</sup> Não era incomum, também, receber visitas como as do então prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, que consta na Ata 40, de 2 de março de 1964. Sobre Sereno, ele próprio relatou, em suas memórias, sua campanha para deputado estadual em Canoas, em 1958:

---

<sup>66</sup> TRÓIS Fº, Antônio Canabarro. *Depoimento* (julho/2012). Entrevistador: Anderson Vargas Torres. Canoas, 2012.

<sup>67</sup> Domingos Spolidoro foi deputado estadual em duas legislaturas: 3º legislatura (1955-1959) e 4º legislatura (1959-1963). MEMORIAL DA ALERS. Informações Parlamentares-legislaturas. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Legislativas/tabid/3543/Default.aspx>> acesso em: 26 out. 2012.

Em Canoas organizamos um grupo excelente sob a liderança de um médico, o Doutor Bonder (...). O grupo dele era formado pelo Aguiar, o Nilo Del Cueto Reis, o doutor Zubaran (...). Havia uma exímia organização: mapas dos comitês dos bairros em Canoas. Vila Mathias Velho, Niterói, Rio Branco, comitês em cada rua e avenida, propaganda boca-a-boca. Trabalhamos muito em Canoas. (KLOCKNER, 2007, p. 51).

Anteriormente, já era destacada a presença de lideranças estaduais trabalhistas. Em 1953, o deputado estadual Zacarias de Azevedo<sup>68</sup> esteve presente na festa do dia do trabalho na cidade, sendo orador dos festejos.<sup>69</sup> Em 1956, durante a inauguração da nova sede do partido, no centro da cidade, outras lideranças estaduais estiveram presentes: Rui Ramos,<sup>70</sup> Leonel Brizola, Unírio Machado,<sup>71</sup> Waldemar Rodrigues<sup>72</sup> e Sílvio Sanson.<sup>73</sup> Foi também inaugurado naquele momento um retrato do presidente nacional do partido, João Goulart.<sup>74</sup>

Retomando a fala de Chaise quanto à organização do partido em Canoas, ela é corroborada pela documentação do diretório, em que se encontra um anexo da Ata 25, do dia 15 de maio de 1963, no qual estão listados os 14 Diretórios Distritais de Canoas:<sup>75</sup> Niterói, Rio Branco, Santa Rita, Morretes, Harmonia, Vila Fernandes, Chácara Barreto, Vila São Luiz, Centro, Mathias Velho, Mato Grande, Estância Velha e Zona Militar. Atente-se para a existência de um Diretório na Zona da Base Aérea, um bom vestígio da tentativa de construção da relação do partido com os setores subalternos militares e com os setores nacionalistas das Forças Armadas.<sup>76</sup>

<sup>68</sup> Zacarias de Azevedo foi deputado estadual durante 2º legislatura (1951-1955). MEMORIAL DA ALERS. Informações Parlamentares – legislaturas. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Legislativas/tabid/3543/Default.aspx>. acesso em: 18 fev. 2015.

<sup>69</sup> *Diário de Notícias*. 31/05/1953. Citado em FCC. (2003, p.88).

<sup>70</sup> Rui Ramos foi deputado federal pelo PTB gaúcho entre os anos de 1951 e 1955 e 1959 até 1962, data do seu falecimento. Foi membro da Frente Parlamentar Nacionalista durante sua atuação no Congresso Nacional. (DE PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

<sup>71</sup> Unírio Machado foi deputado estadual pelo PTB entre 1947 e 1954. A partir de 1955 exerceu mandatos de deputado federal, encerrados em 1969. Membro da FPN no Congresso Nacional, assim como Ramos. (DE PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

<sup>72</sup> Waldemar Rodrigues da Silva exerceu mandato de deputado estadual pelo PTB durante a 2º e a 3º legislaturas. MEMORIAL DA ALERS. Informações Parlamentares – legislaturas. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Legislativas/tabid/3543/Default.aspx>. acesso em: 18 fev. 2015.

<sup>73</sup> Sílvio Sanson foi um dos fundadores do PTB no Rio Grande do Sul. Exerceu mandato de deputado federal entre 1955 e 1957. Bodea (1992) cita Sanson como um dos dissidentes da ala trabalhista do PSD, e partira para a organização do partido trabalhista em solo gaúcho. (BODEA, 1992; DE PAULA, LATTMAN-WELTMAN, 2010).

<sup>74</sup> CORREIO DO POVO, 20/11/1956. Citado em FCC (2004, p.199).

<sup>75</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB/CANOAS. Ata 25, 15/05/63.

<sup>76</sup> Sobre a relação do PTB com as forças armadas, ver: Rolim (2008) e Ferreira (2005, p. 211-276).

A Ata 1, já citada, traz também outro dado importante: as profissões dos membros eleitos para o diretório, como pode ser visto na tabela 12:

**Tabela 12** - Profissões dos membros do Diretório Municipal do PTB/Canoas

<b>Profissões</b>	<b>Nº de membros</b>
Funcionário público	18
Profissões operárias e/ou braçais	12
Militar	6
Profissões liberais	8
Comerciário	3
Comerciantes	2
Outras profissões <sup>77</sup>	4
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>

**Fonte:** DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB/CANOAS, Ata 1, de 25 de fevereiro de 1962, Canoas.

Infelizmente, tal amostra não nos permite dizer que este é o desenho profissional dos filiados ao PTB canoense, pois possivelmente a presença dos operários e dos militares superaria o de funcionários públicos; mas, de qualquer forma, apresenta um esboço interessante: a presença de 12 trabalhadores operários<sup>78</sup> na direção partidária reflete o aumento da atuação dos trabalhadores junto ao PTB na reivindicação do reformismo social, destacado por Delgado. Não se tratava mais apenas de agentes representados pelo partido, mas que também agiam internamente, seja como filiados, seja como aliados ao PTB:

Foi principalmente nas entidades sindicais que comunistas e trabalhistas uniram-se, buscando reivindicar e pressionar os poderes executivos e legislativos para a adoção de uma política cujo conteúdo central fosse o do reformismo social (DELGADO, 1989, p. 219).

A presença de seis militares também é significativa, ainda mais quanto ao fato de que, desse número, cinco eram militares da Aeronáutica,<sup>79</sup> ou seja, provavelmente ligados à Base Aérea instalada no município.

<sup>77</sup> Um representante de cada uma dessas profissões consta na ata: agricultor, barbeiro, doméstica e radialista. (DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB/CANOAS, Ata 1, 25/02/1962).

<sup>78</sup> Optou-se por tratar várias profissões como operárias, embora nas atas os indivíduos não colocassem dessa forma, apenas citavam o trabalho específico que faziam.

<sup>79</sup> Dos seis militares, cinco eram da Aeronáutica e um era do Exército.

Em suma, o PTB era uma grande força dentro da localidade, o que é demonstrado pela sua organização interna e seus resultados eleitorais. Todavia, o fato de Canoas ser uma cidade operária, propensa a adotar o ideário trabalhista, não significava que houvesse uma transferência imediata de votos ao partido, principalmente nos pleitos municipais. Operavam, aí, outros motivos tão importantes quanto o programa reformista e trabalhista, como as disputas internas no seio do partido e a capacidade de outros agentes políticos locais em conquistar adesões na comunidade.

### **1.3. Vida política de Canoas: os vereadores canoenses entre 1961 e 1964**

No contexto aqui explicitado, alguns indivíduos e grupos se destacaram e tomaram a frente nas ações políticas. São os membros da elite política local. Qual a origem geográfica e social dos vereadores canoenses? De que forma atuavam no cotidiano do município? Como transformavam essa atividade fora do ambiente partidário em capital político? Quais relações estabeleceram com lideranças partidárias que participavam da luta política em escalas maiores como a estadual e nacional? Responder estas questões é a intenção deste subcapítulo e, para tal empreendimento, será feito uso da metodologia prosopográfica (STONE, 2011; HEINZ, 2006).

A prosopografia propicia informações até então dispersas na documentação e ajuda a compreender algumas posições dos atores políticos locais para além dos debates partidários. Enfim, aparecem, a partir dos dados obtidos pelo método em questão, outras motivações e interesses de tais representantes em suas atitudes perante a população do município e também em relação aos níveis estadual e nacional da vida política.

Segue-se, aqui, a perspectiva adotada por Linteau (2006) sobre a exposição dos resultados parciais com relação à representação política na cidade canadense de Montreal, entre os anos de 1880 e 1914. Assim como o autor citado, o que vai ser relatado neste texto são resultados ainda em construção. Como anteriormente dito, o trabalho necessitará do uso de outras metodologias e responderá a outras questões. Mas o método já auxilia consideravelmente na produção de novas evidências e novos problemas. Neste ponto, é o próprio Linteau que faz um alerta importante para os limites do uso da prosopografia:

Contudo, mesmo que consigamos fazê-la produzir todos os seus frutos, uma pesquisa prosopográfica apresenta sérios limites e não pode responder a todas as questões. Assim, para compreender a presença no Conselho de um ou

outro indivíduo, não podemos basear-nos unicamente em dados biográficos. É preciso conhecer o meio no qual ele age, o meio que ele representa. É preciso saber quem são seus eleitores e qual apoio lhe conferem, examinar suas posições nos debates, as políticas que defende ou que combate. A prosopografia esclarece apenas uma parte de um processo político mais amplo cuja reconstituição histórica requer a utilização de fontes e métodos variados (LINTEAU, 2006, p.197).

Portanto, a prosopografia é parte do processo de análise da atuação dos vereadores canoenses quanto à radicalização política brasileira dos anos 60. Uma parte importante, mas não a única: outros métodos e fontes também devem ser experimentados, como analisar as falas dos vereadores, seus posicionamentos políticos, etc. Entender como os dados são obtidos a partir da prosopografia pode também ajudar no entendimento das outras questões envolvidas neste trabalho.

Conforme Charle (2006b), se referindo ao trabalho metodológico das biografias coletivas, o historiador “é seu próprio estatístico” (CHARLE, 2006b, p.31). Isto é, cabe ao pesquisador fazer o trabalho de coleta e análise das amostras nas mais diferentes fontes, a partir de um recorte e um problema construído por ele próprio, e elaborar o seu banco de dados. Seguindo este preceito, utilizou-se aqui, para a elaboração da base de dados, diversos indícios e vestígios sobre os vereadores canoenses. As fontes foram várias: desde informações presentes na própria documentação escrita oficial, como as atas da Câmara de Vereadores e do PTB local entre 1961 e 1965, passando por entrevistas realizadas com os ex-vereadores Antônio Canabarro Tróis Filho, Luiz Pereira de Souza e Edson de Medeiros e várias fontes publicadas, tais como as coletâneas de notícias de jornais do período, cada uma correspondente a um prefeito do município<sup>80</sup> entre 1940 e 1967, entrevistas publicadas no livro de Ranincheski (1998), as publicações de história e memorialística local (SILVA, 1989; PFEIL, 1995) e as publicações sobre alguns bairros canoenses,<sup>81</sup> bem como sítios de internet oficiais. A

---

<sup>80</sup> As publicações da Fundação Cultural de Canoas, intituladas *A história dos nossos prefeitos*, foram produzidas com o intuito de "Resgatar a identidade das pessoas que governaram nosso Município, buscando localizar nos atos e fatos administrativos, bem como nos dados pessoais das mesmas, os traços característicos de cada uma na condução da coisa pública. As pessoas “escrevem” a História, que é melhor interpretada quanto mais as conhecermos”. (FCC, 2003, p.6). Tais obras trazem diversas informações referentes a Canoas presentes na imprensa local e de Porto Alegre. Muitas delas com notas explicativas quanto às pessoas e locais citados nas notícias, trazendo, conseqüentemente, diversas informações biográficas.

<sup>81</sup> Cita-se a importante coleção *Para lembrar quem somos*, publicada em 11 volumes, cada um destes dedicado a um bairro de Canoas. Estes trabalhos trazem relatos de moradores de cada bairro, na tentativa de reconstituir as memórias dessas regiões. Foram obras produzidas a partir das contribuições das fontes orais. Nesta dissertação, fez-se uso dos volumes referentes aos bairros Niterói, Rio Branco, Nossa Senhora das Graças, Fátima, Centro, São Luiz e São José.

partir da intensa leitura destas fontes, foi possível levantar uma quantidade abundante de informações sobre os representantes legislativos locais do período.

Foram pesquisadas informações sobre 27 vereadores, sendo destes 20 que exerceram o mandato como titulares e 7 como suplentes que cumpriram, em algum momento, o exercício parlamentar. Este grupo corresponde a duas legislaturas: a quarta legislatura, iniciada no ano de 1960 e encerrada em 1963, e a quinta legislatura, entre 1964 e 1968 (quadros 1 e 2). As variáveis procuradas, por serem as que apresentavam maior relevância para a compreensão deste grupo político, foram: local de nascimento; profissão; cargos políticos e/ou públicos; atividades extrapolíticas e atividades políticas. Estes dados fornecem bons indícios sobre a vida política local e a atuação dos representantes legislativos de Canoas.

**Quadro 1** - 4º legislatura da Câmara de Vereadores de Canoas (1960-1963)

<b>Vereador</b>	<b>Partido</b>	<b>Situação</b>
<b>Alcides Nascimento</b>	PTB	Titular
<b>Antônio Ferreira Alves</b>	PTB	Titular
<b>Antônio Soares Flores</b>	PTB	Titular
<b>Carlos Jacques</b>	PTB	Suplente
<b>Edson de Medeiros</b>	PTB	Titular
<b>José Nogueira Filho</b>	PTB	Suplente
<b>Nilo César Del Cueto Reis</b>	PTB	Titular
<b>Orestes Ferla</b>	PTB	Titular
<b>Zolmar Machado dos Santos</b>	PTB	Suplente
<b>Almerindo Rosa da Silveira</b>	PSD	Titular
<b>Armando Würth</b>	PSD	Titular
<b>Manoel João Calbo</b>	PSD	Titular
<b>Moisés Machado</b>	PSD	Suplente
<b>Alberto Rodrigues de Oliveira</b>	PRP	Titular
<b>Melton Inácio Both</b> <sup>82</sup>	PRP	Suplente
<b>Sezefredo Azambuja Vieira</b> <sup>83</sup>	PRP	Titular
<b>Cirne Alves Schmitt</b>	PL	Titular
<b>Darci Cristiano Bernardi</b>	PL	Suplente
<b>Dinarte Andrade Araújo</b>	PL	Titular

<sup>82</sup> Assumiu como titular com a renúncia de Sezefredo Azambuja Vieira.

<sup>83</sup> Elegeu-se vereador em 1959, sendo o segundo mais votado. No entanto, renunciou ao mandato, cedendo vaga a Melton Inácio Both (RANINCHESKI, 1998; FCC, 2004).

Fonte: RANINCHESKI, 1998.

**Quadro 2 - 5º legislatura da Câmara de Vereadores de Canoas (1964-1968)**

<b>Vereador</b>	<b>Partido</b>	<b>Situação</b>
<b>Alberto Rodrigues de Oliveira</b>	PTB	Titular
<b>Antônio Ferreira Alves</b>	PTB	Titular
<b>Antônio Soares Flores</b>	PTB	Titular
<b>Elísio Belchior da Costa</b>	PTB	Titular
<b>Osvaldo Moacir Alvarez</b>	PTB	Titular
<b>Zolmar Machado dos Santos</b>	PTB	Suplente
<b>Antônio Canabarro Tróis Filho</b>	PDC	Titular
<b>Breno Moura Cunha</b>	PDC	Suplente
<b>Lina Plentz Alves</b>	PDC	Titular
<b>Pedro dos Santos</b>	PDC	Suplente
<b>Almerindo Rosa da Silveira</b>	PSD	Titular
<b>Jacob Bruno Weissheimer</b>	PSD	Titular
<b>Cirne Alves Schmitt</b>	PL	Titular
<b>Dinarte Andrade Araújo</b>	PL	Titular
<b>Melton Inácio Both</b>	PRP	Titular
<b>Luiz Pereira de Souza</b>	MTR	Titular

Fonte: RANINCHESKI, 1988.

### 1.3.1. Local de nascimento

O local de nascimento é uma variável significativa quando temos em conta que, como lembra Viegas (2011), Canoas foi uma cidade receptiva para migrantes. Isso se deveu a diversos fatores: a proximidade com Porto Alegre e a facilidade de adquirir lotes para moradia atraiu o operariado da capital do estado a se dirigir àquela localidade; depois de algum tempo, Canoas começou a se industrializar, o que também instigou indivíduos a procurar a cidade em busca de oportunidades de trabalho e, por consequência, como local de moradia. A chegada dos militares, ainda antes da emancipação da cidade, em 1939, também trouxe novos moradores para o município. Em suma, Canoas era uma cidade receptiva aos que vinham de outros lugares.

Foi possível notar que muitos políticos canoenses eram também migrantes. Encontraram-se dados quanto ao local de nascimento de 13 vereadores e, destes, 12

nasceram em outras cidades e apenas um vereador era natural de Canoas. Dos 12 “estrangeiros”, 8 eram oriundos do interior do Rio Grande do Sul, 2 eram naturais de Porto Alegre e outros 2 nasceram em outros estados (Santa Catarina e Minas Gerais).

**Tabela 13** - Local de nascimento dos vereadores canoenses (1959-1968)

Local de Nascimento	Número
Interior do RS	8
Porto Alegre	2
Outros estados	2
Canoas	1
<b>Total</b>	<b>13</b>

Destes 13 indivíduos, foi possível constatar que estavam dentro deste contexto local de migração casos como o de Edson de Medeiros (PTB), que nasceu em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, pois seu pai — José João de Medeiros, que fora prefeito da cidade por duas ocasiões — estava naquela época prestando serviços militares naquele estado.<sup>84</sup> Sua vinda para Canoas deveu-se à transferência do seu progenitor para o Regimento Militar de Aviação, instalado em Santa Maria em 1935 e dois anos depois transferido para Canoas, à época ainda distrito da cidade de Gravataí. Já os casos de Antônio Canabarro Tróis Filho (PDC) e Dinarte Araújo (PL) estavam relacionados com a emancipação da cidade, uma vez que ambos tiveram seus pais transferidos para Canoas para que exercessem cargos burocráticos: chefe da coletoria federal e escrivão da justiça, respectivamente. Tróis Filho havia nascido em São Francisco de Assis/RS e chegou na cidade de Canoas em 1941.<sup>85</sup> Araújo, por sua vez, relatou o motivo de sua saída de Porto Alegre para Canoas em 1939, ano em que esta ganhou autonomia:

<sup>84</sup> De acordo com a obra dedicada à administração do Cel. Medeiros em Canoas entre 1960 e 1963 (FCC, 2005), ele esteve à disposição do governo de Minas Gerais durante o governo Vargas. Lá, fora tesoureiro de um hospital de campanha e integrou a Secretaria de Interior do Estado. Em 1935, concluiu um curso de oficial e foi transferido para a 3º RAv, em Santa Maria/RS. Dois anos depois, com a transferência deste órgão militar para Canoas, mudou-se em definitivo para a cidade.

<sup>85</sup> Antônio Canabarro Tróis era coletor federal e havia sido transferido da cidade de Triunfo para Canoas. Teve importante papel social e político, inserindo-se na elite local ao participar de agremiações sociais — fora cofundador do Rotary Clube de Canoas — e por sua atuação política, sendo candidato a prefeito, vereador e presidente da câmara municipal em 1951, passando por partidos como a UDN, PRP e PTB. (FCC, 2003; RANINCHESKI, 1998).

Eu sou natural de Porto Alegre. Vim parar em Canoas porque em 1939 houve a emancipação do município, e o falecido meu pai foi nomeado escrivão aqui em Canoas, e evidentemente teve que se mudar para cá. (RANINCHESKI, 1998, p.128).

Dois vereadores possivelmente vieram de outras localidades em busca de oportunidades de trabalho: Alcides Nascimento e Zolmar Machado dos Santos — ambos pertencentes ao PTB — eram operários. O primeiro, catarinense de Urussanga, trabalhava na Frigosul, e o segundo, era natural do município gaúcho de Triunfo.

A profissão provavelmente também contou para a chegada de Jacob Bruno Weissheimer em território canoense: o comerciante, natural de Montenegro, chegou a Canoas em 1954, vindo de Porto Alegre (GAYESKI, SABALLA, CORBELLINI, 2007). Lembrando que a década de 1950 foi o momento em que a prefeitura local passou a estimular e investir mais fortemente na industrialização da cidade, processo este que incitou a urbanização e o crescimento demográfico. É também provável que se insira nesta conjuntura a chegada de comerciantes para abrir negócios e aproveitar a expansão da cidade.

Apesar de não se ter conseguido dados de 14 vereadores, um pouco mais que a metade do total, os dados existentes já são evidências interessantes do papel que o fenômeno migratório de Canoas teve na política local. Ainda que não fossem naturais da cidade, conseguiram conquistar espaços políticos e sociais importantes.

### 1.3.2. Profissão

Mais completo é o conjunto de dados quanto às profissões seguidas por estes políticos. Dos 27 vereadores, só não foi encontrada a ocupação de dois indivíduos. Um primeiro olhar permite destacar a variedade de profissões: os 25 representantes municipais se dividem em 12 profissões, das quais predominam os funcionários públicos, com 6 pessoas, 5 comerciantes, 3 operários, 2 professores e 2 dentistas. Jornalista, ferroviário, médico, farmacêutico, bancário, contabilista e advogado, cada uma dessas atividades têm um representante.

**Tabela 14** - Profissão dos vereadores canoenses (1959-1968)

Profissão	Número
Funcionário Público	6
Comerciante	5

Operário	3
Professor	2
Dentista	2
Jornalista	1
Ferroviário	1
Médico	1
Farmacêutico	1
Bancário	1
Contabilista	1
Advogado	1
Desconhecido	2
<b>Total</b>	<b>27</b>

Os dados quanto à ocupação dos vereadores também são importantes quando relacionados com outros dados como o local de nascimento e as filiações partidárias. Neste último ponto, chama a atenção, por exemplo, a presença de 3 operários, sendo que um deles pertence a um partido conservador e principal adversário do PTB no Rio Grande do Sul, o PSD.<sup>86</sup> Logo, nota-se que, como já referido aqui, não necessariamente o PTB atingia toda a população operária de Canoas, que não era pequena. Ainda com relação aos operários, sabemos que dois deles vinham de outros locais, ou seja, representando a questão da migração para a cidade em busca de emprego.

A diversidade de atividades profissionais é outro ponto interessante. Uma possível explicação é que, diferentemente dos políticos que atuam em escalas maiores, os políticos de uma cidade como Canoas se dividem entre os seus afazeres cotidianos e a atuação no legislativo, enquanto aqueles acabam dedicando-se quase que exclusivamente à vida política, construindo uma carreira; e, para tal, os conhecimentos jurídicos são importantes — daí o fato de muitos serem advogados ou exercerem outras profissões ligadas ao Direito. Esse motivo talvez explique a presença de apenas um advogado na Câmara local.

A variedade de profissões também pode estar de acordo com o crescimento experimentado pelo município naquele período, especialmente em ocupações como comerciante — 5 vereadores atuavam nessa área —, com a abertura de novos negócios estimulados pelo crescimento urbano e industrial de Canoas. Sugere-se que o

---

<sup>86</sup> Trata-se do vereador Manoel João Calbo, conforme relatado por Tróis F<sup>o</sup> (2009, p.22).

recrutamento destes líderes estava relacionado com as oportunidades abertas no município.

### 1.3.3. Atividades extrapolíticas

Alguns dados são bastante relevantes ao mostrar quais recursos foram levantados por aquelas lideranças para aumentar o seu capital político no município. Aqui, o foco é a atuação fora e dentro da política destes agentes. Na questão extrapolítica, destaca-se a atuação destes políticos junto à sociedade local: envolvimento em clubes sociais, ações em sociedades beneficentes ou comunitárias, movimento estudantil, etc. Enfim, estes agentes estavam colocados nos mais variados pontos da vida social canoense e isso lhes possibilitava ter proximidade com a população e mobilizar a mesma como recurso político.

Na tabela 15, podemos observar em que espaços estes atores políticos transitavam: dos 27 nomes, não foi possível obter informação sobre 10 deles, e os outros 17 se dividiam nas seguintes atuações, sendo que muitos deles navegavam em dois ou mais âmbitos:

**Tabela 15** - Atuação dos vereadores canoenses em atividades extrapolíticas (1959-1968)

<b>Atividade</b>	<b>Número de vereadores</b>
Clubes (sociais, esportivos e culturais)	11
Imprensa	5
Associações beneficentes e/ou religiosas	4
Movimentos Comunitários	4
Associações empresariais e comerciais	2
Associações de Servidores Públicos	1
Movimento Estudantil	1
Sem Informação	10

A frequência em clubes é majoritária e demonstra que estes indivíduos circulavam nos meios sociais mais elitistas da cidade: nota-se, por exemplo, a presença em clubes de elite como o Rotary Clube, do qual faziam parte dois vereadores:

Armando Würth (PSD) e Melton Both (PRP).<sup>87</sup> O segundo também fizera parte de outro clube tradicional de Canoas, a Sociedade Canoense de Caça, Pesca e Tiro. Também havia envolvimento com entidades esportivas, como clubes de futebol amador ou mesmo com a Liga Canoense de Futebol, que administrava as competições amadoras deste esporte na cidade. Pode-se citar como envolvidos nestas instituições Almerindo Rosa da Silveira (PSD),<sup>88</sup> Antônio Ferreira Alves (PTB)<sup>89</sup> e Pedro dos Santos (PDC).<sup>90</sup> A circulação nestes meios parecia não fazer distinção partidária: tanto membros do trabalhismo como de grupos mais conservadores tinham atividade nestes clubes e associações.

A imprensa também era um meio de capitalizar recursos políticos e, neste ponto, Antônio Canabarro Tróis Filho (PDC) teve uma atuação significativa. Fundou, em 1955, o jornal *O Momento*, no qual teve o apoio de Edson de Medeiros (PTB) — que viria a ser vereador quatro anos depois:

O Momento, fundado por Canabarro Tróis Filho, Walter Galvani da Silveira, Edson de Medeiros e outros amigos, circulou de março de 1955 a março de 1958. Foi um veículo meio “marginal”. Já em seu número inaugural afirmava: “Povo pobre e triste. É inútil (e às vezes ridículo) os dirigentes municipais deste nosso Brasil desejarem que o povo dance conforme o seu cantar. É ridículo e inútil. Talvez seja mais fácil comandar a farra que buscar seriamente soluções para os problemas da maioria...” (FCC, 2003, p.17).

Tróis Filho também atuou nos anos 60 em outros periódicos locais: *O Gaúcho* e *Gazeta de Notícias* e, em 1967, participou da fundação do semanário *O Timoneiro* — ainda em circulação. Outros, como o próprio Medeiros,<sup>91</sup> juntamente com Carlos Jacques (PTB), Elysio Belchior da Costa (PTB) e Osvaldo Moacir Alvarez (PTB), costumavam escrever colunas sobre temas políticos e do cotidiano nas páginas destes

<sup>87</sup> Duas notícias do Correio do Povo, no ano de 1957, destacam falas de ambos no Rotary Clube de Canoas: na edição de 29 de maio, Both proferiu palestra sobre a cidade de Canoas desde sua emancipação; e, em 2 de junho, Armando Würth falou sobre os problemas do ensino na cidade para os rotarianos (FCC, 2004, p. 206-207).

<sup>88</sup> Presidiu o Clube de futebol amador Oriente e a própria Liga Canoense de Futebol (ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Projeto de Lei nº 24/88).

<sup>89</sup> Presidiu clubes de futebol amador na Vila Mathias Velho (ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Projeto de Lei nº 32/99).

<sup>90</sup> De acordo com o Projeto de Lei que nomeou uma via da cidade com seu o nome, dos Santos também presidiu a Liga Canoense de Futebol e organizou diversos clubes esportivos (ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Projeto de Lei nº 45/97).

<sup>91</sup> A coluna Roteiro da Semana foi publicada entre os anos de 1959 e 1960, no jornal *Gazeta de Notícias* (FCC, 2005, p.51). Os assuntos discutidos iam desde questões cotidianas, passando por discussões sobre a política nacional e internacional.

mesmos jornais com relativa frequência.<sup>92</sup> Medeiros também tinha programas nas rádios locais, como ele próprio relata:

E depois, na legalidade (...) eu participei de certo modo na adesão. Eu quase que invadia a rádio de Canoas, a Rádio Real de Canoas e ela passou a integrar a rede da legalidade. Em parte, minha interferência. Eu fazia programas na Rádio Real (...). À noite, às 20 horas, eu fazia um comentário político.<sup>93</sup>

Chama atenção que o engajamento na imprensa é predominantemente de políticos do PTB. Este dado pode ser também um indício da forma de atuar do partido naquela localidade. A imprensa, em geral, contava mais com a participação de lideranças trabalhistas<sup>94</sup> — à exceção de Tróis Filho, filiado ao PDC.

Todavia, a assistência social parece mais vinculada às lideranças de tendências conservadoras: são indivíduos pertencentes a partidos como PRP e PSD que formam a Associação Beneficente de Canoas (ABC),<sup>95</sup> entidade que surgiu nos anos 40 com o intuito de arrecadar fundos para a construção de um hospital na cidade. Outros, como Lina Plentz Alves (PDC), tiveram maior engajamento a partir de associações ligadas à Igreja Católica. De acordo com Tróis Filho, seu colega de bancada, Alves presidia uma entidade católica na vila São Cristóvão — atual bairro Igara —, chamada Fraterno Auxílio Cristão.<sup>96</sup> Ela própria contava sobre sua atuação como mantenedora de creches vinculadas à Igreja local.<sup>97</sup>

Os movimentos comunitários de vilas e bairros também foram importantes meios de ação dos líderes políticos canoenses: neste caso, a ação dos líderes comunitários tinha o interesse na resolução dos problemas, mas também se tornava um

<sup>92</sup> Costa havia publicado na edição de *O Gaúcho* da semana entre 16 a 22 de março de 1963 um artigo de opinião quanto aos problemas de transporte e circulação da cidade (FCC, 2005, p. 90-92). De acordo com a mesma publicação, Alvarez era assistente de redação em *Gazeta de Notícias* e foi correspondente da *Folha da Tarde*, de Porto Alegre. Em seu depoimento, Tróis Filho lembrou que Jacques costumava escrever artigos nos jornais em que atuava.

<sup>93</sup> MEDEIROS, Edson de. *Depoimento* (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014.

<sup>94</sup> Outro exemplo de atuação petebista na imprensa foi o jornal *Canoas em Marcha*, que circulou entre 1951 e 1955, e tinha como diretor-gerente o então vice-prefeito Dr. David Bonder, do PTB (FCC, 2003, p.17).

<sup>95</sup> A ABC foi fundada em 6 de julho de 1948 e tinha caráter assistencialista. A arrecadação de fundos para a construção do Hospital Nossa Senhora das Graças era o seu principal objetivo, consolidado em 1962, quando ocorreu a sua inauguração (GAYESKI, SABALLA, CORBELLINI, 2005).

<sup>96</sup> TRÓIS Fº, Antônio Canabarro. *Depoimento* (julho/2012). Entrevistador: Anderson V. Torres. Canoas: (s.l.), 2012.

<sup>97</sup> Documento avulso encontrado na ficha biográfica de Alves na Câmara cita sua participação em entidades beneficentes cristãs (ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Fichas de ex-vereadores para a previdência da Câmara).

importante capital, trazendo os moradores vizinhos para a sua órbita e gerando uma relação de dívida que seria paga nas eleições. Construía-se, assim, uma base eleitoral forte. Antônio Ferreira Alves tinha esta atuação na vila Mathias Velho;<sup>98</sup> Jacob Weissheimer (PSD) cumpriu mandato como presidente da Sociedade dos Amigos da Vila Fernandes<sup>99</sup> — atual bairro Nossa Senhora das Graças —; Elysio Belchior da Costa, por sua vez, tinha atuação na Sociedade dos Amigos da Vila Flórida<sup>100</sup> — atual bairro Fátima —; e, por fim, Carlos Jacques, que esteve à frente de entidades reivindicatórias na Vila Estância Velha.<sup>101</sup>

As associações profissionais, tais como de comércio e indústria e de servidores públicos municipais, eram outro espaço de ação fora da política de alguns vereadores. No primeiro caso, Moysés Machado (PSD) — que foi presidente da instituição<sup>102</sup> — e Jacob Weissheimer, também pessedista, tiveram atuação. Na entidade associativa dos funcionários públicos, o representante político era trabalhista: Osvaldo Moacir Alvarez.<sup>103</sup>

Edson de Medeiros é um exemplo de atuação em diferentes frentes: imprensa, escrevendo comentários políticos e também no envolvimento com os estudantes. Medeiros foi cofundador da União Canoense dos Estudantes,<sup>104</sup> nos anos 50. Além disso, teve destacada atuação nos movimentos de estudantes universitários quando cursava medicina na UFRGS, na mesma década:

Na faculdade. Eu fui secretário-geral da União Estadual de Estudantes, que correspondia mais ou menos a primeiro-ministro, era a UEE, no Rio Grande do Sul, não sei como é, não sei se existe. Mas ela era parlamentarista e eu fui o primeiro-ministro, era o secretário-geral. Dali, poucos meses depois, me escolheram para ser candidato a presidente da FEURGS, que vem a ser

<sup>98</sup> “A sua luta comunitária o fez presidente de inúmeras entidades, entre elas o Grêmio ‘Mathias Velho’, o Caixeral, o Itaí Futebol Clube. Essa sua participação guindou-o à Câmara de Vereadores, onde permaneceu por longos 18 anos, assumindo em três oportunidades a chefia do Legislativo local” (ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Projeto de Lei nº 32/99).

<sup>99</sup> O periódico *O Momento* noticiou a posse de Weissheimer como presidente da Sociedade no dia 25 de agosto de 1956 (FCC, 2004, p.121).

<sup>100</sup> O *Correio do povo* de 15 de março de 1957 destaca uma correspondência enviada por Costa, reivindicando materiais para a escola da Vila Flórida (FCC, 2004, p.205). Monteavaro (2009) lembra que Costa assumiu a presidência da Sociedade em 1959.

<sup>101</sup> Jacques é citado como primeiro-secretário da Sociedade Estância Velha em reportagem de *O Gaúcho* de 30 de março de 1963 (FCC, 2005, p.69).

<sup>102</sup> Machado assumiu a presidência em 1961 (FCC, 2005, p. 53).

<sup>103</sup> O nome de Alvarez consta como um dos sócios-fundadores no sítio oficial da entidade: <http://www.asmc.com.br/associados.htm>.

<sup>104</sup> A UCE foi fundada em 21 de abril de 1953. Além de cofundador, Medeiros foi também o primeiro presidente da entidade. Tinha caráter de assistência aos estudantes secundaristas locais, já que, como recordado por Tróis Filho, ainda não havia ensino superior em Canoas naquele período (FCC, 2003, p. 23).

atualmente o DCE da universidade. E eu fui presidente do período 57-58, na época da inauguração do Restaurante Universitário, que eu organizei e fundei.<sup>105</sup>

Portanto, sua atuação local junto ao movimento estudantil, fundando na cidade uma entidade voltada para o auxílio ao estudante — possivelmente a primeira em Canoas —, somada ao papel exercido junto à imprensa e a herança familiar, já que era filho de um importante líder local,<sup>106</sup> demonstra como Medeiros conseguiu angariar adeptos no município e juntar recursos políticos que seriam usados na sua ação como representante legislativo.

Enfim, estas informações são úteis para entender em que espaços sociais estes políticos agiam e produziam o seu capital político: a partir disso, é possível compreender que não eram somente os acontecimentos políticos e suas repercussões que influenciavam as ações dos agentes políticos na cidade, mas também as relações que estabeleceram ao longo do tempo com a comunidade. Tal vinculação também contava nos momentos em que os vereadores faziam seus discursos ou propunham ações. Talvez isso explique porque muitas vezes os assuntos nacionais eram deixados de lado nas discussões da câmara, mesmo em momentos de tensão política e social considerável. Havia, portanto, outros interesses, mais relacionados à vida local, que pesavam nas escolhas políticas daqueles agentes.

#### 1.3.4. Atividades políticas

Ainda que a vida fora da política seja um elemento importante para entender a ação dos vereadores aqui pesquisados, eles pertenciam a uma elite política e, assim, também são relevantes os fatos relacionados às suas posições e escolhas dentro deste campo. Os cargos que disputaram ou que desempenharam, as relações com

---

<sup>105</sup> MEDEIROS, Edson de. *Depoimento* (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014.

<sup>106</sup> Medeiros já havia tentado candidatar-se a vereador em 1955 — dois anos após a fundação da UCE —, no entanto, foi pela sigla do PSB. De acordo com os jornais da época, foi o terceiro candidato mais votado, mas, devido ao quociente eleitoral — o partido precisaria de mais 26 votos para garantir uma cadeira —, acabou não se elegendo. (FCC, 2004, p.32). Em seu depoimento, Medeiros lembrou que sua ida para o PTB teve influência do seu pai, e também era a chance de se eleger por um partido com maior estrutura: “Não, eu fui candidato pelo PSB, fui, mas antes, aos 19 anos, antes do PTB. (...). O PSB, o Partido Socialista Brasileiro. E fui — também a gente tem que comprovar, não gosto de dar informações erradas — mas fui o vereador mais votado, mas não consegui o quociente para ser eleito. Aí, injunções do meu pai etc. e tal e também vi que não teria futuro no PSB, nunca seria eleito. Na próxima fui pelo PTB e daí sim, fui o segundo mais votado, eu acho”.

determinadas lideranças políticas de escalas maiores, etc., são sinais de como fizeram uso dos seus capitais políticos e como produziram mais capitais a partir disto.

A Tabela 16 apresenta os vestígios deixados por alguns vereadores quanto às atividades políticas que exerceram:

**Tabela 16 - Atividades e relações políticas**

<b>Nome do Vereador</b>	<b>Partido</b>	<b>Cargo/relação</b>
Alberto Rodrigues de Oliveira	PRP/PTB	Membro de Comitê em favor da candidatura do Marechal Lott à presidência da República, em 1960.
Armando Würth	PSD	Presidente do PSD em Canoas; Assessor do governo Ildo Meneghetti (1963); candidato a deputado estadual em 1962; Ildo Meneghetti.
Dinarte Araújo	PL	Prefeito Interino em outubro de 1963.
Edson de Medeiros	PTB	Presidente de Comitê em favor da candidatura do Marechal Lott à presidência da República, em 1960; candidato a deputado estadual em 1962, eleito suplente e cassado em 1964; Leonel Brizola
Elysio Belchior da Costa	PTB	Membro de Comitê em favor da candidatura do Marechal Lott à presidência da República, em 1960.
Orestes Ferla	PRP/PTB	Candidato a deputado estadual pelo PRP em 1962.
Oswaldo Alvarez	PTB	Membro de Comitê em favor da candidatura do Marechal Lott à presidência da República, em 1960; fundador da Ala Moça do PTB canoense.
Sezefredo Azambuja Vieira	PRP	Deputado estadual suplente em 1950; prefeito de Canoas entre 1956 e 1959.

A tabela nos apresenta alguns elementos para entender, portanto, como alguns desses líderes agiam com os seus recursos, e permite ao observador descobrir os investimentos feitos por eles: tentativas de alavancar uma carreira política, como no caso das candidaturas de Medeiros, Ferla e Würth, em 1962, para o legislativo estadual. Feito conquistado, ao menos como suplente, pelo primeiro. Medeiros também gozava de relações políticas na cidade, uma vez que seu pai era prefeito municipal. A herança

familiar pode o ter auxiliado na construção de sua liderança na cidade daquele período. Como dito por Medeiros<sup>107</sup>, sua entrada no PTB deveu-se muito às mãos do Cel. José João de Medeiros. O capital familiar, portanto, contou nesta empreitada.

Würth, por sua vez, tinha relações próximas com o governador eleito em 1962, Ildo Meneghetti,<sup>108</sup> o que lhe garantiu entrada como assessor no governo estadual, e demonstra que Würth era um aliado fundamental para o governo na cidade e nas relações de Meneghetti com as forças políticas locais. Como lembra Cánepa (2005), o governo Meneghetti iniciou sua gestão caracterizando-se como oposto ao governo anterior, de Leonel Brizola (PTB). Durante a administração deste, também houve contatos políticos entre as lideranças trabalhistas locais e o então governador estadual. Medeiros relembra sua relação com Brizola<sup>109</sup>:

Mas eu era também brizolista na época. Mas a minha direção era mais ideológica e era com um sujeito chamado Armando Temperani Pereira. (...). Aí foi eleito deputado estadual e federal e a minha ligação ideológica no PTB era com ele. Mas era com o Brizola também e depois esta ligação se intensificou, uma ou duas vezes foi e me chamou ao Palácio, fez um secretário dele me buscar em Canoas, eu fui lá, conversei com ele de noite, tínhamos muitos encontros. E depois, na legalidade, estivemos juntos, eu participei de certo modo na adesão.<sup>110</sup>

Vieira, por sua vez, provavelmente aproveitou o período em que exerceu como suplente o mandato na assembleia gaúcha, somando-o à sua vida social e profissional para alcançar o cargo de prefeito de Canoas. Outros se engajaram em campanhas nacionais na cidade — no caso, a campanha à presidência da República do Marechal Lott, em 1960<sup>111</sup> —, provavelmente como forma de se apresentar em termos partidários

<sup>107</sup> MEDEIROS, Edson de. *Depoimento* (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014.

<sup>108</sup> De acordo com o noticiado em *O Timoneiro*, em 2 de junho de 2012, Würth fora chefe do gabinete civil do governo Meneghetti entre 1963 e 1964. A informação procede levando em conta a ata 7/63, de 28 de março de 1963, em que Würth pede licença do cargo de vereador para poder exercer as atividades para as quais fora convocado pelo governador Meneghetti (ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 7/63, Canoas, 28 de março de 1963).

<sup>109</sup> Boa parte da administração de José João de Medeiros (1960-1963) se deu durante o governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul (1959-1962).

<sup>110</sup> MEDEIROS, Edson de. *Depoimento* (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014.

<sup>111</sup> As eleições de 1960 foram marcadas pela vitória de um candidato “de fora”: Jânio Quadros. Ex-governador de São Paulo, candidatou-se com o apoio da UDN, enfrentando o Marechal Henrique Lott (PSD). Este, um militar importante e figura decisiva na garantia da posse de Juscelino Kubitschek em 1955, era a alternativa apoiada pelo presidente que estava deixando o cargo. Lott apoiava as bandeiras nacionalistas das esquerdas, mas, segundo Skidmore (1975), carecia de carisma, o que não faltava ao seu opositor. Quadros, por sua vez, sempre se pretendeu independente, apesar do apoio da UDN, e se utilizava de um discurso moralista, de combate à corrupção. Cabe lembrar também que o vice-presidente eleito fora o petebista João Goulart, que pertencia à chapa de Lott.

e programáticos para os seus eleitores. De acordo com o *Correio do Povo* de 26 de fevereiro de 1960:

No recinto da Câmara de Vereadores realizou-se no último dia 17, a instalação solene do Comitê Municipal Nacionalista Pró-Lott, com a presença de um grande número de autoridades e populares. Para dar posse à Diretoria da entidade esteve presente o gen. Braga Pinheiro, presidente do Comitê Estadual, que em breve alocução saudou o povo canoense pelo significativo evento. Especialmente convidado o dr. Gusmão de Andrade, proferiu interessante palestra abordando temas da campanha nacionalista, terminando por conclamar os presentes a sufragar o nome do mal. Lott à Presidência da República. Falou ainda o dr. Edson Medeiros, vereador municipal, sobre as perspectivas do próximo pleito eleitoral no município de Canoas. Estiveram presentes ao ato cívico e foram escolhidas para a Presidência de Honra, as seguintes autoridades: cel. José João de Medeiros Prefeito Municipal; Alberto Oliveira, Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Antônio Canabarro Tróis, Coletor Federal. A diretoria do comitê ficou assim constituída: presidente — dr. Edson Medeiros; 1º secretário — Enedino Carneiro; 2º secretário — Elísio Costa; 1º tesoureiro — Rui Vargas; 2º tesoureiro — Mário Loureiro; departamento sindical — João Carlos Brovemann; departamento estudantil — acadêmico Osvaldo Alvarez e departamento de organização de bairros — Liomar Formiga. (FCC, 2005, p.107).

Nota-se, portanto, o envolvimento deste grupo de políticos — vários que eram ou iriam ser legisladores pelo PTB — com a eleição de 1960 na cidade, que os auxilia também a construir seus capitais políticos. A organização do comitê é bastante interessante: havia setores para trabalharem nos meios sindicais, estudantis e comunitários. Possibilitava, desta forma, a inserção destas lideranças junto a vários grupos sociais, não apenas para fazer propaganda para o general Lott, mas possivelmente, também, com o intuito de estabelecer contatos com os potenciais eleitores.

De qualquer forma, o método permitiu mapear algumas atuações destes políticos no município, tanto na vida político-partidária, como fora dela. Tais elementos terão fundamental importância para entender as suas ações frente à radicalização política vivida no Brasil dos anos 60. Observam-se os recursos usados por estes líderes visando construir seus espaços na elite política local a partir das relações com os cidadãos da localidade, tanto nas atuações fora do jogo político-partidário quanto na atividade política. Conforme Bourdieu (2011), entende-se que conhecer a base social e as origens dos atores políticos é importante, mas também é crucial compreendê-los nas suas posições de poder e nos seus interesses.

Por outro lado, o método a partir de uma pequena amostra vai ao encontro da ideia de Charle (2006b): para esse historiador, as análises prosopográficas a partir de

pequenas amostras, e que possam ser comparadas com outras pesquisas semelhantes, são mais proveitosas do que pesquisas “labroussianas”.<sup>112</sup> Ou seja, o trabalho considerando uma pequena quantidade de indivíduos, mas com diversidade de variáveis, é mais proveitoso e revela com mais clareza as estruturas sociais, ainda mais quando é feita uma comparação com outras amostras em vez de um esforço exaustivo e pretensamente abrangente. Neste ponto, esta análise sobre a elite política de Canoas, quando comparada com outras elites locais, pode ser mais significativa do que um estudo regional mais amplo. Torna-se, portanto, uma contribuição para novos estudos.

---

<sup>112</sup> Charle refere-se aos estudos do historiador francês Ernest Labrousse (1895-1988). Para o autor, os trabalhos de Labrousse tinham a pretensão de analisar o todo social a partir de fontes estatísticas e de recortes temporais e espaciais abrangentes, o que ocasionava problemas metodológicos.

## 2. ATUAÇÃO DOS VEREADORES CANOENSES ENTRE A CRISE DA LEGALIDADE E AS ELEIÇÕES DE 1962

A radicalização política no Brasil tomou corpo a partir da crise da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Não significa dizer que as disputas entre esquerdas e direitas no Brasil já não estivessem se desenrolando - basta lembrar as crises durante os governos de Vargas e Kubitschek<sup>113</sup>. Contudo, o grau que alcançou a partir daquele momento foi muito maior.

Após a crise e a adoção conciliatória do parlamentarismo, a polarização atingiu seu ápice e ganhou novos atores, mexendo com as percepções dos setores políticos e sociais brasileiros e gaúchos: um exemplo nesse sentido era Leonel Brizola, que após o Movimento da Legalidade ascendeu como liderança das esquerdas naquele momento. O ano de 1962 marcou o último da gestão do petebista no governo estadual gaúcho, em um momento em que ele já era um ativo ator na luta política brasileira.

Ao longo de 1961 e 1962, a radicalização teve instantes de tensão e apreensão, mas também houve situações em que a luta política ficou mais distendida. A posse de Goulart com os poderes limitados possivelmente foi um fator que mitigou as ações oposicionistas contrárias ao seu governo, mas as condutas das esquerdas - principalmente durante a crise da sucessão do primeiro-ministro Tancredo Neves, em junho de 1962 - e as próprias operações de Goulart para retomar os poderes do presidencialismo significavam que o antagonismo político permanecia funcionando.

Os vereadores de Canoas participaram daqueles eventos - ainda que restritos ao local em que atuavam. Mesmo assim, tiveram ações interessantes em meio à crise da Legalidade e da sucessão de Neves, mostrando suas posições e suas impressões sobre a luta política. De alguma forma, mostravam não estarem inertes àquele momento, como será visto nesse capítulo.

---

<sup>113</sup> Durante o segundo governo Vargas (1950-1954), a UDN atuou durante o período para impedir que Vargas conseguisse governar de forma estável. Já durante com Kubitschek, a oposição, aliada a oficiais militares tentaram impedir a posse do presidente em 1955, alegando que o mesmo não havia vencido com maioria absoluta as eleições - ainda que a legislação eleitoral permitisse vitórias com maioria simples. (FERREIRA, 2011c).

## 2.1. A crise da Legalidade na Câmara canoense

No dia 25 de agosto de 1961, o país foi pego de surpresa com a notícia da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República.<sup>114</sup> O susto foi ainda maior quando se tomou conhecimento de que a intenção dos ministros militares era impedir a posse do petebista João Goulart, vice-presidente eleito em 1960, e que se encontrava em viagem oficial na República Popular da China. Nesse mesmo dia, houve sessão na Câmara de Vereadores de Canoas, iniciada às 20 horas e 15 minutos.<sup>115</sup> Já sabendo da renúncia de Quadros, o vereador Dinarte Araújo (PL) pediu a suspensão dos trabalhos. Entendia Araújo que os colegas deveriam ficar em casa "prontos para qualquer consignação que se tornasse necessária."<sup>116</sup> Nesse ínterim, o tema já estava presente nas discussões dos deputados estaduais na Assembleia Legislativa gaúcha. Segundo Brandalise (2011), inicialmente ocorreu um consenso em torno da posse de Goulart por parte dos legisladores; todavia, as divergências surgiram com relação à forma de regime, com grupos defendendo a solução parlamentarista, proposta para a resolução da crise, bem como com discordâncias quanto a atuação do governador gaúcho Leonel Brizola no episódio.

Após a apresentação do requerimento de Araújo, alguns vereadores mostraram contrariedade ao pedido de suspensão dos trabalhos: Alcides Nascimento (PTB) entendia que a renúncia não era motivo para suspender os trabalhos. Já Edson de Medeiros, também petebista, lembrou o episódio do suicídio de Vargas, ao referir-se à carta de renúncia de Quadros:

Com a palavra o Vereador Edson Medeiros, dizendo que os acontecimentos lembravam com tóda a exatidão o dia 24 de agosto. Disse que discordava de Jânio Quadros, mas por sua carta, acha que ela permanecerá para a posteridade, pois que ela representa que por mais honesto que um presidente seja, não poderá enfrentar os grupos econômicos e os vendilhões da nossa pátria.<sup>117</sup>

<sup>114</sup> Jânio Quadros elegeu-se presidente da República em 1960, contando com o apoio da UDN. Vencera o General Henrique Lott, candidato do PSD. João Goulart era candidato à vice da chapa de Lott e também fora eleito. O governo de Quadros durou apenas oito meses — janeiro a agosto de 1961 — e caracterizou-se por tomar medidas ortodoxas no campo da economia e progressistas no campo externo, com a adoção da Política Externa Independente, afirmando posição de autonomia do Brasil frente às potências da Guerra Fria. Pouco afeito às negociações parlamentares, Quadros ganhou a antipatia das esquerdas e mesmo daqueles que lhe apoiavam. A sua renúncia, no dia 25 de agosto de 1961, encerrou o seu governo (BENEVIDES, 1981c).

<sup>115</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 66/61, Canoas, 25/08/1961.

<sup>116</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 66/61, Canoas, 25/08/1961.

<sup>117</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 66/61, Canoas, 25/08/1961.

O presidente da Casa, Antônio Soares Flores (PTB), também não via razões para a suspensão dos trabalhos, afinal, segundo ele, já era "a 3º vez que o Dr. Jânio Quadros renunciava e Sua Excelência poderia reconsiderar a atitude."<sup>118</sup> Armando Würth (PSD) seguiu a linha daqueles que defendiam a suspensão, dizendo temer "haver interesse para provocar uma revolução",<sup>119</sup> e que suspender a sessão era mais importante do que qualquer matéria. Mais, Würth entendia que os vereadores deveriam retornar às suas casas até serem chamados. Ao fim, foi aprovado o levantamento dos trabalhos.

A sessão, portanto, apresentou algumas confusões, provavelmente relacionadas ao calor dos acontecimentos. Não haviam se passado nem 24 horas que Quadros tinha renunciado à presidência, e o que viria a seguir ainda era uma incógnita. Daí alguns vereadores perceberem a situação como mais uma das tantas excentricidades do então presidente, enquanto outros a olhavam com a mesma gravidade dos episódios que levaram a morte de Getúlio Vargas.

De qualquer forma, os dias seguintes vieram a mostrar aos legisladores locais que a crise era, de fato, grave. No dia 25, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumia a presidência interina da República, mas quem realmente comandava o país era uma Junta Militar liderada pelos ministros militares.<sup>120</sup> No dia 26, o clima já era de um governo militar:

Os ministros militares mostraram sua força. Embora sem declaração legal (...) o Brasil estava sob estado de sítio: jornais, rádios e televisões eram censurados e prisões realizadas arbitrariamente. O Congresso, porém resistia, não cedendo ao cerco que crescia (FERREIRA; GOMES, 2014, p.33).

A intenção era impedir a posse do vice-presidente, João Goulart, visto pelos ministros como alguém que, desde que fora ministro do Trabalho de Vargas, entre 1953 e 1954, mostrava tendências ideológicas à esquerda, ainda mais que, no momento da renúncia de Quadros, encontrava-se em viagem à China comunista. Na vizinha Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o governador petebista Leonel Brizola iniciava os primeiros movimentos para resistir ao pretendido golpe militar e defender a posse de

---

<sup>118</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 66/61, Canoas, 25/08/1961.

<sup>119</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 66/61, Canoas, 25/08/1961.

<sup>120</sup> De acordo com Ferreira e Gomes (2014), a intenção de Quadros ao renunciar era forçar o Congresso Nacional a lhe dar poderes maiores, não aceitando a renúncia. No entanto, o poder legislativo aceitou e, como o vice-presidente Goulart estava em viagem oficial à China, quem assumiu a presidência foi o chefe do Congresso, Ranieri Mazzilli (PSD). Ao tomar posse interinamente, Mazzilli enviou uma nota dos ministros militares comunicando a "inconveniência" da posse de Goulart, demonstrando que, na prática, eram eles que estavam governando o país.

Goulart: buscou apoios junto a oficiais militares nacionalistas,<sup>121</sup> principalmente o candidato derrotado nas eleições de 1960 à presidência, Marechal Henrique Lott. Este, ao manifestar-se a favor da resistência, acabou sendo detido por ordem do ministro do Exército, Odílio Denis (FELIZARDO, 2003; FERREIRA; GOMES, 2014).

Assim como buscava o apoio de setores militares contrários ao impedimento da posse de Goulart, Brizola também conclamava a população às ruas, que atendeu ao chamado e se concentrou na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini — sede do governo gaúcho —, para resistir em favor legalidade democrática. Os efeitos foram sentidos em Canoas, de acordo com o ex-vereador Três Filho:

Muita gente se assustou (com a crise da Legalidade), se fechou em casa, gente que saiu da cidade, foi se esconder, saiu de Canoas até. (...) Sabendo que havia que os aviões iriam decolar para bombardear o Palácio, e teve gente que foi pra praça para participar, houve gente que se armou e foi para lá.<sup>122</sup>

Edson de Medeiros, vereador naquele momento, afirma ter participado diretamente, reunindo seguidores para participar da resistência em Canoas.

(...) Interessante que quando houve a Legalidade, até aí veio, uma coisa meio ridícula, meio engraçada, eu organizei um exército "brancaleone" em Canoas. Nós tínhamos lá um grupo que se formou de frente a prefeitura, uns 50 homens, comandados por um sargento aposentado, que fazia ordem unida e eu inclusive usava uma pequena arma. Na legalidade. (...). Uma coisa ridícula que a gente fosse participar de um grupo. Mas já na defesa do mandato do Jango. Mas foi uma coisa meio ridícula, um grupo de pessoas, uns 30 homens em posição militar, em frente à prefeitura, prontos para lutar.<sup>123</sup>

Entre a população, há poucos, mas interessantes, indícios de participação na defesa da posse de Goulart: datado de 29 de setembro de 1961, a Associação dos Amigos da Vila Triângulo enviou ofício à Câmara canoense para solicitar alteração do nome de logradouros em homenagem a Brizola e ao Comandante do IIIº Exército General Machado Lopes. No mesmo documento, a entidade afirmava ter sido uma frente de resistência durante a crise:

<sup>121</sup> Smallmann (2004) cita a existência, dentro das Forças Armadas Brasileiras, de dois grupos distintos, que se definiam de acordo com a visão que cada uma tinha frente aos Estados Unidos: os internacionalistas, desejosos de aliar-se aos norte-americanos, fortemente anticomunistas e liberais em termos econômicos. Por outro lado, existiam oficiais nacionalistas, interessados em um desenvolvimento nacional autônomo e dirigido pelo Estado, e defensores da neutralidade frente à Guerra Fria. Essas duas facções confrontar-se-iam ao longo dos anos 50 e 60, tomando posições nos embates políticos do período.

<sup>122</sup> TRÓIS Fº, Antônio Canabarro. *Depoimento* (julho/2012). Entrevistador: Anderson V. Torres. Canoas: (s.l.), 2012.

<sup>123</sup> MEDEIROS, Edson de. *Depoimento* (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014.

Senhores representantes do povo canoense, esta associação por intermédio do seu Presidente, vem com o presente informar-lhes que na recente grave crise política-militar a pouco finda, esta Associação transformou-se em Comitê de resistência democrática.<sup>124</sup>

Conforme lembra Ferreira (2005), os Comitês de Resistência Democrática se espalharam pelo estado do Rio Grande do Sul durante o final de agosto de 1961, reunindo centenas de voluntários dispostos a resistir ao possível golpe militar. Ao mesmo tempo, em Canoas, também se formaram esses comitês, como demonstra o documento citado, embora muitos provavelmente não deixaram registros.

A crise ganhava contornos dramáticos e a elite política local voltou a reunir-se na Casa legislativa em 27 de agosto. Nesse dia, ficou claro que os vereadores unificaram-se em torno da defesa da posse de Goulart, assim como havia ocorrido na Assembleia Legislativa gaúcha (BRANDALISE, 2011) e também no Congresso Nacional (FERREIRA; GOMES, 2014) — ainda que tenham ocorrido conflitos quanto às possíveis soluções para a crise.<sup>125</sup> A Ata 67 descreve que a reunião fora convocada extraordinariamente por Antônio Flores (PTB) "em virtude da crise política porque passava o País com a renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros e a disposição dos Senhores ministros militares em não permitirem a posse do Dr. João Goulart."<sup>126</sup> O pessedista Armando Würth manifestou que o seu partido defendia a Constituição e o regime democrático. Todavia, se todos defendiam a mesma bandeira, discordavam quanto aos métodos: Flores sugeriu uma nova reunião naquele mesmo dia, à noite, "convidando-se para isto todos os Sindicatos, Associações de Vilas e a Classe Estudantil".<sup>127</sup> Würth discordou:

... usou novamente da palavra o Vereador Armando Würth (...) manifestando-se contrariamente a participação ou colaboração da classe estudantil em movimentos contra a ilegalidade, por entender que nada êles poderiam ajudar e que deve-se nestas ocasiões o máximo de serenidade".<sup>128</sup>

<sup>124</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 883/31/61. Caixa 31, Canoas, 5/10/1961.

<sup>125</sup> Conforme Figueiredo (1993), mesmo lideranças do PSD e da UDN recusaram a ruptura proposta pelos ministros militares. A mesma autora ressalta o sentimento legalista de grande parte da população naquele instante. Os conflitos estiveram relacionados à possibilidade da solução parlamentarista — Goulart tomava posse, mas sem todos os poderes do Executivo —, rechaçada pelos membros mais à esquerda no parlamento brasileiro.

<sup>126</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 67/61, Canoas, 27/08/1961.

<sup>127</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 67/61, Canoas, 27/08/1961.

<sup>128</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 67/61, Canoas, 27/08/1961.

Acabou-se aceitando a proposta do vereador do PSD e decidiu-se também que, a partir daquele dia, a Câmara entraria em sessão permanente.

Enquanto entravam em sessão permanente, os vereadores canoenses acompanhavam com apreensão, como boa parte da população gaúcha, os acontecimentos em Porto Alegre. Àquela altura, Brizola já havia tomado, com o auxílio da Brigada Militar, a Rádio Guaíba — única ainda não censurada pelo governo federal interino —, e formado a Cadeia da Legalidade, a partir da qual fez discursos que atingiram diversos lugares do Brasil, alertando e buscando mobilizar as forças sociais contrárias ao veto militar a Goulart. Segundo Ferreira:

A Cadeia da Legalidade foi de fundamental importância para o movimento. Ao difundir mensagens de diversas entidades políticas e grupos sociais na defesa da ordem democrática, a sociedade brasileira encontrou canais de informação que rompiam o cerco à censura (FERREIRA, 2005, p.286).

Em 28 de agosto, Machado Lopes, comandante do IIIº Exército,<sup>129</sup> foi ao encontro de Leonel Brizola e surpreendeu a todos ao anunciar a adesão daquele comando ao movimento legalista. Tratava-se de um duro revés aos golpistas. Segundo relatado por Ferreira e Gomes (2014), Lopes tinha ordens de retirar Brizola do poder. O governador sabia, pois técnicos do Palácio Piratini interceptaram a troca de mensagens em Código Morse entre Lopes e os militares em Brasília. Todavia, Lopes chegou ao Piratini e descumpriu as determinações superiores, aderindo ao movimento.

Nesse mesmo dia, a Casa canoense enviou ofícios às autoridades envolvidas<sup>130</sup> na crise, declarando apoio à Legalidade. Para o governador, os vereadores enviaram a seguinte mensagem:

A Câmara de Vereadores do Município de Canoas, reunida permanentemente desde a eclosão da crise que assolou a nação brasileira, vem acompanhando atentamente o desenrolar dos acontecimentos, orgulhando-se cada vez mais de pertencer à comunidade riograndense. Dentro do cenário desenvolvido em nosso Estado, na luta pela manutenção das franquias democráticas, destacam a corajosa e intransigente posição

<sup>129</sup> O Exército dividia suas tropas em quatro grandes regiões geográficas. O IIIº Exército correspondia às tropas presentes nos três estados da região sul do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Havia ainda o Iº Exército, presente nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo; o IIº Exército, correspondente a São Paulo e Mato Grosso e o IVº Exército, equivalente a região Nordeste (GASPARI, 2014).

<sup>130</sup> As autoridades que receberam o documento foram o governador do Estado Leonel Brizola, o Comandante da Brigada Militar Diomário Moogen, o Comandante do IIIº Exército General José Machado Lopes e o Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre Dom Vicente Scherer (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961).

assumida por V. Excia., estimulando o Rio Grande e o país na luta pela preservação da constituição.  
Receba, Exmo. Sr. Governador do Estado, a homenagem unânime dos legisladores e povo canoense.<sup>131</sup>

De forma unânime — ainda que dois vereadores não tenham assinado o documento<sup>132</sup> —, o Legislativo local tomava posição clara favorável à defesa da posse de Goulart e das ações de Brizola. A confirmação do posicionamento da Casa canoense viria em uma nota sobre os eventos então vividos:

Os vereadores de Canoas, reunidos em assembleia permanente, tendo em vista a gravidade da situação nacional, dirigem-se patrioticamente a todo povo, especialmente aos trabalhadores, *manifestando o seu repúdio a toda e qualquer manobra que vise sustar as liberdades democráticas no país.* Nosso profundo respeito ao povo que nos elegeu faz com que reafirmemos, nesta horas de angústias e de expectativas, nosso pensamento de que somente o sistema democrático, com o acatamento da vontade popular, expressa nas urnas, pode dar à nação brasileira a solução para seus graves problemas.  
*Concitemos a todo o povo, independente de suas cõres políticas e partidárias, a cerrar fileiras na defesa intransigente da legalidade democrática.*<sup>133</sup>

Novamente, aparecia de forma harmoniosa a alegação favorável à manutenção democrática e contrária a manobras que impedissem a posse do vice-presidente eleito. Os documentos deixavam claro o posicionamento da Casa Legislativa em apoio ao movimento legalista.

No dia 30, os vereadores voltaram a se encontrar e o vereador Melton Both (PRP) questionou se era ainda necessária a sessão permanente. Würth atentou para a necessidade da manutenção da sessão permanente, pois "naquele momento aflitivo tudo poderia ser fechado no país, mesmo as câmaras municipais."<sup>134</sup> Würth entendia que a Casa não deveria ficar fechada num momento como aquele, propondo um regime de plantão entre os vereadores. Manoel Calbo, também do PSD, detalhou como funcionaria o regime de plantões para manter a Casa aberta:

Pelo Vereador Manoel Calbo, foi sugerido que os vereadores fossem divididos em 4 comissões, incluindo-se o Sr. Presidente, que deveria

<sup>131</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961.

<sup>132</sup> Ambos os vereadores - Melton Both (PRP) e Nilo del Cueto Reis (PTB) - não se encontravam na sessão que definiu a redação da nota.

<sup>133</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961.

<sup>134</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 69/61, Canoas, 30/08/1961.

comparecer a Câmara independentemente de horário, porém com o mínimo de um comparecimento durante às 24 horas. Sugeriu ainda que os plantões fossem divididos em 6 horas, válidas por duas sessões...<sup>135</sup>

A proposta acabou aceita e os vereadores reuniram-se para decidir em qual turno do plantão cada um ficaria. A sessão permanente durou cinco dias, encerrando-se em 4 de setembro, e os membros do legislativo canoense a deixaram registrada em um bloco de notas intitulado *Registros de notícias dos plantões da Câmara 30-8-61*.<sup>136</sup>

No bloco, assinalaram as notícias veiculadas em diversos meios de comunicação, assim como informações recebidas pelos próprios legisladores sobre o andamento da crise. O dia 30 de agosto — primeiro dia do plantão — apresentava um evento que acirrava ainda mais a crise: a Junta Militar lançou uma nota oficial em que afirmava sua disposição em impedir a posse de Goulart e iniciavam-se, no Congresso Nacional, as discussões visando uma solução intermediária para a crise (FIGUEIREDO, 1993).

Foi nesse contexto que teve início os relatos dos vereadores canoenses no bloco de registros. É possível perceber, na leitura do bloco, a confusão de informações e boatos daqueles dias: já no dia 30, os vereadores presentes no plantão, entre as 18 horas e as 24 horas — Alcides Nascimento (PTB), Almerindo Silveira e Manoel Calbo (ambos do PSD) —, ouviram relatos de que Carlos Lacerda teria renunciado ao governo de Guanabara, mas depois reconsiderado, e ainda citaram que Brizola havia feito uso da palavra em "grande manifestação popular".<sup>137</sup> Certamente, tratava-se de uma referência à manifestação de Brizola agradecendo o apoio do IIIº Exército e seu comandante, Machado Lopes, ao movimento da Legalidade. De acordo com Ferreira (2005), foi anunciado nessa manifestação que Lacerda teria deixado o cargo, a mesma informação relatada no bloco.

Os dias seguintes marcariam o início da busca por uma solução para crise no Congresso Nacional. Brizola já contava com o apoio do IIIº Exército, maior das guarnições militares do Exército e que lhe dava importante suporte. Goulart, por sua vez, recebia, em Montevideu, capital do Uruguai, onde estava aguardando o desenrolar da crise, o deputado mineiro Tancredo Neves (PSD), que lhe propõe a saída parlamentar. O Congresso Nacional votaria Emenda Constitucional nº 4, instituindo o

<sup>135</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 69/61, Canoas, 30/08/1961.

<sup>136</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961.

<sup>137</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961.

parlamentarismo no país. Goulart assumiria, porém, com menos poderes, o que acalmaria os militares. Na madrugada do dia 31 de agosto, os vereadores de Canoas daquele plantão — Melton Both (PRP), Antônio Ferreira Alves e Nilo del Cueto Reis (ambos do PTB) — demonstravam preocupação com o recurso proposto e entraram em contato com o Palácio Piratini para saber o pensamento do governo estadual quanto a solução parlamentarista:

Às 3.40 hs — Telefonamos ao Palácio Piratini consultando qual seria a tendência do governo com relação a instituição do regime parlamentar, em resposta respondeu a casa civil que o governo não concordaria com a fórmula, e que deputados do estado estão em Brasília para apresentar o ponto de vista do Estado.<sup>138</sup>

Destaca-se que os vereadores locais estavam envolvidos com o tema, tomando posições frente aos acontecimentos e mesmo entrando em contato com as autoridades mais diretamente envolvidas. Estavam, também, atentos à Rede da Legalidade: alguns minutos depois, relataram uma notícia divulgada pela rede liderada por Brizola de que Carlos Lacerda havia sido expulso da Associação Nacional de Jornalistas.<sup>139</sup>

Todavia, a inquietação seguia presente: ainda que tenham se iniciado as negociações para a aprovação do regime parlamentarista no Congresso Nacional, no dia 31, os vereadores relataram que o IIº Exército, sob o comando de Cordeiro de Farias,<sup>140</sup> apoiado pelas outras duas forças — Aeronáutica e Marinha —, estaria iniciando operações contra o Rio Grande do Sul. Uma frase aparece riscada no bloco e, mesmo que o autor pretendesse esquecê-la, é interessante trazê-la à tona: “É a guerra civil, vereadores?!?!”.<sup>141</sup> O tom receoso da frase, apagada depois, fazia mais sentido para a elite local, pois em Canoas os efeitos da crise eram sentidos. Como já referido, a cidade era sede da 5ª Zona Aérea. Logo após a renúncia de Quadros, as tropas daquela base da Aeronáutica foram colocadas em prontidão, aquarteladas e armadas para qualquer urgência. De acordo com Rolim (2009), várias correspondências entre o ministro da Guerra e o comandante do IIIº Exército indicavam que, se necessário fosse, as Forças

<sup>138</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961.

<sup>139</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961.

<sup>140</sup> Houve equívoco na escrita nesse caso: naquele momento, Cordeiro de Farias era chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e havia sido nomeado pelo ministro da Guerra, Odílio Denis, comandante do IIIº Exército em função da insubordinação de Machado Lopes (DE PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

<sup>141</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961.

Armadas usariam a base em Canoas para atacar com bombardeios aéreos o Palácio Piratini, visando silenciar a Rede da Legalidade:

09:45 – Foi recebida pelo III Exército a seguinte ordem do Sr ministro da Guerra

(transmitida em fonia):

—O GEN ORLANDO GEISEL TRANSMITE AO GEN MACHADO LOPES, CMT III EX, A SEGUINTE ORDEM DO MINISTRO DA GUERRA:

O III EXÉRCITO DEVE COMPELIR IMEDIATAMENTE O SR LEONEL BRIZOLA A PÔR TERMO A AÇÃO SUBVERSIVA QUE VEM DESENVOLVENDO E QUE SE TRADUZ PELO DESLOCAMENTO E CONCENTRAÇÃO DE TROPAS E OUTRAS MEDIDAS QUE COMPETEM EXCLUSIVAMENTE AS FORÇAS ARMADAS. O GOVERNADOR COLOCOU-SE, ASSIM, FORA DA LEGALIDADE. O CMT DO III EX ATUE COM A MÁXIMA ENERGIA E PRESTEZA.

FAÇA CONVERGIR SOBRE PORTO ALEGRE TODA A TROPA DO RIO GRANDDE DO SUL QUE JULGAR CONVENIENTE, INCLUSIVE A 5ª DI, SE NECESSÁRIO.

EMPREGUE A AERONÁUTICA, REALIZANDO INCLUSIVE O BOMBARDEIO, SE NECESSÁRIO.

ESTÁ A CAMINHO DO RGS UMA FORÇA-TAREFA DA MARINHA.

QUAL O REFORÇO DE TROPA QUE NECESSITA?

AQUI HÁ UM BOATO DE QUE O GEN MURICY VIRIA AO RIO. O MINISTRO DA GUERRA NÃO QUER ACREDITAR NESTA NOTÍCIA E JULGA QUE O MOMENTO NÃO É MAIS PARA PARLAMENTAR, MAS REQUER AÇÃO FIRME E IMEDIATA.

O MINISTRO DA GUERRA CONFIA EM QUE A TROPA DO III EX CUMPRIRÁ O SEU DEVER.<sup>142</sup>

Para Rolim (2009), esta ordem foi definitiva para que o Gal. Machado Lopes se engajasse no movimento da Legalidade. Todavia, o não acatamento das ordens do ministério acirrou os ânimos na Base Aérea de Canoas entre os oficiais favoráveis à intervenção e os suboficiais e sargentos, decididos a impedir qualquer tentativa de ataque à sede do governo estadual. Segundo relatado por Rolim, os sargentos trataram de desarmar os aviões, evitando o seu uso para o bombardeio, ainda que Machado Lopes já houvesse dito que não faria uso de tal recurso.

Até que ponto os vereadores tinham conhecimento do que estava ocorrendo a poucos quilômetros de distância? Sabia-se pelas notícias de jornais, que já noticiavam os eventos, mas estranhamente o tema é pouco tocado pelos vereadores, reaparecendo apenas após a crise. De qualquer forma, tinha-se o conhecimento de que mesmo em Canoas algo preocupante ocorria e as outras novidades auxiliavam a aumentar os temores de que uma guerra se avizinhava.

<sup>142</sup>BOLETIM ESPECIAL Nº 1 DE 15 OUTUBRO DE 1961 DO III EXÉRCITO. In: O CRUZEIRO. 2 de dezembro de 1961 p. 8.

Os primeiros dias de setembro surgiam com a possibilidade de uma resolução para a crise. No bloco, uma anotação do dia 1º de setembro sugeria tal expectativa:

09:00 – Comunicado do Rio informa que diversos generais dirigiram-se ao Ministro da Guerra afirmando-lhe que desejam ver empossado o presidente constitucional!

Em reunião com o Mal. Denis, informou-lhe Lacerda que não vê motivos para não ser empossado JANGO!<sup>143</sup>

Nota-se os destaques dados ao vereador que fez a anotação: havia esperança de que a crise se encerraria uma vez que atores decisivos na tentativa de golpe já recuavam ou pressionavam o ministro Gal. Denis para que Goulart fosse empossado. Havia esperança, mas ainda não havia certeza. Segundo o presidente da Casa, conforme registro deixado ainda no dia 1º de setembro, aviões militares sobrevoaram Porto Alegre e Canoas lançando boletins com os dizeres:

Aos oficiais, sargentos e praças do IIIº Exército, não existe mais o dever de obedecer o General Machado Lopes, ele foi destituído do comando do IIIº Exército e substituído pelo General Cordeiro de Farias. Machado Lopes está na ilegalidade e quem ficar com ele está rebelde e será julgado. Não se entreguem nas mãos dos agitadores vendidos ao imperialismo vermelho.<sup>144</sup>

Portanto, ainda estava presente a possibilidade de uma reação militar contra o governador Brizola partindo dos ministros militares — mesmo que as informações oficiais dessem conta de que se encaminhava uma saída no parlamento —, tentando deslegitimar o comando do Gal. Machado Lopes, que já estava apoiando a legalidade.

Em Brasília, as negociações seguiam na tentativa de alcançar uma saída a partir da instituição do regime parlamentarista. Indo ao encontro de Goulart, em Montevidéu, Tancredo Neves, a muito custo, conseguira convencer Goulart a aceitar aquela possibilidade:

A conversa com Tancredo Neves não foi fácil. Com o regime parlamentar, ele (Goulart) tomaria posse, mas praticamente sem poderes. Tancredo insistiu. O país encontrava-se fraturado; ameaçado por um conflito armado. A possibilidade iminente de uma guerra civil fez com que aceitasse o regime parlamentarista, mesmo a contragosto. (...) Goulart sabia da gravidade da crise. Resolveu aceitar o parlamentarismo para tomar posse e conduzir o país à tranquilidade constitucional (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 44).

<sup>143</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961. (Grifos do texto).

<sup>144</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961.

Nesse mesmo dia, Goulart retorna ao Brasil, inicialmente em Porto Alegre, onde encontrou Brizola e saudou, a partir do Piratini, a população que lhe aguardava e que se mobilizou para sua posse. No bloco, a notícia é registrada:

19.30 – Brizola faz saudação comunicando que o presidente Jango chegou ao Palácio, para a caminhada a Brasília com o compromisso de na ordem e lei governar o Brasil já que alguns chefes militares que não querem que assuma o governo.

21 horas – chegou a Porto Alegre o presidente João Goulart desfilando nas ruas da capital.<sup>145</sup>

Na madrugada do dia 2 de setembro, foi aprovada a EC nº4 - também chamada de Ato Adicional - por 233 votos favoráveis a 55 contrários.<sup>146</sup> A decisão fora frustrante para quem havia arriscado a vida na defesa da posse de Goulart. Como bem recorda Wassermann (2011), a solução parlamentarista desagradou os defensores da legalidade, pois se tratava, no fim, de um expediente casuístico, uma vez que a meta havia sido atingida, mas não de forma plena. Goulart assumiria a presidência, mas sem os poderes pelo qual constitucionalmente tinha direito quando da sua eleição como vice-presidente em 1960. Goulart aceitou assumir a presidência, mesmo que perdendo a legitimidade conferida pela via eleitoral. Havia, por parte de Goulart, uma aposta no enfraquecimento do parlamentarismo e na retomada do presidencialismo a partir de um plebiscito, previsto na EC nº4.

Mas Brizola discordava: olhava o recuo como um compromisso ilegítimo, o que talvez explique a dramaticidade ainda vivida pelos vereadores canoenses em uma frase do bloco, às 11 horas do dia 2 de setembro, após a confirmação da posse de Goulart para o dia 7 de setembro, sob regime parlamentarista: “11.00 - Continua a agonia, a tensão, a falta de notícias. Nada mais se sabe.”<sup>147</sup> Após o desabafo, soube-se que haveria greve geral em Guanabara e em São Paulo.

Para os vereadores canoenses, o dia 3 de setembro marcaria o fim da agonia e da tensão. Ou, nos dizeres dos plantonistas:

---

<sup>145</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961.

<sup>146</sup> No registro de notícias, constavam 54 votos contrários à EC nº4.

<sup>147</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961.

“Consumatum est”

Diante da consumação do problema, com a “imposição” do parlamentarismo e disposição do Sr. Vice-presidente em assumir,

“NÃO SE JUSTIFICA MAIS A REUNIÃO PERMANENTE DA CÂMARA.”

Procurado o Sr. Presidente (da Câmara), na sua casa e nas suas firmas comerciais, não foi o mesmo encontrado. Diante disso, deliberou o presente plantão comunicar a todos os vereadores a suspensão, até deliberação do presidente, da sessão permanente e dos plantões.<sup>148</sup>

O tom do recado final dá entender que, se por um lado, todos se uniram em torno da posse de Goulart, os dias seguintes reservariam discussões quanto ao formato da resposta encontrada para a crise e o papel e as escolhas dos atores presentes no movimento da Legalidade. Os plantonistas que encerraram a sessão permanente não eram do PTB — Armando Würth (PSD), Cirne Schmitt (PL) e Alberto Oliveira (PRP)<sup>149</sup> —, e o uso de aspas no termo imposição denotava que, na visão deles, não se tratava de uma obrigação imposta a Goulart, e que ele havia aceitado a solução. Tal ideia ia de encontro às posições de Brizola e das alas mais à esquerda do PTB, que viam o parlamentarismo como um “golpe branco” (FIGUEIREDO, 1993, p.47). Em outras palavras, para os plantonistas — maioria deles, ao menos —, tratou-se de uma saída possível para aquele momento, situando-se contra a visão dos trabalhistas mais à esquerda, que viam o parlamentarismo como um recurso desfavorável a Goulart.

A figura de Brizola ganharia relevância, como veremos no próximo subcapítulo. Já no dia 4, na primeira sessão após o encerramento do plantão, Oliveira sugeriu nomear duas ruas da cidade com os nomes de Leonel Brizola e do Gal. Machado Lopes.<sup>150</sup> Era o início da luta política local em torno de Brizola, do que representou o governador durante a crise da legalidade.

Ainda no dia 4, decidiu-se, por sugestão de Armando Würth, que a casa permaneceria sem sessões até o encerramento oficial da crise, com a posse de Goulart, em 7 de setembro. No dia 5, Brizola encerrava a Rede da Legalidade (BRANDALISE, 2011, p.106). A casa só retornaria aos trabalhos ordinários no dia 8 de setembro de 1961.

O movimento da Legalidade cumpriu, ainda que não de forma plena, o seu papel: foi um dos fatores de pressão contra a tentativa de golpe militar e assegurou a

<sup>148</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Registro de notícias dos plantões da Câmara 30-08-61. Caixa 29, Canoas, 1961.

<sup>149</sup> Ainda que fosse filiado ao PRP, Oliveira tomava posições na Casa favoráveis aos trabalhistas. Tal posição se confirmou nas eleições de 1963, quando se reelegeu vereador, porém pela sigla do PTB.

<sup>150</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 70/61, Canoas, 04/09/1961.

investidura de Goulart como presidente da República, embora sob um regime parlamentarista. Garantiu alguma estabilidade para o país por certo período de tempo.



**Figura 4:** 4ª legislatura (1960-1963) da Câmara Municipal de Canoas. Fonte: <http://memoriainstitucional1.blogspot.com.br/2012/10/4-legislatura.html>. Acesso em 5 abr. 2017.

## 2.2. As disputas na Câmara em torno do papel de Brizola no Movimento da Legalidade.

O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, liderou o movimento e não saiu satisfeito com o seu resultado. Segundo ele, o recém-empossado presidente negligenciava o apoio popular liderado pelo próprio Brizola e aceitava uma solução “conciliatória”, conforme lembra Marieta Ferreira (2008):

Uma vez em Brasília, Goulart não quis ser empossado logo no dia seguinte, pois, segundo suas próprias palavras, desejava se inteirar melhor dos acontecimentos e se recuperar das duras críticas feitas por alguns dos seus familiares por ter aceito tomar posse nas condições impostas. Referia-se a ninguém menos que Brizola, que havia feito declarações contundentes contra sua postura conciliadora (FERREIRA, 2008, p. 21).

O uso de tal capital político por Brizola — líder popular e nacionalista — o permitiu assumir o papel de protagonista junto às esquerdas, aquele que discursava em nome das ideias nacional-reformistas e que pressionava os governos e conseguia

impedir tentativas de golpes. Todavia, conforme lembra Brandalise (2011), mais do que o movimento da Legalidade, a conjuntura nacional não era propícia, naquele momento, a uma ruptura institucional:

Tal postura legalista (...) insere-se em um contexto nacional favorável à defesa da ordem constitucional, que desde cedo se torna considerável entre os mais diversos segmentos sociais e instâncias de representação. Nesta época, parcela significativa da sociedade brasileira mostrava desconfiança quanto a medidas de forças antidemocrática. Não havia clima no país para a ruptura da constitucionalidade (BRANDALISE, 2011, p. 76).

Seu governo no estado gaúcho, iniciado em 1959, já se caracterizava por uma postura mais nacionalista e reformista, como veremos a seguir, com uma visão, segundo Cánepa (2005), voltada para a retomada do desenvolvimento industrial do Estado e dando ênfase a políticas sociais e administrativas dirigidas à educação, ao campo, à habitação, etc.

Se tais ações eram então conhecidas no âmbito regional, a partir da Legalidade tornar-se-iam no campo das esquerdas brasileiras. Para Cánepa (2005), a Legalidade foi um ponto de inflexão no governo de Brizola, o começo de uma nova fase a partir da sua então reconhecida capacidade de mobilização popular com o evento; da sua projeção nacional e de sua insatisfação com a solução parlamentarista.

Sendo assim, Brizola tornava-se conhecido nacionalmente e assumia um papel de liderança entre as esquerdas. Ao ponto de rivalizar com o próprio presidente Goulart e encampar de forma mais radicalizada os discursos nacionalistas e reformistas. Passou a pressionar, de maneira decidida, o governo a tomar medidas naquele sentido.

Ao analisar o homem político, Dahl (1988) cita duas variedades: o *agitador* e o *negociador*. O primeiro preocupa-se com a resposta emocional dos seus ouvintes à sua fala. Critica seus opositores e faz uso da truculência política, se necessário, para atingir seus objetivos junto aos seus seguidores. Procura soluções justas e imediatas para os problemas que afligem a sociedade. O negociador, por outro lado, busca a conciliação, ainda que tenha que fazer concessões. Para o agitador, interessa mudar a opinião pública; já o negociador, busca moldar-se a partir dela:

Por aceitar a opinião corrente como um dado, o político pragmático pode ser um instrumento das maiores correntes. Por aceitar a opinião pública como algo que pode ser modificado, o agitador ajuda a criar futuras maiorias. Ambos correm o risco de não se ajustar aos tempos em que vivem, caso em que o político pragmático acompanhará opiniões que levarão

inexoravelmente ao desastre e o agitador será ignorado hoje, e amanhã esquecido (DAHL, 1988, p. 116).

Pode-se entender Leonel Brizola como um *agitador*, nesse contexto,<sup>151</sup> nos termos de Dahl. Um líder político *carismático*, capaz de atrair seguidores pela sua ação política radical e pela sua oratória.<sup>152</sup> Mas bastaria a Brizola, para conseguir se inserir no campo político, os seus dotes discursivos ou suas ações mais radicalizadas e mais próximas dos ideários reformistas da época? Sento-Sé (1997) entende que não: para além da capacidade oratória e de reunir multidões, o líder carismático — no caso, Brizola — necessita mobilizar uma série de representações sociais presentes entre aqueles que o seguem. Cria-se um vínculo a partir dessas representações entre líder e liderados, em que o primeiro produzirá uma linguagem simbólica que poderá, ou não, receber a adesão dos liderados.

Nesse sentido, a adesão a Brizola passa pelas imagens que ele representa perante aqueles que são representados. Estes, por sua vez, farão a leitura da narrativa representada pelo líder e aí poderão aderir e fazer as suas próprias leituras do que o líder representa, o que torna o aderente e sua leitura tão importante quanto a do próprio Brizola:

O papel do assessor do chefe, do formulador político, do militante, do dirigente partidário ou do eleitor interessado se equivalem. Esses personagens são tão importantes, no processo de significação, quanto o próprio líder. Talvez os discursos daqueles que aderem sejam, até mesmo, mais importantes. Dessa perspectiva, a adesão a que se convencionou chamar de brizolismo pode ser entendida como a produção tácita ou explícita de um mosaico de imagens, cujo contorno é revelador de uma auto-imagem possível e plausível (por que não?) daqueles que fazem dela (a adesão) a forma privilegiada de engajar-se nos debates pertinentes à esfera pública (SENTO-SÉ, 1997, p.26).

Dessa forma vai ser entendida, aqui, a atuação política de Brizola e de seus seguidores: um líder que desempenhou determinadas imagens e representações que estavam em voga nas esquerdas latino-americanas dos anos 50. Como mencionado por Ferreira (2016), ainda que tenha sido uma liderança trabalhista mais lembrada pela sua

---

<sup>151</sup> O termo *agitador* era muito utilizado de forma pejorativa pelas direitas naquele contexto. Era a figura que causava desordem e confusão dentro da sociedade com ideias à esquerda. Fazia parte do que Motta (2002) chamou de "indústria" do anticomunismo: setores anticomunistas qualificavam as lideranças das esquerdas — comunistas ou não — com características negativas vinculadas à visão que tinham sobre o comunismo.

<sup>152</sup> Evidentemente, deve-se cuidar o uso do termo. Havia também o lado negociador de Brizola, embora, nesse período, se sobressaísse suas atitudes e ações na direção de enfrentar as visões correntes. O Brizola que surgirá após o exílio, em 1979, terá uma postura muito mais negociadora do que agitadora.

atuação político-partidária, também atuou como intelectual, ao propor projetos políticos influenciados por temas como a emancipação nacional e o anti-imperialismo. Ao representar tais projetos, encontrou aderentes que não apenas o elogiavam, mas também reinterpretavam suas ideias e seus projetos. Assim como encontrou opositores que repudiaram suas propostas.

Se Goulart caracterizava, usando a terminologia de Dahl, um *negociador* naquele momento,<sup>153</sup> cabia ao governador gaúcho o papel de *agitador*, e o episódio da legalidade lhe forneceu capital político<sup>154</sup> para assumir a liderança na luta política brasileira daquele momento, em um dos lados da disputa. Brizola passava a representar imagens dessa luta política, principalmente relacionadas às reformas sociais, o nacionalismo, o anti-imperialismo e outros temas dominantes naquele período. Ao representar tais imagens e promovê-las, o então governador gaúcho cativava adeptos, dispostos a defender suas ideias, suas propostas e suas ações políticas, mas também criava hostilidades quanto ao líder trabalhista.

Como já referido, foi unânime na Câmara de Canoas o apoio à Legalidade; todavia, o papel de Leonel Brizola causou divisão entre as lideranças trabalhistas e as não trabalhistas. Tal situação se refletiu na disputa em torno do nome de Brizola e a concessão do título de cidadão canoense ao governador gaúcho pela sua atuação durante a crise político-militar. Já no dia 11 de setembro, Antônio Flores (PTB) falou sobre a crise e propôs requerimentos sobre o tema, endossados pela bancada do PTB:

Como primeiro orador inscrito fez uso da palavra o vereador Antônio Flores (...) agradeceu inicialmente aos senhores vereadores, pela colaboração à mesa, durante o momento crítico da nação brasileira, bem como solicitou que constasse em ata, a maneira gentil e corajosa dos funcionários da secretaria

<sup>153</sup> Da mesma forma que Brizola tinha o seu lado negociador, Goulart também agiu muitas vezes como um agitador: a trajetória política dele traz episódios como a sua curta passagem pelo ministério do Trabalho, entre 1953 e 1954, durante o segundo governo Vargas (1951-1954), em que aproximou o PTB dos meios sindicais: ainda que adotasse uma postura de diálogo com os movimentos sindicais e não interferisse de forma repressiva em greves e protestos — o que lhe garantia apoio e popularidade junto aos trabalhadores —, ele era visto pelos conservadores como um ministro que estava dando poderes aos sindicatos ou mesmo aliando-se a eles. O aumento de 100% do salário mínimo foi o seu último ato no ministério, pois causou a reação de militares e políticos civis contrários à sua política, que pressionaram Vargas pela sua demissão, ocorrida em fevereiro de 1954. Todavia, saiu como um líder trabalhista reconhecido e com apelo popular. (FERREIRA, 2005).

<sup>154</sup> Para Bourdieu (1989), este capital pode ser adquirido fora do campo político, seja através do acúmulo de notoriedade pessoal em outros campos sociais, seja como produto de um vazio institucional e que adquire força a partir do carisma do agente, ou, ainda, através de uma investitura de capital por parte de uma organização política, constituindo um capital, em geral, limitado e provisório. No caso de Brizola, aproximou-se mais da ideia de que se aproveitou de um vazio institucional — a renúncia de Quadros e a tentativa de impedir a posse de Goulart pelos ministros militares — para adquirir capital com sua ação em favor da manutenção constitucional.

dêste Legislativo que permaneceram dia e noite à Serviço da Câmara, no decorrer da crise política militar verificada. A seguir, apresentou o orador os seguintes trabalhos: Sugestão no sentido de serem homenageados pela Câmara Municipal O engenheiro Leonel de Moura Brizola, Gal. Machado Lopes, Cel. Alfeu Alcântara Monteiro e Arcebispo Metropolitano D. Vicente Scherer. Sugestão ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de conceder o título de cidadão canoense ao Engenheiro Leonel Brizola, Gal. Machado Lopes, Cel. Alfeu Monteiro e Arcebispo Metropolitano D. Vicente Scherer. Sugestão para que seja oficiado às Câmaras do interior do Estado, no sentido de que estas se dirijam ao Ministro da Guerra, solicitando um voto de elogio aos sargentos e sub-oficiais da F.A.B.. Os trabalhos supra mencionados foram encampados pelo líder da bancada do PTB.<sup>155</sup>

A proposta era ampla: homenagear quatro lideranças — Brizola, Machado Lopes, Alfeu Monteiro<sup>156</sup> e Dom Vicente Scherer —, sugerir à prefeitura que lhes concedesse o título de cidadão da cidade e às câmaras municipais que solicitassem ao ministério da Guerra votos de elogios aos subalternos da FAB pela ação de se rebelarem contra a ordem de bombardeio do Palácio Piratini.

O primeiro debate foi em torno dos acontecimentos na Base Aérea canoense. Já no dia 11, Flores propôs o requerimento, acompanhado do colega trabalhista Antônio Alves. Na justificativa do projeto, os autores destacaram a conduta dos sargentos e suboficiais da FAB:

Dentre os momentos de mais eminente perigo, há um que foi escrito com coragem, heroísmo e abnegação de autênticos brasileiros. Refiro-me a atuação dos Sub-Oficiais e Sargentos da 5ª Zona Aérea, cujo patriotismo impediu que o Palácio Piratini fosse bombardeado. Com tal gesto de despreendimento, àqueles militares esqueceram-se de suas carreiras, conquistada talvez com sacrifícios, para pensarem patrioticamente, apenas em seus irmãos, na liberdade dos brasileiros, na preservação da Constituição. Não há palavras que possam traduzir o momento emocional que viveram. O povo brasileiro devem-lhes imensa gratidão. Não fosse a atitude valorosa que tomaram, talvez não viveríamos o clima da atual tranquilidade, quiçás outros rumos fossem o da crise, hoje graças a Deus superada.<sup>157</sup>

Cabe lembrar que as atuações dos sargentos no movimento da Legalidade os colocaram como protagonistas nas lutas políticas travadas adiante e os aproximou da liderança de Leonel Brizola. Como aponta Rolim (2009), o episódio trouxe um novo

<sup>155</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 72/61, Canoas, 11/09/1961.

<sup>156</sup> Alfeu de Alcântara Monteiro era Coronel da Aeronáutica. De acordo com o relatório de mortos e desaparecidos da Comissão Nacional da Verdade, Monteiro teve papel importante durante a crise da Legalidade, ao se colocar contrariamente às ordens de bombardeio ao Piratini. (BRASIL, 2014). Segundo Silva, Monteiro estava presente no Palácio Piratini junto a Brizola e Machado Lopes, acompanhando os acontecimentos na Base Aérea. Encerrada a crise, foi nomeado Comandante da 5ª Zona Aérea (SILVA, 2011).

<sup>157</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 813/48/61. Caixa 31, Canoas, 04/09/1961.

aliado para os setores progressistas, possibilitando um acordo com setores militares que legitimariam, nos quartéis, o governo Goulart.

Contudo, a oposição na Câmara não concordava integralmente com o projeto. No dia 21 de setembro, quando o mesmo entrou em votação, o vereador Manuel Calbo (PSD) alegou que a Casa não tinha conhecimento claro do que ocorrera na Base Aérea, sendo assim, bastava à Câmara enviar felicitações “pela corajosa e patriótica atitude que tomaram”.<sup>158</sup> Melton Both (PRP), por sua vez, disse ser contrário à proposta, pois tivera uma conversa com o prefeito Cel. José João de Medeiros (PTB) — ele mesmo um militar da reserva da Aeronáutica —, e que ele lhe contou que “não verificou-se aquilo que se estava comentando.”<sup>159</sup> O prefeito, de fato, esteve presente na Base durante o acontecimento, como relembra Edson de Medeiros, vereador naquela legislatura e filho de Medeiros:

(...) houve um movimento muito intenso e muito corajoso dos sargentos da Aeronáutica que receberam a ordem de bombardear o Palácio Piratini e se negaram, desarmaram os aviões e afrontaram as ordens dos oficiais e do Alto Comando da Aeronáutica na época. E então houve, o meu pai foi espontaneamente, porque ainda tinha, embora estivesse fora, ascendência sobre os sargentos, os oficiais, foi lá e se ofereceu para conversar, pra ver se havia um comportamento que não resultasse em coisas mais sérias. Esse foi o trabalho dele. Ele era prefeito nessa época. (...). Foi um mediador, um conciliador, ele não foi pra estimular, nem pra dizer bombardeiem ou não bombardeiem, ele foi para conciliar.<sup>160</sup>

Pouco se sabe do que se falara à época sobre o ocorrido na Base durante a crise, porém, de qualquer forma, as palavras de Edson — assim como os diversos relatos sobre os acontecimentos na Base por parte dos próprios sargentos — dão a entender que o fato foi traumático. Both alegou também que era antirregimental o requerimento.<sup>161</sup> Dinarte Araújo (PL) entendia que os oficiais também deveriam receber as felicitações, pois vários deles manifestaram-se favoráveis à Legalidade, apresentando emenda nesse sentido. Incomodado, Flores ponderou “que esperava elogios, e não críticas” por sua proposta, uma vez que todos sabiam dos “momentos angustiantes” vividos pelos sargentos da Base Aérea. A indignação de Flores tinha a ver com o parecer da Comissão de Redação da Casa, sob relatoria de Armando Würth (PSD): o vereador pessedista

<sup>158</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 75/61, Canoas, 21/09/1961.

<sup>159</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 75/61, Canoas, 21/09/1961.

<sup>160</sup> MEDEIROS, Edson de. *Depoimento* (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014.

<sup>161</sup> Both alegava que o presidente da Casa — naquele momento era Antônio Soares Flores — não poderia fazer proposições, de acordo com o artigo 13 do Regimento Interno da Casa.

restringia o texto, por excluir os oficiais “que estiveram com a mesma causa”.<sup>162</sup> Ao fim, o projeto foi aprovado.

O texto fora enviado ao Brigadeiro Clóvis Travassos, ministro da Aeronáutica, em um ofício<sup>163</sup> dedicando um voto de louvor ao Comando da Base Aérea, “bem como aos oficiais que permaneceram fiéis a causa da legalidade e, aos bravos Sub-Oficiais e Sargentos da 5º Zona Aérea, extensivo ainda, aos praças dessa corporação militar”. O texto ainda dizia:

Senhor Ministro, Os riograndenses têm homenageado a destacada atuação dos valorosos militares da 5º Zona Aérea, pelos relevantes e inestimáveis serviços prestados ao Rio Grande do Sul e ao Brasil. Não poderia a Câmara Municipal de Canoas, que viveu de perto os lances dramáticos da recente crise política, deixar de participar destas manifestações de gratidão e reconhecimento do povo gaúcho. E, o fez, consubstanciando o seu gesto através deste apelo, objetivando acima de tudo, fazer justiça aos integrantes de uma Unidade Militar Federal sediada neste Estado que, em consonância com o povo, garantiu a permanência dos direitos democráticos e a intocabilidade do Texto Constitucional.<sup>164</sup>

Ainda que os petebistas da Casa tenham tentado aprovar uma proposição favorável aos setores subalternos da Base Aérea, houve reação contrária por parte dos opositores, reunidos em partidos tradicionalmente antipetebistas, como o PSD, PRP e PL. Nota-se, portanto, nesse debate, discordâncias entre os trabalhistas da Câmara e a oposição. Para esses, o episódio verificado na Base Aérea não tinha importância e questionavam a ação dos militares subalternos.

Por sua vez, os vereadores trabalhistas entendiam que a ação dos sargentos e suboficiais fora decisiva e mereceria votos de louvor da Câmara. Estava presente ali a aproximação do PTB — principalmente a ala brizolista — com os setores nacionalistas das Forças Armadas, e especialmente os setores subalternos. Todavia, tal situação não foi aceita pelos vereadores opositores, que não assentiram ao projeto como desenhado pelos autores, impondo algumas mudanças ou mesmo votando contrariamente a ele.

É possível que não concordassem com a ideia de quebra de hierarquia e disciplina, algo caro aos meios militares, mas a reação da oposição tinha maior relação com o papel de Leonel Brizola na crise. Maior debate ocorreu justamente quanto às

---

<sup>162</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 813/48/61. Caixa 31, Canoas, 11/09/1961.

<sup>163</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 813/48/61: Ofício 633/61. Caixa 31, Canoas, 11/09/1961.

<sup>164</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 813/48/61: Ofício 633/61. Caixa 31, Canoas, 11/09/1961.

sugestões de homenagem da Casa e de concessão de título de cidadão de Canoas para Leonel Brizola, Dom Vicente Scherer, Gal. Machado Lopes e Cel. Alfeu Monteiro.

Lameira (2012) destaca que uma das formas que seus apoiadores encontraram para demonstrar o apreço por Brizola pelo episódio da Legalidade foi homenageá-lo com títulos de cidadão em várias cidades do país:

Este episódio político marcou profundamente a experiência de Brizola e do conjunto das forças nacionalistas. Representou uma virada na postura do Governador do Rio Grande do Sul. A partir de então, suas posições políticas se radicalizaram ainda mais, e a crença na necessidade das reformas sociais e no nacionalismo se tornaram ainda mais fortes. Além disso, sua popularidade aumentou expressivamente. Foi declarado cidadão de centenas de cidades brasileiras, incluindo São Paulo e Recife e homenageado por diversas associações nacionais como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (LAMEIRA, 2012, p.99).

As lideranças trabalhistas de Canoas, seguindo essa tendência, propuseram votar uma sugestão de homenagem na Casa ao governador gaúcho, bem como uma sugestão ao prefeito municipal de conceder o título de cidadão de Canoas a Brizola. Antes ainda, em meio à crise, Alberto Oliveira (PRP) já havia proposto alterar o nome de uma tradicional rua da Vila Niterói em homenagem ao Gal. Machado Lopes.<sup>165</sup>

No dia 11 de setembro, como supracitado, Antônio Soares Flores e Antônio Ferreira Alves apresentavam à Casa a sugestão de que "sejam homenageados pela Câmara Municipal, as seguintes autoridades: Eng<sup>o</sup> Leonel Brizola, Gal. José Machado Lopes, Cel. Alfeu Alcântara Monteiro e Arcebispo D. Vicente Scherer."<sup>166</sup> Também apresentavam "Sugestão ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de conceder o título de cidadão canoense"<sup>167</sup> aos mesmos indicados. Os textos das justificativas das duas proposições eram semelhantes: laudatório às figuras proeminentes do movimento, embora centralizasse os elogios em Brizola e Machado Lopes.

O texto recapitulava que a nação havia voltado à tranquilidade com a solução da crise e que não era necessário relembrar todos os eventos ocorridos entre os dias 25 de agosto e 7 de setembro, mas "o que se deve falar e alardear, é da gloriosa página que o

---

<sup>165</sup> Oliveira propôs alterar o nome da rua Tamoio para avenida Gal. Machado Lopes. O projeto foi rejeitado (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 789/48161. Caixa 30, Canoas, 04/09/1961).

<sup>166</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 814/49/61. Caixa 31, Canoas, 11/09/1961.

<sup>167</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 874/63/61. Caixa 31, Canoas, 11/09/1961.

povo brasileiro, e mais particularmente os gaúchos, escreveram para as futuras gerações, para os homens e o Brasil do amanhã." <sup>168</sup>

A página gloriosa citada pelos autores, em que os gaúchos tiveram destacada atuação, impediu que a democracia e a Constituição, conquistada com sacrifícios, segundo os proponentes, fossem pisoteadas, e, para que isso não ocorresse, era necessária a ação de um líder:

Exigia o momento a presença de um líder de tempera de aço, um homem capaz de sacrificar tudo, inclusive sua vida, em benefício de seus irmãos brasileiros, cujas liberdades periclitavam no momento. Um líder para defender a pátria, já no caminho imperturbável e indesejável, para o lugar que deve ocupar, por justiça ao povo brasileiro, no seio das outras nações do mundo. <sup>169</sup>

Esse homem, capaz de entregar a própria vida pela legalidade e pela democracia, de acordo com os vereadores que escreveram a justificativa do projeto, era simbolizado por Brizola:

Êste líder, êste homem, surgiu personificado na pessoa do nosso eminente Governador do Estado, Eng<sup>o</sup> Leonel de Moura Brizola. Sua voz ecoou em tôdos os recantos da Pátria, em todos os corações dos homens livres. Os gaúchos levantaram unísono em torno do seu líder, em defesa da legalidade e das instituições democráticas. <sup>170</sup>

Por esse chamado, as pessoas se dispuseram a lutar e, se fosse o caso, seriam também capazes de se entregar totalmente: "Nossas armas foram vozes livres, nossa vontade indomável e, se as circunstâncias o exigisse, o preço da legalidade seria o nosso sacrifício." <sup>171</sup>

O momento exigia grandes líderes, e, embora Brizola não fosse o único, a ênfase que recebia no documento era incontestável: os outros homenageados foram citados, mas de forma complementar e, de certo modo, mais como liderados por Brizola do que propriamente como líderes:

...à vontade soberana do povo, *uniram-se* as forças federais sediadas no Rio Grande do Sul, sob o comando do ínclito General José Machado Lopes, Chefe do glorioso III Exército; a brava Força Aérea Brasileira, 5<sup>o</sup> Zona Aérea, sob o comando do Cel. Alfeu Alcântara Monteiro.

<sup>168</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 814/49/61. Caixa 31, Canoas, 11/09/1961.

<sup>169</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 814/49/61. Caixa 31, Canoas, 11/09/1961.

<sup>170</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 814/49/61. Caixa 31, Canoas, 11/09/1961.

<sup>171</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 814/49/61. Caixa 31, Canoas, 11/09/1961.

Não poderíamos deixar também de destacar, a presença do Arcebispo Metropolitano D. Vicente Scherer, *que manteve-se ao lado* do Exmo. Sr. Governador do Estado, *assistindo-o* durante o desenrolar dos graves acontecimento, inclusive, tomando atitudes heróicas, como a declaração que fez, ou seja, de que se o Palácio Piratini fosse tomado de assalto, sentar-se-ia nos degraus do portão principal, defenderia assim, com sua vida, o Quartel General da legalidade.<sup>172</sup>

Os setores das Forças Armadas que apoiaram o movimento se *uniram* à defesa da legalidade democrática. Dom Vicente Scherer esteve sempre *ao lado* do Piratini e disposto a resistir com a vida. Mas todos tomaram tais atitudes em torno de um líder: Brizola. De qualquer forma, a união desses líderes, segundo os autores do projeto, é que ocasionou a vitória da legalidade e o impedimento de um conflito entre os brasileiros:

O que é inegável, insofismável e incontestável, foi a presença destes três grandes homens de envergadura, como autênticos líderes atuantes (...), mais a presença inconfundível do Arcebispo Metropolitano (...). Todos agiram como verdadeiros guardiães das liberdades assegurada pela Carta Magna da Nação Brasileira e que, graças a Deus, continuamos desfrutando-as, após a eminência de um conflito armado entre irmãos e, cuja vitória pertence ao nosso povo livre e democrático.<sup>173</sup>

Com essas palavras, os proponentes pretendiam convencer os pares a homenagear tais "baluartes da nacionalidade", demonstrando o apreço não só daqueles políticos, mas como forma de "gratidão e reconhecimento do povo canoense".

Depois de idas e vindas dos requerimentos, eles finalmente começaram a ser debatidos em 28 de novembro. Nesse embate entre os petebistas, favoráveis ao projeto, e a oposição, operava uma disputa não apenas pela figura de Brizola, mas pelo o que ele estava representando como liderança política naquele momento. Retomando Sento-Sé (1997), o que se disputava era a imagem que Brizola passou a representar após o seu desempenho como prócer do movimento da Legalidade. Uma disputa acerca do significado de "agitador": uns, em favor do sentido de alguém que lutava a todo custo por suas ideias; outros, enfatizando o sentido pejorativo, como alguém que causava desordem e caos no país, que começava a dividir os "irmãos brasileiros" e que representava o "inimigo vermelho", como muitos dos seus ferrenhos opositores o definiam.

O interessante é que as alegações contrárias dos legisladores de oposição ao PTB aos processos não se davam de forma direta: ora alegavam que mais pessoas

<sup>172</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 814/49/61. Caixa 31, Canoas, 11/09/1961. (grifos meus).

<sup>173</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 814/49/61. Caixa 31, Canoas, 11/09/1961.

mereceriam também ser homenageadas, ora diziam que o evento já havia passado e não mereceria mais tanta atenção da Casa, ora argumentavam que os possíveis homenageados nada haviam feito de concreto por Canoas, logo não seriam merecedores de deferências.

A primeira manifestação foi do libertador Dinarte Araújo. Para ele, o processo havia perdido o sentido, uma vez que já havia se passado muito tempo do evento: "Manifestaram-se (...) os seguintes vereadores: Dinarte Araújo, justificando o seu pedido de vistas, e dizendo concordar com o arquivamento do processo, por já ter à muito tempo, decorrido a data do acontecimento político-militar."<sup>174</sup> Por sua vez, o vereador do PSD, Almerindo Silveira, pretendia estender as homenagens a outros líderes que, a seu ver, também tiveram importância no movimento. Segundo Silveira, eram também dignos de consagração o comandante da Brigada Militar e o Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Cirne Schmitt, do PL, acrescentou nomes de dois colegas, ambos do PTB: Antônio Flores, presidente da Câmara, e Edson Medeiros.<sup>175</sup>

Outro pessedista, Armando Würth, era mais forte na sua postura contrária aos tributos sugeridos pelos vereadores trabalhistas:

Armando Würth, dizendo (...) que concordava e mesmo elogiava a atitude do sr. Governador do Estado, iniciando o movimento da Legalidade, mas que o título de cidadão canoense só caberia para aquilo que fizesse diretamente para Canoas, motivo porque votaria contrário à sugestão.<sup>176</sup>

A atitude de Würth pode ser comparada com a postura dos deputados estaduais gaúchos, conforme colocado por Brandalise (2011): aparentemente, foi unânime a posição favorável ao movimento da Legalidade e às iniciativas de Brizola direcionadas a garantir a defesa da legalidade e da Constituição. No entanto, encerrada a crise, diversos legisladores — principalmente ligados aos partidos de oposição ao governador trabalhista — demonstraram descontentamento e acusaram a mesa diretora da ALERS de assumir atitudes de forma arbitrária, sem consultar a todos os membros da

---

<sup>174</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 108/61, Canoas, 28/11/1961.

<sup>175</sup> Ainda que a ata não cite a justificativa desses nomes, provavelmente a citação deve-se ao papel de Flores na Casa durante o desenrolar da crise e as ações de Edson naquele momento — descritas pelo próprio ex-vereador em seu relato já citado aqui.

<sup>176</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 108/61, Canoas, 28/11/1961.

Assembleia. Havia, portanto, diferentes visões sobre os acontecimentos que ficaram ocultos sob uma pretensa unanimidade.<sup>177</sup>

Ainda que Würth e outros membros da Câmara não tenham sido tão incisivos na contrariedade às sugestões de homenagens, parece verossímil que a sua resistência esteja relacionada às visões e às concepções da crise que eles tinham, mas que sucumbiram perante o consenso aparente em torno das ações lideradas por Brizola. A legalidade podia e deveria ter sido defendida, mas de outra forma, sem a "agitação" brizolista. Visões que discordavam dos métodos de Brizola. Se, para os trabalhistas, Brizola e os outros citados foram corajosos e exerceram papéis de liderança, prontos a entregar a própria vida em sacrifício da democracia, para os opositores, era um exagero e não mereceriam tal distinção, ou, então, que a abrissem a outros nomes, e não apenas àqueles indicados.

Manoel Calbo usou outro argumento curioso: não haveria como homenagear Brizola e Dom Vicente Scherer porque ambos eram desafetos — ainda que tivessem se unido na crise:

Manoel Calbo, dizendo ser digna dos maiores elogios a atitude do Sr. Governador, mas não poderia a sugestão ser aprovada, em virtude da desavença criada entre o Sr. Governador e Arcebispo Metropolitano, e que atitudes políticas não deveriam ser levadas em conta.<sup>178</sup>

Novamente, existia um empecilho para aprovar o processo: o relacionamento pouco amistoso entre Brizola e Dom Vicente Scherer. É fato que os dois líderes não nutriam simpatias um pelo outro. Scherer, como destaca Lameira (2012), era um ferrenho anticomunista, fortemente ligado aos setores políticos conservadores. Norberto da Silveira (1991) ressalta que, encerrada a crise da Legalidade, o líder religioso voltou à carga contra Brizola, acusando-o de comunismo e de utilizar o movimento da Legalidade para propagar suas ideias "subversivas". De qualquer forma, o argumento do vereador Calbo perdia força se fosse lembrado que a aliança entre Brizola e o Gal. Machado Lopes também era ocasional. Em suas memórias, Machado Lopes deixou

---

<sup>177</sup> De acordo com Brandalise (2011), na primeira sessão ordinária após a crise, em 11 de setembro de 1961, o deputado estadual Luciano Machado (PSD) denunciou um "clima persecutório e sem respeito regimental que se instaurara na Casa durante a sessão permanente." (BRANDALISE, 2011, p. 106-107). Também reclamou de ser acusado de golpista por fazer críticas aos atos de Brizola, que, a seu ver, agia de forma revolucionária. Para ele e outros membros do PSD, o apoio à legalidade era o apoio à solução que fosse encontrada dentro da lei e da ordem, via Congresso Nacional. Ainda, queixou-se de que a sua visão e de seu grupo fora ignorada pela Mesa Diretora da Casa, presidida por Hélio Carlomagno, também pessedista.

<sup>178</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 108/61, Canoas, 28/11/1961.

evidente que sempre esteve longe de ter relações de amizade com Brizola. Entre adjetivos como "grotesco", "complexado" e "ambicioso", acusou-o de usar o movimento da Legalidade para propósitos políticos e de ser um "anjo negro" para o presidente Goulart:

Ambicioso ao extremo, agitador, procurou tumultuar o Governo, em busca de alcançar o poder. Sua influência sobre o Sr. João Goulart era tal que levava o Presidente a cometer desatinos políticos, praticando atos contra o seu próprio Governo, numa verdadeira subversão da ordem política. A Nação estarecida assistia aos desmandos do próprio Chefe do Governo. E o Sr. Leonel Brizola vibrava no meio da desordem, que parecia levar o país aos caos (LOPES, 1980, p.91).

Dessa forma, também não teria nexos homenageá-los juntos. O argumento era frágil e possivelmente significava apenas uma justificativa para negar a concessão do título a Brizola. Cirne Schmitt, do PL, também usou a "incompatibilidade" entre o governador e o Arcebispo de Porto Alegre como alegação para o voto contra os processos.

Melton Both (PRP) enfatizou um dos argumentos de Würth, de que os homenageados nada fizeram por Canoas:

Melton Both, fazendo restrição quanto a outorga do título de cidadão de Canoas às autoridades referidas, por considerar que os mesmos não fizeram de plêno este merecimento e que o título de cidadania deve ser concedido para aquele que de perto foi feito por Canoas.<sup>179</sup>

Logo, na concepção de Both e Würth, não se tratava de algo concreto relacionado ao município, algo que diretamente tenha beneficiado a cidade de Canoas. Novamente, a recusa a Brizola se manifestava, entendendo que suas ações não foram benéficas para Canoas de forma direta. O presidente da Casa, Flores, discordava. Para ele, o que foi feito não era só por Canoas, mas pelo país:

Antônio Soares Flores, fazendo ampla argumentação em torno daquilo que tanto o Sr. Governador do Estado como também as demais autoridades que se propunha na sugestão à homenagear-se, fizeram pela defesa dos direitos democráticos do povo brasileiro e reportando-se ainda sobre às atividades desta Câmara naquela oportunidade. Finalizando (...) declarou que o título de cidadão de Canoas era mais do que justo, porque as autoridades referidas salvaram o Brasil dos golpistas e que o processo seria aprovado, porque tinha plena confiança na sua bancada.<sup>180</sup>

<sup>179</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 108/61, Canoas, 28/11/1961.

<sup>180</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 108/61, Canoas, 28/11/1961.

A retórica de Flores era coerente com a justificativa dos requerimentos já apresentados aqui: enfatizava o papel dos líderes propostos para serem homenageados — com destaque a Brizola — e lembrava que, ao "salvar o Brasil dos golpistas", aqueles líderes contribuíram para a manutenção da democracia.

A ata não apresenta as falas dos vereadores, mas sim os resumos. É possível que o tom de Flores tenha sido mais áspero do que o documento mostra, provavelmente acusando os colegas contrários de antipatriotismo e de estarem exprimindo apoio aos que tentaram impedir a investidura de Goulart, a julgar pela reação de Calbo: "que se faça prova de quem na verdade tem mais patriotismo e que se golpista existiu, este foi o Sr. ex-presidente, que muito pouco compareceu na Câmara naquela oportunidade, inclusive levando os funcionários da secretaria para o seu comitê."<sup>181</sup>

O processo entrou em votação e acabou aprovado, mas muitos vereadores quiseram deixar registrado em ata os motivos dos seus votos: os petebistas exaltaram o pedido e os líderes homenageados. Nilo del Cueto Reis entendia que os homenageados representavam os poderes constituídos "que tão corajosamente se desincumbiram da missão que o povo lhes confiou em defesa da democracia e da liberdade, e contra qualquer forma de ditadura".<sup>182</sup> Orestes Ferla, também do PTB, declarou voto a favor por "entender que o governador é considerado como herói e os demais tiveram o mesmo mérito". Já Alberto Oliveira, PRP, deixou claro que achava a homenagem proposta meritória: "Voto a favor por entender que, entre outros requerimentos que tem passado pela Câmara, êste é um dos mais justos e excencialmente democráticos, em especial ao Rio Grande e ao Brasil."<sup>183</sup>

Por outro lado, a oposição usou os argumentos já citados para contrastar o projeto. Würth e Both salientaram que nada haviam feito concretamente por Canoas. Nas palavras do primeiro, o título só deveria ser dado por "atos e fatos da estreita esfera municipal."<sup>184</sup> Almerindo Silveira, do PSD, votou contra pela intransigência da bancada do PTB em não aceitar outros nomes propostos pelo vereador; já Dinarte ressaltou o fator tempo: votou contra "por entender que não à mais tempo para a votação de tal matéria, uma vez que já passaram quase três meses dos (...) acontecimentos."<sup>185</sup>

<sup>181</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 108/61, Canoas, 28/11/1961.

<sup>182</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 108/61, Canoas, 28/11/1961.

<sup>183</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 108/61, Canoas, 28/11/1961.

<sup>184</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 108/61, Canoas, 28/11/1961.

<sup>185</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 108/61, Canoas, 28/11/1961.

A discussão ainda encerrou-se com nova polêmica: Dinarte Araújo criticou Antônio Alves, presidente naquele momento, por ter descido da mesa para defender os projetos como autor e para desempatar a votação.

De qualquer forma, nota-se que a disputa quanto à concessão do título de cidadão canoense a líderes girou em torno de Brizola. Operou-se a recusa a Brizola por parte dos opositoristas da Câmara, ainda que não de forma direta, mas contestando sempre que possível a possibilidade de conceder a honraria ao governador gaúcho. Usaram-se artifícios como a indicação de outros personagens que teriam tanta relevância quanto ele no movimento da Legalidade, desconsiderando sua ação como algo expressivo para o município ou mesmo alegando que já fazia muito tempo dos acontecimentos e que haveria outras questões a se debater.

Os trabalhistas, por sua vez, exaltaram Brizola mais do que os outros dois nomes sugeridos. Refletindo o que Sento-Sé coloca quanto à importância da fala dos seguidores de Brizola, tanto quanto às do próprio líder,<sup>186</sup> os vereadores trabalhistas locais produziram uma noção própria e positiva sobre a ação dele durante a crise de agosto/setembro de 1961. Para eles, foi um sacrifício em nome da democracia e da Constituição brasileira, buscando provar que suas atitudes não só foram a favor de Canoas, como de todo o estado e país, uma vez que salvara a nação de uma ditadura. Era esse o reconhecimento que sugeriam. Nessa disputa, os trabalhistas levaram a melhor. Ao fim, Brizola — e apenas ele — recebeu o título em 1962.<sup>187</sup>

---

<sup>186</sup> “Talvez os discursos daqueles que aderem (ao líder) sejam, até mesmo, mais importantes. Dessa perspectiva, a adesão a que se convencionou chamar de brizolismo como a produção tácita ou explícita de um mosaico de imagens, cujo contorno é revelador de uma auto-imagem possível e plausível (por que não?) daqueles que fazem dela (a adesão) a forma privilegiada de engajar-se nos debates pertinentes à esfera pública.” (SENTO-SÉ, 1997, p. 26).

<sup>187</sup> O título acabou sendo concedido no ano de 1962, pelo prefeito Cel. José João de Medeiros. Naquele mesmo ano, Dinarte Araújo questionou porque apenas Brizola havia recebido o título, uma vez que não fora o único agraciado (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 14/62, Canoas, 29/03/1962). Brizola ostentou o título até 1969, quando o prefeito Hugo Lagranha tornou sem efeito o decreto que concedia a honraria (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. Decreto n° 31, 28/02/1969). Todavia, foi o próprio Lagranha que revogou o decreto n°31 e devolveu o título para Brizola em 1989, quando assumiu a prefeitura novamente. À época, Lagranha se elegera pelo PDT, partido liderado pelo ex-governador gaúcho (JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 05/01/1989).



**Figura 5:** Leonel Brizola recebe das mãos do prefeito Cel. Medeiros o título de cidadão honorário de Canoas. Fonte: UPHAM/AHC



**Figura 6:** Brizola, prefeito Cel. Medeiros e outras autoridades durante evento de recebimento do título de cidadão honorário de Canoas, em janeiro de 1962. Fonte: UPHAM/AHC

### **2.3. O ano de 1962 sob a perspectiva da elite política canoense: o governo Brizola, a crise do parlamentarismo e as eleições.**

O movimento da Legalidade contribuiu para que Goulart assumisse a presidência da República, ainda que com os seus poderes limitados pelo sistema parlamentarista. De acordo com Figueiredo (1993), tal solução acabou sendo muito mais vantajosa para grupos políticos conservadores do que para os grupos nacionalistas e mais à esquerda, os quais João Goulart e o seu partido representavam:

Essa solução provisória conseguiu impedir o golpe, mas também frustrou as expectativas dos grupos nacionalistas e de esquerda em relação às reformas sócio-econômicas. Em virtude da ampla maioria que os partidos conservadores detinham no Congresso, o novo arranjo institucional oferecia garantias adicionais de que a ascensão de um presidente comprometido com um programa de reformas não prejudicaria os interesses representados por esses partidos. (...). O sistema parlamentarista diminuía, portanto, a probabilidade de implementação das reformas sócio-econômicas mais profundas exigida por vários grupos nacionalistas e de esquerda (FIGUEIREDO, 1993, p. 51-52).

O PTB, partido de Goulart e Brizola, já trilhava um caminho ligado às propostas de desenvolvimento autônomo nacional e de maior aproximação com bandeiras das esquerdas e das lutas nacionalistas e anti-imperialistas que ocorriam em um mundo dividido pela Guerra Fria. Como lembra Gomes, tal alteração se tornou mais profunda após a morte de Getúlio Vargas. Era um "segundo tempo" do trabalhismo e, por consequência, do partido que representava essa ideologia:

Nesse segundo tempo, a ideologia e a tradição trabalhistas marcadas pela defesa dos direitos do trabalhador, pelo nacionalismo e pela proposta de um Estado intervencionista e protetivo, mas vincularam-se a novos temas e interpelações, entre os quais o da luta pelas reformas de base. A tradição trabalhista transformava-se para sobreviver à perda de Vargas e para acompanhar o próprio crescimento do PTB, que se interiorizava, tornando-se um partido de âmbito nacional presente nas cidades e no interior (GOMES, 2004, p.18).

Havia, com a posse de Goulart, a esperança por parte dos setores nacionalistas da sociedade brasileira de reformas profundas, de colocar em prática o projeto trabalhista reconfigurado após a morte de Vargas: reformas sociais, controle estatal da economia, autonomia nacional. No entanto, o sistema parlamentarista era um empecilho para tal programa, pois obrigava o presidente a negociar com o Congresso Nacional a viabilidade dos projetos de reformas sociais. Nesse período, o Congresso Nacional era muito influenciado pelo PSD, que, se não se opunha às reformas sociais, mas também não as queria conforme os termos da ala nacionalista do PTB. Não à toa, tais tentativas acabaram fracassando e Goulart pôde assim acelerar o processo de retorno ao presidencialismo, em que iria readquirir seus poderes, então limitados pelo sistema parlamentarista.

Portanto, o período parlamentarista ficou marcado pelas tentativas de negociação do governo Goulart para introduzir as reformas sociais e pelo retorno do presidencialismo. No Rio Grande do Sul, 1962 era o ano final do governo de Leonel Brizola. Em outubro, haveria eleições para a sucessão estadual e a renovação das

cadeiras na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal. O movimento da Legalidade, como já referido, marcou um ponto de inflexão do governo de Brizola, garantindo a ele capital político importante, que o alçou a líder dos movimentos nacionalistas do período. Representou, nas palavras de Cánepa (2005), uma segunda fase do seu governo: na primeira, entre 1959 e agosto de 1961, Brizola preocupou-se em buscar soluções para a crise econômica do Estado a partir de medidas de desenvolvimento econômico e planejamento administrativo, além de forte investimento na área educacional.

Como a elite política canoense reagiu a esse período? Ainda que não tenha sido uma época tranquila, o governo Goulart, como refere Ferreira e Gomes (2014), não esteve sitiado desde o seu início. Embora Brizola desse alguns passos em direção à radicalização e já estivessem em atuação os complexos IPES/IBAD, radicalizando à direita e buscando desestabilizar o governo federal,<sup>188</sup> o clima político era menos agressivo. Isso se refletirá na atuação dos vereadores, mais voltada para temas locais e com algumas discussões de cunho estadual e/ou nacional. Muitas dessas discussões deixavam transparecer as visões de mundo desses legisladores, vinculando-se à luta política nacional.

Um tema seguia em pauta: o governo de Leonel Brizola. Era o último ano da administração do petebista no governo estadual e sua atuação foi alvo de comentários entre os legisladores canoenses. Cirne Schmitt (PL) criticou, em meados de março, a encampação feita por Brizola na companhia de Energia Elétrica do Estado, apresentando queixas quanto ao atendimento da CEERG na sua região, a Vila Rio Branco:

Seguiu-se com a palavra o Vereador Cirne Alves Schmitt, trazendo ao conhecimento da Casa e ao mesmo tempo protestando contra os constantes cortes verificados no fornecimento da rede de luz particular na Vila Rio Branco. Disse (...) que antes da encampação, os que eram favorável à mesma vinham de Praça Pública prometendo mais luz por preço mais barato, mas que agora o que se vê é bem diferente, pois o preço da luz é elevadíssimo, e ainda com cortes frequentes. Afirmou (...) que agora analisando-se bem nitidamente a questão, podia-se constatar quanto foram os que eram pela encampação da C.E.E.R.G., injustos para o próprio povo. Antes de finalizar

---

<sup>188</sup> De acordo com Fico, o que ocorrera entre 1962 e 1964 foi uma campanha de desestabilização do governo Goulart. Diferentemente de Dreifuss (1980), que entendia que os complexos IPES e IBAD já conspiravam em favor de um golpe contra o presidente, Fico interpreta a atuação dessas instituições como de desestabilização, procurando enfraquecer o governo através de propaganda, financiamento eleitoral de candidaturas anti-PTB, entre outras ações. Portanto, não estava necessariamente em foco um golpe de Estado contra Goulart. Em outras palavras, os que vinham trabalhando contra o governo tinham outras opções antes do golpe.

salientou (...) que também é pela encampação, uma vez que a mesma venha em benefício da população, mas não da maneira atual em que o povo está sendo prejudicado.<sup>189</sup>

Armando Würth (PSD) também se colocou, inclusive acusando o governo estadual de fazer "processo espoliativo":

(...) Vereador Armando Würth, que passou a fazer considerações em torno do aumento no preço da luz elétrica. (...), salientou o Vereador Armando Würth que a situação piorou com a encampação da Energia Elétrica por parte do Estado, passando mesmo a ser um processo expropriativo. Após declarar que é necessário parar-se com os seguidos aumentos no preço da luz, focalizou o orador por largo espaço de tempo a respeito da encampação da C.E.E.R.G., e inclusive considerando que se o órgão da C.E.E.E. se mantivesse somente o preço exato e proporcionando luz elétrica suficiente, então estaria cumprindo com as suas finalidades e indo de encontro aos anseios do povo.<sup>190</sup>

Os protestos denotam a visão contrária dos vereadores a uma das ações mais destacadas do governo de Brizola: as encampações de empresas estrangeiras que atendiam determinados serviços públicos.<sup>191</sup> Segundo Miranda (2006), o discurso do governo buscava justificar as encampações dentro do contexto de um projeto econômico nacionalista e autônomo, e que pretendia entregar um serviço de melhor qualidade do que até então era feito pela subsidiária estrangeira. A estatização não foi feita sem polêmica e já era uma amostra das posições nacionalistas de Brizola:

A estatização da empresa estrangeira ao valor simbólico de 1 cruzeiro fortaleceu a posição de Brizola como um dos principais políticos nacionalistas do período, mas provocou também a reação de diferentes setores conservadores, além de críticas do governo dos Estados Unidos (ONOFRE, 2016, p. 160).

Schmitt demonstrava, dessa forma, discordâncias quanto à ideia da encampação, ligando-se a outras visões existentes nas disputas políticas daquele momento histórico. Para legitimar sua ideia contrária às políticas trabalhistas, com viés nacionalista e estatista, Schmitt faz alegações referentes à qualidade dos serviços: na verdade, não teriam melhorado, e sim, piorado com a gestão estatal. O "fazer ver e fazer crer" dessa

<sup>189</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 12/62, Canoas, 22/03/1962.

<sup>190</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 50/62, Canoas, 02/07/1962.

<sup>191</sup> Além da CEEE — criada através da encampação da CEERG, subsidiária da empresa multinacional *Bond & Share*, por sua vez empresa pertencente à norte-americana *American & Foreign Power* (Amforp) — Brizola também encampou a Companhia Telefônica Nacional (CTN), subsidiária da empresa americana *International Telephone & Telegraph Corporation* (IT&T). A partir dela, criou a empresa estatal Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT). (MIRANDA, 2006).

liderança era defender que, ao fim e ao cabo, as encampações foram mais prejudiciais do que benéficas para o povo.

O povo também foi citado no argumento de Würth. Aquele seria o prejudicado com a política nacionalista do governo estadual; mais do que isso, o governo é que "espoliou". Lembra Ferreira (2016) que a ideia da espoliação, nos discursos e no pensamento de Brizola e das esquerdas da época, referia-se à relação econômica desigual entre os Estados Unidos e a América Latina. Relação que permitiu ao capital estrangeiro arrecadar a maior parte dos ganhos produzidos nos países periféricos. Quebrar o processo espoliativo era, para Brizola, readequar os termos dessa relação para que a maior parte dos ganhos ficasse no Brasil e — no caso específico das encampações — no Rio Grande do Sul. Würth redesenha tal proposta para justificar sua posição pública: a espoliação era do Estado em relação ao povo. Era aquele que retirava os ganhos do cidadão comum.

Todavia, as diferentes visões podiam ser relativizadas quando o município recebia algum benefício vindo do governo estadual. O próprio Würth propôs — em reconhecimento à criação de um curso científico na escola Mal. Rondon, o que transformava tal instituição em Colégio Estadual — um voto de regozijo a Leonel Brizola e ao Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Mas relativizar não significava abandonar as visões de mundo antagônicas: o requerimento fora aprovado, mas recebeu um voto favorável a contragosto, do vereador Dinarte Araújo (PL):

Com a palavra, justificou o Vereador Armando Würth o seu requerimento, bem como reportando-se sobre duas solicitações suas, nos anos anteriores, para a criação do referido Curso, no nosso município. Concluindo, salientou (...) que tôdas as iniciativas de mérito que forem tomadas terão sempre o seu apôio. (...). O Vereador Dinarte Andrade Araújo, fez a seguinte declaração de voto: "*Voto a favor simplesmente por ser uma reivindicação necessária a nossa coletividade, mas em absoluto qualquer congratulações ou agradecimentos ao Governo do Estado*".<sup>192</sup>

Para os petebistas da Casa, no entanto, o governo Brizola era motivo de elogios: a iluminação na BR-2, estrada federal que cruzava o município, foi elogiada por Alcides Nascimento, que pedia um voto de louvor ao governador e à estatal CEEE.<sup>193</sup> As atas do partido na cidade deixavam evidente a relação do diretório local com o então

<sup>192</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 19/62, Canoas, 12/04/1962. (grifos meus).

<sup>193</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 78/62, Canoas, 17/09/1962.

governador, seguida pelos representantes locais do partido no Legislativo. Ao declarar apoio às medidas do governo estadual, o dirigente partidário, Carlos José de Almeida,<sup>194</sup> em reunião do diretório distrital do Centro de Canoas, fala sobre a atuação de Brizola, o relacionando à figura de Alberto Pasqualini:

Quanto ao Governador do Estado, a sua conduta é merecedora de todos os elogios, muito e principalmente porque não está fazendo nem mais nem menos do que fôra preconizado pelo saudoso companheiro, Alberto Pasqualini, o maior teórico do Trabalhismo no Brasil, quando dizia: (...) "o Trabalhismo era uma revolução em marcha".<sup>195</sup>



**Figura 7:** Manifestação em frente à prefeitura de Canoas, onde Brizola iria discursar, em 1962. Fonte: UPHAM/AHC

As discussões sobre os acontecimentos nacionais apareceram pouco ao longo de 1962, o que não quer dizer que estivesse havendo desatenção dessa elite política local quanto à conjuntura brasileira. O ano de 1962 apresentou menor tensão para o governo federal, em que pese existir resistências e campanhas desestabilizadoras contra o governo, ou mesmo movimentos da própria administração trabalhista para minar o regime parlamentarista, forçando o retorno ao presidencialismo.

<sup>194</sup> Carlos José de Almeida, segundo consta na ata n.1 do Diretório Municipal do PTB, fora eleito 2º vice-presidente do Diretório. Na mesma ata, consta que Almeida era funcionário autárquico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

<sup>195</sup> DIRETÓRIO COMANDANTE GUSTAVO KRAMER/ PTB-CANOAS. Ata 1, Canoas, 10/02/1962.

Um desses movimentos repercutiu em Canoas, ao ponto de voltar a se cogitar, entre os legisladores, uma sessão permanente para aguardar a resolução do caso. Segundo Ferreira e Gomes (2014), Goulart aceitou o parlamentarismo sem entusiasmo: a intenção era encerrar a crise da Legalidade e iniciar o seu governo, mas disposto a por em prática a cláusula da EC n.4, que previa uma consulta à população para optar entre a permanência do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo. O regime então vigente prejudicava qualquer movimento do presidente em direção ao reformismo social, bandeira do petebista, pois teria de negociar com o Congresso Nacional, no qual se encontrava muitos parlamentares refratários a mudanças sociais. Por outro lado, havia a pressão pelos setores trabalhistas mais à esquerda e dos movimentos sociais para tomar medidas em direção às reformas de base.

Os autores retomam um discurso de Goulart em 1º de maio de 1962 — Dia do Trabalho — na cidade de Volta Redonda, Rio de Janeiro. Diante de trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, fundada por Vargas, Goulart declarou a inviabilidade do parlamentarismo para alcançar as mudanças e as reformas necessárias para desenvolver o Brasil. O discurso foi decisivo para que o gabinete liderado por Tancredo Neves (PSD) se descompatibilizasse: "Com o discurso do Dia do Trabalho, Jango dava início à campanha de retorno ao regime presidencialista. O parlamentarismo entrava em queda livre" (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 105).

A crise aumentou com a indicação feita por Goulart para substituir Neves: San Tiago Dantas, um dos líderes do PTB pós-Vargas, em que pesasse ser uma liderança mais moderada dentro do partido, se comparado a Brizola. O próprio Dantas se colocava como um "ideólogo" e "continuador das ideias de Pasqualini" (GOMES, 1994). Todavia, Dantas era ministro das Relações Exteriores e manteve a Política Externa Independente iniciada no Governo de Jânio Quadros. Para as esquerdas, era o nome ideal, mas para as direitas, não. Acabou sendo vetado pela maioria pessedista e udenista do Congresso Nacional.

No entanto, Goulart indicou seu nome sabendo que causaria desgaste no regime parlamentarista e, nos bastidores, acabou atuando para o seu veto. Com Dantas, um nome mais progressista, fora da disputa, Goulart indicou o seu oposto:

Tudo indica que era o que Jango esperava. Ele queria desgastar o parlamentarismo e, para tanto, usou o prestígio de San Tiago. Diante do veto de um nome moderado e progressista, indicou um conservador para o cargo: Auro de Moura Andrade, então presidente do Senado. Embora seu nome fosse rapidamente aprovado pelo Congresso, a reação das esquerdas veio

logo, como certamente Jango imaginava. Sindicalistas deflagraram uma greve geral em desagravo a San Tiago Dantas. Auro de Moura Andrade imediatamente renunciou. A situação voltava ao ponto zero (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 109).

Foi nesse clima que o presidente da Câmara canoense naquele ano, Antônio Ferreira Alves (PTB), convocou extraordinariamente os vereadores no dia 4 de julho de 1962. A ideia era tomar posição quanto à crise da escolha do novo gabinete. Em meio à indicação de Dantas, com manifestações sindicais em Brasília em defesa da escolha do petebista, rejeitada pelo Congresso Nacional, o presidente da Casa já havia declarado apoio ao nome de Dantas e questionado a repressão aos protestos dos movimentos sociais na capital federal:

Focalizando (...) êste assunto, disse o Vereador Antônio Ferreira Alves, que éra contrário a remessa de tropas do Exército para a Capital Federal, pois nada de anormal existia quanto a estada de líderes Sindicais em Brasília. Manifestando o seu ponto de vista sôbre êstes acontecimentos, manifestou o Vereador Antônio Ferreira Alves, o seu veemente protesto contra o método empregado, para fazer silenciar a voz dos representantes sindicais.<sup>196</sup>

Alves posicionava-se em um lado do campo político. Por sua vez, Armando Würth (PSD) representava o outro lado na luta em questão: era crítico da escolha de Dantas e defendia a autonomia do Congresso Nacional para definir o que era melhor para o país. Ao responder Alves, deixava claro seu parecer não apenas quanto à crise da sucessão do gabinete, mas também quanto às resoluções para a crise política e econômica do país:

Falou a seguir o vereador Armando Würth, reportando-se sôbre o pronunciamento do Vereador Antônio Ferreira Alves, na presente sessão, bem como notando de uns tempos para cá, uma verdadeira pretensão de desmoralização do Congresso Nacional. (...), declarou o Vereador Armando Würth, que à seu vêr não é necessário reformas de bases, mas sim de moralização primeiramente, para que os nossos homens públicos possam de fato, através de boas leis, efetuarem e realizarem o que o povo brasileiro necessita. Salientou ainda (...) que sí a maioria dos integrantes da Câmara Federal fôr contrário às pretensões do Sr. Presidente da República, ela deve ser acatada pois a mesma está representando o pensamento da maioria do povo brasileiro (...). Declarou ainda que sí de fato as forças Sindicais está se reunindo em Brasília para coagir o Congresso Nacional, êste fato é bastante grave.<sup>197</sup>

<sup>196</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 48/62, Canoas, 25/06/1962.

<sup>197</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 48/62, Canoas, 25/06/1962.

Como lembra Reis F<sup>o</sup> (2014), o ano de 1962 marcou um aumento considerável de manifestações e greves envolvendo diversos setores da sociedade: grupos como trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, militares subalternos, entre outros, que foram sendo incluídos no programa trabalhista.<sup>198</sup> Em outras palavras, os grupos sindicais apoiavam o governo por entender que esse buscava melhorias sociais que os abarcavam. Nessa direção que a fala de Alves caminhava. Würth, todavia, apoiava-se em outro espectro, defendendo a autonomia do Congresso Nacional e entendendo que as reformas não eram tão urgentes.

A discussão seguiu no dia 4 de julho, com a sessão extraordinária para definir o posicionamento da Casa quanto à crise do gabinete. Dinarte Araújo interpelou sobre a convocação da sessão, relembrando o episódio da Legalidade, em que os vereadores foram muito criticados pela decisão de manter a sessão permanente, embora, ressaltasse Araújo, "naquela época, havia justificativa para a reunião da Câmara"<sup>199</sup>.

Melton Both (PRP), por sua vez, falou em "agitação exagerada", já que a troca de ministros era algo comum em regimes parlamentaristas. E ainda apontava para uma solução conciliatória, da mesma forma que havia acontecido na crise de agosto/setembro de 1961, "dizendo que cada parte cedesse um pouco, tudo se arranjaria."<sup>200</sup>

Ao se justificar sobre a convocação, Alves lembrou aos vereadores de que haveria movimentos para declararem o impedimento de Goulart. De qualquer forma, a Câmara acabou optando por não opinar quanto ao tema, mas deixava visível sua determinação em colocar seus posicionamentos em episódios que não diziam respeito diretamente a cidade, mas que tinham, logicamente, repercussões junto a essa elite local.

Por fim, as eleições de 1962 também tiveram repercussão entre os legisladores locais. Ainda mais porque envolvia diretamente três vereadores, todos candidatos ao

---

<sup>198</sup> As manifestações e greves que surgiam cada vez mais numerosas pelo país eram acompanhadas pelos políticos canoenses. O Sindicato dos Trabalhadores de Carnes e Derivados, que congregava os funcionários do FRIGOSUL, comunicaram à Casa que entrariam em greve no dia 5 de julho de 1962 (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 51/62, Canoas, 05/07/1962). Nesse mesmo dia, conforme lembra Ferreira e Gomes (2014), havia sido convocada uma greve geral contra a indicação de Auro de Moura Andrade e favorável a San Tiago Dantas. Outro documento mostrava a preocupação dos vereadores com uma greve que ocorria em uma empresa de São Paulo havia 6 meses. Nesse processo, os vereadores de diversos partidos (PSD, PTB, PRP e PL) encaminharam ofício solicitando ao Presidente da República, aos presidentes da Câmara Federal e do Senado, ao presidente da ALERS e ao governador Leonel Brizola uma solução para aquela greve "justa e humana", e que pretendiam "despertar a atenção do país" para o fato (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 1081/62. Caixa 35, Canoas, 29/11/1962).

<sup>199</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 50/62, Canoas, 04/07/1962.

<sup>200</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 50/62, Canoas, 04/07/1962.

cargo de deputado estadual naquele pleito: Edson Medeiros (PTB), Armando Würth (PSD) e Orestes Ferla (PRP).<sup>201</sup> Havia ainda uma disputa interna no PTB entre Edson e Antônio Flores (PTB) — esse não era postulante a nenhum dos cargos em jogo naquela eleição, mas apoiava um concorrente: o Secretário da Saúde do Estado, o também petebista Lamaison Porto.

Tal eleição — que no Rio Grande do Sul definira o sucessor de Brizola, além de renovar a ALERS e a bancada gaúcha na Câmara Federal — já apresentava marcas bastante fortes da crise política, como lembra Fico (2008). Foi nesse escrutínio que se sentiu com mais intensidade a campanha de desestabilização do governo de João Goulart, inclusive com financiamento norte-americano para campanhas anti-PTB:

Foi no contexto da campanha para as eleições parlamentares de 1962 que a intervenção norte-americana no processo político brasileiro intensificou-se, ultrapassando, em muito, os níveis "normais" de propaganda ideológica que os Estados Unidos habitualmente faziam em qualquer país, enaltecendo os costumes norte-americanos e defendendo o capitalismo contra o comunismo. O próprio embaixador Lincoln Gordon confessou que foram gastos, pelo menos, US\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha eleitoral dos candidatos favoráveis à política norte-americana e opositores de Goulart (FICO, 2008, p. 77).

O período era marcado pelo processo de intensificação da luta política no país. A radicalização começava a tomar formas mais claras, não apenas via mobilização dos setores que pretendiam desestabilizar o governo de Goulart, mas também dos grupos ligados aos movimentos reformistas e nacionalistas, somando-se, ainda, como destaca Cánepa (2005), a profunda crise vivida pelo sistema parlamentarista.

Outro ponto importante eram as disputas internas nos partidos, especialmente no PTB. Recorda Bombardelli (2016) que, desde a XI convenção do partido, realizada em 1959, um dos líderes do PTB, Fernando Ferrari, fora isolado e acabou retirando-se do partido e formando sua agremiação: o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Dessa forma, a saída de Ferrari do PTB deveu-se por competição interna pela liderança do partido. Esse dado é relevante, uma vez que Ferrari era um dos candidatos ao governo estadual e que acabou tendo influência no resultado final da disputa eleitoral, atingindo principalmente o PTB. Além disso, era uma demonstração das brigas internas, que

---

<sup>201</sup> Ferla enviou carta ao Diretório local comunicando seu desligamento do PTB para candidatar-se a deputado estadual pelo PRP. (DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 4, 10/05/1962).

estiveram presentes também entre os dois trabalhistas envolvidos na eleição, como já referido aqui.

Evidentemente, o clima de polarização entre os vereadores com relação às eleições refletia, em maior ou menor grau, os conflitos no âmbito nacional e regional, mas também tinham conexão com as histórias de vida de cada um e suas ligações político-partidárias ou extraparlamentares, e, ainda, denotavam os conflitos por poder político no âmbito local. Assim como no Estado, em Canoas as disputas eram mais evidentes entre os partidos anti-PTB (PSD<sup>202</sup>, em especial, mas também PL e PRP) e os trabalhistas. Logo, Würth e Edson evidenciaram esse enfrentamento. Cabe lembrar que o primeiro tinha vínculos com a cúpula do PSD, tanto que, após a posse, em 63, do vencedor do pleito, Ildo Meneghetti, tornou-se assessor deste.<sup>203</sup> O segundo, por sua vez, era filho do prefeito de Canoas à época, Cel. José João de Medeiros. Em seguida à confirmação das suas candidaturas, houve embate entre ambos na Câmara, registrada nas palavras de Almerindo Silveira (PSD):

Seguiu-se com a palavra o vereador Almerindo Rosa da Silveira, reportando-se sobre as discussões havidas na sessão anterior, por parte dos Vereadores Armando Würth e Edson Medeiros, candidatos à Deputação Estadual — Em meio as considerações em torno das possibilidades de obterem boa votação os dois candidatos, disse o Vereador Almerindo Silveira que esperava não se repetir os ataques pessoais verificados na última sucessão municipal, pois que entendia que as críticas ao Poder Executivo são muito naturais, agora o que não pode admitir é que volte à tona àqueles ataques inadequados verificados na eleição passada, pois que saberão os Senhores Vereadores escolherem seus candidatos.<sup>204</sup>

A seguir, o próprio Würth se manifestou dizendo não querer uma "campanha de ataques" e que "se entrou naquele terreno, foi porque Sua Senhoria para êsse lado foi levado por parte do Vereador Edson Medeiros"<sup>205</sup>. Nota-se, portanto, presentes outros enfrentamentos entre os partidos que representavam e entre os próprios vereadores.

Contudo, o conflito parecia ser mais intenso dentro do próprio PTB. O diretório local optou por Medeiros como um dos seus candidatos para a ALERS.<sup>206</sup> Aqui se

---

<sup>202</sup> Bodea (1992) explicou a relação entre o PTB e o PSD a partir da "desgetulização" ocorrida com esse partido, afastando-se do ideário de Vargas no Rio Grande do Sul e tornando-se um opositor do PTB, diferentemente do que acontecia em nível nacional, em que os partidos frequentemente eram aliados. Sobre o PSD canoense, ver Oliveira (2008, p. 132-133).

<sup>203</sup> Ver Tabela 16, p. 63.

<sup>204</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 14/62, Canoas, 29/03/1962.

<sup>205</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 14/62, Canoas, 29/03/1962.

<sup>206</sup> De acordo com a ata 4 do Diretório Municipal do PTB, em reunião realizada no dia 10 de maio de 1962, foi feita a escolha dos nomes indicados pelo diretório que iriam ser levados à Convenção Estadual do partido para candidatarem-se aos cargos em disputa no pleito de outubro daquele mesmo ano. Edson

enquadra o que Sartori (1980) chamou de "facções" dentro dos partidos políticos — subunidades partidárias com poder dentro da estrutura e que disputam posições e/ou suas vantagens. Ao analisar as suas falas ao longo do ano de 1962 e também de 1963, percebe-se que a questão que separava os dois era, de fato, o confronto eleitoral, tendo os outros dois candidatos — Würth e Ferla — tentado se aproveitar do conflito entre os dois trabalhistas.

Apesar da indicação de Medeiros, Flores apoiava outro candidato ao cargo: o candidato à reeleição e então secretário estadual da Saúde José Lamaison Porto.<sup>207</sup> O próprio vereador deixou claro sua predileção por Porto:

Finalizando, declarou o Vereador Antônio Soares Flores haver lhe ponderado o Deputado Domingos Spolidoro, que mesmo abandonando as lides políticas, virá na próxima campanha para Canoas, lutar com tôdas as suas forças pela eleição do Sr. Lamaison Pôrto, e que Sua Senhoria a exemplo do Deputado Spolidoro, também se atirará à luta fazendo de tudo para que o Sr. Lamaison Pôrto consiga nêste Município uma bôa votação, pois tem certeza que se eleito fôr o Sr. Lamaison Pôrto à Deputação Estadual, o mesmo muito fará por Canoas.<sup>208</sup>

Provavelmente a fala de Flores atingira Medeiros, que respondeu de forma surpreendente naquela mesma sessão:

Prestados os esclarecimentos (...) formulou o Vereador Edson Medeiros o seu ponto de vista sôbre a sua campanha eleitoral, bem como fazendo uma formulação para que tôdos os canoenses, que por quaisquer questões porventura não votarem em seu nome para Deputado Estadual, então que votem em candidatos próprios de Canoas, pois não concebe Sua Senhoria, que candidatos a Deputados só se lembrem de Canoas em épocas de eleições. Encerrando, reiterou o Vereador Edson Medeiros o seu apêlo, para que o eleitorado de Canoas, se não quizerem votar em seu nome, então que votem em candidatos que aqui residam, inclusive nos que não pertençam ao seu Partido.<sup>209</sup>

---

de Medeiros teve 35 votos dos 43 membros presentes e foi indicado juntamente com Manoel Côrrea Soares. Na reunião seguinte, em 30 de maio, Medeiros recebeu as congratulações dos correligionários presentes pela confirmação da candidatura. Todavia, já havia certeza de que o nome seria escolhido, considerando o debate existente na Ata 25, de 3 de maio de 1962, da Câmara Municipal de Vereadores (DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 4, 10/05/1962 e Ata 5, 30/05/1962).

<sup>207</sup> José Lamaison Porto era advogado e deputado estadual desde 1955. Na eleição de 1962, concorria pela terceira vez a deputado estadual, sendo sempre eleito. Durante o mandato entre 1959 e 1962, licenciou-se para exercer o cargo de secretário estadual da Saúde durante o governo de Leonel Brizola (CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE. Processo 5311/04, PLL 225/04, 12/11/2004).

<sup>208</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 25/62, Canoas, 03/05/1962.

<sup>209</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 25/62, Canoas, 03/05/1962.

Em que pese a proximidade ideológica de ambos, a ser comprovada em 1963, quando abraçaram as ideias de Brizola em meio à crescente polarização política, como será visto no capítulo seguinte, o jogo eleitoral opôs os líderes do trabalhismo da cidade. As trocas de acusações quanto ao uso indiscriminado da máquina pública entre Medeiros e Flores passou a ser recorrente na Casa e nas atas do próprio partido. No meio desse conflito estavam os outros dois candidatos da Casa. Ferla pouco intervinha, porém Würth buscava lucrar politicamente com o embate. A disputa por poder, pela possibilidade de interferir no jogo político, pesa de forma muito mais evidente entre os dois trabalhistas do que o ideário em comum que ambos poderiam ter.

Os políticos em questão fazem uso do jogo duplo citado por Bourdieu (1989): aceitam a disputa dentro da luta política, mas, para conquistar os eleitores, abrem mão de recursos como "causas" ou "defesa de bandeiras", para tentar atrair o eleitorado e afastá-lo do concorrente. Nesse ponto, as acusações entre os candidatos têm um grande peso como "bandeira", principalmente o uso da máquina pública para a campanha eleitoral: Medeiros indicou que Flores estaria fazendo uso de recursos da secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul para fazer campanha em Canoas em favor de Lamaison Porto. Após denunciar que Porto — através de Flores — patrocinou uma competição de futebol amador na cidade, doando taças para a competição e com a presença de "um Jeep de placa branca, de propriedade do Estado, transportando elementos das diretorias dos clubes e jogadores", <sup>210</sup> afirmou que "este estado de coisas não pode mais perdurar, e que inclusive Sua Senhoria não admitirá esta corrupção eleitoral, parta ela de onde partir, mesmo que seja os integrantes do seu partido.". <sup>211</sup>

Se a máquina estadual era alvo dos outros candidatos contra Flores e seu apoio a Porto, o mesmo valia para o uso de recursos municipais para a campanha de Medeiros, lembrando que o mesmo era filho do então prefeito de Canoas, José João de Medeiros. Würth citou "o caso de professoras exoneradas por terem declarado que não votariam no candidato Edson Medeiros.". <sup>212</sup> Já Ferla mencionou outra ocorrência relacionada ao magistério municipal, de uma professora que teria sido nomeada por Edson, e de uma comissão de moradores da Vila Niterói que procuraram o prefeito para solicitar melhoria em uma via da região:

---

<sup>210</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 44/62, Canoas, 14/06/1962.

<sup>211</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 44/62, Canoas, 14/06/1962.

<sup>212</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 44/62, Canoas, 14/06/1962.

... concedeu o Sr. Presidente a palavra ao primeiro orador inscrito, Vereador Orestes Ferla, que disse querer trazer ao conhecimento desta Casa, o fato de que foi nomeada uma professora pelo Vereador Edson Medeiros, tendo esta professora lecionado pelo prazo de 3 dias. (...) falou a seguir o orador (...) sobre uma Comissão de moradores de uma rua da Vila Niterói que compareceu ao Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, afim de reivindicar providências quanto a trafegabilidade da citada rua, e naquela oportunidade, ponderou o Sr. Chefe do Poder Executivo, que sómente atenderia o solicita com um cartão assinado pelo Vereador Edson Medeiros.<sup>213</sup>

O mesmo Ferla trouxera à tona outra queixa: a de que um órgão da administração municipal, a Superintendência de Feiras Livres, estava atuando para angariar recursos para Medeiros:

Concedeu a palavra o Sr. Presidente ao primeiro orador inscrito, Vereador Orestes Ferla. Isto pôsto, comentou o orador das irregularidades nas Feiras Livres, em virtude de estar o Superintendente das Feiras, cobrando dos feirantes a importância de Cr\$ 280,00, para pagamento da Sala do Comitê pró eleição do Dr. Edson Medeiros. (...) deixou consignado o seu repúdio contra tal irregularidade, bem como solicitando ao Líder da Bancada Trabalhista que entrasse em contato com o Sr. Prefeito Municipal, pondo-o a par do acontecido.<sup>214</sup>

Ressalta-se, novamente, que Ferla havia sido eleito pelo PTB, embora concorresse ao mandato de deputado estadual filiado ao PRP. De qualquer forma, havia o candidato pessedista, Armando Würth, que buscava aproveitar-se dos conflitos internos trabalhistas e, em suas falas, enfatizava que, diferentemente dos seus colegas e concorrentes, não estava comprometido com estruturas públicas:

Continuando com a palavra, manifestou o Vereador Armando Würth, o seu ponto de vista em torno deste fato e considerando uma concorrência desleal por parte dos aludidos candidatos. Comentando amplamente êste assunto, disse o Vereador Armando Würth, esperar que não influam neste aspecto, não só o Oficialismo estadual como também o oficialismo Municipal, como de fato está correndo presentemente. (...). Concluindo, afirmou o Vereador Armando Würth que a sua luta será muito mais árdua, pois que trabalhará apenas com apôio de amigos e eleitores simpatizantes, não dispondo de certas armas de candidatos que acima apontou.<sup>215</sup>

Ainda que se colocasse como alguém independente das forças estatais, cabe relembrar que Würth tinha ligações com a cúpula pessedista no Estado, tanto que se licenciou do mandato de vereador em 1963 para assessorar o governador eleito em 1962, Ildo Meneghetti, o que indica proximidade com a elite do seu partido.

<sup>213</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 54/62, Canoas, 12/07/1962.

<sup>214</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 72/62, Canoas, 30/08/1962.

<sup>215</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 44/62, Canoas, 14/06/1962.

As acusações eram verdadeiras ou não? Não há registros ou indícios que indiquem um caminho, mas o que se nota é que as mesmas eram produto da luta política local. É notório, também, que o debate quanto aos candidatos aos cargos majoritários e seus programas de governo inexistiu nas atas até o dia da eleição. Após proclamação dos resultados, com a vitória de Meneghetti — ainda que, conforme a tabela 5, tenha sido apenas o terceiro entre os eleitores de Canoas —, é que ocorreram debates quanto ao pleito.<sup>216</sup> A preocupação maior era com a disputa entre os vereadores-candidatos ou que apoiavam outros candidatos. Ainda que o país vivesse o acirramento da radicalização política, no pleito eleitoral a apreensão foi muito maior com a luta por acesso ao poder legislativo de membros da Casa do que com os embates políticos nacionais. Talvez porque a radicalização não tivesse atingido um nível crítico, diferentemente do que vai ocorrer ao longo do ano de 1963.

**Tabela 17** - Votação dos candidatos a deputado estadual ligados a Canoas nas eleições de 1962

Candidato	Votação - Geral	Votação - Canoas	Situação
José Lamaison Porto - PTB	27.102	1.102	Eleito
Edson de Medeiros - PTB	5.058	3.597	Não eleito
Armando Würth - PSD	3.597	3.232	Não eleito
Orestes Ferla - PRP	456	332	Não eleito

**Fonte:** Biblioteca TRE/RS, Livros I e II, apuração das eleições de 1962.

Quanto aos resultados eleitorais dos candidatos, nem Edson de Medeiros, nem Armando Würth e, menos ainda, Orestes Ferla se elegeram, conforme mostra a Tabela 17. Todavia, os dois primeiros tiveram votações expressivas no município: dos 5.058 votos que recebera naquele pleito, sendo o 43º candidato mais votado do PTB para a ALERS — nessa eleição, o PTB elegera 23 deputados estaduais —, Edson teve 3.597 conquistados em Canoas. Armando Würth recebeu menos votos tanto no pleito geral, quanto na votação em Canoas: foram 3.994 votos, valendo-lhe a posição de 30º mais votado no PSD, que elegera 11 deputados estaduais. Em Canoas, 3.232 pessoas

<sup>216</sup>A ata 89 registra queixas de Flores quanto à vitória de Meneghetti: para o trabalhista, o então governador eleito equivocava-se ao dizer que nunca havia sido derrotado uma vez que perdera em Canoas e Porto Alegre e que seu governo não iria corresponder ao que os seus eleitores esperavam. Como resposta, Manoel Calbo (PSD) afirmou que Meneghetti fora eleito pelo seu governo anterior (1955-1959) ter sido aprovado pelos gaúchos (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 89/62, Canoas, 18/10/1962).

depositaram as cédulas com seu nome. Orestes Ferla, por sua vez, teve apenas 456 votos, sendo que 332 deles feitos no município em que era vereador.<sup>217</sup> Lamaison Porto foi eleito como o mais votado do PTB: foram 27.102 votos. O apoio de Flores em Canoas acabou sendo importante, pois, no município, obteve 1.102 votos. Em uma cidade que teve 25.343 eleitores votantes naquele pleito, foi um número bastante expressivo.

---

<sup>217</sup> Os dados sugerem também que os vereadores pouco se preocuparam em angariar votos em outras localidades do Rio Grande do Sul: Medeiros obteve 1.461 votos fora de Canoas. Würth e Ferla tiveram situações mais críticas: o primeiro conquistou somente 374 votos em outras localidades do Rio Grande do Sul, e o segundo, apenas 124.

### **3. A CÂMARA CANOENSE E O ANO QUE NÃO ACABOU: A ELITE LOCAL E O ACIRRAMENTO DA RADICALIZAÇÃO EM 1963**

Ferreira e Gomes referiram-se ao ano de 1963 como o “ano que não acabou”. Poucos discordam que a temperatura política do país aumentou a um nível bastante grave e delicado. O ano havia se iniciado com o plebiscito para decidir o retorno ou não ao regime presidencialista. Seguiu com as tentativas frustradas de Goulart de governar mais próximo ao centro político, enfrentando resistências e pressões à esquerda e à direita, ganhou contornos dramáticos a partir do mês de setembro com a rebelião dos sargentos e as ações cada vez mais radicalizadas de Leonel Brizola — naquele momento exercendo o mandato de deputado federal por Guanabara — e seu grupo de apoio. Em suma, um ano em que a crise política tornou-se mais aguda e os atores tomaram posições mais perceptíveis na luta política. As ideias-força ganharam peso naquele momento.

Ainda que essa luta leve em conta as disputas dentro do jogo político, são importantes também as posições tomadas diante dos consumidores daqueles atores políticos. As ideias-força, conceito de Bourdieu (1989), assumem importância nessa disputa. O nacionalismo defendido pelas esquerdas, lideradas por Brizola, caminha nesse sentido: buscar adeptos para defender e apoiar aquela ideia e pressionar o presidente a adotar medidas coerentes àquele conceito. Por outro lado, os grupos sociais mais conservadores buscam desvalorizar tal visão de mundo e também levantam suas ideias associando o nacionalismo defendido pelas esquerdas ao comunismo, à quebra de valores e princípios tradicionais civis e militares.

Como já referido, o peso do capital político também era fundamental para a mobilização da população em torno das ideias-força. Daí o papel de Leonel Brizola ao defender com veemência as ideias nacional-reformistas, ainda que também estivesse jogando politicamente. Defendia um projeto, mas pensava em avançar no espaço político.

A elite política canoense não ficou, logicamente, imune aos acontecimentos políticos daquele ano: também debateram, agiram e atuaram instigados pela luta política em nível nacional e estadual. Eles tomaram posições favoráveis ou contrárias e também ressignificaram aquele conflito mais amplo para os limites locais, especialmente nas eleições municipais de novembro daquele ano, conforme será visto neste capítulo.

### 3.1. O nacional-reformismo nos embates entre os vereadores canoenses

Entende-se, aqui, o conceito de nacionalismo nos termos de Hobsbawm (1990): um conceito em constante mudança, de acordo com os contextos históricos. Houve momentos em que foi uma bandeira defendida pelos liberais, outrora, também, fora arma das direitas fascistas e, naqueles anos de 1950 e 1960, se reconfigurava em um mote das esquerdas antifascistas e anti-imperialistas. Era dessa forma que havia sido reinterpretado no Brasil do período entre 1945 e 1964 e que também passou por transformações naquela conjuntura. Domingos (2010) o classificou em três fases: nacionalismo do início da década de 1950; o nacional-desenvolvimentismo e o nacional-reformismo.<sup>218</sup> De acordo com o mesmo autor, era essa fase que estava presente no projeto político de Goulart:

O projeto político do presidente João Goulart pode ser descrito como tendo caráter nacional-reformista em razão de pugnar a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando o desenvolvimento do país. Para este fim, foram importantes a sistematização da Política Externa Independente — que tinha como um dos preceitos fundamentais o desenvolvimento econômico a partir das relações internacionais do Brasil no contexto da Guerra Fria —, a criação do 13º salário, o “Estatuto do Trabalhador Rural” (...), a Lei de Remessa de Lucros (que limitava o envio de capitais para o exterior) e a criação da Eletrobrás. (DOMINGOS, 2010, p. 87).

Ao valorizar-se o teor nacional-reformista do projeto trabalhista, valoriza-se, também, como destaca Domingos, o protagonismo popular naquele contexto. Foi um projeto abraçado por amplos setores populares.

Nas palavras de Delgado, o nacional-reformismo já era notado na década de 1950, tendo como base os setores nacionalistas da sociedade civil:

O nacionalismo reformista ganhou maior expressão a partir da segunda metade dos anos 1950. Vinculou-se a uma organização mais autônoma dos movimentos da sociedade civil que, com crescente autonomia, se aliaram a alguns partidos políticos, como o PTB e o PCB. Expressou-se através de

---

<sup>218</sup> De acordo com Domingos (2010), o nacionalismo brasileiro, entendido como fenômeno histórico e, portanto, passível de alterações ao longo do tempo, passou por três fases entre 1951 e 1964: a primeira foi o nacionalismo dos anos 50, surgido nos debates entre os intelectuais do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), embrião do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Nessa fase, começou a se desenhar a Política Externa Independente (PEI), implantada no governo de Quadros e seguida pelo governo Goulart, e o nacionalismo começou a popularizar-se a partir da campanha do “Petróleo é nosso” e da carta-testamento de Getúlio Vargas, alcançando apoio popular. A segunda fase foi o nacional-desenvolvimentismo, em que o ISEB buscou elaborar um projeto que superasse o subdesenvolvimento brasileiro através da industrialização e associação ao capital estrangeiro, mas sem abrir mão da autonomia econômica nacional. A terceira foi a do nacional-reformismo.

mobilizações e manifestações por reformas sociais e enfatizou a ideia de que uma nação emancipada seria construída como desdobramento da adoção de políticas nacionalistas efetivas (DELGADO, 2007, p. 365).

No PTB, essa ideia-força já estava presente ao menos desde a década de 1950. O discurso petebista no Congresso Nacional encontrava-se em sintonia com as ideias nacionalistas propagadas naquele momento. D'Araújo (1996) relembra a ação política trabalhista durante o governo JK (1956-1960), em que o PTB fora, ao mesmo tempo, partido do governo — ao pertencer à base do presidente e ter o vice, Goulart — e de oposição, ao abraçar o discurso nacionalista e reformista:

O mérito do PTB neste caso resultou de sua capacidade de acompanhar o debate ideológico da época e de se tornar porta-voz de um discurso que invadia a América Latina de então e criara profundas raízes no Brasil. Trata-se do discurso nacionalista que, de maneira geral, atribuía as dificuldades dos países sul-americanos às pressões econômicas e aos interesses "imperialistas" da América do Norte. (...) Não se tratava mais de defender apenas a manutenção e a extensão dos direitos sociais dos trabalhadores (...). Chegava-se à conclusão de que esses direitos só seriam plenamente atingidos se o país tivesse condições de impor sua autonomia e conquistar sua liberdade econômica. Nesse sentido, os direitos sociais, embora fossem uma meta-base do partido, tornavam-se agora o subproduto de uma tarefa histórica maior — a libertação econômica do país (D'ARAÚJO, 1996, p. 121-122).

Todavia, após a confirmação do retorno do presidencialismo e a recuperação dos plenos poderes de Goulart, surgiu uma diferença importante: a forma como esse projeto seria colocado em prática. Jango optou pela negociação com o Congresso Nacional, enquanto os grupos mais à esquerda, liderados por Brizola, junto à FMP<sup>219</sup> — entidade que congregou importantes grupos nacional-reformistas, como a ala compacta do PTB, o PCB, movimentos camponeses, estudantis e de subalternos militares, assim como sindicatos —, pressionaram ao longo de todo o ano de 1963 para que as reformas fossem realizadas de forma radical, sem negociações com aqueles que, para a FMP, representavam justamente o oposto ao nacionalismo reformista defendido por eles.

---

<sup>219</sup> A Frente de Mobilização Popular (FMP) foi fundada no início de 1963 por diversas lideranças de esquerda do período, destacando-se Leonel Brizola. Conforme Ferreira (2007), ali estavam reunidas as entidades e movimentos sociais favoráveis às propostas nacional-reformistas. Estavam presentes estudantes, camponeses, sindicatos, subalternos militares, trabalhistas, além de partidos políticos de esquerda, como o PCB e movimentos políticos trotskistas e marxistas. A FMP também tinha posição contrária às negociações com o PSD, defendendo o lema das reformas independentemente do Congresso e das lideranças políticas conservadoras.

Relembramos novamente Dahl: se Goulart era, em largos traços, o negociador, Brizola<sup>220</sup> era, naquele momento, o agitador, buscando colocar suas posições à frente de qualquer outra. Se Goulart titubeava, Brizola pressionava, usando seu capital político e capacidade mobilizatória para enfrentar o Congresso e colocar a pauta nacional-reformista em voga, com ou sem o Congresso Nacional. Nas palavras de Reis (2014), era um sintoma da radicalização: “As propostas agora radicalizavam-se: os obstáculos deveriam ser removidos, e não evitados, os alvos, abatidos, e não contornados.” (REIS, 2014, p. 32-33).

No discurso brizolista, logicamente, também estavam expressos temas ligados ao nacional-reformismo. Como ressalta Ferreira (2016), Brizola reinterpretou o trabalhismo a partir dessa temática, influenciado pelas ideias que ganhavam espaço junto à esquerda latino-americana, expondo temas como o anti-imperialismo e a emancipação nacional. Brizola também representava o nacional-reformismo, mas à sua forma, ou melhor, à forma defendida por ele e por seu grupo frente à ação mais "conciliatória" assumida pelo presidente Goulart.

Ao exporem seus posicionamentos, os vereadores locais, especialmente os petebistas, vinculavam-se ao nacional-reformismo. Alguns de modo mais cauteloso, outros mais incisivos. De qualquer forma, à exceção do dissidente Orestes Ferla e acompanhados do perrepista Alberto Oliveira, os vereadores do PTB canoense estavam conectados às ideias propagadas nacionalmente pelo seu partido.

Edson de Medeiros era o representante mais forte dessa ideia-força na bancada trabalhista. Como já citado, Edson era filho do prefeito canoense de então, o Coronel da Aeronáutica José João de Medeiros. Era médico de formação e concorreu três vezes a vereador em Canoas: 1955, 1959 e 1963. Elegeram-se apenas em 1959, pois concorrera pelo PTB. Nas outras duas oportunidades, fora candidato pelo PSB<sup>221</sup> e, embora sempre tenha ficado entre os mais votados, o quociente eleitoral<sup>222</sup> o impedira de assumir a

---

<sup>220</sup> Cabe ressaltar aqui o alerta de Ferreira (2007): a postura de Brizola não era isolada. Ele era o líder que representava determinadas crenças, projetos e ideias, mas havia quem o seguia. O seu perfil agitador animava outras lideranças que o autorizavam a falar por elas.

<sup>221</sup> Ainda que o PSB tivesse na sua origem a marca do "socialismo e liberdade", ou seja, um partido que se via como uma alternativa de esquerda democrática, diferentemente do PCB, ao longo de sua trajetória foi se associando com as lutas nacionalistas e aliando-se aos partidos e movimentos sociais que as representavam no Brasil nos anos 50 e 60 (VIEIRA, 2007). Dessa forma, podemos entender a opção inicial de Edson pelo partido, o qual ele chama de "mais ideológico" (MEDEIROS, Edson de. *Depoimento* (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014).

<sup>222</sup> "(...) fui o vereador mais votado, mas não consegui o quociente para ser eleito. Aí, injeções do meu pai etc. e tal e também vi que não teria futuro no PSB, nunca seria eleito. Na próxima fui pelo PTB e daí

vaga. Além da política-partidária, Edson também atuava na imprensa e no movimento estudantil. Fundou a UCE nos anos 50, mas também atuou como Secretário-geral da UEE e presidente da FEURGS no ano de 1957, período em que se formou, segundo ele próprio, a "aliança operária-estudantil-camponesa".<sup>223</sup> Durante o próprio ano de 1963, foi escolhido secretário da seção gaúcha do Movimento Nacionalista Brasileiro. Como já visto aqui, tentou nas eleições de 1962 uma cadeira na ALERS, mas acabou ficando como suplente. No entanto, em nenhum momento teve possibilidade de exercer o mandato, pois fora cassado pela Ditadura Militar em 7 de maio de 1964.<sup>224</sup>

Edson refere-se à sua ligação com Brizola naquele período como uma vinculação relativamente sólida:

Mas eu era também brizolista na época. Mas a minha direção era mais ideológica e era com um sujeito chamado Armando Temperani Pereira. (...). Mas era com o Brizola também e depois esta ligação se intensificou, uma ou duas vezes foi e me chamou ao Palácio, fez um secretário dele me buscar em Canoas, eu fui lá, conversei com ele de noite, tínhamos muitos encontros. E depois, na legalidade, estivemos juntos, eu participei de certa modo na adesão. Eu quase que invadia a rádio de Canoas, a Rádio Real de Canoas e ela passou a integrar a rede da legalidade. Em parte, minha interferência.<sup>225</sup>

Sobre o extremismo presente no discurso do então deputado federal por Guanabara, Edson deixava claro: "Eu apoiava (...). Eu, pelo menos, tinha noção e apoiava a radicalização. Apoiava na íntegra as reformas de base, todas essas coisas (...)."<sup>226</sup> Suas colocações na imprensa local e, principalmente, na Câmara, corroboram as suas palavras. De fato, Edson de Medeiros era o vereador mais próximo do discurso nacional-reformista e o adepto mais íntimo das ações de Brizola.

---

sim, fui o segundo mais votado, eu acho". (MEDEIROS, Edson de. *Depoimento* (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014). De acordo com FCC (2004), Edson foi o terceiro mais votado para a Câmara em 1955, com 312 votos, mas a legenda do PSB necessitava somar 851 votos para adquirir uma cadeira, e conquistou 825. Ou seja, por 26 votos, Edson não se elegeu. Já em 1959, conforme consta em Ranincheski (1998), concorrendo pelo PTB, Edson foi o mais votado na cidade, com 1260 votos, elegendando-se. Em 1963, segundo a relação de votos das eleições daquele ano (UPHAM/AHC, Acervo Política/Eleições/Câmara, Caixa 25, Pasta 5, Material do PDC), foi aliado na escolha dos candidatos do PTB e candidatou-se novamente pelo PSB, conquistando 866 votos — o segundo mais votado —, mas foi derrotado novamente pelo cálculo do quociente eleitoral.

<sup>223</sup> UPHAM/AHC, Pasta Biografias, M2 - Família Medeiros, Edson de Medeiros.

<sup>224</sup> Conforme Cânepa (2005), Medeiros teve sua suplência cassada e seus direitos políticos suspensos por decreto da Presidência da República publicado no Diário Oficial da União em 7 de maio de 1964 e lida na sessão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 11 de maio de 1964. Junto com Medeiros, foram cassados outros 7 deputados estaduais e 11 suplentes de deputados estaduais, ligados ao PTB e a ARS.

<sup>225</sup> MEDEIROS, Edson de. *Depoimento* (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014.

<sup>226</sup> MEDEIROS, Edson de. *Depoimento* (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014.

A proximidade com o pensamento brizolista o levava a manifestar defesa à sua pessoa e ao seu papel político naquela conjuntura, quando era atacado pela imprensa:

(...) falou o Vereador Edson Medeiros, protestando contra o movimento incetado através de uma cadeia de Rádio e Televisão, atacando a pessoa do Deputado Leonel Brizola. (...), considerou o Vereador Edson Medeiros, o que está êste movimento fazendo é uma sequência abominável de ataques, infâmias e injúrias. Manifestando seu repúdio por tal ato, disse o Vereador Edson Medeiros que pode constatar na Convenção do P.T.B. e inclusive junto aos camponeses a grande insatisfação por esta onda de ataques. A seguir, declarou o Vereador Edson Medeiros, que tal atitude ocasionará a revolta do povo a tal ponto de procurar fazer justiça pelas próprias mãos, pois embora os tempos mudassem Leonel Brizola não irá suissidar-se, e junto com êle o povo fará a mudança que o Brasil tanto necessita.<sup>227</sup>

Ao escudar Brizola das hostilidades sofridas por setores da imprensa, Edson trazia à tona o significado da figura daquele líder para os nacionalistas. Trouxera a palavra dos colegas de partido e dos camponeses — aliados na luta pelas reformas sociais — ao demonstrarem insatisfação com as críticas sofridas pelo deputado e ex-governador gaúcho, enfático defensor daquelas demandas. Mais do que isso, Edson endossava a ação política brizolista: se os ataques a Brizola seguissem, o povo reagiria, e os opositores que não esperassem de Brizola a mesma atitude que a do grande líder do trabalhismo, Getúlio Vargas.<sup>228</sup> Ao contrário, estaria junto para fazer as mudanças e enfrentar aqueles que eram vistos como "antipovo" ou como "comprometidos".<sup>229</sup>

Edson também mobilizava, na cidade, os apoiadores do nacionalismo reformista. Embora o nome e a sigla não sejam citados, é possível que o vereador tenha atuado para formar um núcleo da FMP no município de Canoas.

Seguiu-se com a palavra o Vereador Edson Medeiros, dizendo que naquela data iniciava-se um movimento que poderia marcar época na história brasileira, ou seja a campanha de opressão e mobilização popular contra o Congresso Nacional. (...), disse o Vereador Edson Medeiros que o considerava justo e oportuno para arrancar do Congresso as reformas necessárias de base. Declarou ainda que o citado movimento popular que muitos querem considerá-lo agitação, mas que em verdade não é, torna-se necessário, uma vez que esta é a última solução para os problemas do País.

<sup>227</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 38/63, Canoas, 01/07/1963.

<sup>228</sup> Referia-se ao episódio do suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954. A partir da leitura dos setores mais à esquerda do trabalhismo, o ato autodestrutivo do líder petebista foi com o intuito de "libertar o povo brasileiro do processo espoliativo" (FERREIRA, 2016).

<sup>229</sup> O discurso de Brizola era dicotômico: havia o "povo" — os trabalhadores, os camponeses, os estudantes, os subalternos militares, os intelectuais de esquerda etc. —, que lutava com greves e manifestações contra a espoliação estrangeira. Já os "antipovo" eram comprometidos com os grandes trustes e com o capital estrangeiro. Os antipovo era a minoria latifundiária, a grande imprensa, os poderosos, entre outros grupos ligados as classes dominantes — ou, na linguagem brizolista, "inimigos do povo" (FERREIRA, 2016).

(...), que considerava finalmente, que todos os brasileiros deveriam se unirem para dar maior força ao referido movimento de mobilização popular.<sup>230</sup>

Novamente, Medeiros corroborava a ideia de pressão frente ao Congresso Nacional, conforme defendiam os brizolistas: enfrentar aqueles que se opunham às reformas — ou pelo menos às reformas de forma radical — e buscar pressionar o governo Goulart através das ruas, a partir da atuação extraparlamentar.<sup>231</sup> Para Edson, era a única solução possível, não havia possibilidades de negociar. Daí, alguns dias depois, convocar a quem interessasse a unirem-se em torno daquela mobilização popular de pressão:

Continuando com a palavra (...) convidou o Vereador Edson Medeiros à todos os Vereadores desta Casa, independentemente de côres Partidárias para comparecerem na Rádio Real, dia 7 do corrente às 21:00 horas, ocasião em que seria lançado o movimento de mobilização popular, visando a aprovação das reformas de base por parte do Congresso Nacional. Disse ainda o Vereador Edson Medeiros, que naquela oportunidade se faria presente, para dirigir os trabalhos, o Vice-Governador de Guanabara, Sr. Eloy Dutra.<sup>232</sup>

Nota-se, assim, o papel de mobilizador de Medeiros: procurava inserir o movimento popular nacionalista no município. Mais do que um simples adepto local, Edson agia como um representante do nacional-reformismo na cidade, incentivando a organização. Incentivava, também, a propagação das ideias de Brizola e da FMP, e, para tal empreitada, conseguira trazer a Canoas Elói Dutra, importante liderança trabalhista e nacionalista.<sup>233</sup>

Mobilizador e *agitador*: Edson enfatizava o papel do PTB na luta reformista e ironizava a ausência de outros partidos e outras lideranças na defesa do nacional-reformismo:

A seguir (...) falou o Vereador Edson Medeiros (...). Continuando com a palavra analisou o pronunciamento do Vereador Zolmar Machado dos Santos com relação as Reformas de Bases e, salientando que os pronunciamentos de

<sup>230</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 16/63, Canoas, 29/04/1963.

<sup>231</sup> Segundo Righi (2015), Brizola foi abandonando a atuação parlamentar para depositar sua ação em movimentos extraparlamentares ao longo do ano de 1963 e no início de 1964. A FMP foi um exemplo nesse sentido, mas também houve a tentativa de formação dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas, que serão tratados mais adiante.

<sup>232</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 18/63, Canoas, 06/05/1963.

<sup>233</sup> Elói Dutra (PTB) era jornalista e político. Foi deputado federal por Guanabara entre 1959 e 1964. Dutra desempenhou importante papel na CPI instaurada em 1962 para investigar as atuações do complexo IPES/IBAD. Destacou-se, também, como representante do discurso nacionalista e reformista no Congresso Nacional. Em 1962, foi eleito vice-governador de Guanabara, cargo que exerceu até o golpe civil-militar de 1964 (DE PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

outros Partidos não tem sido formal pois não tem participação direta no problema. Disse ainda o orador que o P.T.B. faz comícios em tôda e qualquer oportunidade, fato êste que não acontece com os outros Partidos. Que deseja ver os Deputados Raul Pilla e Paulo Brossard e outros, a quem muito respeita, lutando pelas Reformas de Base, como se fossem os representantes do P.T.B..<sup>234</sup>

Logicamente, Edson sabia que era improvável a atuação dos dois nomes citados — lideranças destacadas do PL no Rio Grande do Sul, partido aliado ao PSD e pertencente ao bloco de apoio ao governo de Meneghetti — como favoráveis às reformas sociais nos termos de Brizola. Como destaca Taufer (2008), os libertadores faziam oposição a Brizola e às esquerdas. Brossard, então deputado estadual, frequentemente ocupava a tribuna da ALERS para acusar os trabalhistas de "agitadores" e de patrocinadores da "infiltração comunista". Para os libertadores, o discurso reformista era usado politicamente pelo PTB, e as prioridades deveriam ser o combate à inflação e a corrupção, antes das reformas de base.<sup>235</sup> Portanto, o vereador trabalhista atuava seguindo o modelo brizolista, provocando os adversários e defendendo mudanças sociais imediatas.

Não era por acaso que Edson era visto como um comunista pelos seus opositores. Algo comum naquele contexto, tal carga era direcionada às esquerdas, fossem comunistas ou não. Para Motta (2002), o período entre 1961 e 1964 foi o segundo grande surto anticomunista no Brasil. Momento em que o anticomunismo brasileiro voltou a ganhar fôlego com o impacto da Revolução Cubana no país: tal episódio fortaleceu e serviu de modelo para o surgimento e o crescimento das organizações sociais e de esquerda no Brasil — e aumentou o temor, entre os conservadores, de que ocorresse algo semelhante no país. Dessa forma, a identificação de figuras trabalhistas como Goulart e Brizola,<sup>236</sup> defensores de políticas nacionalistas e da Política Externa Independente, não alinhada aos Estados Unidos, como comunistas tornou-se habitual entre os seus adversários políticos.

<sup>234</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 26/63, Canoas, 30/05/1963.

<sup>235</sup> "O PL marcou posição em relação às Reformas de Base, pois afirmava que o PTB e seus aliados governavam desde 1930 e nunca fizeram reformas para beneficiar o povo e para resolver os problemas da nação, pelo contrário, só agravaram os problemas sociais e econômicos. Nesse sentido, afirmavam os libertadores que o PTB só faz agitação pelas reformas com objetivos de se manter no poder, mas, na realidade, não querem fazê-las. Além disso, afirmaram também que as verdadeiras reformas que deveriam ser feitas eram o combate à inflação e à corrupção, pois elas provam a instabilidade social, a qual bem manipulada conduz ao caminho de uma revolução para a instalação de um regime totalitário comunista ou fascista." (TAUFER, 2008, p.165).

<sup>236</sup> De acordo com Motta, Brizola era visto pelos seus adversários como "candidato ao papel de "Fidel" brasileiro." (MOTTA, 2002, p.253.).

O mesmo valia para os aderentes a tais ideias. Já em 1961, em um debate na Casa sobre a possibilidade de oficialização do PCB, Edson defendeu a sua existência, mas alegou não ser, como muitos diziam, comunista:

(...) Declarou que com sinceridade é favorável a oficialização do Partido Comunista no Brasil, visto que considera dever respeitar-se todas as ideologias políticas num país democrático. Continuando com a palavra, fez o Vereador Edson Medeiros ampla ilustração sobre o que realmente é o Partido Comunista. Ao concluir, declarou que se o Partido Comunista existisse veriam as pessoas que pensam ou comentam ser Sua Senhoria comunista que isto não é verdade, porque de fato é contra o comunismo.<sup>237</sup>

Em meio ao debate, em que diversos colegas de outros partidos teciam palavras pouco recomendadas sobre o tema — Schmitt (PL) falava que o comunismo era a "fonte da desgraça do povo" e Würth (PSD) defendeu a legalização pois assim poderia se saber quem era comunista e poderia expurgá-los<sup>238</sup> —, Armando Würth lembrou quando surgiu a "pecha" de Medeiros: na primeira vez que se candidatara a vereador, foram distribuídos panfletos dizendo que Edson era o "candidato dos comunistas". De qualquer forma, em entrevista, ele negou — da mesma forma que muitos outros petebistas — qualquer vinculação direta com o comunismo, embora admitisse que havia diálogo e afinidades ideológicas com eles:

(...). Eu me formei em 1958, na UFRGS, primeiro lugar no vestibular, orador da turma. Na festa de formatura irritou muita gente o meu discurso. Aí então vem a minha fama de comunista. Porque eu nunca fui comunista, mas tinha fama e eu acho que a minha conduta foi errada, eu não me importava muito que alguém achasse que eu era comunista, mas nunca fui. Não fui do partido. Tinha amigos, me relacionava com eles, sempre tive diálogo com eles, mas nunca fui do Partido Comunista. Porque eu não gostava do tipo de comportamento que eles tinham, embora tivesse algumas afinidades ideológicas e de pensamento, eu nunca fui do partido, mas todo mundo achava: "esse cara é comunista", mas eu não era.<sup>239</sup>

As organizações das esquerdas uniam tanto comunistas como outros grupos, como os próprios trabalhistas, o que os colocava em proximidade. A política do PCB,<sup>240</sup>

<sup>237</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 88/61, Canoas, 06/11/1961.

<sup>238</sup> Armando Würth declarou que todos os partidos deveriam existir, inclusive o comunista: "para que de uma vez por todas apareçam os seus adeptos para que se expurguem eles do país.". (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 88/61, Canoas, 06/11/1961).

<sup>239</sup> MEDEIROS, Edson de. *Depoimento* (março/2014). Entrevistadoras: Carla Brandalise e Marluza M. Harres. Rio de Janeiro (s.l.), 2014.

<sup>240</sup> Diversos fatores nacionais e internacionais levaram o PCB a adotar, a partir de 1958, uma postura reformista, nacionalista e de defesa das liberdades democráticas. A "nova política", conforme cita Segatto (2011), aproximou o PCB das demandas nacionalistas e reformistas, fazendo o partido tornar-se um dos protagonistas nas mobilizações, ao lado dos trabalhistas.

naquele momento, era mais nacionalista, com discursos muito próximos daqueles expostos pelos petebistas. O que permite entender a fala de Edson: o PTB e o PCB, de fato, eram muito próximos naquele contexto, ainda que viessem a romper depois.<sup>241</sup>

De qualquer forma, Medeiros seguia o discurso nacionalista mais radical ao apoiar os movimentos sindicais. A crise econômica vivida pelo governo Goulart andava junto à polarização política, o que mobilizava diversos setores sociais como os trabalhadores, os estudantes, os camponeses e os militares subalternos. Contra tais atos, governos estaduais antirreformistas colocavam em prática forte repressão policial. No meio da luta política fortemente polarizada, Goulart tentava uma solução conciliatória, como bem refere Reis (2013):

Os movimentos sociais pelas reformas radicalizavam demandas e formas de luta. As forças conservadoras agrupavam-se. A sociedade começou a polarizar-se em dois grandes blocos, para além da multiplicidade das siglas partidárias e das lideranças carismáticas. Enfraqueciam-se as propostas centristas de moderação e de equilíbrio. Em meio aos conflitos, Jango cismava, como um Hamlet (REIS, 2013, p. 337-338).

Em apoio a uma greve de bancários em Porto Alegre, Medeiros posicionou-se contrário à repressão policial exercida pelo governo de Ildo Meneghetti contra os paredistas: "(...) primeiro orador inscrito, Vereador Edson Medeiros, que assumindo a tribuna fez diversas críticas contra a atitude do Sr. Governador do Estado, pela intranquilidade e pressão policial que vem impondo a pacata gréve dos Bancários."<sup>242</sup> A greve recebeu solidariedade de outro trabalhista, Zolmar Machado. Dias antes, Medeiros já falava sobre a situação da greve:

De imediato, para uma comunicação de Líder, falou o Vereador Edson Medeiros, dizendo que deixava consignado o seu protesto contra o aparato policial que o Governo do Estado implantou, fazendo das ruas da Capital mais se paressam como uma Praça de Guerra. (...). Se solidarizou ainda o Vereador Edson Medeiros com a greve dos Bancários e (...) disse que o movimento grevista dos Bancários merecia o apóio de tôda a sua Bancada, bem como esperava o entendimento entre Banqueiros e Bancários.<sup>243</sup>

Os líderes ligados aos partidos que apoiavam Meneghetti defenderam as ações do governo. Manoel Calbo (PSD) alegou que a polícia zelava "pela segurança do

---

<sup>241</sup> Ainda que estivessem próximos, havia desconfiças entre comunistas e trabalhadores, conforme relatam Brandalise e Harres (2015), especialmente quanto às ações de Brizola, vistas como muito extremas pela cúpula comunista e corrosivas para o governo Goulart.

<sup>242</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 70/63, Canoas, 03/10/1963.

<sup>243</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 69/63, Canoas, 30/09/1963.

povo"<sup>244</sup> e os que discordavam eram aqueles que "se interessavam pela desordem e a anarquia."<sup>245</sup> Por sua vez, Melton Both (PRP) — que era bancário — alegava que os bancários haviam sido forçados "por elementos que procuravam desvirtuar os reais motivos da greve".<sup>246</sup> Tais elementos teriam vindo de Porto Alegre. Já Cirne Schmitt retomava argumentos anticomunistas: para o vereador do PL, o que os grevistas queriam era "estão em verdade, procurando com isto, implantar o regime comunista no Brasil".<sup>247</sup> Havia até um indivíduo fichado no PCB, segundo Schmitt, distribuindo panfletos incitando a participação na greve.

O discurso de oposição ia ao encontro da retórica utilizada em nível estadual e nacional, referente à atuação do PL, na figura de Paulo Brossard, na ALERS. Um discurso coerente com o anticomunismo presente nos movimentos das direitas.

Edson de Medeiros era o representante mais atuante e mobilizado no tocante aos temas nacionalistas. Todavia, não era o único membro da bancada petebista a manifestar suas ideias nacionalistas e reformistas. Outros vereadores do PTB também demonstravam proximidade com o pensamento em voga entre as esquerdas brasileiras. Alberto Oliveira — que, naquele momento, já havia migrado para o PTB<sup>248</sup> — e Zolmar Santos manifestaram-se sobre a greve dos rodoviários no Estado rio-grandense. Enquanto Zolmar demonstrava solidariedade ao movimento, Oliveira criticava a atuação policial contra os paredistas e propunha um requerimento de apoio aos grevistas:

Seguiu-se com a palavra (...) o Vereador Alberto Rodrigues Oliveira (...). Continuando com a palavra, manifestou o orador o seu pensamento sobre a greve dos empregados nas Empresas de Transportes Coletivos, bem como criticando a atitude da polícia no que se refere a represália aos grevistas. Isto pôsto, apresentou e justificou requerimento, no sentido de que esta Casa aprovasse um voto de congratulações ao Sindicato dos Transportes Rodoviários do Rio Grande do Sul, pela greve deflagrada pelos seus associados, (...).<sup>249</sup>

As reações de alguns membros de oposição ao trabalhismo não foram surpreendentes. Melton Both votaria contra por ver a greve como uma medida extrema e entender que havia outros meios de resolução. Outras foram surpreendentes ao

<sup>244</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 70/63, Canoas, 03/10/1963.

<sup>245</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 70/63, Canoas, 03/10/1963.

<sup>246</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 70/63, Canoas, 03/10/1963.

<sup>247</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 70/63, Canoas, 03/10/1963.

<sup>248</sup> De acordo com os dados eleitorais de 1963 (UPHAM/AHC, Acervo Política/Eleições/Câmara, Caixa 25, Pasta 5, Material do PDC.), Alberto Oliveira reelegeu-se vereador pelo PTB, sendo o mais votado não apenas da sigla, mas também no geral, com 980 votos. Dessa forma, confirmava-se sua migração do PRP — partido pelo qual se elegera em 1959 — para a bancada trabalhista.

<sup>249</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 97/63, Canoas, 09/12/1963.

declararem-se favoráveis, como Cirne Schmitt (PL), que citou problemas na sua região, a Vila Rio Branco, para defender o requerimento. O mesmo acabou aprovado.

Com relação à defesa de empresas nacionais, a Petrobras, símbolo dos nacionalistas da luta pela soberania,<sup>250</sup> foi homenageada duas vezes na Casa legislativa canoense. Nas justificativas dos projetos apresentados pela bancada trabalhista, era notório o uso de termos e conceitos característicos do nacionalismo brasileiro daquele período.

O primeiro requerimento, apresentado por Edson de Medeiros, visava enviar congratulações à direção da REFAP pelo 9º aniversário da estatal, no dia 10 de maio. Na justificativa, Edson citava a importância da empresa para a autonomia econômica do país:

Todos conhecem o que esta Empresa representa na evolução econômica do País, economizando divisas tão necessárias para o nosso progresso e portanto a melhor solução para problema de maior relevância para a segurança nacional.

Com a localização da Refinaria Alberto Pasqualini, em solo canoense, mais nos integramos nesse magnífico empreendimento, *em cuja defesa se associam todos os brasileiros e patriotas que desejam a emancipação econômica da Pátria*, da qual a Petrobrás é hoje o primeiro passo.<sup>251</sup>

A emancipação econômica da pátria, bem como a defesa de um patrimônio nacional como a Petrobrás, mostra que o discurso era coerente com aquele exposto por grupos como a FMP, o Movimento Nacionalista e a FPN. Ainda no mesmo ano, mas em outubro, outro trabalhista, Zolmar Machado dos Santos, propôs outra homenagem à estatal, dessa vez em referência aos 10 anos da Lei 2004/53, que a criou, assinada por Getúlio Vargas. O processo era de 3 de outubro de 1963, e requeria que a Casa enviasse votos de congratulações pela data à direção nacional da Petrobras, assim como à Associação dos Profissionais Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo do município de Canoas e à direção da REFAP. Interessante notar que não era apenas a direção da empresa que receberia a honraria, mas também os trabalhadores da Refinaria em construção no município. Na justificativa de Santos, novamente era reiterado o papel da Petrobras para a emancipação econômica brasileira:

<sup>250</sup> A Campanha do Petróleo, conhecida como "O Petróleo é nosso", mobilizou diversos setores da sociedade em torno da preservação e da proteção à exploração do Petróleo em solo brasileiro. De acordo com Silva (2007), o que estava em jogo, para os militantes da campanha, era a nação e a sua soberania, bem como capacidade do Estado brasileiro de se desenvolver autonomamente, sem depender do capital estrangeiro. Em suma, uma defesa do nacionalismo.

<sup>251</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 314/39/63. Caixa 45, Canoas, 09/05/1963 (grifos meus).

Devemos considerar ainda, que agora mais do que nunca necessário torna-se reconhecer o grande labor dos homens que lutaram e, lutam ainda, pelo progresso e riqueza de nossa Pátria, pois que a Petrobrás, que no passado foi alvo de tantas injustiças, sobrepujou-se à tôdas as sorte de pressões e críticas dos que nela não acreditavam e, passado 10 anos de seus primeiros passos, transformou-se em realidade dentro daquilo que os homens de bôa vontade esperavam, cooperando decisivamente com o progresso econômico do sólo brasileiro.<sup>252</sup>

O requerimento de Santos foi aprovado na sessão do dia 9 de outubro. Curiosamente, encontrou resistência em um vereador do PSD, Manoel Calbo, segundo consta na ata da sessão: "Entrando em discussão o processo 704/63 (...) e após ter o Vereador Manoel Calbo usando da palavra para encaminhar a votação discordando da justificativa do requerimento em foco (...) foi o requerimento aprovado."<sup>253</sup> Não constam as razões da discordância de Calbo, nem o resultado da votação, mas provavelmente o clima de radicalização pode ter levado opositores a discordar das homenagens, ou, pelo menos, das razões apresentadas para tal.

Em suma, o nacional-reformismo era motivo de debates e conflitos na Câmara local, destacando, na sua defesa, a figura do vereador Edson de Medeiros, que ganha mais auxílio dos colegas de bancada trabalhista quanto às discussões relacionadas ao principal projeto nacionalista daquele momento: as Reformas de Base, como será visto a seguir. Antes, dois episódios mostravam como o contexto da luta política daquele ano estava presente entre os vereadores canoenses.

### **3.2. A visita de Carlos Lacerda a Porto Alegre e a Rebelião dos Sargentos**

Dois episódios geraram conflitos entre os vereadores canoenses, demonstrando o aumento da disputa política radicalizada: a visita de Carlos Lacerda ao Rio Grande do Sul, entre os dias 20 e 23 de julho e a rebelião dos sargentos ocorrida em Brasília, no dia 12 de setembro daquele ano.

A visita do governador de Guanabara ao Estado causou polêmicas e divergências mesmo antes da sua chegada em solo gaúcho. Lacerda era ferrenho opositor do PTB desde o retorno à democracia após a saída de Vargas, em 1945. Membro da UDN,<sup>254</sup>

<sup>252</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 704/109/63. Caixa 45, Canoas, 03/10/1963.

<sup>253</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 72/63, Canoas, 09/10/1963.

<sup>254</sup> A União Democrática Nacional surgiu como força de aglutinação das oposições a Vargas após o fim do Estado Novo. Com o tempo, tornar-se-ia o partido mais significativo de oposição ao PTB. Cabe lembrar

era, de acordo com Motta (2002), o antípoda de Leonel Brizola. Se esse polarizava a luta política para a esquerda, aquele fazia o mesmo à direita:

Do lado conservador, ressalta-se, Carlos Lacerda fazia papel semelhante ao do político gaúcho, só que com o sinal trocado, ou seja, ocupando a outra ponta do espectro político. Pela mesma época que Brizola começava a fazer suas declarações bombásticas, arrostando o ódio dos conservadores, o Governador carioca fazia ações provocativas contra a esquerda, que o considerava o representante maior da direita (MOTTA, 2002, p.253).

Se Brizola utilizava o capital político para verbalizar e mobilizar a favor do nacional-reformismo, Lacerda o movia para desqualificar tais propostas, vender a imagem de que eram ideias comunistas e antinacionais.

Além disso, o político carioca angariava cada vez mais capital político para sua já conhecida pretensão de tornar-se presidente da República. O que não significava, evidentemente, que fosse a única opção vista pelos setores políticos das direitas. Mas Lacerda, pelo seu perfil conservador e midiático<sup>255</sup> — era proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro — acabava destacando-se e despertando simpatias entre os conservadores e ódio entre os trabalhistas e os outros setores das esquerdas.<sup>256</sup>

A ida de Lacerda ao Estado de origem das duas grandes lideranças trabalhistas daquele momento — Brizola e Goulart —, além de berço do fundador do PTB e seu desafeto político Getúlio Vargas, não poderia acontecer sem querelas. O jornal carioca *Correio da Manhã* noticiou que, no dia 20 de julho de 1963, antes ainda do pouso do avião que trazia o político carioca, houve tumultos: destacava que compareceram para recepcioná-lo apoiadores e críticos seus e que, além disso, houve reação do aparato policial contra os manifestantes antilacerdistas, o que acabou ocasionando um ferido no embate:

Apesar das excepcionais medidas de segurança adotadas pelo governo gaúcho para evitar manifestações contra o sr. Carlos Lacerda, o tumulto e conflito entre admiradores e adversários do governador de Guanabara chegaram ao ponto de um coronel do Exército, Plínio Figueiredo, lacerdista,

---

que, como qualquer agremiação partidária, tinha diversas correntes internas e facções, das quais Lacerda representava algumas delas, mas não todo o partido (BENEVIDES, 1981b). O *Lacerdismo* diferenciava-se das outras correntes udenistas por centralizar-se no carisma e na personalidade de Lacerda, algo repudiado por outros grupos internos da UDN (DELGADO, 2006).

<sup>255</sup> Sobre a trajetória política e profissional de Lacerda, ver Delgado (2006).

<sup>256</sup> Lavareda (1999) apresenta pesquisa IBOPE realizada no mês de março de 1964, em que questionava o eleitorado quanto ao voto para a eleição presidencial prevista para 1965. Nela, Lacerda aparecia em segundo lugar, com 22% das intenções de voto, perdendo para Juscelino Kubitschek, com 28%, mas à frente de outros nomes como Ademir de Barros, Miguel Arraes e seu colega udenista e governador de Minas Gerais naquele período, Magalhães Pinto.

desfechar um tiro contra o ferroviário Rulfe da Silva Gomes, no Aeroporto Salgado Filho, minutos antes do avião do governador aterrissar.<sup>257</sup>

A matéria também salientava o aparato preparado pelas forças de segurança do Estado para atuar durante a visita de Lacerda. O quartelão do hotel em que ele estava hospedado havia sido cercado pela Brigada Militar, "armados de fuzil, metralhadora, metralhadoras portáteis e mosquetões."<sup>258</sup>

De qualquer forma, tal alarde não impediu movimentações contrárias à presença de Lacerda no Rio Grande do Sul. O mesmo jornal, na edição seguinte, detalhou os desdobramentos da controversa visita. Lembrou que os embates do dia 20 haviam sido mais graves do que se sabia — no Rio de Janeiro — até então:

Centenas de pessoas que protestavam contra a presença do sr. Carlos Lacerda no Rio Grande do Sul foram espancadas pela polícia, na noite de sábado, tendo 16, com ferimentos diversos (...). Os incidentes se verificaram quando o governador carioca chegava à Rádio Guaíba, para conceder entrevista, provocados pela Polícia de Choque (capacetes vermelhos), elementos da guarda civil e policiais à paisana. (...). Pessoas que saíam de um cinema, na quadra transformada em praça de guerra, ou que transitavam pela Rua da Praia, também sofreram conseqüências das bombas de efeito moral e foram espancadas.<sup>259</sup>

Ainda naquele dia, Lacerda fora visitar o Arcebispo Dom Vicente Scherer e jantar com o governador Ildo Meneghetti no Palácio Piratini. Em frente à sede do governo gaúcho, pessoas foram presas por protestarem contra Lacerda "com faixas e bandeiras pretas, (...), gritando: 'Lacerda é corvo' e 'Brigada é povo'".<sup>260</sup>

O periódico ainda falava de duas greves iniciadas devido à presença de Lacerda: a dos Ferroviários, em protesto contra a violência policial que havia atingido um trabalhador que protestava contra o governador carioca no aeroporto, e a dos funcionários da construção da REFAP, também em represália a passagem de Lacerda no estado gaúcho, assim como contra a prisão de colegas que do mesmo modo se manifestaram contra o político:

Os trabalhadores da obra de construção da Refinaria Alberto Pasqualini declararam-se em greve enquanto permanecer no Rio Grande do Sul o governador Carlos Lacerda. A decisão foi adotada por unanimidade, em face da prisão de empregados daquela unidade quando protestavam contra ataques do governador carioca à Petrobrás. (...).

<sup>257</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1963, n° 21.563, p.1.

<sup>258</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1963, n° 21.563, p.1.

<sup>259</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1963, n° 21.564, p.3.

<sup>260</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1963, n° 21.564, p.3.

Os Sindicatos de Trabalhadores em Petróleo na Guanabara, Duque de Caxias e Cubatão telegrafaram aos seus colegas do Rio Grande do Sul, manifestando-lhes solidariedade, ao mesmo tempo que protestavam junto ao governo gaúcho contra as prisões de servidores da Petrobrás e outros trabalhadores daquele Estado.<sup>261</sup>

O próprio Lacerda, em sua autobiografia, relatou sua visita à cidade e lembrou da presença dos funcionários da Petrobras entre os manifestantes:

Em Porto Alegre também passei maus momentos quando fui a um congresso de engenharia sanitária onde o Governo da Guanabara organizou uma séria exposição do que estávamos fazendo em matéria de esgoto sanitário no Rio. O Cravo Peixoto, que era o Secretário de Obras, foi de automóvel, eu de avião, e lá passei a usar o automóvel do Cravo Peixoto. O clima era o que você possa imaginar de mais tumultuoso. O governador Menegethi foi alinhadíssimo, até foi me receber no aeroporto e veio comigo no automóvel. Mas um clima! O pessoal da Petrobrás todo mobilizado. Quando eu entrei no palácio para o jantar que o Menegethi me ofereceu, a multidão estava contida, a uns vinte metros de distância, debaixo de pedra, de pau e de grito. No dia seguinte, fomos ao tal congresso, onde fiz a exposição das obras de esgotos no Rio de Janeiro. Pouco depois chegou um sujeito e disse: "O senhor me desculpe, mas vai ter que sair pelos fundos porque a rua está toda barrada pelo pessoal do Brizola que não vai deixar o senhor sair" (LACERDA, 1977, p. 94-95).

Quando Lacerda já se encontrava em Guanabara, os vereadores canoenses começaram a discutir o tema. Havia sessão prevista para o dia 22 de julho — em meio aos acontecimentos —, porém acabou sendo suspensa por falta de quórum. Ao analisar a ata, não consta como presente nenhum vereador do PTB.<sup>262</sup> Talvez um indicativo de resposta aos fatos que estavam ocorrendo em Porto Alegre.

Porém, no dia 25 de julho, discutiram-se os tumultos ocorridos dias antes. Primeiro, a bancada trabalhista enviou ofício lido na sessão confirmando a ausência do dia 22 devido à presença de Lacerda no Rio Grande do Sul, e ainda lançaram um requerimento propondo uma reunião no dia 24 para debater os acontecimentos:

<sup>261</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1963, n° 21.564, p.3.

<sup>262</sup> De acordo com a ata estavam presentes Dinarte Araújo (PL), Manoel Calbo (PSD), Cirne Schmitt (PL), Melton Both (PRP), Moysés Machado (PDC) e Orestes Ferla (PRP) (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 44/63, Canoas, 22/07/1963). Sobre a situação partidária de Machado e Ferla, o primeiro havia sido eleito suplente pelo PSD, e, com a licença de Armando Würth para ser assessor de Meneghetti no governo estadual, Machado assume provisoriamente a vaga. Em 29 de abril de 1963, comunicou que estava saindo do PSD e entrando no PDC (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 16/63, Canoas 29/04/1963). Já Ferla retirou-se do PTB para candidatar-se a deputado estadual pelo PRP em 1962. Todavia, uma fala de Both indica que ele retornou ao PTB após as eleições (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 97/62, Canoas, 08/11/1962), o que não foi confirmado nas atas do partido, Preferiu-se, portanto, mantê-lo como membro do PRP, devido sua oposição às posições trabalhistas e a sua declaração de apoio ao candidato a prefeito do PSD Hugo Lagranha nas eleições de 1963 (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 15/63, 25/04/1963).

Ofício da bancada Trabalhista, comunicando sua decisão de não comparecer a reunião do dia 22 do corrente, em protesto pela presença do Governador Carlos Lacerda, em terras gaúchas. — Requerimento apresentado por Vereadores da Bancada Trabalhista, solicitando a realização de uma sessão extraordinária desta Casa, no dia 24 do corrente, com a finalidade de serem tratados assuntos referentes aos últimos acontecimentos verificados com a presença do Governador Carlos Lacerda, no Rio Grande do Sul.<sup>263</sup>

No requerimento, os trabalhistas alegavam que era necessária a reunião, pois os fatos "culminaram com espancamento, violência e prisões de trabalhadores do município de Canoas."<sup>264</sup> Referiam-se aos trabalhadores da REFAP, que participaram dos protestos. De qualquer forma, seguia a mesma linha da bancada do PTB na ALERS, que também convocou sessão extraordinária, em meio ao recesso do Legislativo gaúcho para debater aqueles eventos.<sup>265</sup>

Edson Medeiros tomou a palavra para criticar o governo estadual. Para ele, Meneghetti mandou a polícia para "espancar bárbaramente a homens e senhoras indefezas.",<sup>266</sup> e pedia aos colegas da Comissão de Justiça para analisar o requerimento proposto pelos trabalhistas, pois o caso envolvia quatro trabalhadores da Petrobras "espancados covardemente pela polícia"<sup>267</sup>. Os opositores não foram contundentes, ao menos aparentemente: Both alegou que não teria como avaliar a possibilidade de sessão extraordinária se a bancada trabalhista não se encontrava presente, levando a crer que houve alguma discussão e os petebistas se retiraram da sessão.

O envolvimento de pessoas vinculadas a Canoas pesou para que o episódio ganhasse contornos mais fortes entre os vereadores locais, mas a figura de Lacerda potencializava os embates entre petebistas e opositores. Na sessão do dia 29 de julho, o tema ainda estava na pauta e Orestes Ferla, ao defender a ação policial, fez uma comparação envolvendo o líder comunista Luís Carlos Prestes, que também esteve no Estado durante o ano, e criticando os "agitadores" canoenses por não terem se manifestado também naquele instante:

A seguir concedeu a palavra o Sr. Presidente ao primeiro orador inscrito, Vereador Orestes Ferla, que assumindo a tribuna passou a referir-se sobre a visita recentemente feita pelo Sr. Carlos Lacerda (...), criticando principalmente aos canoenses que participaram das manifestações e desordens contra o Sr. Governador da Guanabara. Prosseguindo salientou o Vereador Orestes Ferla que discordava de tais manifestações, por não serem

<sup>263</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 45/63, Canoas, 25/07/1963.

<sup>264</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 531/74/63. Caixa 45, Canoas, 24/07/1963.

<sup>265</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1963, n° 21.564, p.3.

<sup>266</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 45/63, Canoas, 25/07/1963.

<sup>267</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 45/63, Canoas, 25/07/1963.

compatíveis com o prestígio e a educação do povo gaúcho. Disse ainda o orador que discordava de tais atos de agitação, porquanto quando neste Estado compareceu o Sr. Luís Carlos Prestes, Líder Comunista, não existiram nenhuma manifestação de contrariedade, apupos ou mesmo desordens por parte destes que agora atacaram o Sr. Carlos Prestes (sic).<sup>268</sup>

A associação ao comunismo — visto como desordem e anarquia, recorrente nos argumentos dos líderes de siglas não trabalhistas — surgia na retórica de Ferla. Como defesa, os trabalhistas lembravam que o protesto era pacífico, e que a violência iniciou-se com a ação das forças de segurança. Era assim que se referia o vereador Alcides Nascimento (PTB):

Reportando-se sobre os incidentes verificados no Aeroporto Salgado Filho, quando da chegada do Sr. Carlos Lacerda, disse o Vereador Alcides Nascimento que só porque um simples cidadão se encontrava manifestando-se pacificamente fora baleado. Logo após, declarou o orador que protestava contra o acontecido, pois o público que lá se encontrava, apenas pacificamente manifestava o seu repúdio pela presença em nosso Estado do Governador de Guanabara. Finalizando, declarou que (...) o Governador Ildo Meneghetti, seus assessores e a própria polícia se transformaram em Lacerdistas.<sup>269</sup>

Lacerda simbolizava, à direita, a radicalização vivida no país, e que refletia-se nas visões desses atores políticos. Edson de Medeiros, provavelmente se referindo a Ferla, dizia que "na presente sessão apresentava-se algo inédito, ou seja de que havia um Vereador defendendo o Sr. Carlos Lacerda, o que lastimava muito."<sup>270</sup> Ainda colocou que os vereadores trabalhistas visitaram os trabalhadores da REFAP em solidariedade, pois era direito deles "defenderem o local onde trabalham, visto que o sr. Carlos Lacerda sempre e ainda o é contrário a citada Empresa Estatal de Petróleo."<sup>271</sup>

Outro episódio importante para o aprofundamento do antagonismo político e para suas consequências no ano de 1964 foi a rebelião dos sargentos. Para Ferreira e Gomes (2014), juntamente com o pedido de Estado de Sítio de Goulart em outubro do mesmo ano, os eventos ocorridos entre os dias 11 e 12 de setembro foram decisivos para o isolamento de Goulart no governo. Fico (2014b) lembra que a resolução da situação acabou colocando o presidente sob pressão das suas bases e da alta hierarquia militar.

<sup>268</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 46/63, Canoas, 29/07/1963.

<sup>269</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 46/63, Canoas, 29/07/1963.

<sup>270</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 46/63, Canoas, 29/07/1963.

<sup>271</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 46/63, Canoas, 29/07/1963.

O problema iniciou-se no dia 11 de setembro, quando o STF julgou o tema da elegibilidade dos sargentos — pauta defendida pelos movimentos nacionalistas —, e decidiu por acatar a decisão do TRE-RS sobre o impedimento da posse do sargento Aimoré Cavalheiro como deputado estadual gaúcho. O tema vinha se arrastando desde as eleições de outubro de 1962, o que mantinha em tensão os sargentos e seus apoiadores. A decisão do STF acabou precipitando a revolta: na madrugada do dia 11 para o dia 12, iniciou-se a movimentação para os subalternos da Aeronáutica, Marinha, além de fuzileiros navais tomarem a capital federal, a sede do Ministério da Marinha e a Câmara dos Deputados. Fizeram o presidente do STF, Victor Nunes Leal, e outras autoridades como reféns. Após tomar a capital, tentaram levar o levante em nível nacional a partir de comunicados direcionados aos subalternos de outros estados, convocando-os para a rebelião, alegando que o STF havia atentado contra a democracia ao impedir os sargentos de tomarem posse.<sup>272</sup>

Ainda no dia 12, havia se iniciado a reação das três forças armadas. No dia 13, o movimento já estava debelado pelas forças do Estado, resultando na prisão de 536 militares rebeldes. Embora tenha afirmado ser favorável à manutenção da ordem, Fico lembra que Goulart "tornou pública sua posição favorável à tese dos sargentos, enchendo de revolta a alta hierarquia militar — que começou a falar em quebra da disciplina e da hierarquia." (FICO, 2014b, p. 40). Rolim (2009) ressalta que, enquanto o governo procurava se desvincular da ação, embora apoiasse a demanda, as esquerdas — representadas por Brizola — apoiavam a medida e se solidarizavam com os presos rebelados, apelando para a sua anistia.

O apoio de Brizola e de outros movimentos das esquerdas<sup>273</sup> deixou Goulart em situação desfavorável, pois passou a ser atacado pelas direitas, que viam na revolta mais um exemplo do "caos" e da "desordem" no governo e que poderia piorar: "Os conspiradores (...) ganharam muitos aliados." (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 182).

Na Câmara canoense, a bancada trabalhista posicionou-se, como não poderia ser diferente, de acordo com as esquerdas da época: ao lado dos rebelados de Brasília. Alcides Nascimento tomou a iniciativa de discutir o caso ao propor na sessão do dia 16 de setembro<sup>274</sup> uma sugestão de envio, pela Casa, de ofícios à Presidência da República

---

<sup>272</sup> O relato do episódio baseia-se em Rolim (2009), Ferreira e Gomes (2014) e Fico (2014b).

<sup>273</sup> Ferreira e Gomes (2014) lembram o apoio de entidades como a FPN, CGT, UNE, as Ligas Camponesas e o PCB. Todos se manifestavam apoiando a demanda dos subalternos como democrática, uma vez que também eram povo e deveriam ser anistiados.

<sup>274</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 65/63, Canoas, 16/09/1963.

e ao Congresso Nacional, solicitando a anistia dos rebelados. O argumento de Nascimento era de que o movimento merecia a anistia, assim como houve anistia, decretada pelo Congresso Nacional, para os rebelados dos episódios de Jacareacanga e Aragarças<sup>275</sup> durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960). Encerrava o apelo lembrando que o ato foi a favor, e não contra um colega, que teve seu direito negado pelo STF:

REQUEIRO que a Casa dirija-se ao Congresso Nacional e Presidente da República, solicitando seja decretada anistia aos implicados no movimento, que não foi contra, e sim à favor de um colega, que após eleito foi negado o direito de exercer o mandato de Deputado.<sup>276</sup>

Apesar do pedido, a Comissão de Justiça da Casa optou pelo arquivamento do requerimento. Em que pese entenderem que não era antirregimental, optaram pelo arquivamento, pois "uma vez concedida a anistia, está se dando margem para outras ocorrências dessa natureza, visto que já houve exemplos iguais."<sup>277</sup> Dos três membros da Comissão, dois eram pessedistas: o relator Manoel Calbo e Jacob Weissheimer. O único petebista era Zolmar Machado de Santos, que assinou o parecer, mas com restrição. Para as direitas — e os dois vereadores do PSD representavam tal vertente —, anistiar o movimento seria abrir a porta para a "agitação"; daí entende-se o parecer e a sua justificativa, bem como a restrição do membro trabalhista.

De qualquer forma, o tema seguiu na ordem do dia. Na sessão do dia 23, Alcides Nascimento demonstrara incômodo com a nota do General nacionalista Peri Beviláqua, comandante do IIº Exército, sobre os acontecimentos de Brasília:

Manifestando o seu pensamento a respeito, declarou-se o Vereador ALCIDES NASCIMENTO contrário ao General Peri Beviláqua, por ter o mesmo criticado os operários e os sindicatos. Disse ainda (...) que não via autoridade naquele Militar para que critique aos Sindicatos.<sup>278</sup>

Nascimento se referia a uma nota divulgada nos quartéis pelo General no dia 18 de setembro. Nela, como lembra Ferreira e Gomes (2014), o militar condenava a

<sup>275</sup> As revoltas de Jacareacanga e Aragarças ocorreram nos anos de 1958 e 1959, respectivamente. Ambas foram revoltas lideradas por oficiais da Aeronáutica contrários ao governo de Juscelino Kubitschek, e foram marcadamente antigetulistas e anticomunistas. JK conseguiu controlá-las com o apoio do Marechal Henrique Lott, e, segundo Fico (2016), serviu para que o presidente saísse com uma imagem de "líder magnânimo", pois logo que encerrou as rebeliões, concedeu anistia aos participantes delas.

<sup>276</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 669/101/63. Caixa 45, Canoas, 16/09/1963.

<sup>277</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Comissão de Justiça. Parecer 165/63. Caixa 45, Canoas, 20/09/1963.

<sup>278</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 67/63, Canoas, 23/09/1963.

rebelião e pedia cuidado com grupos sindicais que declaravam solidariedade ao movimento rebelde, pois esse havia desonrado as Forças Armadas. Para os autores, era uma posição preocupante, uma vez que esse General era apoiador de demandas nacionalistas e fora um dos primeiros a exigir a posse de Goulart na crise da renúncia de Jânio Quadros. A quebra da hierarquia militar pareceu ter tocado o General.

Mas, para Nascimento, provavelmente era uma mudança de lado, e logo o General perdia pontos entre as esquerdas. Não era mais uma autoridade aos seus olhos para falar dos sindicatos. Os sindicatos — liderados pelo CGT<sup>279</sup> — que, ao ver desses líderes, tinham um papel importante. Zolmar fez a leitura do Iº Manifesto do Comando Geral dos Trabalhadores na sessão e disse que "é aquela a posição e o pensamento da Bancada Trabalhista."<sup>280</sup>

As direitas, como já referido, saíram fortalecidas pela crise causada pela rebelião. Na Câmara, vereadores opositores voltaram a alegar que o comunismo estava por trás do evento e que os petebistas da Casa estavam "comunizados" e sendo usados como "inocentes úteis", como afirmava Cirne Schmitt (PL):

Ainda para uma comunicação de Líder, fez uso da palavra o Vereador Cirne Schmitt, declarando que os Vereadores da situação, hoje comunizados, vem servindo como inocentes úteis para àqueles políticos que estão se elevando na política. Disse (...) que se a Câmara tivesse 2 ou 3 guardas da Comissão de Polícia e, se pudessem tomar parte nas discussões, que ordem então poderiam os mesmos implantarem na Casa, exemplo este típico dos motivos porque considera Sua Senhoria não foram os sargentos eleitos diplomados. Ao finalizar ponderou o orador que, os falços democratas não venham para dentro desta Casa com lições de democracia, de vez que os demais Vereadores à praticam puramente com espírito de brasilidade e dedicação ao seu povo.<sup>281</sup>

Em suma, o discurso anticomunista, comum naquele contexto como resposta, se configurava como dicotômico, ao definir que os trabalhistas eram "falços (sic) democratas", e quem a praticava a democracia, de fato, eram aqueles que não se envolviam em discussões ou "agitações". Além disso, dizia que os "comunizados" estavam sendo usados por políticos "que se elevam na política", provável referência a Brizola.<sup>282</sup> Os dois fatos aqui citados demonstram como a radicalização entrou na pauta da Casa. E era ainda mais evidente nas discussões quanto às Reformas de Base.

<sup>279</sup> Sobre o CGT, ver Delgado, 1986.

<sup>280</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 67/63, Canoas, 23/09/1963.

<sup>281</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 67/63, Canoas, 23/09/1963.

<sup>282</sup> A fala de Cirne Schmitt recebeu resposta de Antônio Alves, confirmando que o alvo do vereador libertador era o PTB. O vereador do PTB não negou a existência de comunistas, mas disse que era um

### 3.3. Os debates sobre a Reforma Agrária

As Reformas de Base eram o símbolo do nacional-reformismo. Eram nessas propostas que estavam mais bem representadas as ideias de um desenvolvimento autônomo da nação brasileira, consoante com o projeto trabalhista pós-Vargas, qual seja, de desenvolvimento aliado ao nacionalismo e à presença estatal. A partir das reformas, acreditavam seus defensores, o Brasil seria capaz de superar os seus problemas econômicos e sociais e desenvolver-se de forma independente. Ainda que tais concepções já viessem sendo discutidas no Congresso Nacional desde 1956 (DOMINGOS, 2010), foi a partir da presidência de Goulart que o tema ganhou relevo na sociedade e tornou-se bandeira e motivo de luta entre os setores sociais e políticos brasileiros, sendo decisivo para o crescimento da polarização política.

A maior mobilização da população, segundo Figueiredo (2015), através dos partidos políticos e dos movimentos sociais, permitiu maior pressão por parte das esquerdas no esforço a favor das reformas. Embora, como ressalta Gomes (2007), as principais lideranças fossem trabalhistas — destacam-se novamente as figuras de Leonel Brizola e de João Goulart —, o projeto reformista encontrava apoio em movimentos como a UNE, o CGT, as Ligas Camponesas, além de partidos como o PCB.

E o que propugnavam as reformas? Reis (2014) as descreve dessa forma:

*A reforma agrária*, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo, rompendo com o monopólio da terra e atingindo as bases de sustentação do latifúndio, ao mesmo tempo que ampliaria o mercado interno, viabilizando o desenvolvimento industrial autocentrado. *A reforma urbana*, para planejar o crescimento das cidades, combatendo-se a especulação imobiliária e protegendo-se os inquilinos. *A reforma bancária*, com a finalidade de criar um sistema controlado pelo Estado e voltado para o financiamento das atividades que pudessem garantir a autonomia nacional. *A reforma eleitoral*, incorporando o voto dos soldados e dos graduados das Forças Armadas e, principalmente, o dos analfabetos, que constituíam quase metade da população adulta do país. *A reforma do estatuto do capital estrangeiro*, para disciplinar os investimentos estrangeiros, limitando-se a remessa de lucros para o exterior e prevendo-se a estatização dos setores considerados estratégicos (indústrias de base e transportes públicos). *A reforma universitária*, para que o ensino e a pesquisa, devidamente democratizados, e

---

problema de todos os partidos: “(...) Antônio Ferreira Alves, reportando-se sobre as declarações do Vereador Cirne Alves Schmitt, que afirmou que o P.T.B. estava comunizado. (...) salientou o Vereador Antônio Ferreira Alves que discordava do que dissera o Vereador Cirne Schmitt, por considerar que existe de fato infiltração comunista não somente no P.T.B., mas em todos os partidos políticos.” (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 69/63, Canoas, 30/09/1963).

sob controle dos professores e estudantes, se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais (REIS, 2014, p. 33).

Logo, tratava-se de medidas democratizantes, tencionando ampliar a participação da sociedade em setores da economia (reforma agrária), da política (reforma eleitoral) e da educação (reforma universitária). Eram também medidas de controle estatal sobre determinadas atividades que não tinham regulação (reforma urbana) e/ou que deveriam contribuir mais ativamente para o desenvolvimento nacional (reforma bancária e reforma do estatuto do capital estrangeiro).

Fico (2014b), no entanto, entende que as propostas das reformas acabaram sendo mais um instrumento político tanto às esquerdas como às direitas e que ainda careciam, naquele momento, de definições mais precisas:

Essas reformas eram bastante indefinidas. Constituíam-se e metas que, de algum modo, incorporavam ao ideário trabalhista os objetivos estabelecidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) ainda nos anos 50. Buscariam fomentar o desenvolvimento capitalista no Brasil tendo em vista uma pretendida "revolução nacional e democrática", conforme o jargão comunista. Mas, no governo Goulart, elas assumiram uma conotação menos revolucionária e mais nacionalista. Eram vagas, serviam ao proselitismo político. Entretanto, segundo o historiador Jacob Gorender, a luta pelas reformas de base foi a causa da grande dinamização social que o país experimentou entre 1963 e 1964, "uma situação pré-revolucionária". Tratava-se da demanda, sempre mobilizadora, de que é preciso "mudar tudo que aí está" (FICO, 2014b, p. 37-38).

Indefinidas ou não, o fato era que inegavelmente a discussão sobre as reformas tinha uma notável capacidade de mobilização, como destacou o próprio autor citado. O que levou a enfrentar oposição, especialmente dos setores que seriam atingidos pelas sugeridas reformas. Não era incomum associá-las ao "comunismo" por parte de grupos de direita ou extrema-direita. Tais grupos, como se refere Motta (2002), falavam na existência de "infiltração comunista" no governo Goulart. Todavia, como ressalta Domingos (2010), eram reformas de cunho nacionalista e estatizante, uma democratização do capitalismo brasileiro, longe de ser, como acusavam tais setores, propostas de "comunização" ou "cubanização" do Brasil.

No entanto, ainda que houvesse setores radicalmente contrários a qualquer possibilidade de reformas socioeconômicas, é importante lembrar o alerta da Ferreira (2015): o tema das Reformas de Base — especialmente a reforma agrária, a mais polêmica delas — não era tabu na sociedade brasileira daquela época. A questão não seria fazer ou não a reforma, mas sim, como fazê-la. Havia grupos mais moderados à

direita que admitiam as reformas, mas não com o mesmo modelo apresentado pelos setores mais à esquerda, como exemplificou ao citar um texto do IBAD em que essa instituição sabidamente antitrabalhista colocava a necessidade de uma reforma agrária:

(...) mesmo setores mais conservadores da sociedade consideravam a necessidade da reforma agrária. É evidente que a reforma agrária admitida pelo IBAD não era a mesma reforma agrária defendida por Leonel Brizola, Francisco Julião ou pelo Partido Comunista. Mas o texto que resultou do simpósio nacional do IBAD demonstra, no mínimo, que a reforma agrária não era um tema tabu na sociedade brasileira (FERREIRA, 2015, p.50).

O mesmo autor lembra pesquisa realizada pelo IBOPE e encomendada pelo jornal carioca *Correio da Manhã* em 1963, em que questionava os entrevistados sobre a posição em relação à Reforma Agrária. Realizada em nove capitais do país, os índices surpreendem ao mostrar os favoráveis à reforma em torno de 70%. Como exemplo, em Porto Alegre, 76% declararam-se favoráveis. Portanto, o que se debatia, para Ferreira, era mais que tipo de reforma agrária — e das reformas em geral — seria proposta do que propriamente ser a favor ou contra essas medidas. Ora, é possível questionar: o tipo de reforma pretendida pelas direitas não acabaria sendo quase sem efeito, ou, pelo menos, pouco efetiva em relação a que as esquerdas pretendiam?

Entre os setores reformistas também havia diferenças: “O *reformismo* (...) não contava com unanimidade. Além de ser heterogêneo, segmentado em alas diferentes — mais ou menos radicais — passou a enfrentar (...) resistências expressivas.” (REIS, 2014, p. 34). Essa divergência era notada principalmente entre as lideranças trabalhistas Goulart e Brizola. O primeiro buscou as reformas pela via parlamentar, ou seja, procurou propô-las a partir da negociação com os seus aliados políticos no Congresso Nacional, especialmente o PSD, o que significava ceder em determinados pontos. Já o segundo procurou pressionar o governo a adotar tais disposições conforme estavam postas, independentemente das posições dos outros partidos, ou seja, ignorando qualquer sugestão que viesse dos partidos e movimentos de centro ou de direita. No vocabulário brizolista, a negociação significava “conciliação” com os setores “reacionários”, a quem, de acordo com as lideranças da FMP, não interessava as mudanças estruturais do país (FIGUIREDO, 1993).

De qualquer forma, partes da sociedade e da política estavam divididas, o que não significava que houvesse antagonismos internos entre defensores e críticos das propostas nacional-reformistas.

Entre a elite política canoense, o tema, como não poderia ser diferente, também foi debatido — com ênfase na reforma agrária, que era aquela que gerava maiores controvérsias quanto a sua forma e conteúdo — e, a partir das reflexões ali postas, pode-se perceber quais eram seus posicionamentos frente a tais questões. Como atores políticos, também examinaram o debate e sugeriram, na medida em que lhes era possível, propostas e encaminhamentos para procurar resoluções para a matéria. Ou seja, a elite política local daquele momento não se furtou a participar das discussões e embates sobre um tema tão mobilizador como aquele.

Foi neste sentido que Alcides Nascimento propôs um requerimento, em 8 de abril de 1963, a ser enviado ao Presidente João Goulart, ao ministro da Agricultura, Ermírio de Moraes,<sup>283</sup> ao Presidente da Superintendência de Reforma Agrária, João Caruso e aos líderes das bancadas do PTB, PSD, MTR, PSP, PRP e PL no Congresso Nacional, "apelando-lhes no sentido de serem abreviados os estudos da aprovação da Lei de Reforma Agrária."<sup>284</sup> Na justificativa do projeto, Nascimento alegava que fizera o mesmo atendendo a demanda de associações e sindicatos canoenses de sem-terra e pequenos proprietários:

Justifica êste requerimento um ofício por nós recebido da Associação dos Agricultores sem terra de Canoas e do Sindicato dos Agricultores Autônomos e assalariados da pecuária do Município de Canoas que nos solicita esta providência, já que sendo aprovada a Lei da Reforma Agrária, muitos processos já em andamento em nosso Município, com terras devolutas que serão bem aproveitadas por famílias que só falta terra para trabalhar e fazerem sua independência econômica.<sup>285</sup>

Destaca-se, no texto, o papel de intermediação dos trabalhistas locais com as entidades sociais: Nascimento, ao propor o pedido, atendia as demandas vindas de grupos ligados à reivindicação de terras. Essas entidades podiam buscar nos vereadores trabalhistas apoio para as suas demandas. De qualquer forma, o tema da reforma agrária entrava na pauta local, e teria de ser debatido na Casa canoense, ainda que houvesse uma tentativa pela Comissão de Serviços Públicos da Câmara de arquivar o projeto:

(...) entendemos que tal requerimento mereça o caminho do arquivo, visto às informações de nossos periódicos, de que não só a Reforma Agrária como

---

<sup>283</sup> Empresário e político pernambucano. Esteve no ministério entre janeiro e junho de 1963 (DE PAULA; LATTMAN-WELTMAN, 2010).

<sup>284</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 10/63, Canoas, 08/04/1963.

<sup>285</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 197/24/63. Caixa 45, Canoas, 08/04/1963.

também as demais reformas, se encontram em estudos e debates no Congresso.

E se assim está acontecendo, é um tanto prematuro para ofícios dessa natureza. Entendemos mais, que tal matéria deve ser muito bem estudada, a fim de que não venha acontecer o que já tem acontecido tantas vezes nêste Brasil, com projetos assinados sôbre pressão.<sup>286</sup>

Dos membros da Comissão que produziu o parecer citado, Cirne Schmitt e Manoel Calbo se aproximavam daqueles que se opunham à reforma agrária, ao menos da forma como era apresentada pelas esquerdas e movimentos sociais: o primeiro já havia declarado que "a focalizar o problema Reforma Agrária (...) à seu vêr não basta o Govêrno dar terras aí não oferece apôio necessário."<sup>287</sup> Já Calbo criticava a reforma proposta por Brizola durante o seu governo no Estado rio-grandense:<sup>288</sup> para ele, não bastava distribuir terras, pois via como "errônea a maneira como se está procedendo, pois o necessário é dar-se condições para o plantio, apôio financeiro e moral aos pequenos agricultores."<sup>289</sup>

Portanto, ambos já demonstravam não concordar com a reforma nos moldes das esquerdas, o que explica a sua postura em querer arquivar o projeto. Contudo, também não pareciam dispostos a debater outras possibilidades. Nessa disputa de posições, havia mais um membro da Comissão, Antônio Soares Flores, petebista, que assinou o parecer com restrições, discordando daquela conclusão final.

Importante recordar que, desde março daquele ano, o Congresso Nacional havia iniciado discussões em torno da reforma agrária. Como já referido, era um tema caro ao governo de João Goulart e, na Mensagem Presidencial enviada ao Legislativo, o presidente propunha um projeto nesse sentido.

Ainda que o parecer recomendasse o arquivamento, o requerimento seguiu para o plenário da Câmara canoense, onde se desenvolveu querelas entre os legisladores locais, em 10 de junho. Na defesa do projeto do colega trabalhista, Edson Medeiros expôs suas posições sobre o tema:

<sup>286</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 197/24/63. Caixa 45, Canoas, 08/04/1963.

<sup>287</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 38/62, Canoas, 04/06/1962.

<sup>288</sup> De acordo com Harres (2011), o problema fundiário passou a ser enfrentado pelo governo Brizola a partir de 1961, justamente em um contexto de politização dessa questão e pressões reformistas. A partir de 1961, o então governador gaúcho criou órgãos dedicados a tal temática, como Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), e buscou consenso e a adesão para as suas propostas de distribuição de terras junto aos atores afetados — os proprietários e os agricultores sem-terra. Todavia, o projeto reformista do estado gaúcho não alcançou o sucesso esperado, enfrentando resistências dos setores antirreformistas da sociedade e pouca adesão dos proprietários. Os vereadores representavam, dessa forma, tais grupos. Interessante notar também que se trata de um momento em que Brizola procurou atuar como negociador, diferentemente das suas posições nos anos seguintes.

<sup>289</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 24/62, Canoas, 30/04/1962.

Edson Medeiros, felicitando ao autor, bem como manifestando-se plenamente favorável e, dizendo que não é possível continuar-se mais nesta situação, pois o País precisa urgentemente de reformas. De imediato, disse não admitir mais que o grande latifundiário permaneça inalterável, enquanto os necessitados andam precisando de terras para o cultivo e, conseqüentemente, maior possibilidade do seu próprio progresso. Finalizando, declarou que a atual estrutura Social é completamente obsoleta.<sup>290</sup>

Medeiros utilizava o discurso reformista ligado a Brizola: a reforma tinha que ter o intuito de alterar as estruturas sociais do país, mexer nos privilégios e permitir o acesso às terras pelos que precisavam delas. O seu discurso era influenciado pelo programa reformista defendido por Brizola e a FMP.

A defesa de uma reforma mais radical e que tivesse maior velocidade na sua conclusão também encontrava esteio nas palavras do autor da proposta, Alcides Nascimento. Para o trabalhista, a reforma agrária "representa a vontade do povo brasileiro."<sup>291</sup> Portanto, a Reforma era urgente. Pode-se entender que, na sua perspectiva, cabia ao Congresso apenas homologar o desejo popular.

Todavia, não era esse o pensamento dos vereadores de oposição ao PTB: Manoel Calbo já havia assinado o parecer pedindo o arquivamento do projeto e manteve na discussão seu posicionamento contrário ao requerimento, enfatizando não ser contra as reformas em si:

Manoel João Calbo, dizendo que embora com o pequeno alcance que tinha, *era contrário não à Reforma Agrária, mas sim a solicitação desta Casa, pois não sabe-se qual Reforma Agrária que deve-se apoiar tendo em vista existirem muitas*. Disse ainda o Vereador Manoel Calbo, que tinha receio que no amanhã os brasileiros sintam na própria carne os devaneios destes atuais pedidos de reforma.<sup>292</sup>

Calbo manifestava-se, logo, não contrário a reforma em si. Para ele, existiam muitos projetos: qual deles, então, apoiar? Mas, ao que parece, daquelas que estavam sendo discutidas, nenhuma era do seu agrado, pois as classificava como "devaneios", e temia pelo que aconteceria caso se concretizassem. Ressalta-se que, a essa altura, o projeto de Reforma Agrária proposto pelo governo já havia sido derrotado,<sup>293</sup> e se

<sup>290</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 30/63, Canoas, 10/06/1963.

<sup>291</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 30/63, Canoas, 10/06/1963.

<sup>292</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 30/63, Canoas, 10/06/1963. (grifos meus).

<sup>293</sup> De acordo com Ferreira e Gomes (2014), o projeto do governo previa o pagamento de indenizações pelo valor declarado do imóvel, que era baixo, devido ao valor atribuído pelos próprios proprietários, ou iria para avaliação judicial. De qualquer forma, os valores a serem recebidos como indenização seriam baixos. A lei também previa a reforma urbana. PSD e outros partidos não aceitaram o projeto como havia

discutiam três projetos: um proposto pela UDN, outro pelo PSD e o terceiro pela ala à esquerda do PTB. Os dois primeiros não tocavam na Constituição e defendiam pagamento de indenização aos proprietários, além do mais, aceitavam a reforma apenas em terras improdutivas. Já a proposta trabalhista era, como definia Brizola, radical: desapropriação de terras produtivas e improdutivas, sem direito a indenização dos proprietários. Para tal, era necessário alterar o artigo 141 da Constituição de 1946, que garantia o direito a indenização para os proprietários rurais. Algo inaceitável para os grupos de centro e centro-direita e mesmo para João Goulart, que necessitava do apoio do PSD no Congresso para avançar nas reformas.

Sendo assim, quando o projeto havia sido apresentado, o que se estava debatendo era o projeto governista, que tinha apoio das esquerdas. No dia da votação, os projetos já eram outros, com consideráveis modificações em relação à proposta inicial. Nesse sentido, Melton Both se posiciona também favorável à reforma, embora defendendo que ela deveria ter outro sentido que não aquele defendido por Medeiros e Nascimento:

Melton Inácio Both, para encaminhar a votação, dizendo ser certo que não deveria ser em sentido esquerdista, mas sim cristão, e que a produção de áreas é a mais barata, a não ser que a distribuição de áreas seja acompanhada de meios razoáveis para tal fim ou outras medidas de incentivo. Finalizando, declarou ser necessário que de uma vez por todas se resolva esta situação, afim de evitar-se a confusão interessada pelos Comunistas.<sup>294</sup>

O vereador perrepista também não apresentava uma discordância veemente à ideia de reforma, mas sim à forma ela tomaria. Para ele, tinha de ser "cristã", e entendia que o modelo como estava era economicamente melhor. O discurso também falava de que não bastaria apenas ceder terras se não houvesse incentivos para que os futuros possuidores pudessem produzir. Por fim, o elemento anticomunista também estava presente. Para Both, a confusão em torno das discussões interessaria aos comunistas, embora o documento não avance sobre a fala dele referente ao tema.

Nessa discussão, portanto, nota-se que aqueles que defendem a reforma com mais veemência — os vereadores do PTB — o fazem usando falas próximas daqueles que defendiam o "programa máximo".<sup>295</sup> Por outro lado, os vereadores de oposição não

---

sido proposto e, em maio de 1963, ele foi rejeitado na Comissão Parlamentar que o estudava por 7 votos a 4.

<sup>294</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 30/63, Canoas, 10/06/1963.

<sup>295</sup> Segundo Ferreira e Gomes (2014), era o nome dado à proposta de reformas — especialmente a agrária — da FMP e seus aliados. Um programa mais radical e imediato. No caso da reforma agrária, defendiam

se manifestam contra a ideia de reforma, mas contra o modelo proposto. Todavia, até que ponto isso significava que, de fato, pensavam em outro tipo de reforma ou era apenas um discurso externo? Ao menos na votação do projeto de Alcides Nascimento, apenas Calbo manifestou-se contra e, na sessão seguinte, acabou registrando contraditoriamente que era contra a reforma em si: "(...) finalizou o Vereador Manoel João Calbo, comentando e manifestando-se contrariamente a Reforma Agrária, bem como procedendo justificativa do seu ponto de vista firmado."<sup>296</sup>

Chama a atenção também o resultado final da votação: 8 votos a favor do envio de ofícios às autoridades e 1 voto contra — o de Calbo. Dos 8 votos favoráveis, estavam os trabalhistas (Edson de Medeiros, Antônio Ferreira Alves, Antônio Soares Flores, Alberto Oliveira, Zolmar Santos e Alcides Nascimento), mas também 2 vereadores de oposição ao PTB (Melton Both e Moysés Machado). Um indicio de que, como citou Ferreira (2015) a oposição era quanto ao *como fazer* a reforma agrária — e as outras reformas. Mas Calbo representava outra visão: a da oposição às reformas propriamente ditas.

Em meio à tramitação do projeto de envio de ofícios a autoridades federais para acelerar a reforma agrária, a bancada do PTB propôs outro requerimento sobre o tema, que causaria novos embates na Câmara. Dessa vez, o projeto coletivo trabalhista visava enviar aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, "dizendo da posição desta Casa em favor das reformas de base."<sup>297</sup> Dessa forma, forçavam os outros vereadores a posicionarem-se sobre as reformas, proporcionando novas discussões.

Na justificativa do projeto, os vereadores trabalhistas dialogavam com a tese do "programa máximo" de reformas, ao falar na emancipação econômica do país e defender a reforma constitucional para fins da reforma agrária:

Os Vereador (sic) que o presente subscrevem, pertencentes a este Poder Legislativo, solicitam que após a tramitação regimental, seja enviada aos Srs. Presidentes da Câmara Federal e do Senado, telegramas comunicando a nossa posição em favor das Reformas de Base, que o povo deseja e que o Brasil necessita para sua completa emancipação econômica.

Outrossim, colocam em plano de maior urgência, a Reforma Agrária, que deve ser precedida pela emenda constitucional, em seus artigos 141 e 147.<sup>298</sup>

---

"em terras produtivas e improdutivas sem nenhuma indenização ao proprietário." (FERREIRA; GOMES, 2014).

<sup>296</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 31/63, Canoas, 14/06/1963.

<sup>297</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 336/44/63. Caixa 45, Canoas, 20/05/1963.

<sup>298</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 336/44/63. Caixa 45, Canoas, 20/05/1963.

Antes da discussão e votação do requerimento, este passou pelas Comissões que avaliaram sua validade, e nelas, novamente, se manifestavam as vozes da oposição: na Comissão de Justiça, os membros — Melton Both, Moysés Machado e Antônio Flores — entendiam que o processo podia tramitar normalmente, mas não omitiam suas considerações sobre ele:

Regimentalmente está o requerimento em condições de tramitar. Entendemos que não deva a Casa, entretanto, manifestar-se pura e simplesmente pelas Reformas de Base ou Emenda Constitucional, sem objetividade quanto ao texto das Reformas ou Emenda.<sup>299</sup>

Enquanto os trabalhistas pretendiam deixar evidente os seus posicionamentos e pressionar os outros vereadores a ir para o mesmo caminho, os opositores preferiam demonstrar cautela e conhecer melhor os projetos — ao menos era o que se entendia dos seus discursos. É possível que apenas quisessem atrasar o andamento e as discussões dos projetos reformistas. O parecer não teve restrições do único vereador petebista da Comissão, Antônio Flores, talvez porque, apesar daquele argumento, manteve o trâmite normal.

Flores era membro também da Comissão de Serviços Públicos, que, por sua vez tinha outros dois membros de partidos de oposição: Manoel Calbo e Cirne Schmitt. Tratava-se de uma comissão que podia opinar sobre a questão, mas sem poder de alterar ou impedir a tramitação do projeto.<sup>300</sup> Nessa ocasião, Flores assinou com restrição o parecer, pois outra vez era uma manifestação contrária ao projeto por ele defendido:

Esta Comissão considerando todas as manifestações que há sobre reformas em nosso país e considerando que cada uma delas diverge das outras, esta Comissão com o seu cuidado na apreciação do prôposto, que não salienta nenhum caminho da matéria de reforma, onde como já dizíamos existem tantas opiniões dos Poderes Públicos, achamos nós, razões suficientes para nos manifestar contrário ao propôsto, por entender não ser oportuno, e por não sabermos a quem ou a que estamos aprovando.<sup>301</sup>

No discurso opositorista, aparecia novamente a cautela ou — como refere o documento — o cuidado com a apreciação do tema, pois havia muitas reformas sendo

<sup>299</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 336/44/63. Caixa 45, Canoas, 20/05/1963.

<sup>300</sup> De acordo com o Regimento Interno da Casa, em vigor desde 1962, a Comissão de Serviços Públicos tinha poder de opinar sobre diversos assuntos, tais como comunicações, transportes, agricultura, educação, saúde, assistência social, organização administrativa municipal, etc. (CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS, Regimento Interno da Câmara Municipal de Canoas - Rio Grande do Sul. Canoas: Escola Profissional La Salle, 1962).

<sup>301</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 336/44/63. Caixa 45, Canoas, 20/05/1963.

discutidas, e apoiá-las significaria não saber a qual reforma estavam se referindo. Colocavam-se como aqueles que estavam querendo pensar a melhor forma de discutir as reformas, enquanto os trabalhistas queriam aprová-las a qualquer custo.

Todavia, impediam, com tal atitude, o debate sobre o tema, embora não se possa afirmar que propor o diálogo era uma das intenções dos vereadores do PTB: o discurso de Zolmar Machado dos Santos deixava transparecer, dias depois das discussões e com a rejeição ao projeto já consumada, que havia pressão sobre os colegas para que a Casa se posicionasse favoravelmente às reformas conforme constava na justificativa do projeto trabalhista:

(...) concedeu o Sr. Presidente ao primeiro orador inscrito, Vereador Zolmar Machado dos Santos, que assumindo a tribuna passou a reportar-se sobre um requerimento de sua autoria, versando sobre o apoio desta Casa às Reformas de Base. Salientou o orador que os objetivos que o levaram à apresentar dito documento, foi o de terem a oportunidade os representantes do povo de Canoas de também dárem o seu apoio às Reformas tão necessárias. Continuando com a palavra, declarou (...) que os Vereadores que votaram contra o seu requerimento, evidenciaram que só pensam no povo em vésperas de eleições, e a prova destas suas afirmativas, foi o voto contrário que deram à uma Proposição de tão grande interesse para o povo brasileiro.<sup>302</sup>

O processo fora votado dias antes e acabou rejeitado por 5 votos a 4, sendo necessário o voto de minerva do presidente da Casa, Dinarte Araújo (PL).<sup>303</sup> A votação expressou o antagonismo quanto ao tema: além do voto de Araújo, votaram contrariamente Both (PRP), Cirne Schmitt (PL), Almerindo Silveira e Manoel Calbo (ambos do PSD). Os quatro votos favoráveis vieram da bancada trabalhista: Antônio Ferreira Alves, Antônio Flores, Alcides Nascimento e Zolmar Machado dos Santos.

Era a intenção dos adversários do PTB impedir o debate, embora, ao mesmo tempo, não negassem explicitamente a importância das reformas? Cabe lembrar que o que deixaram escrito refletia uma visão de mundo que estava em contenda na sociedade brasileira e, principalmente, nos meios políticos. Ferreira (2015) e Lavareda (1999) relembram pesquisas que demonstravam o apoio popular às reformas, mesmo entre setores mais ricos da sociedade. A intenção poderia ser, portanto, constrangidos pela existência de apoio às reformas, fazer um discurso externo para a população, sem existir, com efeito, uma crença nelas por parte desses políticos? Ou acreditavam, de fato, que não era necessária discutir entre os pares o tema e que seria melhor deixar ser

<sup>302</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 40/63, Canoas, 08/07/1963.

<sup>303</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 31/63, Canoas, 14/06/1963.

discutido nas esferas mais altas, ou seja, os poderes Executivo e Legislativo nacional? São possibilidades para se compreender as atitudes e as falas dos vereadores opositores.

De qualquer forma, tais projetos também expunham as preocupações dos trabalhistas locais com a população sem-terra. Como já visto, Nascimento havia proposto o requerimento pedindo aceleração do andamento da Lei da Reforma Agrária, atendendo a demanda de entidades sociais canoenses ligadas ao campo. O vereador já havia defendido a reforma mais radical, ao dizer que a reforma na Constituição era menos apreensiva do que a miséria da população: "Ainda com a palavra, passou o Vereador Alcides Nascimento a falar sobre o Artigo 141 da Constituição (...) que considerava não ser motivo de apreensão para ninguém, pois motivo de apreensão é o estado de miséria de milhares de brasileiros."<sup>304</sup>

Zolmar Santos também se manifestava com frequência sobre as reformas. Lembrou visita que fizera em algumas cidades do Estado e que nelas pôde notar o apoio dos agricultores à reforma agrária:

Ainda com a palavra, passou o Vereador Zolmar Machado dos Santos a tecer considerações sobre a oportunidade que teve de efetuar uma gira por 4 Municípios Gaúchos, ocasião em que pode sentir o anseio (sic) de todos os agricultores pela Reforma Agrária.<sup>305</sup>

Declaração no mesmo sentido foi dada dias depois, e ainda traz à tona o apoio de setores da Igreja Católica para as reformas:

(...) focalizou a seguir o Vereador Zolmar Machado dos Santos, a respeito (...) das Reformas de Base e, inclusive considerando, a necessidade das urgentes providências neste sentido. (...), disse o orador que mais se acentua as suas esperanças de que num futuro bem próximo o povo brasileiro será beneficiado com as reclamadas reformas, porquanto o próprio Cléro Católico tem se manifestado favoravelmente à isto.<sup>306</sup>

É importante lembrar aqui as origens sociais de Santos e Nascimento: ambos eram operários<sup>307</sup>, o que os aproximava ainda mais do discurso favorável às reformas de forma mais radical, e também os colocava como representantes diretos de setores

---

<sup>304</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 16/63, Canoas, 29/04/1963.

<sup>305</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 17/63, Canoas, 02/05/1963.

<sup>306</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 26/63, Canoas, 30/05/1963.

<sup>307</sup> Manoel Calbo (PSD) também era operário, o que confirma que nem todos os trabalhadores alinhavam-se ao PTB local. Porém, observando as atas do partido em Canoas, bem como os resultados eleitorais da cidade nos pleitos estaduais, pode-se supor que a maioria dos operários locais apoiavam os trabalhistas.

sociais que se beneficiariam de forma efetiva das possíveis mudanças na estrutura social brasileira.

No entanto, a pressão não era apenas dos trabalhistas locais: a Câmara recebia documentos e pedidos de diversas entidades, desde locais, como associações de bairros ou clubes esportivos, até nacionais, como organizações e movimentos sociais e políticos. Da mesma forma, recebia — assim como enviava — de outras Câmaras Municipais pedidos de apoios para determinados projetos.

Dessa forma que muitos grupos remetiam às Casas legislativas locais mensagens e solicitações de apoio delas às suas ideias e suas iniciativas. Foi o que ocorreu naquele ano quanto ao Movimento Nacionalista Brasileiro — Secção do Rio Grande do Sul —, que enviou o manifesto da FMP para os vereadores, buscando o suporte deles às reformas de base, assim como para adquirir aderentes para tal organização. O texto encaminhado, intitulado *Frente de Mobilização Popular*,<sup>308</sup> introduzia os objetivos e as razões do movimento, com o discurso de defesa das reformas, do nacionalismo, das lutas anti-imperialistas e de apoio à PEI,<sup>309</sup> não fugindo àquilo que a organização advogava e que ia ao encontro do que argumentava suas lideranças, especialmente Brizola. Por fim, fazia a convocação a aqueles que se interessassem para juntar-se à FMP:

Para o desempenho de tarefa tão fundamental, convocamos tôdas as fôrças populares do Brasil. Souo a hora da organização para a luta pelas reformas, a defesa das liberdades democráticas, a conquista de melhores condições de vida e o combate sem trégua ao processo espoliativo. De cada patriota esperamos a combativa solidariedade para a resistência que a Pátria está reclamando de cada um de nós.

A convocação é geral: convocamos os deputados e os vereadores nacionalistas, os trabalhadores, os estudantes, os camponeses, os intelectuais, os militares, a mulher brasileira, todos os patriotas, enfim, para que organizem em cada Estado em cada Município, bairro, rua, fábrica e em cada escola, comitês de mobilização popular, de modo a formar o mais poderoso movimento de opinião pública da história Pátria, único meio de conduzir o Brasil ao encontro de seu grande destino de país independente e progressista.<sup>310</sup>

<sup>308</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 403/10/63. Caixa 41, Canoas, 06/06/1963.

<sup>309</sup> Política Externa Independente, adotada pelo Brasil desde o governo Jânio Quadros e seguida por João Goulart. A PEI buscava estabelecer relações diplomáticas e comerciais tanto com os países socialistas como com os capitalistas. Segundo Domingos (2010), Goulart utilizou a PEI visando "à superação do subdesenvolvimento do país, dentro da lógica de um projeto nacional-reformista." (DOMINGOS, 2010, p.36). Sendo assim, recebia o apoio das esquerdas daquele período e não era bem-vista pelos setores mais conservadores, alinhados apenas à política norte-americana.

<sup>310</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 403/10/63. Caixa 41, Canoas, 06/06/1963.

Junto ao documento, estavam espaços para assinaturas daqueles que pretendiam aderir ao movimento. Havia também um documento constando os objetivos e a organização da FMP no Rio Grande do Sul, bem como um documento do Movimento Nacionalista Brasileiro — secção do Rio Grande do Sul — colocando-se como intermediário entre os interessados e a FMP, bem como sugerindo como podia ser feita a organização de núcleos locais.

Novamente, as manifestações das Comissões Permanentes da Casa falaram mais do que estava registrado por escrito: a Comissão de Justiça dera um parecer positivo quanto ao andamento do texto, permitindo a sua discussão em plenário. No entanto, as assinaturas expressavam que a definição não havia sido consensual: apenas o relator, o trabalhista Antônio Flores assinou o documento normalmente. Os outros dois membros, Melton Both e Moysés Machado assinaram, mas escreveram ao lado das suas rubricas: "C/restrrição".<sup>311</sup> Não havia disposição de ambos em discutir os boletins. Por discordarem das reformas ou por não concordarem com o teor do texto?

O comportamento do relator na Comissão de Serviços Públicos, Manoel Calbo, talvez dê um indício de solução para essa questão: o vereador fez uso da ironia e de analogias para dar um parecer contrário à discussão do manifesto no plenário:

Considerando já demasiadamente as manifestações a respeito da matéria, em referência inclusive por esta Casa e, considerando o velho ditado: *panela que muitos mechem (sic), não sai bem temperada. Por isto entendemos deva se deixar o tempero dessas reformas aos verdadeiros autores e responsáveis pela causa pública nacional.*

Pelas razões acima citadas e considerando um melhor aproveitamento do nosso precioso tempo, oferecemos aos nobres pares o parecer de arquivamento do assunto.<sup>312</sup>

Na analogia do vereador Calbo, o tempero possivelmente se referia às discussões em torno das reformas — uma reforma radical, como pretendiam os setores mais à esquerda, ou uma mais moderada, como Goulart buscava negociar com o Congresso Nacional e os partidos de centro como o PSD —, e cabia àqueles decidir qual o melhor modelo a seguir. Por outro lado, via o debate sobre as reformas entre os canoenses como perda de tempo, ao mencionar que havia outras questões a serem discutidas. Logo, o tema parecia não interessar essa liderança, o que não significava um antagonismo

<sup>311</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 403/10/63. Caixa 41, Canoas, 06/06/1963.

<sup>312</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 403/10/63. Caixa 41, Canoas, 06/06/1963. (grifos meus).

ferrenho, mas discordâncias quanto ao modelo defendido pelos trabalhistas da Casa, e, ao fim e ao cabo, para ele, um tópico inútil de ser discutido entre vereadores.

Aqui, torna-se relevante lembrar a trajetória profissional de Calbo: embora filiado a um partido mais conservador, ele era operário, conforme relatado por Tróis F<sup>o</sup>, ex-vereador da Casa:

Pudesse, estaria sempre a contar alguma passagem acontecida na Câmara de Vereadores, por onde passaram pessoas de tipos diversos (...). Uma das que, sem forçar muito, voltam à memória é o Manuelão (Manuel João Calbo) (...). Era um dos mais interessantes pela força moral, pelo bom senso e a força física. Operário dos Frigoríficos da vila Rio Branco, diziam que matava bois a marretadas. Era um operário, mas filiado a um partido conservador, fato que não lhe tirava o espírito de justiça (TRÓIS F<sup>o</sup>., 2009, p.22).

É possível que, devido a sua origem — além de, como relatado pelo próprio, ter sido pequeno agricultor — o vereador pretendesse construir um discurso de anuência com as reformas em si (ou com a melhora das condições de trabalho para pequenos agricultores ou sem-terra), mas de discordância quanto ao formato proposto. Algo que ele relatara dias depois, queixando-se do tratamento dado às suas posições pelos colegas trabalhistas, alegando que sabia do sofrimento passado pelos agricultores, pois também já havia sido um colono:

Logo após, passou o orador à dizer que ficara bastante maguado (sic) desde que fôra aprovado o apóio desta Casa à Reforma Agrária, pois que havia sido criticado por ter votado contra por parte dos Vereadores Antônio Soares Flores e Alcides Nascimento. (...) disse o Vereador Manoel João Calbo que discordava do pronunciamento dos Vereadores supra aludidos naquela oportunidade, porquanto conhece Sua Senhoria bem de perto as dificuldades por que passam os Agricultores para escoamento da sua produção, e que para tanto não é necessário Reforma Agrária e, sim, bastando tão sómente, bôa vontade dos Governantes. (...) disse o orador das dificuldades que Sua Senhoria igualmente já passou quando trabalhava nêste setor, como também todos os colonos.<sup>313</sup>

Todavia, Calbo não tocou, naquela fala, no problema dos sem-terra: para ele, o que se devia fazer era facilitar o trabalho dos agricultores, mas não necessariamente redistribuir as terras. Era a sua visão, diferente daquelas dos petebistas da Casa.

De qualquer forma, no parecer escrito pelo vereador do PSD quanto ao debate do manifesto da FMP, foi o membro petebista da Comissão, Flores, quem assinou com restrição o texto do relator. O texto acabou ocasionando desavença entre Edson de

---

<sup>313</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 34/63, Canoas, 20/06/1963.

Medeiros e Calbo. A ata relata que o trabalhista disse ter feito reparos ao parecer; no entanto, a resposta de Calbo permite entender que houve críticas por parte do petebista. O autor do parecer o defendeu, dizendo que "suas palavras não ofenderam à ninguém, enquanto que outros que se dizem dônos das Reformas pronunciam indevidas."<sup>314</sup> Ao fim, o processo foi aprovado.<sup>315</sup> (discussão na ata Edson x Calbo - 41/42).

Havia também envio de documentos por parte de outras Câmaras Municipais, solicitando apoio das congêneres para encaminhar ofícios a autoridades estaduais e/ou federais. Sobre as reformas de base, foram encaminhados para discussão dos canoenses dois pedidos de outras Câmaras: uma da Casa legislativa de Cruz Alta — município da região noroeste do Estado rio-grandense —, em que aquela Casa solicita apoio à aprovação das Reformas de Base;<sup>316</sup> e outra da Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí — cidade distante 60 km da capital gaúcha, Porto Alegre —, em que os vereadores daquela localidade pedem apoio dos canoenses às palavras de João Goulart referente às Reformas.<sup>317</sup>

Quanto a esse processo, as informações ficaram restritas ao documento em si, pois foi pouco discutido em plenário. No texto enviado pelo legislativo caiense, pediam que os vereadores de Canoas e de outras Câmaras que também haviam recebido o ofício para que manifestassem solidariedade ao “Sr. Presidente da República pelos seus últimos pronunciamentos e atitudes em prol da segurança do País e da Democracia, considerando de vital importância as reformas de base.”<sup>318</sup> A proposta havia partido da bancada do PTB daquela Casa Legislativa.

O documento acabou não indo para discussão no plenário, pois a Comissão de Justiça entendeu, no dia 20 de setembro de 1963, que a moção feria o artigo 18, item II, nº4 do Regimento Interno da Casa. Naquele momento, a comissão era formada por dois vereadores do PSD — Jacob Weissheimer e Manoel Calbo — e um do PTB — Zolmar Santos. Ainda que realmente houvesse respaldo jurídico do regimento interno para o parecer,<sup>319</sup> Santos assinou “Com restrição” a apreciação da Comissão. O processo foi a

<sup>314</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 41/63, Canoas, 11/07/1963.

<sup>315</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 42/63, Canoas, 15/07/1963.

<sup>316</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 647/17/63. Caixa 42, Canoas, 05/09/1963.

<sup>317</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 652/19/63. Caixa 42, Canoas, 05/09/1963.

<sup>318</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 652/19/63. Caixa 42, Canoas, 05/09/1963.

<sup>319</sup> De acordo com o artigo citado no Regimento Interno de 1962, vigente naquele momento, competia ao presidente da Casa não permitir o andamento de moções contrárias ou favoráveis a atos de qualquer poder e em qualquer esfera (CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS, Regimento Interno da Câmara Municipal de Canoas - Rio Grande do Sul. Canoas: Escola Profissional La Salle, 1962, p. 9).

plenário em 27 de novembro de 1963,<sup>320</sup> mas, devido a um pedido de adiamento feito por Cirne Schmitt, não foi debatido. O processo acabou arquivado em dezembro daquele ano, conforme anotação no próprio documento.<sup>321</sup>

Já o documento originário da Câmara cruz-altense gerou pequeno embate entre os vereadores de Canoas. No processo, o pedido de apoio partia de um vereador do PTB daquela localidade, Alfredo de Souza Teixeira. No texto, tal legislador citava a luta pela defesa das Reformas, iniciando-se pela agrária e a sua exigida reforma constitucional nos poderes legislativos, tanto federal, como estadual e municipal. Devido a isso, exigia uma manifestação por parte daqueles que apoiavam tais alterações:

Considerando que a nossa conjuntura nacional por força da nossa evolução social exige um PRONUNCIAMENTO de todo aquele que tem uma parcela de responsabilidade perante o Povo, e assim sendo vimos propor igualmente o pronunciamento das demais congêneres do Estado.<sup>322</sup>

Os mesmos vereadores que haviam arquivado o pedido da Câmara de São Sebastião do Caf na Comissão de Justiça dessa vez não puderam barrar o trâmite, pois nada o impedia de ser debatido no plenário, o que não os inibiu de propor o arquivamento, uma vez que já havia sido debatido o requerimento de Alcides Nascimento quanto ao tema. Novamente, coube a Zolmar Santos discordar, assinando com restrição o parecer.

De qualquer forma, o processo foi para a discussão no plenário e acabou aprovado, o que levou Zolmar Santos a queixar-se de que havia apresentado um requerimento semelhante — referindo-se ao já discutido processo 336/44/63, em conjunto com a bancada do PTB, pedindo que a Casa desse apoio as Reformas — e que o mesmo fora rejeitado. Calbo voltou a afirmar que a Reforma não era necessária, pois “depende apenas da boa vontade dos políticos.”<sup>323</sup> Zolmar apelou aos colegas pela aprovação do requerimento, o que acabou ocorrendo.

Enfim, pôde se discutir aqui as diferentes visões produzidas pelos vereadores locais quanto à principal bandeira nacionalista daquele período, as Reformas de Base. Notou-se que, naquela Casa, havia posições fechadas por parte dos trabalhistas em relação ao programa máximo das Reformas — ou seja, mudanças radicais, que

<sup>320</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 90/63, Canoas, 27/11/1963.

<sup>321</sup> O arquivamento ocorreu em 29 de dezembro de 1963, a partir da análise do parecer feito pelo presidente da Casa naquele instante, Almerindo Silveira (PSD).

<sup>322</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 647/17/63. Caixa 42, Canoas, 05/09/1963.

<sup>323</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 90/63, Canoas, 27/11/1963.

buscassem beneficiar os setores da sociedade mais afetados e que permitissem a emancipação econômica do Brasil. Por outro lado, havia grupos que se opunham, se não às reformas em si, ao menos ao modelo com o qual elas eram apresentadas. De qualquer forma, foi possível notar que os atores políticos ali postos tinham suas visões relacionadas ao tema, influenciadas não apenas pelo debate nacional, mas também pelas suas experiências pessoais e pelo intercâmbio com outros grupos políticos e sociais. Ou seja, surgiram diferentes perspectivas da radicalização política brasileira a partir dos embates locais.

### **3.4. As eleições de 1963 em Canoas**

As eleições municipais de 1963, marcadas para 10 de novembro daquele ano, também sofreram, como não poderia ser diferente, influência do contexto nacional e estadual. Em meio a aquela campanha política no município de Canoas, o enfrentamento político entre grupos mais nacionalistas e outros mais conservadores estava presente, ainda que a temática mais evidenciada no debate fossem os problemas cotidianos da cidade e não os temas nacionais. Evidentemente, não se pode esquecer também a trajetória da política local e o comportamento eleitoral até aquele momento, que, como destaca Angeli (2015) e já citado aqui (capítulo 1, subcapítulo 1.2), era marcado pela alternância entre o PTB e o bloco anti-PTB, liderado pelo PSD e seus partidos aliados:

Dessa forma, a política canoense na Terceira República pode ser compreendida do ponto de vista dos resultados eleitorais, como uma gangorra entre o PSD (e seus aliados) e o PTB: em 1947, a vitória foi do PSD, que elegeu a maior bancada da Câmara Municipal (não houve eleição para prefeito naquele ano); em 1951, vitória do PTB, elegendo prefeito e vice, além do maior número de vereadores; em 1955, a coligação PRP-PSD-PL elegeu o prefeito e o vice-prefeito, e os três partidos, somados, elegeram a maioria das cadeiras; em 1959, o PTB elegeu o prefeito, mas não o vice, e elegeu a maior bancada, seis vereadores, embora o outro bloco partidário tenha eleito (...) sete cadeiras; em 1963, a coligação PSD-PRP-PL-UDN-PDC-MTR elegeu o prefeito e o vice, e somados, os partidos compuseram a maioria das cadeiras da Câmara Municipal, oito, embora a maior bancada tenha sido do PTB (ANGELI, 2015, p.96).

Sendo assim, a política canoense seguia as disputas em nível estadual entre o PTB e o PSD “desgetulizado”. Ao lado do PSD, costumavam se unir os outros partidos tradicionalmente opositores ao trabalhismo, como o PL, o PRP e a UDN. Somavam-se,

portanto, naquele pleito, as já tradicionais lutas políticas entre os petebistas e pessedistas com a crise política brasileira daquele período.

Sobre o confronto, a coluna política assinada pelo jornalista Rafael Ghisleni<sup>324</sup> no periódico *O Gaúcho* lembrou, em março daquele ano, que seria entre as “duas facções tradicionais” da política local: o PTB e a ADP, que somava os partidos PSD, PRP, PDC, PL e MTR. De acordo com o jornalista, as agremiações coligadas à ADP já tinham na mesa seus candidatos: Hugo Simões Lagranha (PSD) e Jacob Longoni (PRP), faltando somente definir quem seria o cabeça-de-chapa e o vice.

O primeiro nome havia sido candidato a prefeito em 1951, candidato a vice-prefeito eleito em 1955 e novamente derrotado no pleito principal em 1959. Já o segundo era o então vice-prefeito da cidade. Além disso, Lagranha havia trabalhado junto ao governo do Estado — naquele ano era assessor particular do governador Ildo Meneghetti<sup>325</sup> — e era bastante conhecido na cidade por sua atuação em clubes e entidades sociais, destacando-se principalmente junto a ABC e a construção do Hospital Nossa Senhora das Graças. Ao fim, ele fora indicado para concorrer pela terceira vez à prefeitura de Canoas, tendo Longoni como candidato à reeleição ao cargo de vice-prefeito.

Já o PTB enfrentou dificuldades para encontrar um candidato para o cargo de prefeito. As atas do partido ao longo do ano de 1963 demonstram que, diferente da oposição, não havia no partido um candidato natural para a sucessão do Cel. Medeiros. O partido só conseguiu alcançar um nome para candidatar-se à prefeitura no mês de junho, quando David Lanner<sup>326</sup> fora escolhido, depois de várias votações internas. E ainda não havia decidido quem seria o candidato a vice-prefeito pela chapa, tampouco os partidos que apoiariam os trabalhistas<sup>327</sup>.

<sup>324</sup> O GAÚCHO, Canoas, 16 a 22 de março de 1963, s/p.

<sup>325</sup> Conforme o livro dedicado à primeira gestão de Lagranha (1964-1967), ele exerceu a função de assessor de Meneghetti entre oito de fevereiro de 1963 e 31 de dezembro do mesmo ano (FCC, 2006).

<sup>326</sup> A escolha dos candidatos do PTB foi bastante conflituosa e marcada por diversas recusas de lideranças trabalhistas da cidade. Primeiro, convidou-se Flávio Damiani, mas esse recusou (DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 24, 24/04/1963). Na mesma sessão, questionaram-se mais quatro trabalhistas, sendo que apenas um, Ariovaldo Aguiar, colocou-se à disposição do partido. Depois, na convenção, Aguiar retirou seu nome e foram votados entre os membros da Executiva outros pré-candidatos, saindo-se vencedor o Dr. David Bonder. Todavia, foi lembrado por um membro que o escolhido já havia declarado que não iria se candidatar (DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 26, 19/05/1963). Em 30 de junho, foi feita nova convenção, em que Lanner fora o mais votado e aceitou a indicação (DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 31, 30/06/1963).

<sup>327</sup> O PTB recebeu o apoio do PSP, que indicou o candidato a vice-prefeito, Arnaldo Ren, secretário da Educação e da Assistência Social do município na gestão do Cel. Medeiros. O PSB também apoiou Lanner. Curiosamente, Ren anunciou que cederia cinco vagas para candidatos a vereadores do PTB pelo

Embora houvesse união em torno da defesa de lideranças nacionais como Brizola e das propostas reformistas, eram comuns nas atas do partido ao longo de 1963 referências a esses temas. Aguiar retirou sua indicação à candidatura a prefeito “pois entendia ser seu dever, na hora grave que atravessa o paíz, lutar lado a lado com os trabalhadores na conquista das Reformas de Base.”<sup>328</sup> Na mesma sessão, Edson de Medeiros louvou dois líderes locais, “grandes batalhadores do nacionalismo em Canoas.”<sup>329</sup> Agostinho de Paula e Manoel Rodrigues da Rosa, ambos membros do PTB local, e o vereador Antônio Flores propôs voto de louvor em homenagem a Brizola.<sup>330</sup> As disputas internas locais também prejudicaram a organização do PTB para o pleito. Antônio Flores acusou a existência de “movimentos de fora”, em conjunto com outros membros do partido para impedir a sua candidatura e as de Alcides Nascimento e Antônio Alves à reeleição na Câmara.<sup>331</sup> Outra divisão foi quanto à escolha do candidato a vice-prefeito da chapa trabalhista. Enquanto o membro da Comissão Executiva, Osvaldo Rocha, defendia um nome do próprio partido:

(...) o companheiro Osvaldo C. da Rocha usou-a (a palavra) para fazer sentir o plenário da necessidade de o Partido concorrer às eleições de 10 de novembro próximo, com candidatos próprios, para que assim seja testado a força e o poderio do Partido em Canoas, obedecendo assim, a vontade popular e muito especialmente a da massa trabalhista do município (...).<sup>332</sup>

Por outro lado, Edson Medeiros defendia a indicação do presidente municipal do PSP e secretário da prefeitura, Arnaldo Ren, além de uma coligação com tal agremiação. Ao fim, venceu a proposta de Edson.

Postas as candidaturas, ocorreram algumas discussões entre os vereadores sobre a votação. Percebia-se a presença das questões nacionais, embora fossem pouco mencionadas. O conflito em torno de uma pichação feita por um candidato a vereador

---

PSP para aqueles que não haviam conseguido legenda pelo partido trabalhista, como compensação por sua indicação para a candidatura a vice-prefeito (DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 37, 29/08/1963).

<sup>328</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 26, 19/05/1963.

<sup>329</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 26, 19/05/1963.

<sup>330</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 31, 30/06/1963.

<sup>331</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 22, 27/03/1963.

<sup>332</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 34, 28/07/1963

do PL,<sup>333</sup> considerada ofensiva pelos vereadores trabalhistas, permite perceber que o tema era manifesto na campanha:

(...) lamentou o Vereador Edson Medeiros, o que ocorreu no dia anterior neste Município e, salientando que algo de muito sério e grave poderá ocorrer, no caso de se repetir o que foi feito no centro da cidade, principalmente os dizeres odenssivos (sic) contra a pessoa do Deputado Leonel Brizola. Efetuando críticas contra o ocorrido, declarou o Vereador Edson Medeiros, que este tipo de ataques não serve ao povo, e que alertava à Casa, das conseqüências que poderão advir no caso de ditos pichamentos voltarem a se repetir.<sup>334</sup>

Constata-se que Edson seguia a retórica brizolista ao alertar a Casa para as conseqüências de tais pichamentos, provavelmente atentando para uma eventual revolta popular, algo sempre presente no discurso dos nacionalistas ligados ao deputado por Guanabara. Embora, na estrutura interna do partido, tivessem divergências, o Vereador Antônio Flores seguiu a mesma linha de pensamento de Medeiros sobre as pichações:

(...) fez uso da palavra o Vereador Antônio Soares Flores, fazendo críticas contra o pichamento no centro de Canoas. Salientou o Vereador Antônio Flores, que após a convenção do seu partido, a Executiva Municipal baixou uma ordem aos candidatos que concorrerão no próximo pleito pela legenda Trabalhista, de fazerem uma campanha de alto nível, respeitando os adversários. Lamentou (...) as críticas feitas contra o Deputado Leonel Brizola por parte do candidato João Manoel Baladão, e inclusive por parte do Vereador Dinarte Araújo. Ponderou (...) Flores, a necessidade da campanha transcorrer-se dentro de um clima de alto nível de educação política e de amizade entre os candidatos de diversos Partidos, *mas se a oposição quer luta os Trabalhista (sic) também entrarão nela.*<sup>335</sup>

Para Flores, se fosse necessário que a campanha ganhasse outro rumo, os trabalhistas estariam dispostos para tal. Novamente, a ideia do confronto estava expressa. Logo, Brizola e a sua atuação política naquele contexto eram assuntos também na campanha, seja pelo lado dos seus adversários, seja pelos próprios trabalhistas.

Todavia, os fatos locais se sobrepuseram em importância para a disputa eleitoral, ainda mais quando, faltando pouco mais de um mês para a votação, o prefeito Cel. Medeiros se licenciou do cargo para fazer um tratamento médico por 30 dias.<sup>336</sup> O vice, Jacob Longoni, não poderia assumir, pois era candidato à reeleição e já estava

<sup>333</sup> O candidato era João Manoel Baladão, do PL. Segundo os resultados eleitorais daquele ano, ele fizera 219 votos, não logrando se eleger (UPHAM/AHC, Acervo Política/Eleições/Câmara, Caixa 25, Pasta 5, Material do PDC).

<sup>334</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 62/63, Canoas, 05/09/1963.

<sup>335</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 62/63, Canoas, 05/09/1963. (grifos meus).

<sup>336</sup> A licença começava a valer em dois de outubro, e iria até dois de novembro, período esse que a cidade seria administrada por Araújo (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 69/63, 30/09/1963).

licenciado. Coube ao presidente da Câmara, o libertador Dinarte Araújo, assumir interinamente a prefeitura.

A entrega da prefeitura para a administração de um vereador de oposição já causava discordâncias entre petebistas e anti-petebistas: Zolmar Santos lembrou o que o prefeito licenciado havia dito, ao se retirar, que com um membro da ADP no cargo o governo estadual atenderia as demandas da cidade: "(...) recebendo do governo do Estado o apoio necessário para a conclusão das obras que se encontram paralizadas, neste município."<sup>337</sup> A tônica dos debates passou a ser a atuação do governo estadual frente à presença de um aliado como líder do Executivo local. O temor trabalhista era o quanto tal situação poderia intervir na eleição que estava a caminho.

Não é uma prática incomum no meio político a de governos estaduais auxiliarem mais localidades que tinham correligionários na administração. Como já referido aqui, Medeiros admitiu que a relação da sua administração com Brizola, no período em que esse governava o Rio Grande do Sul, fora benéfica. Com a eleição de Meneghetti em 1962 e sua posse no ano seguinte, era muito provável que a relação entre Estado e município se tornaria mais distante. Além disso, é relevante relembrar que dois líderes do PSD canoense estavam ao lado de Meneghetti no Palácio Piratini como assessores: o vereador licenciado naquela legislatura Armando Würth e o então candidato a prefeito Hugo Lagranha.

O uso político de Araújo na administração municipal ficou mais evidente nos dias seguintes: vereadores aliados, como Manoel Calbo, comparavam sua gestão com a do titular:

Declarou o Vereador Manoel João Calbo, que em 4 dias o atual Prefeito Dinarte Andrade Araújo já fez muito mais do que o titular Cel. José João de Medeiros durante um ano e, se continuar assim, não tem dúvidas que o Prefeito substituto fará mais do que o Prefeito titular no decurso de 4 anos de administração.<sup>338</sup>

Nesse sentido, Edson Medeiros parecia mais preocupado com possíveis aportes vindos do governo estadual para a prefeitura municipal: fez, na sessão seguinte, uma série de pedidos de informações ao Poder Executivo, questionando o quanto o governo estadual havia contribuído em materiais para o município, quais obras paralisadas haviam sido retomadas, entre outros itens, todos a partir do dia 2 de outubro. Para o

---

<sup>337</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 70/63, Canoas, 03/10/1963.

<sup>338</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 71/63, Canoas, 07/10/1963

vereador, o governo estadual estava atendendo pedidos da prefeitura devido à presença do vereador Araújo: “o governo do Estado só auxilia os seus apaniguados, os que são da sua grei.”<sup>339</sup>

Outro episódio acirrou ainda mais a disputa entre situação e oposição na cidade: naquele mês de outubro, algumas regiões canoenses voltaram a ser vítima de enchentes, principalmente as regiões operárias, como as vilas Niterói e Rio Branco. Era um problema histórico, relacionado à falta de infraestrutura e à localização das regiões em áreas alagadiças, como relembra Angeli (2015):

As enchentes fizeram parte da história dos bairros Niterói, Rio Branco e Harmonia. No caso do bairro Rio Branco havia menos estrutura ainda. Terreno plano em área alagadiça, era impróprio à moradia até a construção dos diques de proteção contra as cheias, ocorrida no final dos anos 1960 (ANGELI, 2015, p.45).

Não é possível afirmar com precisão o dia em que se iniciaram as enchentes: a primeira referência foi encontrada na ata 73, do dia 10 de outubro, em fala de Orestes Ferla sobre a situação da Vila Niterói, completamente inundada, segundo o vereador. Nos dias seguintes, o assunto acabou ganhando contornos de disputa política: por um lado, Araújo usou a estrutura da prefeitura para o auxílio dos flagelados, contando mesmo com o apoio do governo estadual. No seu retorno à Câmara, no dia 21 de outubro — o Cel. Medeiros antecipou o seu retorno, previsto apenas para 2 de novembro—, fez um balanço da sua breve gestão: lembrou que seguiu a recomendação do prefeito titular de buscar recursos junto ao governador Meneghetti, o que fez logo no dia seguinte à sua posse, conseguindo a retomada de diversas obras, mas que acabaram paralisadas devido à enchente. Sobre essa, lembrou suas ordens para auxiliar os flagelados, e que impediu o uso político por candidatos a vereadores da situação:

(...) salientou o orador, que então apareceram candidatos que queriam tombadeiras à sua disposição, chegando a ameaçar funcionários da Prefeitura, que não os atenderam, de levar o assunto ao conhecimento do Sr. Prefeito. Isto pôsto, delcarou (sic) o Vereador Dinarte Araújo que foi sua determinação que motivou as diversas críticas, pois Sua Senhoria não desejava vêr abusos de candidatos, ou de Vereadores á custa da desgraça alheia e, que inclusive, não queria que êsses candidatos ficassem ditando ordens, em prejuízo dos flagelados.<sup>340</sup>

<sup>339</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 73/63, Canoas, 10/10/1963.

<sup>340</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 76/63, Canoas, 21/10/1963.

Ressaltou ainda o apoio do governo estadual, contando mesmo com uma visita ao município do governador do estado.



**Figura 8:** Enchente atingindo a Vila Rio Branco, em 1963. Fonte: UPHAM/AHC

A atitude de Araújo, ao negar acesso dos candidatos, pareceria, aos outros, uma atitude benevolente, acima das questões políticas. Era como se seguisse os conselhos de Maquiavel para ser estimado pela população.<sup>341</sup> Todavia, é importante lembrar que ele era, também, candidato à reeleição para o legislativo,<sup>342</sup> e suas ações na prefeitura teriam efeitos práticos em uma eleição que ocorreria em poucos dias, não apenas para si, mas também para o candidato que ele apoiava para o cargo executivo. Talvez isso explique o retorno do titular antes do prazo estipulado e a indignação dos correligionários de Araújo, considerando a atitude "estranha" e insinuando pressão política para o retorno do Cel. Medeiros antes de novembro.<sup>343</sup>

No dia 10 de novembro, os canoenses foram às urnas decidir a nova administração municipal, bem como a nova legislatura da Casa. O resultado foi a vitória

<sup>341</sup> Na obra *O príncipe*, o autor florentino dedica-se, no capítulo XXI, a aconselhar como o governante deve portar-se para ganhar a estima dos governados: "Nada faz um príncipe ser tão estimado quanto o fazem as suas grandes ações e os notáveis exemplos que ele de si oferece" (MAQUIAVEL, 1998, p. 107). "Mas, acima de tudo, um príncipe deve esmerar-se para oferecer de si, em cada gesto seu, a idéia de um homem com grandeza e que excele no pensar" (MAQUIAVEL, 1998, p. 108).

<sup>342</sup> Provavelmente a atuação de Araújo na interinidade da prefeitura rendeu frutos políticos: em 1959, o libertador elegeu-se com 464 votos. Já em 1963, sua votação fora para 692, o que significava um aumento de quase 50% de votos entre uma eleição e outra.

<sup>343</sup> Almerindo Silveira cita a "decepção" com o retorno do prefeito, pois ele sujeitava-se ao "agravamento da doença que o atacou". Por fim, acreditava ter havido "pressão política para que o Sr. Prefeito independentemente do seu precário estado de saúde, reassumisse a Chefia do Poder Executivo." (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 77/63, Canoas, 24/10/1963).

do opositor Hugo Lagranha (ver Tabela 10), com confortável maioria no legislativo: a coligação PSD-PRP-MTR-PDC-PL elegeu 8 vereadores, contra 5 do PTB, conforme a tabela 18:<sup>344</sup>

**Tabela 18** - Vereadores eleitos para a 5ª legislatura (1964-1968)

Nome	Partido	Votos	Candidato à reeleição
Alberto Rodrigues de Oliveira	PTB	980	Sim
Antônio Ferreira Alves	PTB	844	Sim
Antônio Soares Flores	PTB	575	Sim
Elísio Belchior da Costa	PTB	567	Não
Oswaldo Moacyr Alvarez	PTB	558	Não
Jacob Bruno Weissheimer	PSD	380	Não
Almerindo Rosa da Silveira	PSD	347	Sim
Dinarte Andrade Araújo	PL	692	Sim
Cirne Alves Schmitt	PL	389	Sim
Antônio Canabarro Tróis Fº	PDC	472	Não
Lina Plentz Alves	PDC	353	Não
Luiz Pereira de Souza	MTR	386	Não
Melton Ignácio Both	PRP	441	Sim

**Fonte:** UPHAM/AHC, Acervo Política/Eleições/Câmara, Caixa 25, Pasta 5, Material do PDC

A derrota trabalhista foi considerável naquela eleição. Quais fatores podem ter contribuído para tal resultado? Um fato já foi discutido aqui: a forma como a população via as questões locais, de forma diferenciada em relação às estaduais e nacionais (subcapítulo 1.2); um segundo fator pode ter sido a polarização política, ainda que ela tenha permeado de forma mais implícita na campanha. O conflito em torno de uma

<sup>344</sup> Sobre a renovação da 4ª legislatura (1960-1963) para a 5ª (1964-1968): dos 13 vereadores titulares que encerraram a legislatura em 1963, quatro não tentaram a reeleição: Orestes Ferla, Manoel Calbo, Nilo César del Cueto Reis, e Armando Würth — os dois últimos licenciados do cargo naquele momento. Dos outros nove, sete se reelegeram, conforme a Tabela 18. Dois não conseguiram a reeleição: Alcides Nascimento e Edson Medeiros. Em ambos os casos a regra do quociente eleitoral acabou lhes retirando essa possibilidade. Nascimento obteve 531 votos, tendo mais votos que 7 dos vereadores eleitos, e sendo o sexto mais votado do PTB. No entanto, a regra acabou permitindo ao partido ficar com 5 cadeiras, sobrando a ele a 1ª suplência. Já Edson se candidatou pelo PSB, já que não logrou ser escolhido na convenção trabalhista. Foi o segundo mais votado no geral, com 866 votos — perdendo apenas para Alberto Oliveira —, mas a agremiação pela qual concorreu não conseguiu atingir o quociente eleitoral para conquistar uma cadeira.

suposta ofensa a Brizola apareceu nos embates, o que sugere que o tema estava presente e possivelmente era explorado pela oposição, associando o líder nacionalista e trabalhista ao comunismo, por exemplo. Mas, cabe lembrar, o trabalhismo tinha capilaridade entre os canoenses, e o próprio Brizola tinha um eleitorado cativo na cidade (ver Tabela 4). O que pesou mais foi a participação da máquina estadual durante a crise das enchentes. Depreende-se daqui que a radicalização também era exposta nas discussões locais, não se discutindo, nesse caso, questões mais estruturais e ligadas ao plano nacional, como as reformas de base, mas sim, temas do cotidiano da cidade, articulados com a atuação do governo estadual junto ao município, durante a administração interina de um aliado do governo Meneghetti. Discussão ainda mais exaltada levando em conta o clima político do país.

Todavia, o fator mais evidente foi a divisão interna do PTB, somada à organização da campanha adversária. Enquanto, em março, o bloco anti-PTB já havia definido candidatos — todos com histórico conhecido na cidade<sup>345</sup> —, o partido trabalhista teve dificuldades em escolher um sucessor para o Cel. Medeiros e suas alianças. Além disso, após as eleições, as fissuras tornaram-se explícitas, com críticas de vereadores da própria base do governo à gestão do Cel. Medeiros e à liderança de Edson Medeiros<sup>346</sup> na bancada trabalhista. Zolmar Santos deixava entender que a derrota era responsabilidade do prefeito e do seu filho:

Considerou o Vereador Zolmar Machado dos Santos, que de fato a atual administração foi péssima, mas mesmo assim obteve o candidato do P.T.B. uma boa votação, aquém do esperado, mostrando com isto que o P.T.B. em Canoas é bastante forte. Declarou (...) que não aceita mais a liderança do Vereador Edson Medeiros, em virtude de não possuir aquele Vereador, mais condições para liderar a Bancada Trabalhista, pelo fato de ter concorrido por um outro Partido e, que finalmente considerava o Vereador Edson Medeiros um carreirista político. Declarou ainda (...) que o Vereador Edson Medeiros traiu o Partido Trabalhista Brasileiro, esquecendo-se que foi nesse Partido que o projetou no Cenário Político.<sup>347</sup>

A não candidatura pelo PTB deveu-se à derrota de Medeiros na Convenção Trabalhista para as vagas de candidatos a vereador — um indicativo da crise interna. Além disso, Edson já havia sido membro do PSB antes de ingressar no PTB. De

<sup>345</sup> Lagranha já havia sido candidato a prefeito em 1951 e 1959 e vice-prefeito eleito em 1955. Longoni era o vice-prefeito eleito em 1959 e já havia sido vereador nas duas primeiras legislaturas (1947-1951; 1952-1955) da Câmara canoense (ANGELI, 2015; RANINCHESKI, 1998).

<sup>346</sup> Apesar da candidatura pelo PSB, Edson manteve-se como líder da bancada do PTB entre março e novembro de 1963.

<sup>347</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 83/63, Canoas, 14/11/1963.

qualquer forma, as palavras de Santos eram duras com o colega de partido, e expunham as divergências trabalhistas de Canoas. Ainda que estivessem unidos nas discussões de temas nacionais, a luta política local os afastava.

Na Executiva municipal, a crise era ainda mais explícita. A primeira reunião após o pleito gerou pedidos para renúncia coletiva da direção municipal do partido, o que não ocorreu, pois esses entendiam que, se a orientação política traçada pela Executiva fosse seguida, "o resultado teria sido bem outro".<sup>348</sup> Em março de 1964, a eleição do ano anterior ainda era discutida: Antônio Flores dizia que o Diretório e a Executiva se afastaram do eleitorado trabalhista de Canoas; já o presidente em exercício do Diretório, José Cândido de Souza, lembrou que Flores e Nascimento costumavam, enquanto vereadores, levar reclamações para a Executiva contra o prefeito Cel. Medeiros, "culminado por atacar o prefeito de então e a influência do seu filho dr. Edson Medeiros.",<sup>349</sup> o que teria prejudicado a campanha.

O vereador eleito para 5º legislatura, Oswaldo Alvarez, propôs um diagnóstico para compreender aquela derrota para Alvarez:

(...) em 1º lugar o candidato foi lançado tarde; em 2º lugar que o candidato da oposição tinha mais força; 3º lugar que a prefeitura não tinha verbas; 4º lugar que a Executiva também foi culpada; 5º lugar que o Diretório não teve culpa, prosseguindo, S.S. não poupou nem o Diretório Regional do Partido culpando-o também pela derrota de Canoas por ter o mesmo se preocupado com a candidatura do companheiro Sereno Chaise em Porto Alegre etc., etc.<sup>350</sup>

Portanto, Alvarez incluía o Diretório Regional por não ter se esforçado pelo concorrente do município. É possível cogitar tal possibilidade, até mesmo pelos outros fatores: a desorganização e a divisão do partido na cidade, além de que Porto Alegre seria vista com mais cuidado por ser a capital e maior cidade do Estado. Essa sessão chama a atenção, também, porque marcou o encerramento da trajetória de Edson Medeiros no PTB, pois foi excluído do partido.<sup>351</sup>

<sup>348</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 39, 11/12/1963.

<sup>349</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 40, 02/03/1964.

<sup>350</sup> DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 2, 17/03/1964.

<sup>351</sup> "Doutor Edson Medeiros, excluído do partido como incurso nas sanções dos artigos nº 65º letra "b" e 66º letras "a" "b" "e" "d" do Estatuto (...)" (DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PTB DO MUNICÍPIO DE CANOAS. Livro de Atas. Ata 2, 17/03/1964).

A vitória de Lagranha acabará desenhando uma articulação mais explícita da crise política nacional com o âmbito municipal, muito em função do comportamento do prefeito eleito a partir do seu discurso de posse, em 31 de dezembro de 1963, em que deixava transparecer o seu lado naquele período de incertezas e o papel que assumiria a partir daquele dia, conforme será visto no capítulo seguinte.

#### **4. CANOAS E OS MOMENTOS FINAIS DO REGIME DEMOCRÁTICO: A ADMINISTRAÇÃO LAGRANHA, A OPOSIÇÃO PETEBISTA E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

O ano de 1964 acabou sendo derradeiro para a polarização vivida no Brasil: Goulart, para superar o isolamento que se encontrava acabou optando por aproximar-se da FMP e das demandas da esquerda nacional-reformista aglutinada naquela frente. Por outro lado, os seus adversários políticos, tanto civis como militares, viram tal movimentação como prova definitiva das intenções “comunistas” do presidente. A radicalização ficava ainda mais patente.

Como Fico (2014) afirmou, já não estava mais em andamento uma campanha de desestabilização do governo, mas sim, de articulação de uma conspiração contra Goulart e o trabalhismo. Como se encerraria esse processo? As respostas viriam no mês de março daquele mesmo ano, quando ficou clara as estratégias dos dois lados do campo político daquele momento.

Como a elite política canoense se comportou no estágio derradeiro? Houve mudança na administração municipal, assumindo a prefeitura um administrador do PSD, Hugo Lagranha, que demonstrou ser parte da engrenagem que articulava a queda do governo federal. Por outro lado, o PTB passou a ser oposição local e dividiu-se entre apontar as ações antidemocráticas de Lagranha - aquilo que ele nomeou como sua "pequena revolução" - e defender Goulart e tomar posição frente aos eventos que acabaram culminando com o golpe de Estado civil-militar contra o presidente da República e o governo trabalhista. Tais situações serão vistas nesse capítulo.

##### **4.1. A "pequena revolução" de Lagranha: a articulação entre a administração municipal e os movimentos de conspiração no Rio Grande do Sul**

O Ano de 1963 findou em Canoas com a posse do novo prefeito municipal, Hugo Simões Lagranha (PSD), e da nova legislatura da Câmara Municipal (ver Quadro 2, subcapítulo 2.3) no último dia do ano. Conforme já visto, o PTB local havia saído fragilizado do pleito do ano anterior: além da derrota com uma diferença significativa de votos, os vereadores que assumiriam, a partir daquele instante, o papel de oposição eram minoria na Casa. Enquanto o prefeito eleito tinha 8 vereadores aliados (PSD, PL e PDC elegera dois vereadores, enquanto PRP e MTR, um cada) na Câmara, os petebistas teriam 5 legisladores.

Somando-se a tal situação, o novo administrador não escondia o seu lado no jogo político vivido no país naquela conjuntura. Lagranha era um ferrenho antitrabalhista, ainda que buscasse construir uma imagem de apartidarismo, ou, dito de outra forma, de interessado apenas em cuidar da cidade e da sua população, conforme lembra Angeli (2015). Mas Lagranha tinha vínculos políticos estreitos com a cúpula estadual do seu partido: basta lembrar que, ao longo do ano de 1963, havia sido assessor do governador Ildo Meneghetti.



**Figura 9:** Meneghetti (ao centro) e Lagranha (à direita) na prefeitura de Canoas, em 1965. Fonte: UPHAM/AHC.

Todavia, a representação para os eleitores e a população como um todo da cidade era a de que havia chegado à prefeitura um administrador. Assim era afirmado por aliados como o vereador Dinarte Araújo, ao comemorar a vitória do pessedista:

(...) de imediato concedeu a palavra ao Vereador Dinarte Andrade Araújo — (...) inicialmente apresentou êste Vereador as suas congratulações aos Senhores Vereadores reeleitos e, da mesma forma as suas congratulações com a vitória obtida pelos Senhores Hugo Simões Lagranha e Jacob Longoni, respectivamente eleitos Prefeito e Vice-Prefeito. Salientou (...) que a vitória dêstes dois homens públicos, não foram estritamente suas, mas sim, a vitória da própria população de Canoas. (...) ponderou o Vereador Dinarte Araújo que o povo já aprendeu a escolher os seus candidatos, e que não mais adianta a demagogia. (...). Finalizando, declarou (...) que podem todos ficarem certos de que a partir de 1º de janeiro de 1.964, tudo vai mudar na máquina administrativa do Município, com um Governo de trabalho e realizações.<sup>352</sup>

<sup>352</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 84/63, Canoas, 18/11/1963.

Ainda que o vereador citado julgasse o prefeito eleito como um realizador, o discurso de posse feito por Lagranha, em 31 de dezembro de 1963, demonstrava alguém preocupado, dentro da sua perspectiva da conjuntura política brasileira do final de 1963 e início de 1964, com a situação política do país e da própria cidade, principalmente no que se referia aos que ele nomeava como "acomodados". Inicialmente, o prefeito alegava que a vitória não era sua, mas do povo de Canoas. Ele que detinha o poder na cidade e era o verdadeiro vencedor, cabendo apenas ao prefeito administrar o município com zelo:

As glórias e honras pertencem, mais ao povo do que a nós, não somos e não fomos vitoriosos, a vitória, realmente, deve ser atribuída aos que lutaram com desvelo e amor. O resultado não permite um poderoso, poderosa foi a manifestação popular, a quem nos curvamos.<sup>353</sup>

Depois, sua manifestação direcionava-se ao momento político nacional, que se fazia sentir também naquele "torrão":

Conhecemos as duras trilhas, navegaremos em águas não mui tranquilas, *enfrentaremos a fúria desencadeada pelo desajuste da conjuntura em que vivemos, fruto de acomodações, alheamento e, até mesmo, impatriotismo de interessados em transformar o que é nosso em ruínas.* Dias tumultuosos tem vivido a nação brasileira, *os reflexos dessa situação atingiu nosso torrão que é devorado pela inclemência dos descontroles.* Evidente, não poderíamos fugir à calamidade, resta-nos prudência, cautela e decisões firmes, não recuar, não titubear, não fraquejar, também, não exorbitar, *de resto cabe-nos enfrentar e combater as orgias e os delírios dos audaciosos*<sup>354</sup>

Na luta política daquele momento, havia uma disputa em torno do que era ser patriota: para as esquerdas, era fazer as reformas e alterar a estrutura socioeconômica nacional. Para as direitas, era a manutenção da ordem e o combate aos "comunistas", colocando no mesmo patamar grupos tão diversos politicamente como os comunistas e os trabalhistas. Nessa disputa, Lagranha mostrava sem maiores receios a sua posição. Para ele, a radicalização política nacional era responsabilidade do *impatriotismo* dos grupos políticos reformistas. Era o que estava levando ao descontrole do país e que atingia até mesmo Canoas. Cabia, para bem administrar a cidade, combater as "orgias e delírios dos audaciosos", assim vistos por Lagranha os grupos políticos nacional-reformistas.

---

<sup>353</sup> FCC, 2006, p.35. O discurso encontra-se, na íntegra, no volume dedicado à primeira gestão de Lagranha como prefeito em Canoas da coletânea *História dos nossos prefeitos*, editada pela Fundação Cultural de Canoas.

<sup>354</sup> FCC, 2006, p.35-36 (grifos meus).

Após insistir que lutaria por uma cidade com menos dissabores e orgulhosamente servir ao povo canoense, Lagranha voltava sua carga aos seus opositores, tanto na esfera nacional, como na local:

*O Brasil, assim como esta cidade, está repleto de salvadores, de messias que na realidade, apenas, querem é satisfazer seus egocentrismos, galgar posições avantajadas; não creiam nessa espécie perigosa, não irão além do que são, não tem essência, são vazios e oportunistas. (...) A inquietude da época propicia alardes mirabolantes, não tentemos experiências, poderão trazer duras penas, o desvelo demonstrará, em última análise, defesa e amor à pátria.<sup>355</sup>*

O recado tinha direção: o PTB, os trabalhistas e os nacional-reformistas. Para Lagranha, eram vazios, egocêntricos, buscavam apenas ascender politicamente às custas do povo. Eram uma *espécie perigosa*.<sup>356</sup> Podiam propor "alardes mirabolantes", mas não conseguiriam pô-los em prática. Esse excerto sintetizava o pensamento de Lagranha e seu posicionamento na disputa política nacional. Expunha seus valores e crenças políticas. Representava uma concepção política em voga naquele contexto nacional. Ainda que localizado e restrito ao "torrão canoense", era uma voz representativa dessa percepção na cidade.

Não apenas o prefeito, mas também a nova legislatura da Câmara Municipal começava o seu trabalho nos inícios de 1964. Em nível nacional, o ano iniciava com a inflexão de Goulart para as esquerdas, acatando as propostas da FMP e se distanciando da política de conciliação. Por outro lado, as oposições também radicalizavam. Como lembra Figueiredo (1993), entre as lideranças políticas da UDN e do PSD, já havia disposição para impedir uma suposta "guerra revolucionária",<sup>357</sup> que teria a participação de Goulart e dos comunistas.

---

<sup>355</sup> FCC, 2006, p.37 (grifos meus).

<sup>356</sup> Como lembra Chaves (2014), não havia uma delimitação clara do que era a esquerda para os seus opositores — militares, como citado pelo autor, mas também as oposições civis. Abarcava desde os trabalhistas mais moderados e ia até os setores mais radicais.

<sup>357</sup> De acordo com o deputado udenista Bilac Pinto, Goulart organizava uma "guerra revolucionária" para se garantir no poder e conclamava, assim, as forças de oposição a reagir com armas (FIGUEIREDO, 1993).



**Figura 10:** 5º legislatura (1964-1968) da Câmara Municipal de Canoas. Fonte: <http://memoriainstitucional1.blogspot.com.br/2012/10/5-legislatura.html>. Acesso em 5 abr. 2017.

Em Canoas, os vereadores trabalhistas, então cumprindo o papel de opositoristas, começaram a pressionar Lagranha sobre demissões sumárias de funcionários públicos municipais, supostamente por terem vinculações partidárias com o PTB. Logo no dia 6 de janeiro, com apenas uma semana de exercício da gestão, os trabalhistas Osvaldo Alvarez e Alberto Oliveira alegavam que uma exoneração teria acontecido por questões políticas:

Continuando com a palavra, (Alvarez) ponderou ter verificado que a atual Administração, já nos seus primeiros dias de atividade, vem efetuando pressões políticas contra o funcionalismo, culminando com a exoneração de uma simples servidora por pertencer a mesma as hostes do P.T.B. — (...) declarou que estes acontecimentos muito lhe entristeciam, mas esperava que estivesse enganado e, que não haverá mais demissão de funcionários como muito se propala. — Seguiu-se com a palavra o Vereador Alberto Rodrigues Oliveira, dizendo que repudiava a atitude do Sr. Prefeito Municipal por ter exonerado uma funcionária. (...). Logo Após, declarou o Vereador Alberto Oliveira que a funcionária exonerada foi informada pela pessoa que estava respondendo pela diretoria do D.E.P. que a mesma seria despachada pelo fato de ter trabalhado para candidatos do P.T.B.<sup>358</sup>

Os vereadores trabalhistas mantiveram a postura de acusar a prefeitura de acoessar servidores que tivessem vínculos com os petebistas: Alberto Oliveira falava em

<sup>358</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 02/64, Canoas, 02/01/1964.

"verdadeira perseguição política aos funcionários"<sup>359</sup> e Antônio Flores dizia ter ouvido o próprio Lagranha declarar ao prefeito de Viamão "que perseguirá os adeptos do P.T.B. na Prefeitura."<sup>360</sup>

O tema ganhou repercussão mesmo na imprensa da capital: nota no periódico *Última Hora* intitulada *Lagranha demitiu barnabés e quer novos funcionários* lembrava que prefeito queria contratar funcionários e que recebeu a sugestão do vereador do PTB, Osvaldo Alvarez, para preencher tais vagas com aqueles que o próprio administrador municipal havia dispensado:

O Executivo enviou projeto à Câmara, criando 30 vagas no quadro de operários da PM, face à grande demanda de serviços a serem realizados (...). O vereador Osvaldo Alvarez, da bancada trabalhista, face a isto, sugeriu que seja dada preferência para o preenchimento das vagas, aos barnabés "degolados" por Lagranha no mês de janeiro. Emenda neste sentido deverá ser apresentada pelo vereador Elísio Costa, líder do PTB.<sup>361</sup>

A situação defendia a postura do gestor municipal quanto às exonerações: Cirne Schmitt alegava que as demissões estavam acontecendo devido à situação irregular daqueles servidores junto à prefeitura: "(Schmitt) Diz ainda, que fazem críticas do Sr. Prefeito pela demissão de funcionários, mas nunca se diz o porque da dispensa, não se diz que a *maioria dos dispensados* estavam ilegalmente na prefeitura."<sup>362</sup> Ainda que Schmitt buscasse respaldar a atitude de Lagranha, deixou escapar — assim ao menos fez entender o relator da ata — que a *maioria* havia sido dispensada por irregularidades, logo, aqueles que não estavam inseridos nessa maioria foram demitidos por outras razões, possivelmente políticas.

Diversos documentos indicam que as questões político-partidárias e o acirramento da polarização política nacional foram decisivos para as exonerações promovidas pela administração canoense a partir de 1964. Luiz Pereira de Souza (MTR), eleito vereador em 1963 e que exerceu seu mandato entre 1964 e 1967, lembra que Lagranha não tinha simpatia pelos trabalhistas e possivelmente agiu para exonerar quem tivesse relação com eles:

(...) vamos falar no Lagranha que eu conheci mais, o Lagranha era contra o PTB. (...). É possível, é possível porque o Lagranha, ele era uma pessoa

<sup>359</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 13/64, Canoas, 09/03/1964.

<sup>360</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 20/64, Canoas, 30/03/1964. Segundo o vereador, as declarações teriam sido feitas em uma visita do administrador de Viamão a uma fábrica de Canoas.

<sup>361</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 19 de fevereiro de 1964, n° 1222, p.16.

<sup>362</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 12/64, Canoas, 02/03/1964. (grifos meus).

honesto, mas muito dura, durão, e político. Quem não é a meu favor, é contra mim. Então é possível que ele tenha exonerado muita gente por pertencer ao partido. Eu não me lembro de nome, se pedir pra citar nomes, não lembro quem ele dispensou.<sup>363</sup>

Um dos funcionários exonerados por Lagranha era Nilton Leal Maria. Maria fora, posteriormente, vereador na cidade em duas legislaturas, entre 1973 e 1982, sempre eleito pelo MDB. Antes, segundo seu relato a Ranincheski (1998), militou pelo PTB, fundando a Ala Moça do partido na Vila Niterói. Segundo ele, esse foi o seu melhor momento político na vida: "A melhor parte da minha vida foi quando não tinha cargo eletivo, quando não era vereador. Eu fazia política de base, fazia política nas casas, nos clubes, no colégio." (RANINCHESKI, 1998, p.123).

De acordo com Maria, Lagranha já havia chegado na sede da prefeitura ao lado do seu antecessor, o Cel. Medeiros, em 31 de dezembro de 1963, dia da posse, disposto a não manter funcionários trabalhistas:

No dia da passeata do Lagranha, o Coronel Medeiros pediu que o Lagranha chegasse antes para que ele pudesse apresentar aos funcionários, porque a prefeitura era um prédio velho. O Lagranha vinha em uma caminhonete e disse: Eu não quero ver nenhum desses PTB dentro da prefeitura (RANINCHESKI, 1998, p.126).

Maria também relatou que a alegação do prefeito para a sua exoneração era uma foto de Brizola que tinha na gaveta de sua sala na sede da administração municipal:

Eu era chefe da arrecadação da tributação da prefeitura de Canoas, e o Coronel Medeiros me convidou para ir lá churrasquear. Eu disse que não podia ir. Isso foi em 1961. E a dona Ivone, funcionária, foi. Lá eles distribuíram fotos do presidente e de Brizola. Quando ela voltou ela me deu uma foto de Brizola. Eu peguei aquela foto e botei numa gaveta. É aquela foto do Brizola que eu tinha na gaveta. Foi a alegação do sr. Simões Lagranha para me pôr na rua da prefeitura, arbitrariamente. Ele me chamou e me mostrou a foto. Aí eu disse: mas sou Jango, sou trabalhista. E ele disse: Mas agora quem manda é a revolução, agora tu vai embora bem quietinho. (RANINCHESKI, 1998, p. 123-124).

Deve-se, evidentemente, evitar o que Bourdieu chamou de "ilusão biográfica". (BOURDIEU, 2006). Pode-se estar diante de um depoimento em que Maria buscou construir sua história de forma coerente e linear em que se posicionaria como uma vítima da arbitrariedade de Lagranha. Mas a documentação escrita confirma que o

---

<sup>363</sup> SOUZA, Luís Pereira de. *Depoimento* (setembro/2012). Entrevistador: Anderson V. Torres. Canoas: (s.l.), 2012.

prefeito de então usou o cargo para persegui-lo, assim como outros servidores que tivessem ligação com o PTB. Lagranha não queria — e os relatos aqui citados caminham nessa direção — proximidades com aqueles que via como adversários políticos naquele contexto. Desde Brizola — simbolicamente expelido da prefeitura pelo seu retrato guardado por um militante trabalhista — até as lideranças do PTB local não eram bem-vindos pelo político, ainda que o discurso oficial dos legisladores aliados à administração alegassem outras razões para as exonerações. Eram, a seu ver, como deixou evidente em seu discurso de posse na prefeitura, uma *espécie perigosa*.

Tampouco se trata de julgar Lagranha: suas ações estavam de acordo com o pensamento corrente que o mesmo seguia. Na luta política do período, Lagranha adotou uma clara perspectiva antirreformista, coerente com aqueles com quem tinha ligações políticas e com a linha adotada pelos partidos que o davam suporte, na disputa estadual e nacional. Se antes do golpe de 1964 era preciso cuidado para não evidenciar o tom político, após ele, Lagranha não se furtou em revelar que, de fato, fizera perseguições políticas contra os trabalhistas. Em entrevista a *Folha da Tarde* em junho de 1970, quando já exercia o segundo mandato, então nomeado pelos militares, revelou seu modo de operação logo após tomar posse, em 31 de dezembro de 1963:

O filho do Medeiros, ex-prefeito, disse que Lagranha não duraria 90 dias na prefeitura. Que o governo era do Jango e trabalhista. Lagranha era reacionário ferrenho.

Eu disse que o problema era meu e que nós íamos dar um giro de 180 graus. E dei arrocho, meus gritos, minhas badernas, botei funcionário na rua, encurralei os sem-terra, pinteí o caramujo e chamei o DOPS.<sup>364</sup>

Com relação a Maria, sua exoneração foi confirmada em 1966 por razões políticas,<sup>365</sup> e teve sua atuação investigada pela Comissão de Investigação do Estado em 1969.<sup>366</sup> Alegava-se que havia militado no PCB e que poderia ser "subversivo". Reaparecia nesses documentos a associação entre as esquerdas e o comunismo.

Um episódio ocorrido em Canoas nos fins de fevereiro de 1964 demonstrou o quanto Lagranha estava vinculado a um pensamento político mais conservador, identificado, por tanto, com os grupos antirreformistas na luta política daquele momento. O caso de um grupo sem-terra de Canoas que se dirigia a uma cidade, pois

<sup>364</sup> *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 23 de junho de 1970, n.º, p.16.

<sup>365</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. Gabinete do Prefeito. Ofício 87/492/69, Canoas, 19/06/1969.

<sup>366</sup> GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria dos Negócios da Administração, Comissão de Investigações, Porto Alegre, n.º. 354, 13/06/1969.

havam prometido a eles um pedaço de terra. O trajeto dos camponeses foi interrompido em Canoas pela ação da polícia e do DOPS, conforme noticiou a *Última Hora*: de acordo com a matéria do periódico, os agricultores locais teriam sido parados, sob a justificativa de estarem desrespeitando regras de trânsito. Todavia, a crise levou ao impedimento da viagem daqueles sem-terra, e ainda tiveram vários líderes camponeses locais sendo presos pelo DOPS:

(...) sob o pretexto de que os caminhões trafegavam com pessoas na carroçaria, policiais do DOPS, que levaram inspetores de trânsito para dar cobertura à arbitrariedade, impediram, ontem, pela força, que 400 famílias de camponeses de Canoas se transportassem para as terras que lhes haviam sido doadas pelos herdeiros da sra. Gertrudes Xavier, no município de Encruzilhada do Sul.

A apreensão dos veículos e a prisão de todos os líderes dos "sem terra" — dirigentes da Associação dos Camponeses e do Sindicato de Canoas — ocorreu pela manhã, no posto policial da BR-2, onde o DOPS já se encontrava desde às cinco horas, decisivamente com objetivos outros que não os de fazer cumprir o Código Nacional de Trânsito.<sup>367</sup>

Além das prisões e de impedir a continuidade do trajeto dos camponeses canoenses, a notícia informava que o DOPS fazia um cerco à sede da associação dos sem-terra, local para onde haviam se deslocado os agricultores para aguardar se poderiam seguir rumo à fazenda em Encruzilhada do Sul:

A reportagem da UH, na mesma madrugada de hoje, pôde constatar que a sede da Associação dos camponeses está sitiada pelos policiais, comandados por um jipe do DOPS (...) que conduzindo os inspetores (...) rondava o acampamento.<sup>368</sup>

O informativo não citava, em nenhum momento, o papel da administração local na resolução da situação. No entanto, um dossiê produzido em 1969 pelo prefeito Lagranha, visando atingir vereadores que não o apoiavam na Câmara, e que fora enviado ao governador do Estado naquele momento, Walter Peracchi Barcellos, deixava claro o papel do gestor canoense naquele evento: a ação foi articulada entre os governos municipal e estadual. Mais ainda, mostrava que a prefeitura agia vigiando e controlando os seus opositores trabalhistas, relatava a participação de um vereador do MDB, Alcides Nascimento — que, em 1963, tentou se reeleger para a Câmara, mas se classificou apenas como suplente —, e como tentou impedi-lo de auxiliar os camponeses.

<sup>367</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 20 de fevereiro de 1964, n° 1223, p.7.

<sup>368</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 20 de fevereiro de 1964, n° 1223, p.7.

Êste cidadão, candidato em 1963, não se elegeu, mas como à época já havia demonstrado os seus pendores e se manifestado expressamente em favor de Jango e Brizola (...) intitulou-se também "sem-terra", para ajudar a tumultuar esta cidade. Com habilidade, conseguimos às 23:00 horas do dia 21.02.64, levá-lo para o local onde estavam concentrados, por determinação nossa, os "sem-terra" de Canoas (...), depois de muita luta e com a reportagem na Fôlha da Tarde de 22.02.64, conseguimos caracterizar sua presença e classificá-lo de subversivo.<sup>369</sup>

O prefeito, ao relatar as suas ações naquele momento, mostrava que suas intenções eram fruto da radicalização: caracterizava Nascimento como adepto de Goulart e Brizola e, logo, um agitador, alguém que pretendia "tumultuar a cidade". Para inibi-lo, lançou mão de métodos repressivos, como encaminhá-lo para junto dos sem-terra e, assim, poder qualificá-lo como "subversivo". Contudo, a julgar pela memória do prefeito canoense, foi insuficiente para controlar Nascimento:

Com muita cautela, com muito jeito, depois de várias reuniões conseguimos amenizar em parte o problema, porém o sr. Alcides Nascimento continuava instigando os pressupostos agricultores para que se deslocassem a Dom Feliciano e tomassem conta das terra da Dona Gertrudes Xavier de Oliveira (...).  
(...) fomos obrigados a apelar ao então Chefe da Casa Militar, Cel. Pacheco, no Gôverno Hildo Meneghetti, para que prendesse o ônibus que intempestivamente levava os agricultores para Dom Feliciano, na madrugada de 21.02.64.<sup>370</sup>

A presença de Nascimento parecia mover, na visão de Lagranha, os agricultores a tentar chegar nas terras que alegavam ter sido doadas para eles. O incômodo levou o prefeito a apelar ao governo estadual, embora a conexão entre o Estado e o município já estivesse vigente desde o início dos eventos. De qualquer forma, o suplente da Câmara seguia desafiando o cerco da prefeitura:

Retornando os "sem terra" ao local de origem (..) o sr. Alcides Nascimento, coadjuvado e auxiliado pelo sr. João Lopes da Silva (...) conseguiram furar a nossa vigilância e observações, e, por informes e informações, soubemos que (...) fizeram com que as famílias que estavam na Rua Primavera, Vila Rio Branco, se deslocassem para a BR-116 (...) numa espécie de desacato aos nossos côntrôles, reunindo-se defronte a indústria Forjasul, instalando e transferindo o núcleo subversivo numa demonstração e mostra para os que lá passassem, vissem o movimento de protesto dos "sem terra".

---

<sup>369</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. Gabinete do Prefeito, Ofício 87/523/69, Canoas, 26/06/1969.

<sup>370</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. Gabinete do Prefeito, Ofício 87/523/69, Canoas, 26/06/1969.

Nessa altura dos acontecimentos, só nos restou uma solução, ou seja, apelar, em 07.03.64, para o DOPS expulsar do local onde se encontravam os comunistas e agitadores (...).<sup>371</sup>

O uso da repressão foi, ao fim, o expediente usado pela prefeitura, com o suporte do governo estadual, ao ceder o DOPS para a ação, para encerrar a crise e afastar os "agitadores". Lagranha seguia, dessa forma, o modelo de governo do seu correligionário e ex-chefe durante o ano de 1963, Ildo Meneghetti. Conforme Cánepa (2005, p.394), o governo de Meneghetti sempre se apresentou como o oposto do governo trabalhista de Leonel Brizola. Este, administrara o estado interpelando os movimentos sociais, especialmente agrários, e contava com a mobilização de amplos setores populares. Para Meneghetti, a forma de governar do antecessor tratava-se de demagogia e descontrole. Por seu turno, governou o Rio Grande do Sul fazendo uso frequente das forças de repressão contra movimentos e mobilizações sociais. Não foram poucos os casos em que o governo estadual fez uso das forças policiais, como a visita de Carlos Lacerda ao Estado, já comentada aqui, assim como em outros episódios relacionados a camponeses sem-terra.<sup>372</sup> Para tal, muitas vezes o governo estadual contava com os aliados locais para denunciar possíveis movimentações nesse sentido. Lagranha, dessa forma, agiu de modo condizente com as práticas estabelecidas em nível estadual. Como o próprio prefeito declarou anos depois, no excerto de sua entrevista ao jornal *Folha da Tarde*, havia "encurralado os sem-terra" na cidade e dessa forma participava da desmobilização daquele movimento social.

O episódio não passou em branco entre os vereadores canoenses, especialmente os trabalhistas, muitos deles vinculados ou simpatizantes daqueles grupos atingidos pela repressão da polícia do estado rio-grandense. Alvarez condenou o uso da polícia de choque na remoção dos "sem-terra" — os "comunistas e agitadores" no relato de Lagranha —, enquanto o situacionista Cirne Schmitt alegou que foi necessário, pois alguns agricultores "foram iludidos de que havia uma fazenda no município de Encruzilhada do Sul, e que iria ser dividida."<sup>373</sup> Recaíram críticas à SUPRA também:

---

<sup>371</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. Gabinete do Prefeito, Ofício 87/523/69, Canoas, 26/06/1969.

<sup>372</sup> Cánepa (2005) alude à repressão ocorrida contra um acampamento de sem-terras instalado em Nonoai, interior do estado. Nesse caso, houve a expulsão dos acampados e a prisão de sindicalistas que se dirigiam ao local para levar mantimentos aos acampados por parte da Chefia de Polícia e da Brigada Militar.

<sup>373</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 13/64, Canoas, 09/03/1964.

Antônio Flores, do PTB, pediu que fosse registrada em ata acusação de Schmitt de que a entidade estatal desviava verba para os sem-terras.<sup>374</sup>

Conforme afirmam autores como Reis (2014), a conspiração<sup>375</sup> contra Goulart e, conseqüentemente, o golpe que ocorreu em março/abril de 1964, tinham funções *defensivas*, de combater qualquer possibilidade de avanço e vitória das forças nacional-reformistas. Para tal, assim que o golpe se consolidou, os militares e os seus aliados civis colocaram em prática algo que já ocorria em estados e municípios com administrações antitrabalhistas, mas que só ganharam legitimidade após o golpe. Tais movimentos, como vigiar e perseguir adversários políticos, já estavam presentes em Canoas desde a posse do prefeito do PSD. Lagranha colocou em prática as exonerações aos funcionários públicos e o cerco aos movimentos sociais na sua gestão. O dossiê de 1969 assinalava com mais ênfase o papel de Lagranha no controle e na vigilância da oposição trabalhista.

As práticas de controle sobre opositores foram utilizadas sempre que necessárias, aos olhos da administração municipal. O que vai ao encontro do que Fico (2014b) afirma: diferentemente do que o senso comum propugna, o golpe de 1964 — bem como seus momentos anteriores de conspiração — não foi incruento, sempre esteve presente a violência.

Lagranha, portanto, era parte, como liderança política local, de uma engrenagem maior: a conspiração civil-militar para derrubar o governo trabalhista e impedir qualquer avanço social e político que as lideranças vinculadas a aquela ideologia representavam. Como afirma Wassermann (2010), os estudos sobre o golpe civil-militar de 1964 precisam começar a atentar para o papel dos governos estaduais e as peculiaridades e especificidades de cada caso. Parece aqui que, no caso gaúcho, pesou a articulação entre o Estado e as forças políticas locais, que, no caso canoense, eram representadas pela administração Lagranha. O golpe, argumentavam seus proponentes, era contra a "subversão" e o "comunismo". Todavia, o alvo era o trabalhismo e o que essa cultura política representava, e para tal foi necessário o suporte e articulação de diversas forças, não apenas sociais — políticos conservadores, setores empresariais, militares, etc. —, mas também regionais e locais.

---

<sup>374</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 02/64, Canoas, 16/03/1964.

<sup>375</sup> Concorde-se, aqui, com Fico (2014b), em que se deve diferenciar desestabilização e conspiração: a primeira ocorreu durante os anos de 1961 e 1963, e consistiu em campanhas de grupos anti-Goulart para desestabilizar e enfraquecer o governo trabalhista. Tais campanhas eram lideradas pelo IPES e IBAD, e contavam com auxílio financeiro dos Estados Unidos, com pouca atuação de militares. Já a conspiração visava derrubar o presidente da República e contou com a atuação decisiva dos castrenses.

Não é por acaso que, no dossiê já citado, Hugo Lagranha descreve na introdução que antes do dia 31 de março de 1964, quando o golpe iniciou e rapidamente se consolidou, ele já havia instaurado uma "pequena revolução"<sup>376</sup> no município:

Ao correr de nossas explanações, Vossa Excelência terá oportunidade, com documentos anexos, constatar nossas afirmativas que são tôdas baseadas em documentário que vem ser anterior a 31 de março de 1964, iniciada a nossa ação logo após termos assumido o Gôverno Municipal desta cidade, no dia 02 de janeiro de 1964.

Sem falsa modéstia, Senhor governador, iniciamos em nossa administração uma pequena revolução que foi conjugada com o movimento de redenção da Pátria Brasileira, em 31 de março.<sup>377</sup>

Na entrevista à *Folha da Tarde* — assim como seu discurso de posse também permite entender —, a possibilidade de golpe já era aventada pelo próprio Lagranha, antes mesmo dele ser eleito prefeito, em 1963: "E na Revolução eu já estava vinculado antes de março de 1964, dentro de um esquema, fazendo as minhas andanças, que a Revolução não era pra ter sido em março, mas sim, em novembro (de 1963)"<sup>378</sup>.

Como ele afirma, a "revolução" estava a caminho. Ao ter conhecimento e participar ativamente assim que assumiu a administração de Canoas, torna-se claro que existia uma articulação golpista nos fins de 1963 que envolvia também lideranças locais, como o caso dele denota.

Compreende-se, assim, que Canoas desenhou a disputa política em curso no país de um modo específico em relação aos níveis estadual e nacional. A sua elite política antitrabalhista também foi parte da articulação da conspiração contra o governo Goulart, assim como os setores trabalhistas tiveram papel importante dentre as forças de apoio ao presidente petebista. Possivelmente, diversas elites políticas municipais, não apenas do Rio Grande do Sul, mas de todas as unidades da federação, também tiveram atuação conectada aos eventos nos níveis estadual e nacional, cada um guardando suas particularidades. O plano local era um elemento importante, e os poderes desses

---

<sup>376</sup> O termo "revolução" foi consagrado nos os meios militares e civis apoiadores do golpe logo após o dia 31 de março de 1964, como forma de legitimar politicamente aquele evento. Segundo Chaves (2014), os militares utilizaram — e ainda utilizam — esse vocábulo como arma na disputa pela memória do período ditatorial, apresentando os governos militares como "democráticos" e como salvadores do Brasil do "perigo vermelho": "Essa memória construída após 1964 e consolidada nas Forças Armadas cristalizou a imagem dos militares como "bons homens" que lutaram contra a tirania das esquerdas. (...) Em suma, tal construção memorialística desenhou a ditadura civil-militar como um período de prosperidade, de abundância, de paz, de seriedade, em que os governos dos cinco generais residentes fizeram o melhor que puderam à nação." (CHAVES, 2014, p.58).

<sup>377</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. Gabinete do Prefeito, Ofício 87/523/69, Canoas, 26/06/1969.

<sup>378</sup> *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 23 de junho de 1970, n.º, p.16.

também agiram visando — como demonstrado em Canoas — favorecer ou a conspiração e o golpe ou a defesa das forças nacional-reformistas. Havia, dessa forma, um vínculo entre as diferentes esferas políticas. Mais do que um reflexo ou microcosmo do Estado e da nação, muitos municípios — e o caso de Canoas evidenciou tal situação — foram uma variável fundamental na polarização política e nas suas consequências.

#### 4.2. A Câmara de Canoas e os movimentos da radicalização até o "desfecho"

Enquanto a cidade convivia com os embates entre a prefeitura e os funcionários públicos, sendo esses defendidos pela oposição trabalhista — o que demonstrava aumento do nível da polarização na elite política local —, os eventos nacionais e estaduais seguiam repercutindo e sendo interpretados pela Câmara de Vereadores, que, naquele instante, iniciava uma legislatura renovada pelo pleito do ano anterior.

No âmbito nacional, o ano começava com o presidente João Goulart tomando uma decisão importante: após ser pressionado pelas esquerdas para colocar em pauta as reformas de base de forma imediata e pelos seus apoiadores no centro político para manter as negociações, Goulart optou pelos aliados das esquerdas,<sup>379</sup> que até então faziam dura oposição ao governo pelas suas atitudes de "conciliação" com os "reacionários".<sup>380</sup> Ao escolher tal caminho, Goulart atraiu não só a hostilidade das direitas como também o afastamento de aliados tradicionais como o PSD. Formava-se, assim, uma coalizão anti-Goulart, de acordo com Figueiredo (1993), que se direcionou para a conspiração aberta contra o governo:

O apoio mais geral que os conspiradores buscavam, e que se mostrou decisivo para o sucesso da conspiração, veio apenas no final do governo e foi ativado pelas ações do próprio Goulart. (...), em seu último mês de governo, Goulart não apenas galvanizou a oposição contra si mesmo, como também minou o apoio que poderia ter obtido das forças de centro. (...) Logo no começo de 1964, já havia sinais de que a crise política ia se resolver de forma violenta e não pela negociação (FIGUEIREDO, 1993, p. 177).

<sup>379</sup> Ferreira (2005) descreve dessa forma a tomada de decisão de Goulart: "Acuado pela direita, sofrendo a desconfiança do PSD e perdendo o controle de seu próprio partido, ele (Goulart), no início de 1964, aliou-se às esquerdas e ao movimento sindical." (FERREIRA, 2005, p.324).

<sup>380</sup> O uso de termos como "reacionários", "gorilas" eram comuns entre os membros da FMP para referir-se aos grupos opositores. A "política de conciliação", por sua vez, fazia referência ao governo Goulart e sua estratégia de alcançar as reformas pela via institucional, algo inaceitável para a FMP, que defendia as reformas sem negociação ou concessões aos grupos políticos de centro ou de direita, uma vez que estes eram interessados diretos no enfraquecimento de proposições que os prejudicassem. Para maior entendimento da estratégia de ação da FMP, os estudos sobre o jornal *O Panfleto* — porta-voz da entidade — de Szatkoski (2008) e de Ferreira (2009) apresentam contribuições relevantes.

Os militares, que em 1961 não conseguiram adquirir o apoio da opinião pública, passaram a cuidar os passos dessa coalizão. Poderia estar ali um importante sustentáculo para o sucesso de um possível movimento para afastar Goulart da presidência.

A virada entre 1963 e 1964 também marcou o crescimento da radicalização à esquerda, e o Grupo de Onze Companheiros — ou Comandos Nacionalistas — sintetizava tal situação. Propostos por Leonel Brizola, tratava-se de um movimento de recrutamento de militantes da causa nacionalista.<sup>381</sup> Conforme Brandalise e Harres (2014), a ausência de fontes — muitas destruídas após o golpe pelos próprios membros para evitar que os golpistas alcançassem os adeptos — e o curto tempo de existência, encerrados com a chegada dos militares ao poder, não permitem reflexões definitivas sobre a natureza de tais grupos: tratavam-se de movimentos populares de pressão política por medidas reformistas e nacionalistas ou um possível grupo de enfrentamento paramilitar aos conservadores, que estariam já conspirando? De qualquer forma, a existência dessa mobilização refletia o clima cada vez mais tenso que a vida política nacional enfrentava naquele fim de 1963 e início de 1964.

O fato era que a conspiração já estava presente, embora não perceptível ainda à época no governo do Rio Grande do Sul. Como já visto, Ildo Meneghetti contava com um importante aliado em Canoas, o prefeito da cidade Hugo Lagranha. Zardo (2014) recorda que o movimento contrário a Goulart no Palácio Piratini iniciou-se logo após a eleição de Meneghetti para o segundo mandato como governador estadual, em outubro de 1962 — ele já havia exercido o cargo entre 1955 e 1959 —, e contava com participações de lideranças militares do IIIº Exército, autoridades policiais, líderes religiosos e de setores ruralistas e empresariais. Com a intenção de frear um suposto "plano continuísta"<sup>382</sup> de Goulart, o governo estadual provavelmente atuou ao lado dos grupos civis e militares anti-Goulart:

---

<sup>381</sup> Pelos motivos citados — a curta duração dos Comandos Nacionalistas e a ausência de fontes —, é difícil afirmar quem organizou os Grupos de Onze em Canoas, mas eles existiram na cidade. Alguns entrevistados, como Antônio Canabarro Tróis Filho e Mussoline La Roque, confirmam que havia grupos na cidade, embora não soubessem dizer quem poderia ter participado deles. No livro sobre os bairros São Luiz e São José, do projeto *Para lembrar quem somos*, o ex-vereador canoense Jurandir Bonacina lembrou um dos grupos no bairro São José: "Nessa época talvez existisse alguma coisa no bairro São José. Tinha algum movimento. O Grupo dos Onze, no tempo do Brizola. Tinha uns moradores dali, o seu Maroca, o Itacir, que pertenceram ao Grupo dos Onze (...)". (PENNA, 2001, p.91).

<sup>382</sup> De acordo com Skidmore (1982), havia receios entre os membros das direitas — e mesmo, também, das esquerdas — de que Goulart pudesse estar planejando um golpe para se manter no poder, uma vez que não poderia ser candidato à reeleição em 1965. Medidas como o pedido de Estado de Sítio, em outubro de 1963, corroborariam tal medo. Esses temores aumentaram em março de 1964, com o comício da Central do Brasil e o envio da Mensagem ao Congresso em que se propunham reformas políticas. Mas,

Para organizar os conspiradores gaúchos, o governo estadual auxiliou na realização de sucessivas reuniões e encontros realizados em Porto Alegre (...), além de organizar seguidas visitas de Ildo Meneghetti para cidades do interior do estado, como Passo Fundo (...) e Erechim. Estas eram levadas a cabo como parte da "política de interiorização" característica do governo Meneghetti (...), Porém (...), são fortes os indícios de que a conspiração contra o governo federal também integrava a agenda destas visitas ao interior do estado (ZARDO, 2014, p.101).

O governo estadual atuava de forma aberta contra o governo federal, e uma entrevista realizada no final do ano de 1963 fez o ano de 1964 começar tenso no Palácio Piratini, ajudando a elevar o nível da luta política no Rio Grande do Sul: o chefe da Casa Civil do governo estadual, Plínio Cabral, declarou ao *Correio do Povo* "que se tramava um "golpe" contra o regime, o qual, após ter sido transferido duas vezes no mês de dezembro, estava agora programado para ser deflagrado nos primeiros dias de janeiro." (CÁNEPA, 2005, p. 405). A declaração - denunciando uma suposta conspiração das esquerdas - causou, de acordo com Cánepa (2005), uma grande crise no governo Meneghetti, pois não havia provas e a oposição trabalhista explorou a fala do secretário para afirmar que o governo agia para manipular a opinião pública. A crise culminou com o pedido de exoneração de dois secretários: Fernando Gay da Fonseca (Interior e Justiça) e Gal. Amaro da Silveira (Segurança).

O início do ano de 1964 ficou marcado também pela troca de acusações à esquerda e à direita de que estavam armando um golpe contra a democracia: os primeiros acusavam os opositores de quererem golpear o reformismo e o nacionalismo, já os segundos diziam que Goulart e Brizola preparavam um golpe apoiado pelos comunistas, aos moldes da Revolução Cubana. Nos primeiros dias de trabalho dos vereadores canoenses naquele ano, a crise do governo estadual foi pautada pelos trabalhistas: houve uma manifestação de Antônio Flores congratulando Fonseca e criticando Cabral,<sup>383</sup> e a bancada do PTB ainda propôs requerimento — rejeitado pela Comissão de Justiça — de voto de louvor a Gay da Fonseca. Na justificativa, alegava-se que a decisão de exonerar-se havia sido corajosa, ao notar que o governador o subestimou, dando mais valor ao discurso de Cabral e ignorando o secretário que cuidava do dispositivo de segurança do Estado.<sup>384</sup>

---

como afirma Fico (2008), tais temores nunca passaram de suposições, uma vez que nunca se encontrou provas que confirmassem qualquer plano golpista por parte de Goulart ou dos seus aliados.

<sup>383</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 01/64, Canoas, 03/01/1964.

<sup>384</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 52/64. Caixa 48, Canoas, 14/01/1964.

O projeto não foi adiante, mas demonstrava que o PTB local tentaria aproveitar os espaços possíveis para desgastar o governo estadual no município, assim como para defender o projeto trabalhista mais à esquerda, em um momento em que Goulart reaproximava-se do nacional-reformismo mais radical presente na FMP e liderado por Leonel Brizola.

Essa proximidade dos trabalhistas de Canoas aos projetos que Goulart pretendia propor a partir de março de 1964 foi percebida ao longo daquele mês: o Comício da Central do Brasil,<sup>385</sup> em 13 de março de 1964, não passou, evidentemente, despercebido e foi comemorado pelos petebistas locais. Vários autores definem o Comício como símbolo da virada de Goulart e, ao mesmo tempo, o primeiro passo para a sua queda, que ocorreria algumas semanas depois. No entanto, as esquerdas receberam com otimismo as decisões tomadas em público, vistas como um passo inicial para as reformas sociais requeridas por vários setores da sociedade brasileira.

Goulart foi elogiado pelos trabalhistas da Câmara canoense: na sessão do dia 16 de março Osvaldo Alvarez (PTB), propôs o envio de telegrama "congratulando-se com as medidas tomadas por Sua Excelência no dia 13 do corrente."<sup>386</sup> Antônio Flores, por sua vez, o parabenizou "pela oportunidade que vem de dar ao homem do campo."<sup>387</sup> O texto da proposta de Alvarez sintetizava a crença dos trabalhistas locais e, provavelmente, de muitos indivíduos e grupos que viam com euforia a guinada que Goulart dava à sua administração naquela oportunidade:

Todos querem as reformas. Hoje em dia não há uma só voz que se levante contrária às reformas que o povo exige. Todavia, vozes irão se levantar pela atitude corajosa e patriótica assumida pelo Presidente da República. Por isso que nós, pertencentes ao poder legislativo de Canoas, devemos dar a demonstração pública, de que estamos do lado do povo, de que estamos representando o pensamento da maioria esmagadora que nos elegeu. Os documentos (...) falam sózinhos. Medida agrária, dentro do que reza a Constituição. Encampação de Refinarias particulares, caminho para o monopólio estatal do petróleo, que se faz necessário, imprescindível. Duas medidas essencialmente em direção ao povo.<sup>388</sup>

---

<sup>385</sup> De acordo com Moniz Bandeira (1978), 200 mil pessoas estiveram no Comício. Dentre as medidas tomadas pelo governo e anunciadas naquela manifestação estavam a encampação das refinarias particulares, o tabelamento de aluguéis de imóveis desocupados e um princípio de reforma agrária com a desapropriação de terras às margens de rodovias para fins de ocupação agrária. Além de Goulart, discursaram naquele comício, conforme Ferreira (2005), líderes como Leonel Brizola, Miguel Arraes, José Serra, entre outros políticos ligados à esquerda e aos movimentos sindicais e de estudantes.

<sup>386</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 15/64, Canoas, 16/03/1964.

<sup>387</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 15/64, Canoas, 16/03/1964.

<sup>388</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 246/21/64. Caixa 48, Canoas, 16/03/1964.

O termo *povo* é frequente na justificativa. Novamente, lembra-se aqui a dicotomia entre o povo e o *antipovo*, frequentemente utilizada pelas esquerdas, especialmente por Brizola e pela FMP. O povo era constituído por aqueles que necessitavam das reformas sociais e lutavam por elas, e ainda se posicionavam contra o processo espoliativo liderado pelos antipovo, aliados ao capital internacional. As reformas seriam, assim, a confirmação da vitória do povo sobre o antipovo, e o Comício fora o primeiro passo naquele caminho. Para Alvarez, era a hora de a elite política local afirmar sua posição ao lado do *povo*. Alvarez acompanhava o pensamento brizolista: era o momento de assumir posicionamento na crescente polarização política da nação, de escolher com quem se estaria no momento do "desfecho".<sup>389</sup> E, para as esquerdas, especialmente Brizola, o desfecho seria favorável às forças nacional-reformistas, às forças do *povo*:

Os conflitos entre o "povo" e o "antipovo" entrariam em fase de radicalização, com a vitória do "povo" e das forças nacionalistas. Estaria encerrado, assim, o ciclo de exploração imperialista sobre o Brasil. Com as reformas de estrutura, a sociedade brasileira conheceria uma "nova democracia", com base no nacionalismo. Portanto, para Brizola, o momento era de decisão, de opção, diante do "desfecho" que se aproximava. (FERREIRA, 2016, p.40).

Alvarez e os trabalhistas canoenses fizeram sua escolha e acreditaram, como muitos nacionalistas do período, no desfecho imaginado pelas esquerdas e por Brizola.

Naquela mesma sessão, os vereadores de situação explicitaram que não eram contra as reformas, mas contra o sentido dado a elas: para Cirne Schmitt (PL), o que foi aplicado no Comício eram medidas que visavam "comunizar" o Brasil. As reformas, na sua visão, deveriam ser de "equidade e de justiça dentro de um espírito cristão, e não como está ocorrendo, onde impera a balburdia e a anarquia com a pretendida implantação no Brasil do regime comunista."<sup>390</sup>

O tema do anticomunismo e o temor de que as reformas lideradas por Goulart naquele instante tivessem um caráter anticristão reaparecia nos discursos e na retórica daqueles vereadores. Dificilmente Alvarez teria como propagar sua proposta de envio

---

<sup>389</sup> O "desfecho" era uma expressão muito utilizada por Brizola para descrever o momento em que, no seu ponto de vista, haveria o confronto final entre as forças nacionalistas e os setores "antipovo", com a vitória dos primeiros. Na perspectiva brizolista, o desfecho encerraria o "ciclo de exploração imperialista sobre o Brasil." (FERREIRA, 2016, p.40).

<sup>390</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 15/64, Canoas, 16/03/1964.

de congratulações a Goulart, uma vez que os governistas na Câmara viam as medidas como uma tentativa de transformar o Brasil em uma nação comunista.<sup>391</sup>

A Câmara acompanhou os dias seguintes ao Comício de forma periférica. Até o dia 1º de abril, são poucas as referências aos eventos acontecidos tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul que se desencadearam até a madrugada entre os dias 31 de março e 1º de abril. O que não significava que a radicalização não estava em pauta, pois trataram com frequência do tema dos funcionários públicos exonerados por razões políticas, no entender da oposição petebista.

Entre os dias 13 de março e 1º de abril, sucedeu-se uma série de eventos que acelerou o processo de conspiração contra Goulart. Para Fico, tais acontecimentos foram consequências do Comício. O que teria sido um sucesso pela alta participação popular e pelas providências tomadas a favor do *povo*, acabou sendo avaliada pelos políticos civis contrários a Jango e pelos militares como provocação:

Pode-se dizer que o comício foi um sucesso. Ao menos pareceu ter sido assim tão logo terminou. Bem sabemos, hoje, retrospectivamente, que ele acirrou os ânimos dos conspiradores que, na "concentração popular", viram o pretexto que faltava para decretar a sorte de Jango (FICO, 2014b, p.47).

Seguiu-se ainda a Mensagem para o Congresso Nacional, em que Goulart confirmava suas intenções reformistas com ou sem o apoio dos deputados federais e senadores, bem como a resposta daqueles que discordavam do presidente e os viam como um líder esquerdista disposto a se manter no poder e implantar o comunismo no Brasil: em 19 de março — menos de uma semana após o comício da Central do Brasil —, ocorria a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade,<sup>392</sup> em São Paulo. Uma das poucas referências dos vereadores dizia respeito a esse acontecimento: tratava-se de uma crítica ao governador de São Paulo, Ademar de Barros (PSP), por parte de Osvaldo Alvarez (PTB), por ele ter participado de um programa de televisão com um rosário na mão — símbolo da marcha —, visando "confundir o mundo cristão".<sup>393</sup>

---

<sup>391</sup> Rodeghero (2007) relata que o temor estava presente não apenas na sociedade, com grupos que explicitamente acusavam o governo e os seus aliados de prepararem um golpe apoiado pelos comunistas, mas também na documentação diplomática norte-americana, que acompanhava, com desconfianças, o presidente Goulart.

<sup>392</sup> Presot (2011) lembra que a Marcha foi um ato de desagravo ao Rosário, citado no discurso de Goulart no dia 13 de março. A citação acabou servindo para que unissem diversos grupos sociais e políticos conservadores e anticomunistas. Inicialmente pensado por movimentos de mulheres conservadoras, acabou recebendo adesão de políticos, religiosos, militares e empresários ligados ao IPES, que viram uma oportunidade de mobilizar os setores anti-Goulart.

<sup>393</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 18/64, Canoas, 23/03/1964.

Os últimos dias de março seguiam tensos: no dia 25 de março, houve a rebelião dos marinheiros, durante o 2º aniversário da fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). A associação, que não era reconhecida pelos oficiais da Marinha, visava auxiliar os subalternos daquela Força, que tinham condições de trabalho precárias e pouca valorização por parte da Marinha. Naquele dia, como forma de protesto, amotinaram-se até que tivessem suas reivindicações atendidas.<sup>394</sup>

Após dois dias de crise, a solução encontrada para resolver o impasse pelo presidente foi anistiar os rebeldes. Após serem colocados em liberdade, os marinheiros desfilarão comemorando o final da crise passando em frente ao Ministério da Guerra, o que foi visto como um insulto ao oficialato. Segundo Ferreira e Gomes (2014), a anistia feria algo caro aos militares: a hierarquia e a disciplina:

Mas toda a instituição tem seus valores e códigos comportamentais. Para os militares, a disciplina e a hierarquia são fundamentos básicos, indiscutíveis, inegociáveis. Talvez, até aquele momento, o presidente João Goulart, os sindicalistas do CGT e as mais importantes organizações de esquerda — o PCB, o PTB e a FMP — não tivessem se dado conta da gravidade da crise militar (FERREIRA; GOMES, 2014, p.325).

A Câmara parecia ainda imersa nos problemas locais relacionados à crise nacional. A questão dos funcionários ainda era discutida, mas, no dia 30 de março, Melton Both referiu-se à crise dos marinheiros e sintetizou o pensamento daqueles que notaram o episódio como uma afronta à ordem e à hierarquia: "(...) falou o Vereador Melton Both, sobre a revolta dos marinheiros e, dizendo lastimar que êstes fatos aconteçam. Ponderou que não existindo obediência e respeito, o País só terá a cair."<sup>395</sup>

A crise militar só aumentou com a decisão de Goulart de prestigiar e discursar em um evento de militares subalternos em 30 de março. Fico definiu como uma nova decisão equivocada:

Diante daquela conjuntura, seria aconselhável que o presidente assumisse uma atitude cautelosa, mas o que ele fez foi confirmar sua presença, no dia seguinte, no Automóvel Club do Brasil, para prestigiar a festa pelos 40 anos da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar. Era a sua terceira decisão equivocada. Parecia uma provocação. Dias depois da Revolta dos Marinheiros, o presidente da República prestigiaria com sua presença outra atividade de militares subalternos. Era como se estivesse prestigiando a quebra de hierarquia. (FICO, 2014b, p. 51-52).

<sup>394</sup> Almeida (2014) defende que a rebelião dos marinheiros não deve ser interpretada apenas sob o viés da quebra da hierarquia e da disciplina militar. A questão da cidadania e dos direitos humanos — reivindicações presentes na AMFNB — também é relevante.

<sup>395</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 20/64, Canoas, 30/03/1964.

Foi o estopim para os grupos conspiradores colocarem em prática a derrubada do governo. Nas palavras de Reis, foi um "rolo compressor": "os que estavam na defensiva atacaram. Deram o bote - e o golpe. Os que aparentavam estar na ofensiva não souberam - ou não puderam - defender-se." (REIS, 2013, p.343).

As tropas avançaram em direção ao Rio de Janeiro e ao Congresso Nacional, e, mesmo tendo ciência de que Goulart estava em território nacional, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli declarou o cargo vago e foi empossado na presidência, no dia 2 de abril. O golpe — ou, nos dizeres de muitos naquele momento, a "revolução" — se consolidava. No Rio Grande do Sul, o governador Meneghetti colocou em ação a Operação Farroupilha, deixando a capital, não sem antes tomar medidas contra possíveis manifestações pró-Goulart.<sup>396</sup> Dessa vez, os vereadores canoenses tomaram posição, repetindo episódios anteriores. Foi convocada uma sessão extraordinária da Casa para 1º de abril. Naquele dia, ficaram explícitas as visões desses atores políticos enquanto ocorria o momento derradeiro da polarização política.

A sessão iniciou tumultuada não apenas pela retirada de Goulart do poder, mas pela própria decisão de convocar uma sessão extraordinária. Estabeleceu-se uma crise entre o presidente da Casa, Melton Both (PRP), e o vice-presidente, Dinarte Araújo (PL): com a recusa do primeiro em aceitar a convocação extraordinária proposta por 10 dos 13 vereadores da Casa,<sup>397</sup> coube ao segundo fazê-la. De acordo com Both, em depoimento dado anos depois, as razões para a sua abstenção era o clima político surgido com o andamento do golpe:

Quando começou o golpe de 1964, Melton Both, por muito tempo vereador de Canoas, lembra que no período era presidente da Câmara: "Fui para a minha chácara. Nesse meio tempo o vice-presidente resolveu convocar uma reunião da Câmara em 1º de abril. Voltei e disse que não concordava com a reunião extraordinária. Eles insistiram. Eu tinha receio dos excessos e que alguém poderia complicar sua vida frente aos militares. Vieram pedir as gravações da reunião. Como o assunto foi desviado por eu não aceitar dirigir a mesa, o que foi feito pelo vice, então não ficou complicado para ninguém. Um vereador se complicou e ficou preso. Era do PTB e com idéias de esquerda". (PENNA, 2004a, p. 148).

---

<sup>396</sup> Wassermann (2010) afirma que Meneghetti cercou a Praça da Matriz, de frente ao Palácio do governo, o Piratini, assim como requisitou as cadeias de rádio para evitar o uso delas pela oposição, aos moldes da Rede da Legalidade.

<sup>397</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 312/39/64. Caixa 48, Canoas, 01/04/1964.

Para Both, o golpe acabou não sendo o assunto principal. Os vereadores focaram na sua renúncia, o que, segundo ele, não "complicou" ninguém.<sup>398</sup> Todavia, cabe recordar que a gestão municipal articulou-se com os conspiradores e poderia já estar observando as atitudes dos vereadores locais. Esses, por sua vez, não reparariam, ao menos no calor dos acontecimentos, possíveis vínculos entre o evento nacional e a administração local. Isso pode explicar o embate de Both e Araújo, vice-presidente da Casa e também vereador da situação. Ambos não tinham ainda tal noção do comprometimento da prefeitura com o governo estadual.

Araújo, ao dar andamento ao requerimento, seguia aquilo que a Casa fez em outros momentos de crise política do país, tanto no Movimento da Legalidade, em agosto de 1961, quanto na crise da escolha do sucessor de Tancredo Neves durante o parlamentarismo, em junho de 1962. No primeiro caso, a Casa entrou em sessão permanente com regime de plantão; já no segundo, foi cogitada a introdução da sessão permanente novamente, que não foi aceita. De qualquer forma, a Câmara de Canoas, através de seus representantes, buscava participar dos eventos. Nesse ponto, ainda que Dinarte pertencesse ao mesmo bloco de Both, optou por incentivar os colegas a se manifestarem e decidirem as atitudes a serem tomadas frente ao movimento militar então em andamento.

Em que pese a renúncia solicitada por Both devido à convocação da sessão contra a sua vontade<sup>399</sup> e ao assunto ter sido discutido, o golpe e as incertezas quanto a ele também foram debatidos pelos vereadores. Era o primeiro dia, não se sabia o que poderia vir depois e os vereadores trabalhistas ainda acreditavam que os militares e civis favoráveis ao golpe não lograriam concluir sua ação. Flores (PTB) pensava dessa forma:

(...) concedeu o Sr. Presidente a palavra ao Vereador Antônio Soares Flores, que assumindo a tribuna passou a abordar fatos sobre a crise política-militar por que estava atravessando o País. (...) declarou (...) que o movimento golpista seria por poucas horas, de vez que logo seria subjugado por parte daqueles que estavam dispostos a lutar pela legalidade. Ponderou (...) que não acreditava tivesse nesta Casa um Vereador que fosse que concordasse com a derrubada da democracia. (...) congratulou-se (...) com o Sr. Vice-Presidente desta Casa, pela atitude corajosa que tomou convocando o Legislativo, embora o Sr. Presidente com isso não concordasse. De imediato, apresentou (...) a sua solidariedade ao Sr. Presidente da República, bem como

---

<sup>398</sup> Quanto ao vereador do PTB que teria ficado preso, não foram encontradas evidências que confirmassem essa informação.

<sup>399</sup> O pedido de renúncia se dera pelo fato de Araújo assumir a presidência, mesmo que não houvesse impedimento por parte do titular, segundo a carta protocolada por Both na Casa naquele mesmo dia, e rejeitada em plenário (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 313/40/64. Caixa 48, Canoas, 01/04/1964.).

congratulado-se com os Srs. Comandante do III Exército, Comandante da 5ª Zona Aérea e, a todos enfim que estão ao lado da legalidade.<sup>400</sup>

Para Flores, a legalidade, representada na sua percepção por Goulart e pelo governo petebista, sairia vitoriosa. Goulart recém havia nomeado o Gal. Ladário Telles para o comando do III Exército, em substituição de Benjamin Galhardo.<sup>401</sup> Logo, os movimentos podiam ser entendidos como uma possibilidade de resistência das forças governistas. Brizola, por sua vez, tentava, já naquele 1º de abril, formar uma segunda cadeia da Legalidade, visando novamente mobilizar a população a resistir ao golpe<sup>402</sup> (ABREU, 2013). Cabe recordar que, naquele período, os militares usaram as crises dos marinheiros, além do direcionamento à esquerda do governo para construir uma imagem de que eram eles — os militares e a sociedade civil que marchou pela liberdade em São Paulo e em outras cidades — que, naquele momento, simbolizavam a ordem e a legalidade. Invertiam, dessa forma, o jogo: quem estava do lado da "agitação" e da "anarquia" eram as esquerdas. Diferentemente de 1961, em que as esquerdas e os políticos de centro capitalizaram a defesa da legalidade quanto à posse de Goulart (FERREIRA, 2011).

Os outros vereadores trabalhistas se manifestaram também acusando o que ocorria como uma tentativa de "rasgar a Constituição". E inseriram um colega como apoiador daquele movimento: Melton Both evidenciava tal posição ao não aceitar a sessão, segundo Elysio Belchior da Costa:

Elysio Belchior da Costa, dizendo que deixava consignado a sua máguia pelo fato de não ter o Sr. Presidente concordado em participar da presente sessão e, que no seu entender, havia demonstrado com esta atitude o Vereador Melton Both que estava ao lado dos que queriam rasgar a Constituição. (...) ponderando (Costa) que éra contra a qualquer ditadura, tanto de direita como de esquerda porque elas na verdade, não representam as maiores aspirações e necessidades do povo.<sup>403</sup>

Além de Both, o governador Meneghetti também foi alvo da fala de Costa: para o vereador trabalhista, o governador era "um incapaz e um traidor".<sup>404</sup> Referia-se, dessa forma, a então já explícita participação do governador rio-grandense na articulação da

<sup>400</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 21/64, Canoas, 01/04/1964.

<sup>401</sup> Gal. Galhardo apoiava a conspiração, tendo feito diversas negociações e acordos com o governador Ildo Meneghetti (CORTÉS, 2007).

<sup>402</sup> De acordo com Abreu (2013), essa tentativa fracassou, pois o governo estadual fizera a requisição das rádios antes que o Gal. Ladário Telles, assim impedindo o acesso a elas pelas forças pró-Goulart. Brizola, nesse caso, ficou sem o instrumento que havia utilizado durante o Movimento da Legalidade.

<sup>403</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 21/64, Canoas, 01/04/1964.

<sup>404</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 21/64, Canoas, 01/04/1964.

derrubada do governo federal. Àquela altura, Meneghetti havia partido para Passo Fundo. Antes, já se articulava com o III Exército e com os governadores de outros estados favoráveis ao golpe, como Adhemar de Barros (São Paulo), Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Carlos Lacerda (Guanabara). Como dito, o governador também impediu o uso das rádios por Brizola, o que restringiu a tentativa de resistência dos grupos pró-Goulart no estado gaúcho.

Oswaldo Alvarez e Antônio Alves, ambos trabalhistas, também se posicionaram, como era de se esperar, em oposição ao golpe: o primeiro mencionou que o movimento era um ato de "rasgar a Constituição", defendendo Goulart. Por sua vez, Alves relembrou o envolvimento da religião, lamentando ter famílias católicas que "zombavam da miséria alheia".<sup>405</sup> Nesse ponto, os trabalhistas procuravam não se desvencilhar dos símbolos da Igreja Católica: ainda que a cúpula católica e muitos seguidores tivessem aderido aos movimentos anti-Goulart — caso claro das Marchas da Liberdade —, muitos católicos, inclusive padres e bispos, tinham ligações com os grupos mais à esquerda (COSTA, 2007). Além disso, era importante construir uma imagem associada aos símbolos cristãos para repelir as acusações de comunismo e ateísmo vindas dos setores mais conservadores da sociedade.<sup>406</sup>

Os trabalhistas apresentavam posições contrárias ao golpe, assim como alguns membros do anti-trabalhista. À exceção de Jacob Weissheimer (PSD), que alegava que Goulart tinha boas intenções, mas o problema era aqueles que o assessoravam. Nas suas palavras, ele, Weissheimer, era: "um admirador do Sr. João Goulart, mas que deixou de admirá-lo pela maneira como está se orientando e dando guarida ao comunismo".<sup>407</sup> Implicitamente apoiando a atividade golpista, outros dois vereadores — Antônio Canabarro Tróis Filho (PDC) e Luiz Pereira de Souza (MTR)<sup>408</sup> — demonstraram, inicialmente, contrariedade com a intenção de retirar o governo Goulart do poder. Coube ao primeiro apresentar um requerimento com a posição da Casa sobre os eventos

---

<sup>405</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 21/64, Canoas, 01/04/1964.

<sup>406</sup> Como já referido, no discurso de Goulart na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, o presidente citou aqueles que, na sua visão, exploravam a fé cristã do povo e usavam símbolos cristãos como o rosário contra o povo. Dessa forma, clarificava uma disputa simbólica entre os grupos políticos pelo uso da religião, especialmente a católica, a qual a maior parte dos brasileiros professava. Segundo Presot (2011), foi essa manifestação do líder trabalhista que motivou a reação dos conservadores e a organização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade

<sup>407</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 21/64, Canoas, 01/04/1964.

<sup>408</sup> Souza pediu, em requerimento, para que a Casa se manifestasse em "solidariedade a manutenção da ordem no País e um voto de repúdio aos agitadores da Nação que querem manter a intranquilidade entre o povo." (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 310/37/64. Caixa 48, Canoas, 01/04/1964.). No entanto, com a proposta de Tróis Filho, retirou o requerimento (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 21/64, Canoas, 01/04/1964.).

então em desenvolvimento. A Casa, a partir de Tróis, instava os vereadores a serem participantes, a manifestarem uma visão conjunta sobre os acontecimentos a ser expressa junto aos canoenses. O texto foi chamado de "Manifesto à população", e clamava por uma solução pacífica para a crise:

A Câmara Municipal do Município de Canoas, nesta hora de graves acontecimentos, que podem afundar a Pátria no abismo da Guerra Civil, comunica à população canoense a sua firme posição:

- 1) na defesa dos ideais democráticos do Povo Brasileiro, cujas conquistas políticas devem resultar de decisão das maiorias legalmente constituídas, e não de minorias extremistas, que buscam o poder pela violência;
- 2) contra a subversão da ordem pública e a quebra do princípio hierárquico, que só podem nos levar ao caos;
- 3) em defesa da Lei, como consequência da vontade soberana do povo;
- 4) contra os golpes, de esquerda ou de direita;
- 5) em favor das reformas, cuja urgência é inegável, mas que devem provir da decisão dos poderes legalmente constituídos, e não sob a paternidade de uma pessoa ou pessoas, isoladamente, o que caracterizaria perfeitamente o começo de uma era de exceção, onde é a vontade arbitrária do "chefe" que predomina;
- 6) de esperança nos destinos da Pátria, cujos filhos saberão superar a crise, com isenção de ânimos e com amor à Liberdade e à Justiça.<sup>409</sup>

Em meio ao ápice da radicalização política e, como colocado no próprio manifesto, o risco de um enfrentamento entre governistas e golpistas, Tróis Filho, apoiado pelos colegas, propôs soluções moderadas. O texto atacava o processo de luta política extremada vivida pelo país: apresentava-se como democrático e crítico das "minorias extremistas", referindo-se possivelmente às estratégias políticas de enfrentamento, tanto da FMP, à esquerda, quanto da ação militar, então em prosseguimento. Ao citar a hierarquia e a subversão, sem dúvida o alvo era Brizola, além dos casos de insubordinação militar, como as rebeliões dos sargentos e dos marinheiros. Ainda assim colocava-se em defesa da Lei, desde que respeitada a vontade soberana da população, e, por conseguinte, contra qualquer golpe de um lado ou de outro. A resolução dos conflitos não se daria com a retirada à força de um governo legalmente eleito. O texto defendia as reformas, porém, com uma visão moderada e conciliatória, implicitamente criticando aqueles que queriam as reformas com ou sem Congresso Nacional — no caso, as lideranças da FMP.

A elite política local assinava um manifesto quase utópico, mas ainda assim deixava suas posições visíveis e procurava inserir-se nos eventos daquele 1º de abril.

<sup>409</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 316/42/64. Caixa 48, Canoas, 01/04/1964.

Fazia a sua interpretação e propunha as suas respostas para a crise. Era uma voz presente naquele instante, ainda que pouco, ou mesmo sequer ouvida.

Houve uma tentativa de Alvarez em tornar o manifesto com uma coloração mais trabalhista, rechaçada pelos colegas. O vereador do PTB apresentou emenda para acrescentar ao texto outros termos:

- a) - que seja estendido não sómente à população canoense, mas ao Rio Grande do Sul e à Nação Brasileira;
- b) - manifestar profunda apreensão pela atividade de rebeldia dos Governadores de Minas Gerais e São Paulo, que intentaram um golpe às instituições democráticas e, conseqüentemente, à Constituição Brasileira;
- c) - Manifestar, igualmente, apoio ao Sr. Presidente João Goulart, autoridade legalmente constituída na Chefia do Poder Executivo Nacional, pelo voto democrático da população brasileira.<sup>410</sup>

Alvarez tentou introduzir os nomes daqueles que, a seu ver, estavam atentando contra a legalidade, e daquele que era vitimado politicamente por eles. Provavelmente a opção da maioria foi manter um manifesto mais ao centro. Se introduzisse o que Alvarez pretendia, a Casa tomaria um lado e parecia não ser essa a intenção. A ideia era posicionar-se a favor da democracia, e não de um partido ou grupo político. Ao menos é o que a reação à emenda apresentada pelo trabalhista permite compreender.<sup>411</sup>

Os boatos certamente foram recorrentes naquele longo dia e um deles foi levado à sessão por Antônio Alves, "informando à Casa a notícia de que o Sr. João Goulart teria renunciado (...) motivo porque considerava necessária a realização de sessão permanente dêste Legislativo."<sup>412</sup> Novamente, os vereadores cogitavam repetir o que ocorrera durante a Legalidade. Acontecia o mesmo em outras casas legislativas do estado? Certamente fatos como o golpe ou o próprio movimento da Legalidade podiam mobilizar vereadores. Mas cogitando sessões permanentes, mesmo a cidade não estando diretamente envolvida? Seriam necessárias investigações em outras Câmaras para se chegar a uma resposta; no entanto, é digna de nota a capacidade de mobilização dos vereadores de Canoas e a preocupação com episódios que, em tese, não diziam respeito diretamente à cidade, embora, logicamente, os efeitos posteriores a atingiriam. Uma possível explicação seria proximidade com Porto Alegre, centro importante dos eventos

---

<sup>410</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Processo 315/43/64. Caixa 48, Canoas, 01/04/1964.

<sup>411</sup> Segundo a ata, as propostas b e c eram ilegais, embora não haja o parecer para saber quais as razões da ilegalidade. De qualquer forma, foi acrescentado ao texto o item a. (CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 21/64, Canoas, 01/04/1964.).

<sup>412</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 21/64, Canoas, 01/04/1964.

entre 1961 e 1964, mas ainda assim necessitar-se-ia de novos estudos para comprovar tais hipóteses.

De qualquer forma, foi rejeitada a ideia da sessão permanente, mas os vereadores iriam se manter de sobreaviso e podiam ser convocados pelo presidente em exercício naquele dia, Dinarte Araújo.

A sessão extraordinária do dia 1º de abril encerrou-se às 17 horas e, em pouco mais de 24 horas, às 20h05 do dia 2, iniciava-se uma nova sessão, dessa vez ordinária. Nesse meio tempo, o desfecho, favorável aos golpistas, já havia ocorrido. A resistência não logrou êxito e Goulart rumava para o Uruguai. Nunca mais retornaria ao Brasil com vida — somente com o seu falecimento, a ditadura militar permitiu o retorno do seu corpo para ser sepultado em sua cidade natal, São Borja-RS (FERREIRA, 2011b). Ou seja, em 2 de abril, o golpe havia se consolidado. Para muitos, como Cirne Schmitt (PL), que não estava presente na reunião do dia anterior, era sinônimo de novos tempos, sem "agitadores": "felizmente, para o Brasil, já não estavam mais no poder os contumazes agitadores da Pátria e, que o Sr. João Goulart fugira do compromisso de estar ao lado do trabalhador."<sup>413</sup> Estava controlado o nacional-reformismo (REIS, 2014). Para os trabalhistas locais, e provavelmente para muitos espalhados pelo Brasil, cabia aceitar aquele desfecho, mas com atenção redobrada, conforme lembrava Elyσιο Costa:

(...) com a palavra, efetuou o Vereador Elyσιο Belchior da Costa, uma análise sôbre a situação do País, bem como dizendo que as forças reacionárias derrubaram três Presidentes em poucos anos. (...) ponderou (...) que o culpado por êste estado de coisas é o Poder Econômico que vem travando o progresso da Nação. Finalizando declarou o orador que sôbre a situação de fato acataria como democráta, mas que no entanto ficaria alerta para que não se iluda mais o povo.<sup>414</sup>

Como ressalta Fico (2014b), não se sabia o que viria a seguir; o golpe não pressupunha a ditadura. Logo, Costa — assim como a esquerda e a direita que apoiou o golpe — provavelmente subentenderam que se tratava de uma situação passageira. Não foi o que aconteceu: tanto a história brasileira, como a gaúcha e a canoense, passarão por novos tempos, bastante sombrios, a partir daquele 2 de abril de 1964.

---

<sup>413</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 22/64, Canoas, 02/04/1964.

<sup>414</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE CANOAS. Ata 22/64, Canoas, 02/04/1964.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1961 e 1964, o Brasil viveu momentos de tensão no campo político e social. Não era uma novidade o conflito de ideias: desde o fim do Estado Novo, em 1945, cristalizavam-se importantes segmentações de ideias e pensamentos entre os meios políticos nacionais. A dicotomia entre o trabalhismo varguista e as oposições antivarguistas foram, ao longo do tempo, o mote para os conflitos e disputas na arena política nacional. Com a morte de Vargas, em 1954, tais enfrentamentos tornaram-se ainda mais evidentes, uma vez que o trabalhismo, representado pelo PTB, aderiu com mais ênfase a ideias nacionalistas e reformistas, afastava-se do centro político, negociava com os comunistas — até então rivais na luta pelo protagonismo junto às classes trabalhadoras — e outras forças do campo político mais à esquerda.

O Brasil, assim como tantas outras partes do globo, não ficaria imune à Guerra Fria. Um agrupamento político que se aproximava das esquerdas ou líderes políticos que atuavam pregando propostas progressistas, aos olhos dos seus apoiadores, logo eram classificados como comunistas ou subversivos. João Goulart passou por tal situação em seu período como ministro do Trabalho nos anos 1950, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954): o seu apoio às greves convocadas pelos sindicatos e recusa em agir de forma violenta contra elas, somado ao aumento substancial do salário mínimo concedido durante sua gestão naquela pasta o deixaram marcado pelos setores conservadores da sociedade brasileira.

Pois é quando esse mesmo personagem vê-se na circunstância de assumir a presidência da nação brasileira que tal dicotomia ganha novas colorações. A crise da renúncia de Jânio Quadros e a tentativa dos ministros militares de impedir a sua posse somavam-se ao argumento de que Goulart e o seu partido, o PTB, tinham ideias e proposições vistas pelos integrantes desse campo político como perigosas - leia-se comunistas. O anticomunismo era o mote daqueles militares, ao enxergar naquele líder político um aliado soviético ou subserviente ao comunismo, quando as ideias defendidas pelas esquerdas visavam antes democratizar ainda mais a democracia brasileira, ainda restritiva com relação a diversos fatores sociais e políticos. As divisões que existiam tornaram-se mais cristalinas. A polarização política dos setores políticos e nos movimentos sociais ganhava cada vez mais força. E só iria aumentar a partir daquele momento. Um fracionamento que refletia diferentes visões e projetos sobre o

desenvolvimento do Brasil, assim como também era instrumentalizado no jogo político-eleitoral.

As elites políticas espalhadas pelo país sofreriam em maior ou menor grau influência da radicalização política daquele período. Refletiriam o conflito, mas não com a mesma exatidão, tampouco com o mesmo formato. Cada local discutiu, interpretou e mesmo procurou atuar de acordo com suas especificidades e particularidades - cada qual dentro dos seus limites político-institucionais e sociais. Desde os estados da federação até as cidades, de grande ou pequeno porte, de uma forma ou outra, não ficaram — e nem poderiam ficar — imunes à radicalização política nacional. Como se procurou demonstrar, Canoas/RS era uma cidade em que a disputa política também se fez presente, e foi vista e revista pela sua elite política ao longo daqueles anos.

Justifica-se compreender tal processo nesse município, pois se tratava de uma localidade com grande proximidade com a capital rio-grandense, Porto Alegre, centro de muitas ações ocorridas entre 1961 e 1964. Foi lá que surgiu o Movimento da Legalidade, importante fator - embora não seja o único - para garantir a posse de Goulart. Era da capital gaúcha que Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, muitas vezes tomava ações que contrariavam a direita e suas variantes e — muitas vezes — a própria esquerda. Não havia como ficar indiferente. Mas, para além da questão geográfica, constatou-se que Canoas era uma cidade em pleno processo de industrialização, logo, receptiva a levadas de imigrantes vindos de outras localidades do estado e do país, buscando oportunidades de moradia e de trabalho. Formou-se, assim, uma população com considerável contingente de trabalhadores operários, e esses, por sua vez, buscariam, ao menos em sua maioria, a mediação política para representá-los junto à elite política local. Mesmo essa elite era fruto do processo de industrialização e urbanização de Canoas, como se comprovou através da biografia coletiva desses atores. O PTB, nesse ponto, adquiriu força junto a essa população. O partido trabalhista tornou-se, para muitos deles, o meio para pressionar a elite política e reivindicar suas demandas.

Todavia, notou-se que nos pleitos locais tal mediação não significava vitória certa. Muitos líderes políticos de agremiações mais ao centro e/ou à direita souberam instrumentalizar as demandas cotidianas dos habitantes locais e, assim, conquistar votos e adesões duradouras. Estabeleciam relações de reciprocidade que, em muitos casos, fora mais decisivo na hora do voto do eleitor do que suas convicções e ideias políticas.

O sujeito podia ser um trabalhista convicto, defensor das ideias reformistas, mas votar em candidatos a prefeito e vereador do PSD e/ou PRP, pois foram eles que asfaltaram a rua em que vivia, que frequentavam os bares das vilas, etc. Evidentemente, esse não é o único fator a explicar tais resultados, mas deve ser analisado cuidadosamente como um importante elemento para o entendimento desses resultados eleitorais.

Sendo assim, seguiu-se aquela elite política, suas visões e ressignificações da radicalização e dos seus eventos ao longo do início dos anos 1960. Reparou-se, por exemplo, a disposição que aquela Câmara tinha em reunir-se extraordinariamente quando ocorria algum episódio com maiores riscos: foi deste modo durante a Legalidade, quando se optou pela sessão permanente durante quatro dias, assim como durante a crise da escolha do primeiro-ministro após a renúncia de Tancredo Neves, em julho de 1962, e também no dia 1º de abril de 1964, enquanto as tropas militares movimentavam-se para destituir João Goulart da presidência da República. Nessa última, a Casa legislativa local buscou ser ativa, ao propor um manifesto voltado à população de Canoas, em que colocava seu ponto de vista e o que defendia como solução para a crise que se desenrolava simultaneamente àquela reunião. Nas sessões ordinárias, os vereadores locais não se furtaram a debater temas candentes do período, como as reformas de base e os pleitos eleitorais. Colocavam suas percepções sobre tais temas. Propuseram ideias. Não silenciaram, ainda que não tenham sido muito ouvidos naquele momento.

Os debates e os documentos produzidos pelos vereadores permitem compreender que os mesmos estavam sintonizados com os eventos da radicalização política. Ainda que as atas legislativas se tratem de breves resumos das falas e colocações daquela elite política, elas permitem ao pesquisador compreender as posições e as ideias daqueles líderes frente aos acontecimentos. Da mesma forma ocorre com os pedidos de requerimentos, muitos direcionados aos poderes estadual e federal, ou também a movimentos sociais e políticos, demonstrando as tentativas de a Câmara se estabelecer como um canal de comunicação entre essa elite e os atores políticos mais centrais.

O trabalho permitiu, também, entender as ações de uma administração municipal visando auxiliar a conspiração que veio a remover Goulart. O prefeito eleito de Canoas em 1963, Hugo Lagranha, contribuiu com o golpe civil-militar de 1964 a partir daquela localidade. Antes do movimento dos militares, o prefeito articulou-se junto ao governo estadual para, quando necessário, agir de forma repressiva contra movimentos sociais, bem como atuar em cassações e exonerações de servidores da administração local que

tivessem ligações com o trabalhismo. Tais ações somavam-se aos esforços do governo estadual para enfraquecer os trabalhistas no Estado. A estrutura administrativa de Canoas, sob a gestão de Lagranha, foi parte da engrenagem do golpe.

Por fim, cabe ressaltar que essa dissertação não se encerra aqui. O melhor entendimento da atuação das elites locais durante a radicalização política só virá com novos estudos, de outras localidades, seja no Rio Grande do Sul, seja em outros estados da federação. A partir daí, a comparação com o caso canoense permitirá elucidar as diferenças e semelhanças, especificidades e generalidades, na atuação dos atores políticos em espaços diversos, sem esquecer as peculiaridades de cada local.

## FONTES CONSULTADAS

### Fontes Documentais

Acervo da Unidade de Patrimônio Histórico do Arquivo e Museu/ Arquivo Histórico de Canoas.

Atas da Câmara de Vereadores de Canoas – 1961 a 1964. Arquivo da Câmara de Vereadores de Canoas.

Documentação legislativa de Canoas – 1961 a 1964. Arquivo da Câmara de Vereadores de Canoas.

Atas do Diretório Municipal do PTB/Canoas – 1962 a 1965. Museu e Arquivo Histórico La Salle.

Dados eleitorais referentes à cidade de Canoas nas eleições de 1958 e 1962. Núcleo de Pesquisas Eleitorais do Rio Grande do Sul/UFRGS.

Livros de apurações das eleições de 1958, 1959 e 1962. Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

### Fontes Orais

Antônio Canabarro Tróis Filho – depoimento concedido ao autor em julho de 2012.

Edson de Medeiros – depoimento concedido a Carla Brandalise e Marluza Marques Harres em março de 2014

Luíz Pereira de Souza – depoimento concedido ao autor em setembro de 2012.

Antônio Canabarro Tróis Filho, Melton Inácio Both, Lina Plentz Alves, Nilton Leal Maria, Paulo da Silva, Nilo César Del Cueto Reis, Brasil da Fontoura Cabral, Dinarte Andrade Araújo e Armando Würth – depoimentos concedidos a Sônia Ranincheski em 1998. IN: RANINCHESKI, Sônia (org.). *História, poder local e representação: A Câmara de Vereadores de Canoas*. Canoas: La Salle, 1998, p. 97-138.

## Fontes Impressas

*Gazeta de Notícias*, Canoas. UPHAM/AHC.

*O Gaúcho*, Canoas. UPHAM/AHC.

*Última Hora*, Porto Alegre. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 21 de março de 2016.

## Fontes Publicadas

BRASIL. *Relatório: mortos e desaparecidos*. Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 2014.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS (Coord.). *História dos Nossos Prefeitos: Edgar Braga Fontoura*. Canoas: Fundação Cultural de Canoas/Prefeitura Municipal de Canoas, 1998a. (Série Documento-v.1)

\_\_\_\_\_. (Coord.). *História dos Nossos Prefeitos: Alúcio Palmeira Escobar*. Canoas: Fundação Cultural de Canoas/Prefeitura Municipal de Canoas, 1999. (Série Documento-v.2).

\_\_\_\_\_. (Coord.). *História dos Nossos Prefeitos: Nelson Paim Terra*. Canoas: Fundação Cultural de Canoas/Prefeitura Municipal de Canoas, 1998b. (Série Documento – v.3).

\_\_\_\_\_. (Coord.). *História dos Nossos Prefeitos: Sady Fontoura Schivitz*. Canoas: Fundação Cultural de Canoas/Prefeitura Municipal de Canoas, 2003. (Série Documento – v.4).

\_\_\_\_\_. (Coord.). *História dos Nossos Prefeitos: Sezefredo Azambuja Vieira*. Canoas: Fundação Cultural de Canoas/Prefeitura Municipal de Canoas, 2004. (Série Documento – v.5).

\_\_\_\_\_. (Coord.). *História dos Nossos Prefeitos: José João de Medeiros*. Canoas: Fundação Cultural de Canoas/Prefeitura Municipal de Canoas, 2005. (Série Documento – v.6).

\_\_\_\_\_. (Coord.). *História dos Nossos Prefeitos: Hugo Simões Lagranha*. Canoas: Fundação Cultural de Canoas/Prefeitura Municipal de Canoas, 2006. (Série Documento – v.7).

GAYESKI, Miguel; SABALLA, Viviane; CORBELLINI, Dáris. *Nossa Senhora das Graças*. Canoas, MR-3 Gráfica e Editora, 2005. (Canoas: para lembrar quem somos v.10).

GRAEBIN, Cleusa. *Bairro Fátima: Da comunidade fundadora aos dias atuais: muitas histórias, diversos olhares*. Canoas, Fênix Artes Gráficas, 2009. (Canoas: para lembrar quem somos v.11).

KLOCKNER, Luciano. *O Diário Político de Sereno Chaise: 60 anos de História*. Porto Alegre: AGE Editora, 2007.

MONTEAVARO, Viviane. O bairro Fátima nos diários de Ruben George Bauer. In: GRAEBIN, Cleusa. *Bairro Fátima: Da comunidade fundadora aos dias atuais: muitas histórias, diversos olhares*. Canoas, Fênix Artes Gráficas, 2009, p. 135-145. (Canoas: para lembrar quem somos v.11).

PENNA, Rejane. (coord.). *Centro*. Canoas: La Salle, 2004a. (Canoas: para lembrar quem somos v.3).

\_\_\_\_\_. *Niterói*. Canoas: La Salle, 2004b. (Canoas: para lembrar quem somos v.2).

\_\_\_\_\_. *Rio Branco*. Canoas: La Salle, 2004c. (Canoas: para lembrar quem somos v.1).

\_\_\_\_\_. *São Luiz e São José: Identidade, indústrias e universidade*. Canoas, La Salle, 2001. (Canoas: para lembrar quem somos v.7).

\_\_\_\_\_. *Estância Velha*. Canoas, Tecnicópias, 1997.

PFEIL, Antônio Jesus. *Canoas- Anatomia de uma cidade*. V2. Canoas, Ed. Independente, 1995.

RANINCHESKI, Sônia (org.). *História, poder local e representação: A Câmara de Vereadores de Canoas*. Canoas: La Salle, 1998.

SILVA, João Palma da. *As origens de Canoas*. Canoas. Prefeitura Municipal de Canoas, 1989.

SILVA, José W. *O Tenente vermelho*. Porto Alegre: AGE Editora, 2011.

SILVEIRA, Norberto da. *Reportagem da Legalidade*. Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação Ltda., 1991.

TRÓIS FILHO, Antônio Canabarro. *Prosa ligeira (quase verdade)*. Canoas, Tecnicópias, 2009.

### **Fontes Eletrônicas e/ou Digitalizadas**

Sítio da Associação Canoense de Escritores referente à biografia de Antônio Canabarro Tróis Filho. Disponível em: <http://escritorescanoenses.org.br/pastas/associados/tonito/tonito.html>. Acesso em 19 fev. 2015.

Sítio da Justiça Federal referente a biografia de Osvaldo Moacir Alvarez. Disponível em: <http://www2.trf4.jus.br/trf4/memorial/paginas/magistrados/juizes/alvarez.html>. Acesso em 19 fev. 2015.

Sítio oficial da Associação dos Servidores Municipais de Canoas. Disponível em: <http://www.asmc.com.br/associados.htm>. Acesso em 3 mar. 2015.

Sítio da Prefeitura Municipal de Canoas. Link referente a biografia de Armando Würth. Disponível em: <http://www.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/idDep/43/id/5742>. Acesso em 19 fev. 2015.

Sítio Memória Institucional. Disponível em: <http://memoriainstitucional1.blogspot.com.br/>. Acesso em 4 abr. 2017.

*O Timoneiro*. 21 a 27 de dezembro de 2012. Disponível em: [http://issuu.com/otimoneiro/docs/ot\\_2527/15](http://issuu.com/otimoneiro/docs/ot_2527/15). Acesso em 19 fev. 2015.

NOLL, Maria I.; TRINDADE, Hégio. *Estatísticas Eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823/2002*. Porto Alegre: UFRGS Editora/Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004. [CD-ROM].

**BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Luciano A. Uma segunda legalidade por Jango: Porto Alegre, 1º de abril de 1964. In: *Oficina do Historiador: Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS*. v.6, n.1, jan/jun. 2013, p. 126-144.

ALBUQUERQUE Jr., Durval M. de. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, C; DE LUCA, T. (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 223-250.

ALMEIDA, Anderson. A grande rebelião: os marinheiros de 1964 por outros faróis. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Zahar: Rio de Janeiro, 2014, p. 142-157.

ALONSO, Angela; DOLHNIKOFF, Miriam (orgs.). *1964: do golpe à democracia*. São Paulo. Editora Hedra, 2015.

ALVES, Daniel Caon. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul. In: WASSERMANN, Cláudia; GUAZELLI, Cesar. (orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004, p. 137-151.

ANGELI, Douglas. *Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)*. Dissertação (Mestrado em História). Unisinos: São Leopoldo-RS, 2015.

\_\_\_\_\_. Partidos, eleições e poder local: análise das trajetórias eleitorais do PTB e do MDB em Canoas/RS (1947-1976). In: *Escritas – Colegiado de História da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína*. v. 6, n. 1, jul.-dez. 2014, p. 104-125.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 23-80.

BATISTELLA, Alessandro (org.). *O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2014.

BEMFICA, Flávia. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Desconstruindo mitos*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PUCRS, 2007.

BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981a.

\_\_\_\_\_. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b.

\_\_\_\_\_. *O Governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981c.

BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57-98.

BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política: volume 1*. Brasília, Ed.UnB, 1992, p. 385-391.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do partido ao "Trabalhismo Renovador"*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre-RS, 2016.

BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BOURDIEU, Pierre. [1989] *O poder simbólico*. [12. ed.] Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

\_\_\_\_\_. O campo político. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.5. Brasília, janeiro-junho de 2011, p. 193-216.

\_\_\_\_\_. Modos de dominação. In: *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BRANDALISE, Carla. Representantes do povo: o desafio da legalidade no Legislativo Rio-grandense. In: NOLL, M.; GRIJÓ, L.; WASSERMANN, C.; BRANDALISE, C. *O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza. "O Povo nas ruas": Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (orgs.). *A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 53-86.

\_\_\_\_\_. Os Comandos Nacionalistas: estratégias de Leonel de Moura Brizola. In: DELGADO, Lucilia A. N.; FERREIRA, Marieta. M. (orgs.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2014, p. 173-193.

\_\_\_\_\_. Brizola e os comunistas: os Comandos Nacionalistas na conjuntura do golpe civil-militar de 1964. In: *Antíteses/UEL*. v. 8, nº 15 esp., nov. 2015. p. 178-202.

BUSINO, Giovanni. *Elites e élitisme*. Paris: Presses Universitaire de France, 1992.

CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 – 1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a política na era Vargas*. Brasília: Editora UnB, 1993.

CARONE, Edgar. *Estado Novo*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *Fortuna e Virtú no Golpe de 1964*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 118-126.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: HEINZ, Flávio. (org.). *Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006a, p. 41-53.

\_\_\_\_\_. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio. (org.). *Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b, p. 19-39.

CHAVES, Eduardo dos Santos. Os militares e a batalha pela memória da ditadura: "o golpe que virou revolução". In: GALLO, C. A.; RUBERT, S. (orgs.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

CORTES, Carlos. *Política Gaúcha: 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

COSTA, Marcelo T. da. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 433-450. (As esquerdas no Brasil. V2.).

CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

DAHL, Robert. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: AMORIM, Maria (org.). *Sociologia Política II*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970, p. 90-100.

\_\_\_\_\_. O Homem Político. In: DAHL, Robert. *Análise Política Moderna*. Brasília: Editora UnB, 1988, p. 97-118.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DE PAULA, Christiane J.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: [cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb](http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb).

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Márcio. *O "golpismo democrático". Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora-MG, 2006.

DOMINGOS, Charles S. M. O Nacionalismo na experiência democrática brasileira (1945-1964): um conceito em transformação. In: *Anos 90: Revista do programa de Pós-Graduação em História/UFRGS*. v. 16, nº 29, julho de 2009. p. 293-314.

\_\_\_\_\_. *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: A Política Externa Independente na Imprensa Gaúcha*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2010.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 543-583. (As esquerdas no Brasil. V2.).

\_\_\_\_\_. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Livro 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a, p. 343-404.

\_\_\_\_\_. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Livro 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b, p. 301-342.

\_\_\_\_\_. *Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (orgs.). *A Razão*

*Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 23-52.

\_\_\_\_\_. Esquerdas no panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular. In: *Anos 90: Revista do programa de Pós-Graduação em História/UFRGS*. v. 16, nº 29, julho de 2009. p. 81-124.

\_\_\_\_\_. O golpe faz 50 anos. In: ALONSO, Angela; DOLHNIKOFF, Miriam (orgs.). *1964: do golpe à democracia*. São Paulo. Editora Hedra, 2015, p. 43-70.

\_\_\_\_\_. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela C., *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de M. Do Rio Grande do Sul à Guanabara. In: FERREIRA, Marieta de M. (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, FGV/CPDOC, 2008, p. 15-42.

\_\_\_\_\_. História, tempo presente e história oral. In: *Topoi: revista de história do Programa de Pós-Graduação de História Social da UFRJ*. v. 3, nº 5, dezembro de 2002, p. 314-332.

\_\_\_\_\_; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2014a.

\_\_\_\_\_. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014b.

\_\_\_\_\_. *O grande irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. O Brasil na encruzilhada. ALONSO, Angela; DOLHNIKOFF, Miriam (orgs.). *1964: do golpe à democracia*. São Paulo. Editora Hedra, 2015, p. 27-42.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da História oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 3-14.

FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (orgs.). *A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GALLO, Carlos. A.; RUBERT, Sylvania. (orgs.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

\_\_\_\_\_; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *Micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-82. (As esquerdas no Brasil. V2.).

\_\_\_\_\_. *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. Brizola e o Trabalhismo. In: *Anos 90: Revista do programa de Pós-Graduação em História/UFRGS*. v. 11, nº 19/20, janeiro/dezembro de 2004. p. 11-20.

\_\_\_\_\_. Trabalhismo e democracia: O PTB sem Vargas. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 133-160.

\_\_\_\_\_; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

GRYNSZPAN, Mário. A Teoria das Elites e sua genealogia consagrada. In: *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. n.41, 1º semestre de 1996, p. 35-83.

HARRES, Marluza. Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. In: *Anos 90: Revista do programa de Pós-Graduação em História/UFRGS*. v. 18, nº 33, julho de 2011. pp. 99-127.

\_\_\_\_\_. História Oral: algumas questões básicas. In: *Anos 90: Revista do programa de Pós-Graduação em História/UFRGS*. v. 15, nº 28, dezembro de 2008. p. 99-112.

HEINZ, Flávio. (org.). *Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio. (org.). *Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 7-15.

HEREDIA, Beatriz M.A. de; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. In: CÂNEDO, Letícia B. (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 453-476.

HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JOUTARD, Phillippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 43-62.

KARNIKOWSKI, Romeu M. *Uma contribuição ao estudo do Trabalhismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política): UFRGS, Porto Alegre, 1999.

KONRAD, Diorge; LAMEIRA, Rafael F. O golpe civil-militar de 1964 e o Rio Grande do Sul: historiografia e história. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). *O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2014, p. 19-96.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

LAMEIRA, Rafael F. *O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul: a ação política liberal-conservadora*. Dissertação (Mestrado em História): UFRGS, Porto Alegre, 2012.

LAVAREDA, Antônio. *A Democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (1996), p. 167-182.

LINTEAU, Paul-André. Representação política em Montreal, 1880-1914: evolução de uma elite municipal. In: HEINZ, Flávio. (org.). *Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 177-201.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.

MELLO, João M. C. de.; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F.; SCHWARCZ, L. (coords.) *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-658. (História da vida privada no Brasil; vol.4).

MIRANDA, Samir P. *Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política): UFRGS, Porto Alegre, 2006.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MOREIRA, Cássio S. *O projeto de nação do governo João Goulart: O Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NOLL, Maria I.; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas Eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823/2002*. Porto Alegre: UFRGS Editora/Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.

NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 167-204.

OLIVEIRA, Lisandre de. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias*. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre, PUCRS, 2008.

ONOFRE, Gabriel da F. *As duas faces de Jano: As esquerdas trabalhistas de San Tiago Dantas e Brizola*. FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (orgs.). *A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 155-180.

PINTO, Céli R. J. *O poder e o político na teoria dos campos*. In: *Veritas*, Porto Alegre, v.41, n. 162, jun. 1996, p.221-227.

PRESOT, Aline. Celebrando a "Revolução": as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLENBERG, Denise; QUADRAT, Samantha V. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 72-96.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 295-330.

\_\_\_\_\_. *Doze lições de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: A educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria-RS: Editora UFSM, 2002.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.319-377.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960 - Volume 5*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIGHI, Graziane. *Leonel Brizola: o deputado federal da Guanabara e o Golpe civil-militar (1962-1964)*. Dissertação (Mestrado em História): UFRGS, Porto Alegre, 2015.

RODEGHERO, Carla. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

ROLIM, César Daniel de A. *Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras: 1961-1964*. Dissertação (Mestrado em História): UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SEGATTO, José A. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da*

*democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 –Livro 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 217-240.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e do carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SMALLMANN, Shawn. A profissionalização da violência extra-legal das Forças Armadas do Brasil (1945-1964). In: CASTRO, C. et all (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 389-408.

SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 543-583. (As esquerdas no Brasil. V2.).

SILVA, Roberto Bittencourt da. O PTB (1945-1964): suas tendências, políticas internas e a hegemonia do diretório sul-riograndense. In: *Revista Perseu*. Fundação Perseu Abramo, n.7, ano 5, 2011, p. 175-191.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estados e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, v. 19, n. 39, junho de 2011, p. 115-137.

SZATKOSKI, Elenice. *O jornal Panfleto e a construção do brizolismo*. Tese (Doutorado em História): PUCRS, Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os grupos dos onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

TAUFER, Paulo R. *Partido Libertador: formação e atuação política*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIEGAS, Danielle H. *Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade: Um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959)*. Dissertação (Mestrado em História): PUCRS, Porto Alegre, 2011.

VIEIRA, Margarida. O Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960 - Volume 5*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 167-196.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (1996), p. 33-42.

WASSERMANN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar. (orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. O golpe de 1964: Rio Grande do Sul, o “celeiro” do Brasil. In: PADRÓS, E.; BARBOSA, V.; LOPEZ, V.; FERNANDES, A. (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória. Do movimento da Legalidade ao golpe de 1964*. Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 51-70.

\_\_\_\_\_. A Legalidade: o conceito e suas nuances entre agosto e setembro de 1961. In: NOLL, M.; GRIJÓ, L.; WASSERMANN, C.; BRANDALISE, C. *O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011.

WEBER, Max. A política como vocação. In: *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 53-124.

ZARDO, Murilo. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à "Operação Farroupilha". In: BATISTELLA, Alessandro (org.). *O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2014.